

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

GUSTAVO HENRIQUE PETEAN

**INTENSIFICAÇÃO E AFASTAMENTO DO TRABALHO NOS FRIGORÍFICOS DE
MATO GROSSO DO SUL**

**Campo Grande - MS
2020**

GUSTAVO HENRIQUE PETEAN

**INTENSIFICAÇÃO E AFASTAMENTO DO TRABALHO NOS FRIGORÍFICOS DE
MATO GROSSO DO SUL**

Tese de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini

Campo Grande - MS
2020

Gustavo Henrique Petean

**INTENSIFICAÇÃO E AFASTAMENTO DO TRABALHO NOS FRIGORÍFICOS DE
MATO GROSSO DO SUL**

Relatório de defesa de Tese de doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Orientador)

Prof. Dr. Leandro Sauer
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro interno)

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro interno)

Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha
Universidade Federal de Juiz de Fora
(Membro externo)

Prof. Dr. José Jackson Marçal Filho
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
(Membro externo)

Campo Grande, 19 de fevereiro de 2020

Aos trabalhadores ceifados pela ganância do Capital, que lhes retiram da cama ainda na penumbra e lhes devolvem na enfermaria ou no necrotério.

AGRADECIMENTOS

No processo de construção coletiva desta tese, são muitos que os merecem agradecimentos. Contudo, começamos pela obrigatoriedade imposta via Portaria nº 206 de 04 de setembro de 2018 e Ofício Circular nº 19/2018 - CPG/CGSI/DPB/CAPES de 23 de novembro de 2018. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

Feito o compromisso protocolar, agradeço minha família por apoio integral e basilar em toda minha trajetória de vida. Meus pais Aparecida e Lair, que diante de poucos recursos investiram sempre em nossa educação. Como primeiro integrante da família a concluir o ensino superior, agradeço todo o esforço e motivação para que este objetivo fosse alcançado.

A minha companhia de caminhada ao longo da vida adulta, Daiane Santana Souza, agradeço pela disponibilidade das conversas, desabafos e digressões sobre a tese e vida. Minha gratidão e paixão por aceitar o desafio deste percurso e, juntos, temos conseguido superar cada desafio que se apresenta no cotidiano, sempre com muito amor e carinho. Te amo <3

Agradeço imensamente ao professor e companheiro Elcio Gustavo Benini, por todas as orientações nestes últimos anos. Um amigo que se tornou orientador, com sabedoria tornou-se fundamental neste percurso. Muito obrigado por me acolher como orientado.

Ao companheiro Gabriel sempre solicito nas inquietações e reflexões que permitiram o caminhar da tese, desde a sua gênese enquanto problema de pesquisa, até as leituras finais. Agradeço a parceria iniciada ainda no mestrado e que nos segue.

Sou grato ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFMS - PPGAD, que me recebeu como aluno e proporcionou o desenvolvimento da pesquisa, ao apoio recebido pela coordenação e equipe do PPGAD. Reitero o agradecimento a equipe da secretaria sempre disponível para todos os questionamentos e demandas. Agradeço também ao grupo de docentes que proporcionou reflexões sobre a temática da tese.

Agradeço também o apoio da Universidade Federal de Goiás - UFG. Em especial a Regional Goiás, todo seu corpo docente e técnicos administrativos, que

não mediram esforços no período de afastamento da atividade laboral para a conclusão do doutoramento.

Aos colegas do GEPOTE - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Organizações, Trabalho e Educação, pelos debates, provocações e reflexões, reitero estimas. A pesquisa não seria possível sem nossos encontros e diálogos. Aos colegas de curso, que sempre juntos emanaram força e motivação para a caminhada, um imenso carinho.

Agradeço também, a todos os companheiros que nessa caminhada de vida proporcionaram um mínimo contato e desse floresceu inúmeros aprendizados. Em todas as etapas da vida, entretanto, em especial nesses últimos anos.

Estimas a todos os professores, desde as séries iniciais até o doutorado. Em um contexto que os professores tem sido achincalhados, lembrar da importância deles em minha trajetória se faz fundamental. Obrigado por se fazerem presentes.

Por fim, mas não menos importante, expresso agradecimentos e admiração aos professores que compõe a banca de doutoramento, muito obrigado por todas as contribuições e aprendizado.

Essa tese é fruto de um trabalho coletivo, mesmo que redigida por mim, só foi possível pelo acúmulo anteriormente produzido. Agradeço a todos que diretamente e indiretamente estiveram presentes nesse momento, muitíssimo obrigado.

“A obra marxiana é imortal, a não ser que as possibilidades do homem já estejam definitivamente extintas. Do contrário, se resta alguma esperança – e resta –, há que compreender que a guerra marxiana ao capital é a luta irrenunciável pelo homem.”

José Chasin

RESUMO

As agroindústrias são fundamentais para a economia brasileira. Os abatedouros de bovinos, suínos e aves estão entre dez atividades econômicas que mais empregam no estado de Mato Grosso do Sul. Contudo, também figuram entre as atividades que possuem os maiores índices de afastamento do trabalho por acidentes ou doença. Diante disso, o objetivo desta tese é analisar a relação de intensificação e dos afastamentos do trabalho nos frigoríficos de Mato Grosso do Sul. Especificamente, à luz do materialismo histórico, intentou-se examinar o processo de intensificação do trabalho como causa contra-arrestante à lei de queda tendencial de taxa de lucro e seus impactos na saúde e segurança do trabalho nas agroindústrias frigoríficas do estado de Mato Grosso do Sul. De forma conjunta, apreender as condições e o processo de trabalho nas agroindústrias do estado de Mato Grosso do Sul, assim como, investigar a política de segurança e saúde do trabalho, e as práticas empresariais do setor agroindustrial de prevenção e amparo ao trabalhador do estado de Mato Grosso do Sul. Utilizando de recursos teóricos-metodológicos que visaram a triangulação dos dados, foi possível concluir que há relação positiva entre a intensificação do trabalho e o adoecimento nos frigoríficos. Este processo se materializa na intensificação da exploração do trabalho no período entre 2007 a 2017. Um trabalhador em 2017, produziu o equivalente a 1,75 trabalhadores de 2007. O processo de intensificação do trabalho tem levado os trabalhadores ao adoecimento. No ano de 2017 foram registrados 1387 afastamentos de longo período, trabalhadores que permaneceram afastados de suas funções laborais por 360 dias ou mais, o equivalente a 5,3% dos empregados no setor frigorífico.

Palavras-chave: Frigoríficos; Marxismo; Organização do Trabalho; Patologia Organizacional; Saúde do Trabalhador.

ABSTRACT

Agribusiness are fundamental to the Brazilian economy. Slaughterhouses for cattle, pigs and poultry are among ten economic activities that most employ in the state of Mato Grosso do Sul. However, they are also among the activities that have the highest rates of absence from work due to accidents or illness. In view of this, the objective of this thesis is to analyze the relationship of intensification and leave from work in slaughterhouses in Mato Grosso do Sul. Specifically, in the light of historical materialism, an attempt was made to examine the process of intensification of work as a counteracting influences of the law of the tendency of the rate of profit to fall and its impact on health and safety at work in slaughterhouse agribusiness in the state of Mato Grosso do Sul. Together, to apprehend the conditions and work process in agribusiness in the state of Mato Grosso do Sul, as well as investigating the occupational health and safety policy, and the business practices of the agribusiness sector for the prevention and protection of workers in the state of Mato Grosso do Sul. Using theoretical and methodological resources aimed at data triangulation, it was possible to conclude that there is a positive relationship between intensification of work and illness in the slaughterhouses. This process materializes in the intensification of labor exploitation in the period between 2007 to 2017. One worker in 2017, produced the equivalent of 1.75 workers in 2007. The process of intensification of work has taken workers to illness. In 2017, 1387 long-term leaves were recorded, workers who stayed away from their job for 360 days or more, equivalent to 5.3% of employees in the slaughterhouse sector.

Keywords: Slaughterhouses; Marxism; Labor Organization; Organizational pathologies; Occupational Health

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Análise Dialógica do Discurso: etapas de análise das entrevistas.....	45
Figura 2: Comunicações de acidentes de trabalho, nos anos de 2012 à 2017	82
Figura 3: Duração dos registros das CAT's no ano de 2017	83
Figura 4: Unidades frigoríficas instaladas entre os anos de 1985 a 1995.....	93
Figura 5: Frigoríficos de bovinos e grupos industriais frigoríficos de bovinos no estado de Mato Grosso do Sul	95
Figura 6: Concentração de trabalhadores por tamanho da empresa.....	100
Figura 7: Processos de trabalho do abate bovino até a evisceração.....	110
Figura 8: Processos de trabalho do abate bovino, da evisceração à estocagem.....	111
Figura 9: Processos de trabalho do abate de aves	112
Figura 10: Mapa de risco da sala de desossa	116
Figura 11: Processo de trabalho na sala de miúdos, retirada da língua, deslocar mandíbula, desossa da cabeça e limpeza das peças.....	117
Figura 12: Exemplos das condições de trabalho nos frigoríficos	120
Figura 13: Sala de desossa.....	122
Figura 14: Medidas de temperatura no ambiente de trabalho	122
Figura 15: Imagem termográfica dos trabalhadores de frigoríficos.....	123
Figura 16: Variação da temperatura corporal dos trabalhadores de frigoríficos durante a jornada de trabalho.....	123
Figura 17: Holerite que consta o pagamento de hora extra e insalubridade	125
Figura 18: Acordo de prorrogação de horário de trabalho	127
Figura 19: Registro de ponto.....	128
Figura 20 : Produção em toneladas da indústria de abate de Bovinos, Suínos e Aves no estado de Mato Grosso do Sul.....	132
Figura 21: Distribuição da remuneração dos trabalhadores por faixa salarial (em salários mínimos).....	137
Figura 22: Comparação de vínculos ativos e inativos, e a proporção de ambos	138
Figura 23: Afastamentos de longo período das empresas de abate e processamento de carnes no estado de Mato Grosso do Sul	153
Figura 24: Total de afastamentos, afastamentos até 15 dias, e a proporção percentual dos afastamentos sob responsabilidade da empresa.	162
Figura 25: Imagem de divulgação dos adoecimentos em frigoríficos	169
Figura 26: Pausa do trabalho anterior a NR-36.....	173

Figura 27: Dados de afastamentos de longo período para os trabalhadores dos setores constantes no CNAE 1011-2; 1012-3; e, 1013-9, no estado do Rio Grande do Sul	174
Figura 28: Lesões e o ambiente de trabalho.	191
Figura 29: Local de fixação das tomadas elétricas na esteira da sala de desossa	209
Figura 30: Local do acidente de trabalhado e a distribuição dos equipamentos na sala de desossa	209
Figura 31: Modelo da Gravata borboleta.....	213
Figura 32: Mapa do clima do Brasil	282

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo das estratégias procedimentais.....	36
Quadro 2: Distinção entre os métodos [de extração de mais-valor].....	56
Quadro 3: Matadouros-frigoríficos de bovinos no estado de Mato Grosso do Sul em 1984	92
Quadro 4: Histórico exames periciais.....	150
Quadro 5: Definição das 23 variáveis base.....	199
Quadro 6: Abatedouros com registro no SIF em 2018	272

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de empresas no estado de Mato Grosso do Sul, classificados pelo CNAE	33
Tabela 2: Principais atividades por vínculo empregatício ativo em Mato Grosso do Sul em 2017	75
Tabela 3: Principais atividades e os motivos de desligamentos em 2017	76
Tabela 4: Aspectos gerais de emprego no Mato Grosso do Sul, por idade, ano de 2017	78
Tabela 5: Acidentes de trabalho no estado do Mato Grosso do Sul: as sete atividades com maior número de acidentes no ano de 2017	80
Tabela 6: Descrição das idades dos trabalhadores envolvidos em acidentes de trabalho ...	81
Tabela 7: Os trabalhadores e a repetição dos acidentes de trabalho no ano de 2016.....	84
Tabela 8: Tipologia societal dos frigoríficos de abate bovino do estado de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2012 a 2017	97
Tabela 9: Número de trabalhadores por tamanho da empresa.....	99
Tabela 10: Espelho do ponto por setor de um frigorífico do estado de Mato Grosso do Sul, no dia 17 de fevereiro de 2014	129
Tabela 11: Jornada de trabalho comumente empregada nos frigoríficos.....	134
Tabela 12: Produtividade por trabalhador ajustado e taxa de intensificação do trabalho ...	135
Tabela 13: Estatísticas descritivas dos salários dos trabalhadores do setor de frigoríficos (em salários mínimos [SM])	137
Tabela 14: Resumo dos dias afastados em classes	155
Tabela 15: Cálculo da média do FAP, baseado nos percentis por subclasses do CNAE...	163
Tabela 16: Discrepância dos dados sobre os óbitos dos trabalhadores, em bases de dados distintas	202
Tabela 17: Lista de processos disponibilizados pelo TRT	284

LISTA DE SIGLAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ADD - Análise Dialógica do Discurso
- AEPS - Anuário de Estatísticas da Previdência Social
- APS - Atenção Primária em Saúde
- BA - Bahia
- CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CAT - Comunicações de Acidentes de Trabalho
- CCO - Comportamento de Cidadania Organizacional
- CD - Comunicação de Dispensa
- CEREST - Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
- CID - Código Internacional de Doenças
- CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
- CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
- CMS - Carne Mecanicamente Separada
- CMS - Critical Management Studies
- CNAE - Classificação Nacional de Atividade Econômica
- CNPS - Conselho Nacional de Previdência Social
- CPN - Centro de Produção Nuclear
- CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
- CVIST - Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador
- CVIST - Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Trabalhador
- DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
- DDB - Data de Despacho do Benefício
- DEO - Distribuidor Equivalente de Objetivo
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
- EH - Erro Humano
- EPI - Equipamento de Proteção individual
- EUA - Estados Unidos da América
- FAP - Fator acidentário de Prevenção
- FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FH - Fator Humano
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GEM - Goal Equivalent Manifold
GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social
GPS - Guia da Previdência Social
GRF - Guia de Recolhimento do FGTS
IC - Índice Composto
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LER - Lesão por Esforço Repetitivo
LRE - Livro de Registro de Empregados
MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais
MAPA - Modelo de Análise e Prevenção de Acidentes
MELITO - Metodologia de Investigação Sistêmica de Acidentes
MPC - Modo de Produção Capitalista
MPT - Ministério Público do Trabalho
MS - Mato Grosso do Sul
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NBR - Norma Brasileira
NPS - Níveis de Pressão Sonora
NR - Normas Regulamentadoras
NTEP - Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário
OCT - Organização Científica do Trabalho
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
PB - Período-Base
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PIB - Produto Interno Bruto
PNSST -- Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador
POC - Índice de percentil de ordem de custo
POF - Índice de percentil de ordem de frequência
POG - Índice de percentil de ordem de gravidade

PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário
PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
QHT - Quadro de Horário de Trabalho
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RAT - Riscos Ambientais do Trabalho
RBSO - Revista brasileira de saúde ocupacional
RC - Razão de Chances
RIA - Relatório de Investigação de Acidentes
RS - Rio Grande do Sul
RST - Relações Sociais Trabalhadas
SAG - Sistema Agroindustrial
SESMT - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
SIF - Sistema de Inspeção Federal
SIH - Sistema de Informações Hospitalares
SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINAN - Sistema de Informações de Agravos de Notificação
SIVAT - Sistema de Vigilância em Acidentes de Trabalho
SM - Salário Mínimo
SMRTLAB - Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho
SP - São Paulo
SST - Saúde e Segurança do Trabalhador
STF - Supremo Tribunal Federal
SUS - Sistema Único de Saúde
SVC - Superintendência de Vigilância em Saúde
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TRT - Tribunal Regional do Trabalho

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	OBJETIVOS	24
1.1.1	Objetivo geral	24
1.1.2	Objetivos Específicos	24
1.2	NOTAS METODOLÓGICAS.....	24
1.3	PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS.....	28
1.4	ESTRUTURA E OPÇÕES DE EXPOSIÇÃO	46
2	AS RELAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O TRABALHO: AS CONTRADIÇÕES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	49
2.1	MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	50
2.2	TRABALHO: O SALTO ONTOLÓGICO DO SER SOCIAL.....	61
2.2.1	Destruição do trabalho: a busca por deslegitimar o trabalhador.....	64
2.3	LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO E AS CAUSAS CONTRA-ARRETTANTES.....	68
3	A CARNE COMO MERCADORIA: OS FRIGORÍFICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	74
3.1	CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA FRIGORÍFICA	84
3.1.1	As charqueadas ao sul da província de Matto Grosso	85
3.2	INDUSTRIA FRIGORÍFICA: O SURGIMENTO E A POLÍTICA DE EXPANSÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	90
3.3	CONCENTRAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL FRIGORÍFICO.....	94
3.4	AS ORGANIZAÇÕES E O TRABALHO: A ADMINISTRAÇÃO COMO FORMA DE CONTROLE	102
3.4.1	Os estudos organizacionais e a prática do trabalho	105
3.5	CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS NOS FRIGORÍFICOS DE ABATE DE BOVINOS E AVES	109
3.5.1	Frigorífico: uma indústria moderna?	114
3.5.2	Condições de trabalho nos frigoríficos	118
3.6	A EXPLORAÇÃO RELATIVA DO MAIS-VALOR ABSOLUTO	126

4	O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR: REFLEXO DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO.....	141
4.1	A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - PNSST.....	146
4.1.1	Fator Acidentário Previdenciário.....	156
4.2	NR-36: A NORMATIZAÇÃO DO TRABALHO EM FRIGORÍFICOS	164
4.2.1	A formação da NR-36: diálogo com os representantes dos setores envolvidos.....	166
4.3	ACIDENTES DE TRABALHO: ALGUMAS OPÇÕES DA CIÊNCIA.....	175
4.3.1	O caminho conceitual do acidente de trabalho.....	177
4.3.2	As determinações práticas sobre o acidente de trabalho	180
4.3.3	Atribuições de causas do acidente de trabalho	182
4.4	AS PESQUISAS SOBRE ACIDENTES DE TRABALHO: A BUSCA PELOS CONDICIONANTES E O DESVELAR DAS RESPONSABILIZAÇÕES.....	185
4.4.1	Reincidência do acidente de trabalho.....	194
4.4.2	Estimação dos acidentes: alguns desencontros teóricos e numéricos.....	197
4.5	ACIDENTES DE TRABALHO: SERÁ QUE TODOS SÃO ACIDENTES? ..	204
4.5.1	Formas possíveis para a investigação dos acidentes de trabalho.....	212
4.6	A LEI CRIMINAL E OS ACIDENTES DE TRABALHO.....	215
4.7	O LADO OCULTO (<i>DARK SIDE</i>) DAS ORGANIZAÇÕES.....	218
4.7.1	Individualização das responsabilidades organizacionais.....	228
5	NOTAS FINAIS	236
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	242
	APÊNDICE	268
	APÊNDICE I.....	269
	APÊNDICE II.....	270
	APÊNDICE III.....	271
	APÊNDICE IV	272
	ANEXOS	275
	ANEXO I.....	276
	ANEXO II	277
	ANEXO III	279
	ANEXO IV.....	281
	ANEXO V.....	282

ANEXO VI.....	283
ANEXO VII.....	285
ANEXO VIII.....	286

1 INTRODUÇÃO

Os estudos organizacionais surgiram como foco de pesquisa há mais de um século, situados em diversos setores e áreas, tais como a economia, a sociologia e a ciência política, a fim de explicar, apreender e descrever desde aspectos relacionados à eficiência econômica, até as relações de poder e autoridade nas múltiplas organizações.

Em meio à diversidade de temas e problemáticas levantadas no campo dos estudos organizacionais, as relações de classes – proprietários e não proprietários – e de autoridade – dirigentes e dirigidos –, embora de forma periférica, constituíram-se enquanto objeto de pesquisa da administração. É nesse contexto mais amplo, das relações de trabalho, que o objeto empírico-singular desta pesquisa, a saber, os adoecimentos e acidentes de trabalho, estão inseridos.

A ampliação dos estudos organizacionais ocorreu no horizonte da especialização do trabalho e divisão das áreas de estudo. Setores específicos demandaram dos profissionais das áreas de administração e ciências correlatas, ações e pesquisas aplicadas ao seu campo empírico, a exemplo: o caso das atividades agroindustriais¹ (ZYLBERSTAJN, 2013). Se observa neste movimento, proposituras axiomáticas sobre o funcionamento da base societal (NORTH, 1991). Todavia, a diversidade societária não pode ser expressa em forma de contratualização das relações sociais e seus respectivos polos societários.

De fato, a contradição entre capital e trabalho é muito mais complexa que apenas uma polarização entre o empregado e o empresário. Utilizando-se de estruturas historicamente constituídas e de estratégias de dominação sistematicamente concebidas (ANTUNES, 2011; JU; QIN; XU; DIRENZO, 2016) foi possível a efetivação do trabalho subsumido pelo capital (MARX, 2013), no qual o

¹ A agroindústria refere-se aos setores industriais inseridas ou correlatas ao processo produtivo agrícola, a exemplo as fábricas de óleo vegetal, os frigoríficos, etc. No decorrer desta tese evita-se o emprego de tal terminologia, pois conforme exposto no capítulo 3, em específico no item 3.5.1, os frigoríficos apresentam-se como uma manufatura moderna. Todavia, há diversos materiais da pesquisa que constam a terminologia indústria frigorífica, contudo, tal forma é apenas uma aparência do processo produtivo. Ao se deparar com tal terminologia, considere apenas a sua inserção como setor ligado as atividades agrícolas, diferindo do método utilizado para de extração de mais-valor, o frigorífico enquanto manufatura moderna.

trabalhador aceita condições impostas e, muitas vezes, sem ao menos questioná-las (LUKÁCS, 2013a).

Os setores produtivos, em especial, o setor frigorífico, tem apresentado grande relevância econômica, especialmente para o estado² de Mato Grosso do Sul, *lócus* desta pesquisa. No quarto trimestre de 2017 foi o segundo estado brasileiro no número de abate bovino, ficando atrás apenas de Mato Grosso. Em abate de suíno foi o sétimo estado do ranking. E em aves, o oitavo no mesmo período (BRASIL, I. B. D. G. E. E., 2018). A crescente produtividade encontra-se ancorada na maior eficiência produtiva extraída dos trabalhadores.

No desenvolvimento da pesquisa, observa-se que o desempenho econômico positivo e a eficiência produtiva individual do setor ocorrem simultaneamente ao aumento gradativo do adoecimento da força de trabalho. A eficiência produtiva deveria ser inobstante à preocupação sobre a saúde e segurança do trabalhador (VASCONCELLOS; PIGNATTI; PIGNATI, 2009). Cabe lembrar que o trabalhador é a fonte de geração de mais-valor³ - portanto, a razão de existir do trabalhador para o capital (MARX, 2013). Contudo, o próprio Marx identifica formas de conter, qual nomeia de causas contra-arrestantes, a queda da taxa de lucro, e essas possuem impacto direto no trabalhador, pois intensificam e precarizam o trabalho para sustentar o lucro.

Face à necessidade de acessar a realidade, podendo, posteriormente processá-la em pensamento, e assim, sair do concreto imediato ao concreto pensado (MARX, 2011), utilizou-se a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE

² Deparar-se-á nesta tese com duas formas de grafia do termo “estado”. Quando este aparecer com a inicial maiúscula, “Estado” refere-se ao Estado como “parte constituinte da base material da lógica expansionista do capital” (ARAUJO, 2013, p. 27). A exceção à esta regra é quando compõe nome próprio, à exemplo Secretaria de Estado. Por sua vez, quando estiver grafado com inicial minúscula “estado” refere-se à, ou às, unidades federativas, a exemplo, o *lócus* desta pesquisa, o estado de Mato Grosso do Sul. Pode constar, nesta mesma grafia, a conjugação do verbo estar.

³ Por vezes é propagado a sentença o trabalho é fonte de toda a riqueza. Nas observações de Marx em A crítica ao programa de Gotha, ele escreve: “o trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana” (MARX, 2012, p. 24).

2.0⁴) e os dados disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS⁵), de responsabilidade do Ministério da Economia, na Secretaria de Trabalho e Emprego, antigo Ministério do trabalho (BRASIL, s.d.) para a construção de um panorama geral do perfil do trabalhador no estado e essa apresentação básica do setor estudado conforme apresentado no capítulo 3: a carne como mercadoria.

Consueto, no desenvolver das atividades laborais, o acidente de trabalho vitimou 40 trabalhadores no estado de Mato Grosso do Sul em 2017. Como divulgado pelo Anuário Estatístico da Previdência Social⁶, foram 10059 registros de adoecimentos e acidentes de trabalho no mesmo ano (BRASIL, S. D. P.-M. D. F., 2018, p. 616). Somados os abatedouros de aves, bovinos, e os de suínos⁷, registrou-se 931 acidentes (MPT, 2017). Expoente, o quantitativo de trabalhadores com afastamentos de longo período⁸, 1387 trabalhadores permaneceram afastados de suas atividades durante 360 dias ou mais no ano de 2017 (BRASIL, s.d.).

Se têm por justificativa desse estudo a própria temática das relações de trabalho, sensível ao trabalhador, pois é uma forma de evidenciar os casos de adoecimento e acidente de trabalho. Propicia-se, assim, o debate sobre as consequências de práticas de gestão. Espera-se munir os trabalhadores e atores institucionais de informações sobre os riscos profissionais. E, ao apropriar-se de tais conhecimentos, espera-se tornar possível a efetivação dos mecanismos de prevenção e soluções adequadas para um processo de trabalho saudável e seguro. E, ainda, compreender as relações capitalistas e a sua inserção – enquanto força de trabalho –

⁴ Nesta tese, o foco está centrado em três divisões desta classificação. São elas: a classe 1011-2 – Abate de Reses (aqui, inclui, bovinos, bufalinos, equinos, ovinos e caprinos), exceto abate de suínos. A saber, a tradição do estado de Mato Grosso do Sul é na produção de carne bovina, as outras reses são secundários no sistema agroindustrial do estado. Desta forma, utilizar-se-á esta categoria como sinônimo de frigoríficos de abate de bovinos. A classe 1012-1 contempla o abate de suínos e aves. E a classe 1013-9, a fabricação e preparação de produtos de carne e subprodutos de abate.

⁵ Esta base de dados congrega informações lançadas pelas empresas sobre contratações, desligamentos e afastamentos, além de informações pessoais sobre salário, idade, sexo, etc. Contudo, contabiliza os registros apenas dos trabalhadores formais, ou que tiveram empregados em algum momento durante o ano.

⁶ O anuário divulga as informações compiladas em bases estatísticas diversas, com o sistema previdenciário e o sistema de comunicação de acidentes de trabalho – CAT.

⁷ A desagregabilidade dos dados fora possível pela utilização da base disponível no SMARTLAB, uma plataforma digital que divulga os dados de acidente de trabalho. Utilizam a combinação de bases de dados similar à contabilizada pelo anuário. Algumas diferenças entre as bases foram apontadas no terceiro capítulo.

⁸ Considerar-se-á longos afastamentos os que apresentam duração de 360 dias ou mais. Devido as restrições da base de dados – RAIS – tais informações se referem ao ano corrente. A exemplo, um trabalhador que ficou afastado por 600 dias, contudo, seu afastamento se iniciou em 06 de março de 2015 e com término em 27 de outubro de 2016, será contabilizado 300 dias em cada um dos anos.

neste modo de produção. Pois, acredita-se na relação dialética do trabalho e o trabalhador, no qual “ao reconhecer sua situação, ele age. Ao combater o capitalismo, reconhece sua situação na sociedade” (LUKÁCS, 2012, p. 127). Por fim, observa-se que “o amadurecimento histórico do proletariado não cairá dos céus e nem se dará pela ação natural do tempo. Ele precisa ser acelerado pelos segmentos mais conscientes que lutam ao lado dos trabalhadores” (BRAZ, 2012, p. 488). Diante do exposto, esta tese se propôs a comprovar a relação diretamente proporcional entre a intensificação e os afastamentos do trabalho, nos frigoríficos e empresas de processamento de carne e seus subprodutos no estado de Mato Grosso do Sul.

A temática saúde do trabalhador suscita a discussão sobre o adoecimento. Contudo, encontram-se resistências no estabelecimento donexo causal da doença com o trabalho (vide os exemplos que estão expostos no capítulo 4). Há, inclusive, dificuldade de se registrar o adoecimento que acomete o trabalhador como relacionada ao trabalho, principalmente no que tange aos aspectos psicológicos (BROTTO; DALBELLO-ARAUJO, 2012). Em outros casos, doenças – costumeiramente relacionadas ao trabalho, a exemplo as doenças musculoesqueléticas – sob registro de mesmo CID, ora são registradas como relacionadas ao trabalho, ora como doença comum, adquirida fora do ambiente de trabalho.

Como objeto desta tese, optou-se pela investigação dos afastamentos de longo período do trabalho, e os acidentes de trabalho. Os acidentes possuem o nexoe estabelecido na materialidade do evento. Portanto, se houve tal evento no ambiente de trabalho, independente das questões inerentes às multicausalidade do acidente, é inegável a existência ou questionamento de seu nexoe. Ele se constituiu, por fato histórico, no ambiente delimitado do *lócus* da empresa. Enquanto, os afastamentos de longo período apontam que os trabalhadores deixaram de efetuar suas atividades por 360 dias ou mais, e, tal fato, merece ser investigado.

Esta pesquisa está inserida no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Organizações, Trabalho e Educação (GEPOTE). O grupo prima por desenvolver pesquisas de matriz crítica e que apontem caminhos para o enfrentamento de problemas reais e imediatos abarbadoe pela população. O desenvolvimento desta tese deu-se em consonância com dois projetos de extensão registrados na unidade responsável pelo programa e executados no ano de 2018 e 2019. Dessa forma, apresentado o objeto desta pesquisa, delimitado pela materialidade empírico-singular

dos acidentes de trabalho, os próximos tópicos apresentam os objetivos, os caminhos epistemológicos e metodológicos, e por fim, a estrutura de exposição.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a relação de intensificação e dos afastamentos do trabalho nos frigoríficos de Mato Grosso do Sul.

1.1.2 Objetivos Específicos

Examinar o processo de intensificação do trabalho como causa contrarrestante à lei de queda tendencial de taxa de lucro e seus impactos na saúde e segurança do trabalho nas agroindústrias frigoríficas do estado de Mato Grosso do Sul.

Apreender as condições e o processo de trabalho nas agroindústrias do estado de Mato Grosso do Sul;

Investigar a política de segurança e saúde do trabalho, e as práticas empresariais do setor agroindustrial de prevenção e amparo ao trabalhador do estado de Mato Grosso do Sul.

1.2 NOTAS METODOLÓGICAS

No primaz do processo de apreensão do objeto, ou processo de aproximação, o pesquisador depara-se com a matriz epistêmica que conduzirá a pesquisa, a tese, e claro, grande parte do seu trajeto acadêmico. Este caminho é movimento, não é estático, por sua vez, todo esforço dispendido somado a cinética do desenvolvimento acadêmico projeta um trajeto. Optou-se pelo materialismo histórico, pelo desvelar da realidade com base no concreto, como ver-se-á no decorrer deste tópico. Soma-se, ao optar por tal matriz teórica, o fato de “o marxismo fornecer uma grande teoria, que oferece uma plataforma robusta para combinar profundidade histórica e amplitude interdisciplinar” (VIDAL; ADLER; DELBRIDGE, 2015, p. 406).

Para o materialismo histórico, a formação do conhecimento dá-se pela interação entre o sujeito e o objeto, mediada pelo pensamento e com primazia do real (FARIA, 2011d). Muitas pessoas fazem sabão em sua própria residência, misturam determinados ingredientes e como resultado possui um novo produto capaz de auxiliar na limpeza cotidiana. O fazer sabão é uma reação de hidrólise alcalina, no qual se mistura um éster, normalmente óleo, e uma base, soda cáustica, e como resultado tem-se em um sal orgânico com propriedade molecular capaz de ‘unir-se’ as gorduras ou sujeiras, e a água, facilitando a limpeza. Mesmo desconhecendo o processo químico, na sua forma sofisticada, que as moléculas sofrem quando determinados produtos são misturados com alguns condicionantes, temperatura, agitação etc. o resultado acontece.

O fazer sabão pode ser realizado diversas vezes e talvez nunca se teorizar sobre o mesmo, porém é somente a partir da concretude do evento que o conhecimento teórico se torna possível (ao analisar este evento, tem-se o fenômeno, agora processado, analisado). E, tal análise é possível na dialética pois a forma de apreensão difere-se de outras matrizes epistêmicas, como apresentado no excerto abaixo:

Enquanto todas as correntes pensam a gnosiologia e a epistemologia a partir das formas superiores da elaboração do espírito, isto é, tomam como ponto de partida resultados da autonomização da inteligência, do espírito, tomam um momento elevado do produto histórico da elaboração científica. O que eu quero dizer: quando um Kant, quando um Descartes, quando todos os pensadores da história da filosofia tomam a questão do conhecimento para tratar, quando convertem o fenômeno do conhecimento num objeto específico para examinar a partir da elaboração já de nível elevado que a ciência tem atingido, da matemática, da física, passam a refletir sobre o problema do conhecimento como se ele se instaurasse no instante em que o especialista recuasse diante do objeto, no espaço do seu laboratório – o laboratório pode ser a biblioteca – e começasse a refletir sobre o que é o conhecimento a partir desse instante. Tudo funciona como se o conhecimento se instaurasse a partir desse momento, o momento do conhecer sistemático, rigoroso, intelectual, elaborado, etc. A dialética, não. A dialética toma como ponto de partida um instante muito mais natural e historicamente efetivo. A dialética instaura sua gnosiologia a partir do instante em que ela descobre no homem efetivo, não no homem especialista, no homem filósofo, no homem intelectual, mas no homem comum, no homem na sua cotidianidade, a partir desse homem que trabalha, e eu grifo a palavra trabalha, é que instaura a problemática gnosiológica. Sendo a ciência, a filosofia, enfim as formas superiores do espírito resultado dessa gênese na cotidianidade, produto de um distanciamento, produto de uma autonomização do espírito em relação ao cotidiano, há uma independentização deste pensamento (CHASIN, s.d., p. 1).

Essa interação entre a prática e a teoria (produção de conceito) explicita contradições existentes no objeto, permitindo um novo ciclo de construção de

determinações sobre o objeto. Apreende-se esse fenômeno como uma espiral. Os ciclos de interação, não se fecham em si mesmo, mas vão ligando-se em novos ciclos, de maneira ilustrativa, forma uma espiral que apresentam novas evidências, proporcionando substância à complexidade dos fatos, saturando os conceitos sobre o objeto pesquisado. Tal observação fora apresentada por Chasin (s.d., p. 1) ao comentar sobre o fazer ciência, afirmando que:

quando eu faço ciência eu não abandono a filosofia. E a retomada, no plano ontológico, permite engordar esse ontológico, significa torná-lo mais complexo, mais rico, mais concreto, e ele passa servir para uma segunda investigação de forma mais profunda. Mais do que isso. Em última análise, aquela ideia de aproximação do conhecimento que eu coloquei tem aqui um dos seus momentos importantes. Eu parto de uma abstração ontológica, chego ao produto científico concreto. Mas, com esse produto científico eu realimento a minha ontologia. Então, eu posso agora fazer novamente o percurso e melhorar a minha ciência. Aí, quando eu cheguei, pela segunda vez, ao final da ciência, eu posso, pela terceira vez, melhorar a ontologia. Eu posso fazer de novo o caminho da ciência. De forma que cada um desses círculos é um círculo de maior amplitude concreta. Hegel falava que a ciência é um círculo feito de círculos. Nesse sentido, estamos aqui numa plataforma hegeliana. Para passar para o marxismo, é preciso substituir círculos por espirais. Então, eu digo: uma espiral de espirais. Onde se vai elevando o nível. E a elevação do nível não está na fixação de generalidades, mas na retratação concreta das singularidades. Mas, para que isso possa ser feito, as tuas generalidades são generalidades agora que abandonam o terreno puro e simplesmente da generalidade abstrata e são generalidade concreta.

Nas ciências sociais, por vezes, esse ciclo é demasiadamente longo, o próprio Marx precisou de 40 anos de pesquisa para que, de maneira satisfatória, levantasse informações da realidade que se pôs a pesquisar, buscando o “conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como é em si mesmo, da sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 20).

Substancia a complexidade do fenômeno, objetivando a saturação dos conceitos, por meio de triangulação das informações coletadas, sobre esses fenômenos, o detalhamento dos procedimentos estão expostos no tópico específico, a frente. A saturação ocorre na totalidade, ao desvelar a relação do único com o universal. Pois como expresso em Chasin (s.d., p. 1) “essa relação relativo/absoluto tem esse caráter: o conhecimento, em cada momento histórico, é delimitado, mas ele abre para o conhecimento integral que é o absoluto. Absoluto não é imóvel, eterno, inamovível, perene. Absoluto é totalidade.” E complementa, exemplificando:

A totalidade é um todo, porém um todo ordenado. Mas, seu eu pego esse mesmo cão, antes de tê-lo retalhado, e o acompanho desde o seu nascimento até à sua morte, eu hei de notar claramente que de início ele é um cãozinho, que se desenvolve, muda permanentemente. Entre o cãozinho e o cão já

velho que morre há uma só totalidade, mas eu tenho aspectos diferentes em cada momento. Como fica isso? Portanto, a totalidade é um todo ordenado em processo. O todo não é apenas um conjunto estável, ao contrário, dialeticamente pensando, não existe nada estável. O todo está em processo, o todo é, por excelência, esse conjunto de mutações. Assim, eu pergunto: aquela árvore, aquela árvore é uma totalidade? É apenas um instante da totalidade. A totalidade dessa árvore vai da semente à morte da árvore. Esse é apenas um instante empírico. Essa árvore, na imagem imediata dela é uma abstração porque é um pedaço. Eis um dos grandes erros da fenomenologia: tomar a experiência imediata fenomênica como todo o real. De modo que a totalidade é um todo matrizado, é um todo ordenado em processo e o real tem momentos distintos de determinação. Nessa totalidade total eu posso perfeitamente distinguir totalidades momentâneas ou parciais. A totalidade desta árvore neste momento. Eu falei de conceitos que. Se a totalidade é esse conjunto, o conhecimento é a reprodução deste conjunto. Com todas aquelas características ontológicas anteriormente anunciadas, a concepção de ciência, da dialética em Marx é ser capaz de reproduzir a totalidade na cabeça. Aquela ideia: o sujeito infinito; o objeto capturável na sua totalidade, historicamente determinada, na relação de essência e aparência, na relação de conhecimento relativo e absoluto (CHASIN, s.d., p. 1).

O professor José Paulo Netto (2011, p. 57) para explicar totalidade remete ao objeto de pesquisa de Marx: “a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõe a totalidade inclusiva e macroscópica – [...] sem contradições seriam totalidades inertes”. Analisar ou descrever uma parte de um evento, possibilitaria conhecer um fragmento, desconsiderando as suas múltiplas interações.

Como exposto pelos autores a categoria totalidade permeia todas as análises baseadas no materialismo histórico, portanto apreender a totalidade é encontrar as determinações possíveis sobre o objeto (VIDAL; ADLER; DELBRIDGE, 2015). Pode-se assim desvelar toda a aparência com o objetivo de assimilar o seu todo, aparência e essência. Faria (2011d) nos diz que Marx baseia-se na categoria totalidade, a relação do simples para o complexo, a aproximação ao objeto como unidade não fragmentado.

Essa é a tarefa complexa do pesquisador (sujeito) para Netto (2011, p. 57) que “reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes na totalidade constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva” do objeto. Estas relações não ocorrem diretamente, elas são mediadas. Articulado três categorias nucleares – a totalidade, a contradição e a medição – Marx edifica teoricamente e possibilita uma análise sólida da sociedade burguesa. Os procedimentos e ferramentas metodológicas estão exposto no tópico a seguir e permite compreender a totalidade parcial do processo de intensificação e adoecimento

do trabalho no período entre os anos de 2007 e 2017, na agroindústria frigorífica do estado de Mato Grosso do Sul.

1.3 PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

A pesquisa é movimento, como já exposto acima. Nesta tese, se tem por base o fazer ciência expresso em Chasin (s.d., p. 1), explicitado na relação do concreto e das abstrações, sempre retornando ao concreto, como registrado na passagem abaixo:

partindo dessas abstrações faz o caminho de volta para reencontrar a singularidade concreta não mais na imediatez da sua mudez, mas na voz multifacética da sua concretude, que é a síntese de todas as determinações colhidas no percurso que vai da abstração à concreção.

O recorte da pesquisa se dá no processo de intensificação e adoecimento do trabalho que ocorreram nas agroindústrias do estado de Mato Grosso do Sul, com foco nos abatedouros, que possuíam cadastro no Sistema de Inspeção Federal. O período analisado fora entre os anos de 2007 a 2017, em situações específicas, devido às limitações das bases de dados trabalhou com o período que compreende os anos de 2012 a 2017, como exposto ao longo deste tópico. Adiantamos apenas que a análise as bases de dados da CAT; SINAN e o levantamento das ocorrências policiais compreenderam o período de 2012 a 2012, enquanto os demais dados a análise ampliada entre os anos de 2007 a 2017.

Feito o recorte da pesquisa, a resposta aos objetivos propostos foi possível por esforços contínuos de aproximação com as instituições, atores, organizações e ações de fiscalização e amparo ao trabalhador acidentado já institucionalizadas e operantes pela Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador disposta no Decreto 7.602, de 7 de novembro de 2011 (BRASIL, P. D. R., 2011). A triangulação das informações foi necessária, pois a RAIS possui limitações, destaca-se duas: a) o período que compreende os dados – um ano comercial – se faz limitante para apreender a real extensão dos afastamentos e também da reincidência dos acidentes; b) ser autodeclarativo, compete as empresas preencherem os dados da RAIS.

O desenvolvimento de pesquisas sobre a saúde e segurança do trabalhador, mais especificamente, os adoecimentos e acidentes de trabalho podem-se valer das informações contidas nessa base. Contudo, outras informações sobre este fenômeno puderam ser acessadas pela disponibilização das estatísticas oficiais e extraoficiais,

permitindo a reflexão sobre os dados obtidos. Existem, ao menos, cinco sistemas informacionais – em nível nacional – que congregam informações sobre os acidentes e adoecimentos decorrentes do trabalho: Comunicações de Acidentes de Trabalho - CAT; Relação Anual das Informações Sociais - RAIS; Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM; Sistema de Informações Hospitalares - SIH; e, Sistema de Informações de Agravos de Notificação - SINAN (WALDVOGEL; SALIM; TEIXEIRA; FREITAS *et al.*, 2012).

A estruturação da gerência das bases de dados, até o final do ano de 2018, era: sob gestão do ministério da Fazenda, e Secretaria da Previdência, o sistema de registro das CAT; de responsabilidade do Ministério do Trabalho, o sistema de gerenciamento da RAIS; sob gestão do SUS - Sistema Único de Saúde, de responsabilidade do ministério da Saúde, são três sistemas (o SIM, congrega informações sobre os óbitos, inclusive os relativos a acidentes de trabalho; o SIH, com dados sobre as internações, motivos e tempo de permanência; e depois do ano de 2012, o SINAN, alimentado nos capilares do SUS busca identificar toda notificação (consulta, atendimento, internação) causada em decorrência do trabalho). Contudo, após a edição do Decreto 9.679 de 2 de janeiro de 2019 que institui o ministério da Economia (congregando as pastas do Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Ministério do Trabalho; e, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário) o registro da CAT e a RAIS ficam sob gestão deste ministério (BRASIL, 2019a).

Outra fonte de informações é o Anuário de Estatísticas da Previdência Social – AEPS, um importante instrumento de consulta da situação previdenciária da população brasileira. De periodicidade anual, e composto por 16 seções aborda: a) benefícios; b) acordos internacionais de previdência social; c) serviços previdenciários; d) acidentes de trabalho; e) contribuintes da previdência social; f) arrecadação; g) cobrança; h) procuradoria; i) conselho de recursos do seguro social; j) finanças; k) contabilidade; l) atendimento; m) previdência complementar; n) previdência do setor público; o) previdência do setor público; p) indicadores econômicos; q) demografia. De maneira sintética apresenta o panorama geral dos itens supracitados. Contudo, os dados fragmentados em casos – microdados – não estão disponíveis, sendo necessário recorrer aos sistemas de forma individualizada e encontram-se disponíveis os microdados dos anos de 2015 ou menos. Para minimizar essa dificuldade imposta pelo acesso aos dados utilizou-se dos microdados

disponíveis pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em sua plataforma do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho - SMARTLAB (MPT, 2017) e como referência os anuários disponibilizados pelo Ministério da Fazenda (BRASIL, S. D. P.-M. D. F., 2018). Como ferramenta adicional, utilizou-se do software IBM SPSS® em sua versão de testes, para análises demonstrativas dos dados e no tratamento de tabelas com grande volume de dados, como exemplo a RAIS, e os microdados do observatório.

Fora consultado o sítio eletrônico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, em busca de informações sobre saúde e segurança do trabalhador. Em uma seção específica com a temática foram encontrados dez publicações, contudo, nenhuma delas relacionada com o setor agroindustrial (DIEESE, 2019).

No sistema legal proposto a FUNDACENTRO⁹ criada a mais de 50 anos é uma instituição pública central desta análise. A Fundacentro possui um sítio eletrônico com bases de dados, biblioteca virtual e outras informações (cartilhas, vídeos, *podcasts* etc.) e também mantém a revista científica RBSO - Revista brasileira de saúde ocupacional, com edições anuais.

Houve aproximação com outras instituições como: o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST; as instituições judiciais, Ministério Público do Trabalho - MPT, e, o Tribunal Regional do Trabalho da 24^a Região - TRT; Delegacia do Trabalho; que estão ligados diretamente ao atendimento de trabalhadores em situação vulnerável. Tais órgãos são fundamentais para a coleta dos dados, pois trabalham na investigação detalhadas dos acidentes graves e, possuem papel fiscalizador. Isso se manifesta em localidades no qual o MPT se faz grande demandante das ações de fiscalização trabalhista e também nas investigações sobre os acidentes de trabalho (MATURINO; FERNANDES; RÉGO, 2018).

Em solicitação ao MPT disponibilizaram acesso à 31 petições, mesmo número de processos selecionados do Tribunal Regional do Trabalho da 24^a região. A busca pelas petições do MPT se deu com base na lista de frigoríficos com SIF, conforme apêndice IV, p. 272, assim, fazia a consulta pelo nome da empresa e solicitava ao procurador do trabalho responsável pela petição. A primeira solicitação ocorreu no dia 26 de novembro de 2018 e última no dia 04 de março de 2019, conforme consta no

⁹ Para conhecer melhor o trabalho, pesquisas e a formação da Fundacentro, ver Reimberg (2016).

anexo IV, p. 281. Já, os processos disponibilizados pelo TRT, realizou-se a busca *in loco* no tribunal, nos dias 25 e 26 de março de 2019. A catalogação dos dados existentes nos processos do TRT e nos inquéritos do MPT, foram realizados com auxílio da versão de testes do software MAXQDA®.

Alguns dos dados secundários necessários para esta pesquisa são gerenciados por aqueles atores supracitados, a exemplo do SINAN, de responsabilidade de operação do CVIST/CEREST - Coordenação de Vigilância em Saúde do Trabalhador, ligado à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Em específico sobre o SINAN, a permissão de acesso aos dados deu-se via ofício 434/2018, conforme anexo I, p. 276. A ficha de investigação de acidente de trabalho grave do SINAN, consta no anexo II, p. 277. Contudo, a base de dados apresentada não possui preenchimento completo.

Como exposto, optou-se pelas diversas bases de dados, com objetivo de triangulação dos dados para evitar ou apreender as divergências as informações obtidas. A dificuldade de comparação dos dados fora retratada em relatório de pesquisa da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO (WALDVOGEL; SALIM; TEIXEIRA; FREITAS *et al.*, 2012). As bases de dados variadas dificultam o cruzamento dos dados em busca de informações estatísticas. Tal formato impossibilita a investigação aguçada e profunda destes fatos. Mesmo com tal restrição e com os dados subestimados, a base disponibilizada pelo MPT possibilita algumas informações e conclusões sobre os casos de acidentes de trabalho. Optou-se pela análise de dados a partir do ano de 2012, até 2017. Este recorte temporal dá-se pela disponibilidade os dados do SINAN (SGVS, 2018) .

Outro ator institucional, que não consta na Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador - PNSST, contudo, fundamental para resposta aos objetivos da pesquisa são os sindicatos e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins que congrega os vários sindicatos estaduais ligados as agroindústrias. Ocorreram diversas tentativas de diálogo com os sindicatos, contudo, a aproximação não foi unânime. Alguns sindicalistas, por iniciativa individual, foram solícitos as demandas, e inclusive, intermediaram contado com trabalhadores que haviam sofrido acidentes ou processos de adoecimento.

Utilizou-se de informações disponíveis no Sistema de Inspeção Federal - SIF (AGRICULTURA, 2018), para saber o número de frigoríficos no estado. As informações que constam no sistema permitem um aprofundamento e cruzamento de

dados das unidades. Listou-se as organizações do estado de Mato Grosso do Sul que possuíam algum registro no ano de 2017, tais informações de maneira detalhada encontram-se no apêndice IV, deste trabalho, p. 272. São 37 empreendimentos listados em 2018, destes dois possuem o cadastro nacional de pessoa jurídica em situação baixada e 35 organizações que estão aptas para comercializar seus produtos em âmbito federal (AGRICULTURA, 2018). Conforme disponível pela pesquisa trimestral de abate de animais, no ano de 2017, os frigoríficos com inspeção federal foram responsáveis por 90,47% dos abates – em número de cabeça de gado – no território sul-mato-grossense, enquanto os demais 9,53% dividiram-se entre os abates em sistemas de inspeção estadual e municipal (IBGE, 2019).

Essa não é a única fonte de pesquisa para o levantamento destes dados, sabidamente os Sistemas de Inspeção podem contemplar o âmbito estadual e municipal. Todavia, estes sistemas não possuem consulta aberta das organizações registradas, dificultando o acesso a tais informações. Em âmbito estadual, fora solicitado estes dados por e-mail ao órgão responsável, contudo, não se obteve resposta.

Em relatório divulgado pelo governo estadual de Mato Grosso do Sul, que tem por base o ano de 2015, identificou-se 54 frigoríficos de bovinos no estado, sendo 37 com registro federal e 17 sob inspeção estadual. Os frigoríficos de suínos, eram 10, dois sob inspeção federal e oito com inspeção estadual. Os frigoríficos de aves eram cinco, todos com inspeção federal (BRASIL, M. G. D. S., 2017, p. 65). As informações constantes no perfil estatístico do estado não descrevem quem são estas unidades, tão pouco, onde se localizam.

A RAIS Estabelecimentos permite saber: quantos são os empreendimentos; quais os municípios que estão situados; o número de empregados; e, a tipologia da organização, classificados nos determinados CNAE's (BRASIL, s.d.). Nesta base de dados, há discrepância significativa quanto aos frigoríficos de abate de aves e suínos, quando comparado ao relatório estadual supracitado. Fora possível identificar no mínimo 25 abatedouros que possuem até nove funcionários e, provavelmente, encontram-se sob inspeção municipal. Os dados resumidos dos empreendimentos constantes na base de dados da RAIS Estabelecimentos, encontra-se na tabela 1, abaixo. Observa-se também, um alto número de empresas que possuem zero funcionários. Possivelmente, tal fato se deve a manutenção do cadastro nacional de pessoa jurídica, mesmo que a empresa não se encontra em operação efetivamente.

Tabela 1: Número de empresas no estado de Mato Grosso do Sul, classificados pelo CNAE

Número de funcionários	Código CNAE		
	1011-2 Abatedouro Bovino	1012-1 Abatedouro de Suíno e Aves	1013-9 Produção de produtos de carne
Zero	38	11	44
Até 4	14	21	17
De 5 a 9	4	4	9
De 10 a 19	8	0	6
De 20 a 49	4	2	2
De 50 a 99	7	2	3
De 100 a 249	3	0	1
De 250 a 499	9	2	1
De 500 a 999	6	0	0
1000 ou mais	4	5	0
Total	97	47	83

Fonte: Elaboração Própria, (Brasil, s.d.)

Tendo em vista o objetivo geral foi procurado os sindicatos e federações dos trabalhadores em busca do contato e/ou direcionamento aos trabalhadores que tenham o perfil pesquisado, e que estes possam ser participantes da pesquisa, e indicar outros possíveis pesquisados – estratégia de cadeia de referência, ou, *snowball* – (LÓPEZ-JACOB; SAFONT; GARCÍA; GARÍ *et al.*, 2010; SPRUNG; BRITTON, 2016).

Essa mesma estratégia fora utilizada em uma pesquisa com trabalhadores imigrantes, os autores encontraram dificuldade de acesso aos pesquisados. Utilizaram-se de diversas formas de abordagem para acessar o grupo a ser pesquisado “os trabalhadores migrantes foram recrutados através de associações de trabalhadores migrantes, informantes-chave, *snowballing*, e anúncio nas ruas” (LÓPEZ-JACOB; SAFONT; GARCÍA; GARÍ *et al.*, 2010, p. 228).

Considerou essa opção dos sindicatos, pois muitos trabalhadores procuram esta instituição para abertura da comunicação de acidente de trabalho - CAT (GONSALES DE OLIVEIRA, 2017), entretanto, nos sindicatos procurados não fizeram a indicação de possíveis trabalhadores com o perfil pesquisado. Outra opção de acesso a estes trabalhadores acidentados, pensado inicialmente, ocorreria pela previdência, nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ao fazer a solicitação do benefício o trabalhador pode ser abordado para participar da pesquisa. Contudo, a abrangência dos serviços e a temporalidade necessário para acessar tais trabalhadores, essa opção fora descartada.

Ainda utilizando-se estratégia de cadeia de referência, contudo, aplicado aos agentes de saúde, que corriqueiramente estão nas residências das vítimas de acidentes de trabalho, possibilitando a integração pesquisador ↔ pesquisado. Essa estratégia, se mostrou eficiente em municípios menores, quando o frigorífico é a principal fonte de emprego formal. Em municípios maiores, houve dificuldade de identificar via agentes de saúde. Nesses casos, os delegados sindicalistas, inseridos nas empresas, possibilitaram essa intermediação.

Com a combinação de estratégias foi possível coletar 6 entrevistas, destas três possuem trechos expostos na tese, enquanto as outras três compõe o caso relatado no item 3.4.1, p. 105, referindo-se ao distanciamento da figura do proprietário e da gerência. Foram entrevistados quatro trabalhadores de frigoríficos, e dois indivíduos ligados a elaboração da Norma Regulamentadora - 36. No processo de aproximação ao objeto, também foram realizadas duas visitas aos frigoríficos. Em uma delas, acessou o processo produtivo por completo, e conversou com o responsável técnico do frigorífico, na outra visita, foi possível apenas a conversa com o responsável. Em ambas, a solicitação de gravação da entrevista foi negada.

Utilizando-se da compreensão do cotidiano como elemento de pesquisa (CARVALHO; NETTO, 2007), no dia 11 de janeiro de 2019, fez a visita a uma unidade frigorífica. Nessa ocasião, conversou-se com o diretor da unidade, contudo, após solicitação via ofício, foi negado acesso a linha de produção. Diante da negativa, buscou-se através de cadeia de referência a indicação de outra unidade que pudesse ser realizada a visita. Em 09 de maio de 2019, realizou a visita a outra unidade frigorífica. Impossibilitado de realizar imagens, fez-se anotações ao sair do local com todos os aspectos observados durante a visita. Com o objetivo de consubstanciar a visita, fez-se análises filmográficas em vídeos disponibilizados em plataformas de *streaming* buscando similitudes e divergências entre o observado e o material exposto, com possibilidade de demonstração nesta tese.

A análise do material filmográfico se deu a partir de uma busca na plataforma *YouTube*, pelo termo frigorífico, e após assistir alguns dos filmes selecionados na lista da busca, fez a decomposição do material em imagens estáticas que pudessem representar o ambiente observado. Difere-se da proposta de interpretação dos filmes (PENAFRIA, 2009, p. 1), que propõe: “objetivo da análise é, então, o de explicar/esclarecer o funcionamento de um determinado filme e propor-lhe uma interpretação”. O objetivo da utilização nesta tese é o capturar o ambiente inacessível

por outras fontes, em verdade, corroborar e tornar visível a observação realizada, contudo, com o impedimento de captura de imagem.

Para consubstanciar as entrevistas, buscou-se na materialidade de eventos ocorridos, por meio dos laudos periciais das mortes ocorridas por acidentes de trabalho, nos frigoríficos no estado do Mato Grosso do Sul. Nos anos de 2012 a 2017, foram registrados sete boletins de ocorrência como mortes a esclarecer, ocorridas em frigoríficos/abatedouros – resultando em 11 mortes – conforme consulta realizada à polícia civil, vide ofício 04/2018 constante em anexo, p. 279. Houve uma análise aprofundada em três desses laudos. Como indicado por Vilela, Iguti e Almeida (2004), a análise documental pode evidenciar as causas reais e indicar quais as prováveis causas destes acidentes, como também, o pontos negligenciados nas investigações.

Outro elemento de pesquisa, foram inquéritos de incumbência do MPT – as denúncias podem ser protocoladas por qualquer cidadão, gerando um quadro variado de inquéritos – a análise destes processos permitiu desvelar a relação dos frigoríficos com as normas legais de funcionamento. Pois, uma das tipologias de ações do MPT dá-se após fiscalizações realizadas pelos fiscais do trabalho, no qual identificam e repassam a denúncia para MPT. Por vezes, o MPT recebe uma denúncia externa e solicita aos fiscais do trabalho que fiscalizem a referida empresa. Ao analisar as ações do MPT permitiu ao pesquisador acessar informações sobre o evento que seriam inacessíveis de uma outra forma. A título de exemplo, os fiscais do trabalho possuem amparo legal para ações no interior da empresa. Como já relatado, quando solicitado acesso para visita e entrevista, o pesquisador recebeu negativas parciais ou totais da solicitação.

Com o foco de pesquisa nos trabalhadores adoecidos e acidentados, como visto, a apresentação das relações de trabalho foi substanciada por fontes diversas, minimizando o viés interpretativo. De maneira resumida, utilizou-se como estratégias: entrevistas com os trabalhadores e com dirigentes das organizações; análise descritiva das bases de dados da CAT; da RAIS, e do SINAN; análise documental dos inquéritos de mortes a esclarecer nos frigoríficos; e, análise documental dos inquéritos e ações registradas pelo MPT e os processos do TRT do estado de Mato Grosso do Sul. O quadro 1, p. 36, explícita em resumo quais as estratégias adotadas para atender cada um dos objetivos específicos propostos.

Quadro 1: Resumo das estratégias procedimentais

Objetivos	Categorias Teórica	Elementos constitutivos	Procedimentos Metodológicos	Referencial Teórico
Analisar a relação da intensificação e dos afastamentos do trabalho nos frigoríficos de Mato Grosso do Sul.	Intensificação do trabalho; afastamentos de longos períodos	Jornada de trabalho; processo produtivo; divisão do trabalho, e; adoecimento do trabalho.	Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental; Estratégia de cadeia de referência; Entrevista.	Antunes, 2006; Faria, 2011, a,b,c,d; Pina, 2012, Pignatti, Pignatti, 2009; Vilela, Iguti, Almeida, 2004.
Examinar o processo de intensificação do trabalho como causa contra-arrestante à lei de queda tendencial de taxa de lucro e seus impactos na saúde e segurança do trabalho nas agroindústrias frigoríficas do estado de Mato Grosso do Sul.	Intensificação do trabalho; Causas contra-arrestantes	Jornada de trabalho, e, capital acionário	Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental; Análise estatística de dados secundários	(MARX, 2011; 2013; MARX, 2017)
Descrever as condições e o processo de trabalho nas agroindústrias do estado de Mato Grosso do Sul	Condição de Trabalho; Processos de trabalho; Divisão do trabalho	Jornada de trabalho; Sistema Produtivo; Divisão do trabalho; Formas contratuais; Mecanismo de controle.	Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental; Estratégia de cadeia de referência; Entrevista.	Guedes, Paço Cunha, 2017; Gurgel, Ingvaldsen, 2015; Jackson Filho, 2012, Ju et al, 2016, Justen, 2015; Lukács, 2013; Marx, 2011, 2013; Medeiros, Silveira, 2017; Medeiros, Silveira, Oliveira, 2018; Vasconcellos, Vidal, Adler, Delbrigde, 2015.
Investigar a política de segurança e saúde do trabalho, e as práticas empresariais do setor agroindustrial de prevenção e amparo ao trabalhador do estado de Mato Grosso do Sul;	Proteção do trabalhador	Diretrizes (política empresarial) de segurança, prevenção de acidentes e readaptação do trabalhador.	Pesquisa Documental; Revisão integrativa;	Faria, 2011,a,b,c; Guedes, Paço Cunha, 2017; Ingvaldsen, 2015; Medeiros, Silveira, 2017; Medeiros, Silveira, Oliveira, 2018; Vidal, Adler, Delbrigde, 2015.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Após realizado as entrevistas, coube escolher a forma de análise. Optou-se pelas análises de discurso, contudo, elas são diversas entre si e possuem inúmeras formas (FARIA, 2015), observa-se no trabalho de Schiavin e Garrido (2018) a discussão sobre alguns métodos de análise qualitativa. Nos estudos organizacionais, em específico, os que se intitulam críticos, tem-se adotado as análises de discurso crítico como procedimento de análise. O estudo de Alvesson e Karreman publicados nos anos 2000 trouxeram para os estudos organizacionais essa possibilidade de análise sobre os discursos criados nas organizações, e em 2011 outro texto dos mesmos autores ganhou notoriedade pela mesma temática (ALVESSON; KARREMAN, 2000; ALVESSON; KARREMAN, 2011). No Brasil, nos últimos anos diversos estudos que abordam a sistematização da análise de discurso foram publicados. Um conjunto de publicações recentes tem-se debruçado, especialmente, sobre a análise crítica do discurso. Essa tipologia de análise de discurso que possui Norman Fairclough como principal autor é tema dessas publicações (ABDALLA; ALTAF, 2018; BISPO; SIQUEIRA, 2018; CARMO; GOMES JÚNIOR; GOMES; ASSIS, 2018; MARTONI, 2018; SALLES; DELLAGNELO, 2019; SANTOS; COSTA, 2019; SILVA; GONÇALVES, 2017).

Os textos que abordam a análise crítica do conteúdo subdividem-se em: artigos que propõem a análise crítica do conteúdo, sistematizando a aplicação da técnica; e, os artigos que utilizam de maneira aplicada. Em muito dos textos supracitados, observa-se a ausência de alguns elementos caros, para esta pesquisa na análise dos diversos materiais colhidos, assim, optou-se pela Análise Dialógica do Discurso - ADD (BAKHTIN, 2006). Aprofundar-se-á na ADD nos próximos parágrafos, adianta-se apenas que nas análises crítica do conteúdo, o sujeito concreto não é descrito ou apresentado.

A análise dialógica do discurso foi utilizada inicialmente em um contexto de transformação histórico-social sendo que “a ideia do princípio dialógico surge num momento histórico em que a comunicação, no sentido estrito, começa a se acirrar em proporções nunca vistas na humanidade” (COSTA, 2015, p. 322). A ADD tem como autor mais conhecido Bakhtin, contudo, possui uma rede de autores (entre eles, Medviédiev, e, Volochinov) conhecido como círculo de Bakhtin. A análise dialógica de Bakhtin se fez propícia a este estudo, pois considera a palavra como signo dialético que em movimento expõe a representação do indivíduo para o determinado fato, pois o “pensamento bakhtiniano [...] nos oferecem as possibilidades de refletir teoricamente

a respeito de língua, literatura e, fundamentalmente, dos discursos que nos atravessam e constituem” (BRAIT; PISTORI; LOPES-DUGNANI; MELO JÚNIOR, 2018, p. 2).

Isso se dá em contraposição ao objetivismo abstrato que “separa a língua do conteúdo ideológico, acreditando que uma mesma palavra usada nos mais diversos contextos será sempre determinada por um mesmo e único significado” (GEGE, 2009, p. 79). Ao considerar a palavra signo dialético, considera-se os movimentos que a fizeram efetivar-se nessa palavra (EUN, 2019). Portanto, a análise dialógica empregada na tese, propicia apreender este movimento: o signo da palavra dita, e a dinâmica que ela foi constituída; considerando, como ver-se-á no excerto a seguir, a palavra como signo ideológico, refletida e refratada das estruturas sociais. “Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais” (FIORIN, 2006, p. 25).

A apreensão do signo, revela o movimento de ir e vir do dito para os fatos retratados em outros documentos ou mesmo entrevistas apresentadas no trabalho. Se apreende que

a palavra é a arena onde se confrontam aos valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc. Na medida em que às diferenças de classe correspondem diferenças de registro ou mesmo de sistema (assim, a língua sagrada dos padres, o “terrorismo verbal” da classe culta etc.), esta relação fica ainda mais evidente; mas Bakhtin se interessa, primeiramente, pelos conflitos no interior de um mesmo sistema. Todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. [...] A variação é inerente à língua e reflete variações sociais; se, efetivamente, a evolução, por um lado, obedece a leis internas (reconstrução analógica, economia), ela é, sobretudo, regida por leis externas, de natureza social. O signo dialético, dinâmico, vivo, opõe-se ao “sinal” inerte que advém da análise da língua como sistema sincrônico abstrato (YAGUELLO, 2006, p. 15-16).

Dessa forma, parte-se da apreensão que “falar, enunciar, é, desse modo, um ato que cria uma ligação entre o sistema linguístico e o sistema concreto de relações sociais, que chegam à nossa consciência por meio dos enunciados, dos discursos” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2018, p. 309).

A palavra como signo ideológico pertence a uma determinada realidade, todavia, reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior, como aponta Bakhtin (2006, p. 29):

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia.

Ao apreender o fenômeno envolto a esta tese, o acidente e o adoecimento de trabalho não são ideológicos. Contudo, as circunstâncias narradas e contextualizadas sobre os mesmos, são signos: a ver a disputa teórico-formal na responsabilização do trabalhador pelo acidente sofrido. Bakhtin exemplifica sobre a transformação de objetos em signo utilizando o pão e vinho, que são alimentos transformados em símbolos quando utilizados em cerimônias religiosas. E prossegue:

Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido, que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. (BAKHTIN, 2006, p. 30).

Quando analisados os documentos, os inquéritos policiais, os procedimentos do Ministério Público do Trabalho e os processos judiciais do Tribunal Regional do Trabalho tidos como dados secundários, encontram-se nesses documentos diversos conteúdos, desde laudos periciais até entrevistas. Soma-se as entrevistas realizadas, os dados primários, e buscou-se apreender nesses documentos a realidade material do fenômeno. Isso se dá, pois

Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior. [...] o signo se opõe ao signo, que a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos. Afinal, compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. E essa cadeia de criatividade e de compreensão ideológicas, deslocando-se de signo em signo para um novo signo, é única e contínua: de um elo de natureza semiótica (e, portanto, também de natureza material) passamos sem interrupção para um outro elo de natureza estritamente idêntica. Em nenhum ponto a cadeia se quebra, em nenhum ponto ela penetra a existência interior, de natureza não material e não corporificada em signos. Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social (BAKHTIN, 2006, p. 31-32).

No processo de interação social, cabe ao pesquisador clarificar a realidade refratada, explicando inclusive a consciência individual explicitada nos documentos, sejam elas pertencentes aos dados primários ou secundários. Esse processo se faz necessário na compreensão dos signos, uma vez que

as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados (BAKHTIN, 2006, p. 40).

Bakhtin clarifica sobre essa relação, conceituando a significação como

a função do signo; eis porque é impossível representar a significação (enquanto propriedade puramente relacional, funcional) à parte do signo, como algo independente, particular. Isso é tão exequível como considerar a significação da palavra cavalo como sendo o cavalo particular que tenho diante dos meus olhos. Se assim fosse, seria possível, tendo comido uma maçã, dizer que se comeu não uma maçã, mas a significação da palavra maçã. O signo é uma unidade material discreta, mas a significação não é uma coisa e não pode ser isolada do signo como se fosse uma realidade independente, tendo uma existência à parte do signo. É por isso que, se a atividade mental tem um sentido, se ela pode ser compreendida e explicada, ela deve ser analisada por intermédio do signo real e tangível (BAKHTIN, 2006, p. 50).

Posto o entendimento da palavra enquanto signo, cabe, também, ao pesquisador o processo de significação dos signos, lembrado pelo próprio autor, como um “estágio inferior da capacidade de significar” (BAKHTIN, 2006, p. 134). Através da significação, pelo diálogo é possível o compreender da realidade. O autor apresenta que

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 2006, p. 125).

Em consonância ao apresentado acima, opta-se pela Análise Dialógica do Discurso. A opção por esta tipologia de análise de discurso, dá-se em oposição à concepção da fala do entrevistado como unidade em si própria, considera a relação do externo com o interior (sujeito que expressa pela fala), buscando apreender o evento individual em sua totalidade em relação ao fenômeno, como destaca o excerto abaixo.

A criação de uma linguística textual propõe o texto como a verdadeira unidade comunicativa e se incumbem de analisar suas propriedades (textualidade) bem como a estrutura textual e sua relação com o processamento cognitivo. Por essa perspectiva, as relações alteritárias, a chamada intertextualidade, seriam apenas um dos fatores da construção da textualidade, de natureza fortuita, acessória e a ser classificada. O princípio dialógico, no entanto, apaga essas fronteiras confortáveis, problematiza essa visão esquemática, na medida em que postula que o supostamente externo é intrínseco ao interior (COSTA, 2015, p. 325).

Se observa na ADD que seu principal objeto de análise é o discurso bivocal, faz-se necessário captar na ADD as singularidades postas por essa tipologia de discurso, sendo uma delas a ironia. Ao observar o discurso analisado em sua integralidade se compreende possíveis nuances apresentadas nas variações constantes do discurso. Tais possibilidades reforçam a opção de escolha da análise dialógica do discurso, que se tem em suas publicações a proposição de

estudar o diálogo entre enunciados e as relações semânticas entre eles (de reflexo, de desacordo, de filiação etc.). Essas relações são, em última instância, entre indivíduos integrais. Por trás dos textos-enunciados estão sujeitos concretos, integrais, responsivos, inconclusos e inacabados, os quais só podem ser compreendidos por meio do diálogo e não explicados como na relação pessoa e objeto. As relações dialógicas são, portanto, relações pessoais, isto é, “vínculos semânticos personificados”: “O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto) [...]. Por trás desse contato está o contato entre indivíduos e não entre coisas (no limite)” (1970-1971/2003, p. 401). O discurso em Bakhtin é, portanto, personificado (GRILLO; VELOSO, 2007, p. 236-237).

Na aplicação da ADD, observou as regras metodológicas consideradas indispensáveis para Bakhtin (2006, p. 43):

1. Não separar a ideologia da realidade material do signo (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico).
3. Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura).

Para apresentar a relação do discurso com a materialidade do cotidiano vivido pelo indivíduo, utilizou-se de forma adaptada a ordem metodológica presente em Bakhtin:

a ordem metodológica para o estudo da língua no âmbito de uma orientação de base sócio-histórica parte da dimensão social para as formas da língua, pois não se pode dissociar o signo da comunicação social; o processo de mudança nas formas da língua “reflete” esse percurso: a) As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza. [estudo das esferas sociais e das suas situações de interação]. b) As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias dos atos de fala [gêneros do discurso] na vida e na criação ideológica que se

prestam a uma determinação pela interação verbal [estudo dos enunciados, em ligação com os seus gêneros, da esfera cotidiana e das ideologias formalizadas]. c) A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 1988, p. 124, apud RODRIGUES, 2010, p. 432).

Como exposto no excerto, o gênero discursivo são os enunciados. E são divididos em dois, os simples e os complexos, ou primários e secundários, como ver-se-á abaixo. Os enunciados simples são aqueles formados no cotidiano discursivo imediato. Já os complexos são enunciados mais elaborados, desenvolvidos por condições culturais complexas, e se mostram pela organização e desenvolvimento enunciado, são discursos elaborados (GEGE, 2009).

Cabe acrescentar que a proposta é possibilitar um procedimento de análise, não uma definição fechada, pois como alerta Brait “esse fechamento significaria uma contradição em relação aos termos que postulam a análise/teoria dialógica do discurso. [...] A concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos está necessariamente apoiada nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados” (2008, p. 116). A análise captou os fatos expostos pelo interlocutor, como também as assimilações do sujeito inserido nas relações do capital, pois como já apontava Marx (2013, p. 653) “o processo capitalista de produção, considerando em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado”.

Utilizando-se dessa sequência proposta pelo Círculo, Sobral (2006) expõe os procedimentos que compõem cada etapa ou níveis. Sendo inicialmente dividido em dois níveis de análise, a análise macro-analítica e a análise micro-analítica. Sendo que “os procedimentos visam demarcar o objeto do ponto de vista de sua inserção sócio-histórica; as etapas ou níveis, que são parte de cada um dos procedimentos, constituem um dispositivo analítico voltado para explicar os mecanismos de construção dos sentidos dos discursos” (SOBRAL, 2006, p. 42).

Inicialmente o autor propõe uma pré-análise¹⁰ (SOBRAL, 2006). Nesta tese, chamaremos de primeiro momento, para fins didáticos, as etapas são apresentadas

¹⁰ Percebe-se que as etapas de pré-análise, distinção do discurso e do gênero do discurso, consegue responder as questões iniciais postas pela análise de discurso proposta por Charaudeau (MACHADO, 2008): Quem fala? De onde? Para quem? E com qual finalidade? O autor Charaudeau (2015), teórico da Semiologia, apresenta o cariz da criticidade do sujeito em determinado momento histórico. Há semelhanças na análise proposta por Charaudeau e de Bakhtin, inclusive com trabalhos que integram

na figura 1, p. 45. Este momento refere-se observações que antecede a análise, etapa necessária para que haja a preparação (transcrição) do documento [a entrevista, ou outro documento analisado]. Recordemos que a pesquisa de Sobral (2006) aprofunda-se na análise de livros do gênero de auto-ajuda, e utiliza-se desse momento para a seleção dos livros que irão compor a sua análise. Nesta pesquisa realizada o momento inicial refere-se à seleção e separação das entrevistas e dos documentos selecionados. É importante a caracterização prévia do material, identificando sua origem e seu objetivo. Caso seja uma entrevista, faz-se necessário, a apresentação do entrevistado, possibilitando a compreensão das singularidades do sujeito. Isso ocorre em consonância com o excerto, pois

O sujeito precisa necessariamente reconhecer-se a si mesmo, e ele só o faz a partir do momento em que reconhece o fato de estar sempre em interação com outros sujeitos, na presença (real ou presumida) do outro. De um lado, a identidade individual tem como condição de possibilidade o processo de identificação social e, de outro, essa identidade é condição vital para o existir, simbólico, imaginário, semiótico e real, do próprio social: os sujeitos constituem a sociedade e a sociedade constitui os sujeitos (SOBRAL; GIACOMELLI, 2018, p. 311).

Em um segundo momento busca-se encontrar no discurso o que pertence ao evento descrito, e o que lhe é de interpretação fornecido pelo contexto ao interlocutor, busca-se os signos e as significações do signo. Esta etapa se faz necessária pois “qualquer enunciação, toda e qualquer interação, é parte de uma rede de interlocução em constante fazer-se, abarcando os vários momentos sociais e históricos constitutivos da interação/enunciação e que acaba por afetar as próprias formas fixadas da língua de que parte para instaurar seus sentidos” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2018, p. 312). É essencial que não se fragmente o discurso. Ambos, evento descrito e interpretação contextual, pertencem ao interlocutor. “O falante é caracterizado como um mediador entre as significações socialmente concretizáveis e permitidas e os discursos efetivamente produzidos de que esse falante pode vir a ser sujeito” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2018, p. 315).

Em um terceiro momento, busca o “gênero” primário (simples) e os secundários (complexos) do discurso. A fim de perscrutar os conceitos, temos o gênero primário e secundário que

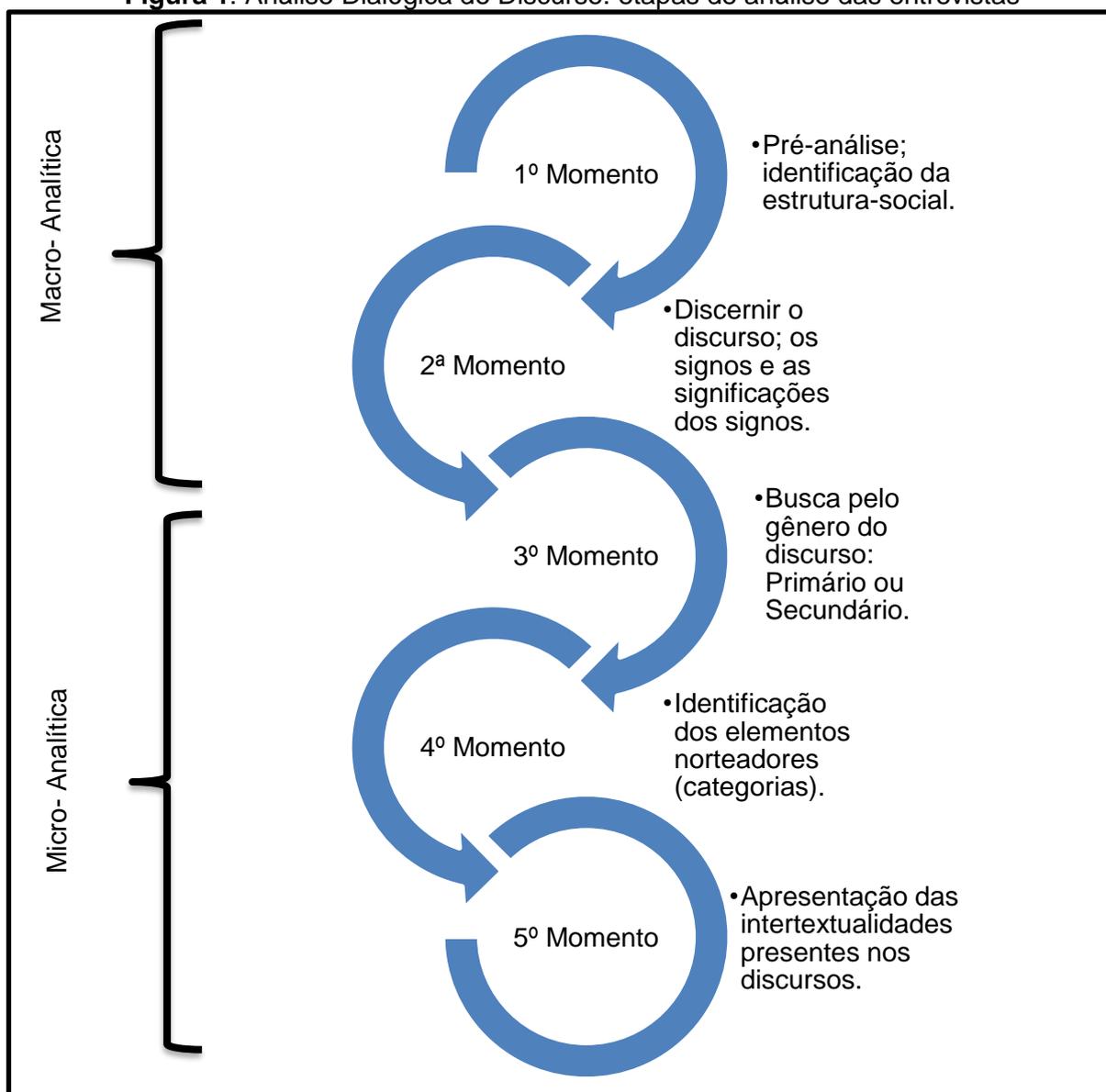
as duas possibilidades de análise (DE OLIVEIRA CABRAL; PIRES, 2018). Todavia, a possibilidade de compreensão do sujeito dialógico, permite um melhor compreender da sua significação na temática proposta.

[se] denomina gêneros do discurso aos enunciados relativamente estáveis que, por sua vez, são o que os sujeitos dizem ao fazer uso da língua. Diferencia os gêneros primários e secundários: enquanto os primeiros são todos os enunciados que acontecem nas comunicações imediatas, os segundos consistem em algo mais organizado. Os gêneros do discurso secundários reelaboram os gêneros primários, isto é, quando damos um acabamento estético a algum acontecimento ocorrido em gênero primário, o produto desse acabamento será um gênero secundário (SIMAS; PRADO; DOMINGO, 2018, p. 125)

Pode-se compreender os “gêneros” como os principais elementos norteadores do discurso. Feito isso, passa-se para o quarto momento do procedimento: buscar os elementos norteadores (as categorias) no documento analisado. Nesse momento não se pode separar a análise de um determinado trecho descontextualizando-o do todo, deve-se primar pelo agir ético. Importante identificar a consciência individual e, também, as relações envoltas e expressas no produto examinado, buscando, de maneira dialética, a interação entre conteúdo, processo e momento que o material foi gerado (BRAIT, 2005).

Por fim, no quinto momento, congrega-se as entrevistas ou documentos nos grupos de análise. Nesta etapa, resgata todas as entrevistas feitas ou os documentos analisados sobre determinado item, e identifica entre eles a relação com as categorias que emergiram no quarto momento. Se apreende nessa etapa, de maneira ampla, a relação dialógica entre os discursos apresentados, confrontando-os e, ou, por vezes, corroborando-os. Apresenta-se as relações do externo com o interno, clarificando as intertextualidades. Como proposta de representação gráfica da técnica de análise, de forma sintética, se apresenta a ADD na figura 1, p. 45, considerando os níveis de análise, macro e micro-análise, e os momentos. Novamente, adverte que a figura não se propõe a uma sistematização determinística sobre a ADD, e sim, uma representação sintética. Imbui, ainda, que análise dialógica fora utilizada para a interpretação das entrevistas, como realizou-se um número reduzido de entrevistas, pode-se condensar os momentos sugeridos e apresentou-se no decorrer da tese as intertextualidades do discurso, como ver-se-á no tópico 4.2, p. 164, nos excertos dos diálogos dos entrevistados sobre a elaboração da Norma Regulamentadora 36, ou NR-36.

Figura 1: Análise Dialógica do Discurso: etapas de análise das entrevistas



Fonte: elaboração própria.

Esta pesquisa utiliza-se de diversos referenciais teóricos, de áreas acadêmicas e epistemológicas distintas, assim, se fez necessário o diálogo destes referenciais. Este diálogo entre matrizes epistemológicas diferentes são possíveis, desde que, o processo seja mediado, e este requer cuidados teóricos para não apropriação de conceitos epistemológicos distintos que terão efeitos contrários sobre a pesquisa, gerando vulgarização de termos que precisam ser apreendidos em seu sentido ontológico (TONET, 2007). Neste processo o materialismo dialético enquanto meta-teoria é propício para tais entendimentos (VIDAL; ADLER; DELBRIDGE, 2015). É necessário cautela na utilização dos termos, e o retorno filosófico aos radicais é imprescindível, pois a vulgarização de significantes é, por vezes, estratégia de uma

classe dominante que em nível ideológico busca descaracterizar um trabalho teórico relevante (CUNHA; GUEDES, 2017), ou mesmo o contrário, no sentido que o trabalho teórico é necessário para descaracterizar dogmas em torno de termos vulgares utilizados e disseminados por esta classe (VIDAL; ADLER; DELBRIDGE, 2015), para responder os objetivos propostos por esta pesquisa manter-se-á tais preceitos epistemológicos. A forma que o trabalho está exposto e sua estruturação é apresentada no tópico a seguir.

1.4 ESTRUTURA E OPÇÕES DE EXPOSIÇÃO

A opção pela exposição em cinco capítulos se deu com o objetivo de tornar didático – linear – a pesquisa. Todavia, em determinados momentos foi impossível seguir tal linearidade, necessitando e fazendo presente o movimento de ir e vir, como sempre permeou o momento e a forma da pesquisa. E por sua vez, a linearidade necessária para a exposição torna parcelar o complexo movimento do capital, imbricado em suas contradições. Como visto, a introdução abarca as notas metodológicas, procedimentos e métodos de exposição.

O parcelar entre notas metodológicas, procedimentos e ferramentas, fez-se necessário com o objetivo de apresentar o norteamento da pesquisa de base materialista, diferenciando-o enquanto método concreto das ferramentas metodológicas, essas, inclusive, comuns e compartilhadas por diferentes epistemologias. Calcado na concretude material do objeto, foi possível a utilização de ferramentas metodológicas diversos, desde as formas de coleta de dados – utilizando-se de dados secundários de diferentes fontes – até o seu tratamento.

A introdução, sem necessariamente rotular e segmentar em um tópico específico, apresenta a justificativa da pesquisa. Como visto, traz elementos necessários para apreender sobre a dimensão do setor estudado e sua importância no estado de Mato Grosso do Sul e no contexto nacional. Além da caracterização do setor, mister identificar o número de acidentes e a crescente no número de adoecimentos. Expondo a tese que este trabalho se pôs a comprovar.

O evidenciar da tese está imbricado nos cinco capítulos. Inicialmente, fez-se a constituição e apresentação da problemática e justificativa, como visto na introdução. A aproximação com o objetivo permitiu o delineamento dos outros tópicos. A saber, o trabalho surge como forma de apresentar a situação dos trabalhadores dos

abatedouros, quais as condições laborais, e quais as relações se manifestam no setor frigorífico do estado.

No capítulo dois apresentou as relações do capitalismo contemporâneo e as contradições presentes. A apreensão do modo de produção capitalista faz-se necessário, pois rege as relações que a força de trabalho está inserida, seja a forma de contratação, precarização ou mesmo os acidentes e adoecimentos. Algumas categorias centrais dessa tese são apresentadas nesse capítulo, a saber: as causas contra-arrestantes; condição de trabalho; processo de trabalho; divisão do trabalho; e, proteção do trabalhador. Salienta-se que outras categorias aparecem no decorrer do trabalho e recebem a atenção necessária. Primou pela – nos termos de Chasin – captura da totalidade do objeto em seu contexto em um momento histórico determinado.

O capítulo três fora dedicado as unidades produtivas, sejam os frigoríficos de abate de aves, bovinos ou suínos. O recorte do campo empírico da pesquisa se constituiu, como já citado, pela CNAE, incorporados os códigos 1011-2; 1012-3 e 1013-9. A opção pela inclusão do último código, empresas de processamento de carne, deu-se pela consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, e grande parte dos frigoríficos listados no Apêndice IV, p. 272, possuem como atividades como secundária o referido código. Em específico não encontrou nos dados informações qualitativas sobre empresas específicas e que tinha em seu CNPJ a atividade principal com o código 1013-9, ainda assim, considerou-se parte integrante do campo empírico, mantendo o código no tratamento geral dos dados quantitativos.

Ainda sobre o capítulo três, há um regaste histórico sobre o surgimento e desenvolvimento dos abatedouros no estado de Mato Grosso, e depois em Mato Grosso do Sul. As charqueadas, localizadas ao sul da província de Mato Grosso, utilizaram-se da proximidade dos materiais necessários para a produção, o grande número de bovinos disponíveis na região devido a seus campos naturais. Observa-se que a carne no XIX, nessas regiões do planeta, ainda não era a mercadoria principal do animal, como registrado em Marx (2013, p. 434): “nos Estados de La Plata, um animal inteiro é abatido apenas para a retirada da pele ou do sebo”.

As alterações populacionais e soluções de conservação e transporte, modificaram a relação com a carne, transformando-a em mercadoria. Os frigoríficos adaptaram-se a esse novo contexto – aqui é importante considerar as mutações do

capital e a apropriação das ciências parcelares no processo produtivo dos frigoríficos – ampliando-se e intensificando a produção.

O capítulo quatro abrange as questões referentes a segurança e saúde do trabalhador. Perpassa as políticas públicas: a PNSST; a normatização do tempo de jornada de trabalho na NR-36; e também, o Fator Acidentário Previdenciário - FAP. Apresenta também uma discussão sobre os acidentes de trabalho. Há uma enormidade de publicações sobre o tema, contudo, considerou-se pantanoso algumas interpretações e conceituações já publicadas. De maneira ampla, apresentou-se tais perspectivas, dialogando com o real. Ponderações de alguns autores sobre possíveis formas de investigação e interpretação dos acidentes, inclusive, algumas delas descabidas, como ver-se-á no capítulo 4, p. 141.

Alguns acidentes de trabalho que ocorreram no estado de Mato Grosso do Sul foram escolhidos para ilustrar a discussão, a opção por um, em detrimento de outro caso, se pautou na abrangência dos dados disponíveis que permitiram aprofundar-se sobre o evento. Aponta-se que os casos não detalhados nesta tese, são tão importantes quanto esses outros, talvez até mais, contudo, a ausência de dados não permitiu sua devida utilização.

Por fim, algumas notas finais, que contemplam observações sobre o trabalho e possíveis recomendações aos atores que integraram – direta ou indiretamente – esta tese. Tal exercício deve ser observado como uma tentativa de propositura de soluções ou alargamento do debate sobre a temática; não é uma receita ou prescrição de ações abrangente e simplistas para problemas tão dispares e complexos como os tratados neste trabalho.

2 AS RELAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O TRABALHO: AS CONTRADIÇÕES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

No capítulo introdutório realizou-se uma aproximação inicial com o objeto de estudo desta tese, no qual apresentou alguns dados secundários e a contextualização do campo empírico-metodológico, *pari passu* com a descrição dos objetivos da pesquisa. Contudo, adentrar na área de saúde e segurança do trabalhador é estar inserido nas entranhas do capital. Isso se revela pois “às vezes, de fato, garantir a segurança do trabalhador afeta negativamente os lucros, seja a curto ou a longo prazo”¹¹ (BITTLE, 2016, p. 293). Assim, antes de aprofundar nas áreas específicas da SST, se fez necessário apresentar o caráter cíclico do capital e sua relação com o trabalho e o trabalhador.

“O capital é um processo, e não uma coisa” (HARVEY, 2012, p. 307). Como processo, também é movimento. “O capitalismo é um sistema dinâmico por natureza. Ele cria novas formas de acumulação, ele muda para manter e amplificar suas relações de dominação” (SABADINI, 2013, p. 588). E, se apresenta como “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse de autorrealização ampliada do capital – [e] tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início” (MÉSZÁROS, 2011, p. 606). Não só subordinação, mas também falseamento e manipulação da opinião pública:

o capitalismo quer criar uma “opinião pública” para dominar e regular o mercado de acordo com os interesses do grande incremento da indústria dos bens de consumo e das prestações de serviços que assumiram a forma capitalista; por exemplo, para impulsionar cada vez mais energicamente para cima, aquilo que T. Veblen chamou de consumo de prestígio (LUKÁCS, 2013a, p. 64).

A crítica aqui apresentada pelos autores supracitados, reverbera na crítica adicional de Antunes (2009, p. 25) ao expor as intenções asfixiantes do capital para com o trabalhador:

não sendo uma entidade material e nem um mecanismo que possa ser racionalmente controlável, o capital constitui uma poderosíssima estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar. Esse sistema mantém

¹¹ Sometimes, indeed, ensuring worker safety negatively affects profits, either short or long term.

domínio e primazia sobre a totalidade dos seres sociais, sendo que suas mais profundas determinações estão orientadas para a expansão e impelidas pela acumulação.

O período capitalista é descrito por Marx (2013, p. 245) como “que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado. Por outro lado, apenas a partir desse momento universaliza-se a forma-mercadoria dos produtos do trabalho”. Desta forma, quando o trabalhador se lança como mercadoria, vendendo sua força de trabalho, tem-se o capitalismo.

O movimento do capital começou a ser desvelado por Marx (2013) e até hoje é foco de estudos e pesquisas, devido as suas mutações e complexidade. O modo de produção capitalista – MPC – avançou e se modificou com os anos. Inclusive, é o poder de metamorfose do capital que é uma das características deste sistema de produção, que se utiliza de artifícios – legais e ilegais – para proteger a si e seus escolhidos – ora o capital industrial e nos últimos anos o capital financeiro – da face destrutiva deste sistema. Antes de apreender as alterações substanciais é necessário apresentar a forma que o MPC é apreendido.

2.1 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A forma de apreender o capital em Marx (2013) se inicia pela mercadoria, sua produção, distribuição e circulação. Não se pretende neste espaço reapresentar sua pesquisa na integralidade. Inicialmente, apropria-se do MPC, em especial o modo de circulação do capital (MARX, 2014). Para isso, utiliza-se de forma resumida a fórmula desdobrada da produção capitalista apresentado por Marx (2014, p. 179), que pode ser entendida como:

$$D \rightarrow M \xrightarrow[Mp]{T} \dots P \rightarrow M' \rightarrow D'$$

De maneira inicial a produção capitalista ocorre pelo adiantamento do dinheiro (D) que o capitalista adquire as mercadorias (M). Estas mercadorias primeiras são as matérias primas que quando submetidas aos meios de produção (Mp - as máquinas e instrumentos de produção) e à força de trabalho (T) são modificadas pelo processo de produção (P) e viram uma nova mercadoria (M'). Esta, por sua vez, é comercializada e consumida (as mercadorias se realizam) e retorna para o capitalista novamente como dinheiro (D') (MARX, 2014). O MPC pode ser resumido a esta

fórmula¹², lembrando-se que o processo é cíclico e a repetição deste movimento do capital é fundamental para a sua reprodução. Como observa Marx (2014, p. 402-403):

o valor de capital não é gasto, mas adiantado, uma vez que esse valor, depois de ter percorrido as diversas fases de seu ciclo, retorna a seu ponto de partida, e o faz precisamente enriquecido pelo mais-valor¹³. Isso o caracteriza como valor adiantado. O tempo transcorrido entre seu ponto de partida e seu momento de retorno é o tempo pelo qual ele foi adiantado. O ciclo inteiro que o valor de capital percorre, medido pelo intervalo entre seu adiantamento e seu retorno, constitui sua rotação, e a duração dessa rotação constitui um período rotação. Transcorrido esse período e concluído o ciclo, o mesmo valor de capital pode recomeçar o mesmo ciclo, ou seja, valorizar-se novamente, gerar mais-valor.

Conforme apresentado na fórmula do modo de produção capitalista, esta tese tem o foco no processo de trabalho [força de trabalho (T) e os meios de produção (Mp)]. Estes dois itens são fundamentais para o desenvolvimento do capital, pois somente com o controle da força de trabalho e dos meios de produção é possível que o ciclo produtivo se complete, conforme revela o excerto abaixo:

A condição crucial para a existência e o funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer comando sobre o trabalho. Naturalmente, as modalidades pelas quais estes comandos podem e devem ser exercidos estão sujeitas às mudanças históricas capazes de assumir as formas mais desconcertantes. Mas a condição absoluta do comando objetivado e alienado sobre o trabalho – exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e possíveis – deve permanecer sempre. Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena histórica.

A forma pela qual o capital realmente atinge sua forma plenamente desenvolvida é um processo histórico muito longo e complicado. Como força todo-poderosa da reprodução sociometabólica, o capital resulta de constituintes que, em sua condição original, por necessidade, desempenham necessariamente um papel subordinado, mesmo que dinamicamente crescente em relação a outras forças e determinações reprodutivas da

¹² Uma explicação mais detalhada, porém ainda assim, sintética, da fórmula da produção capitalista pode ser vista em Sabadini (2013).

¹³ O termo mais-valor aparece na tradução dos Grundrisse na edição elaborada pela Boitempo. Assim traz-se a justificativa da utilização do termo 'mais-valor' em detrimento de 'mais-valia' comumente utilizado. No decorrer da tese, utilizar-se-á o termo 'mais-valor' exceto quando o excerto utilizado fora traduzido como 'mais-valia', assim manter-se-á a opção do autor ou tradutor. No trecho abaixo esclarece e justifica a adoção do termo 'mais-valor'.

“Em determinados momentos, o emprego de neologismos mostrou-se inevitável. Nesses casos, procuramos observar os usos corretos na literatura marxista em português. A única e importante exceção refere-se à categoria '*Mehrwert*', que tradicionalmente vem sendo utilizada como 'mais-valia'. Em nossa opinião, é impossível justificar tal tradução, seja em termos literais ou teóricos. Literalmente, '*Mehrwert*' significa 'mais-valor'. Poderia também ser traduzido como 'valor adicionado' ou 'valor excedente'. Uma vez que não é tradução literal de '*Mehrwert*', o uso de 'mais-valia' teria se justificado teoricamente. Essa tarefa é impossível, pois como 'valia' nada significa nesse contexto, não há como justificar 'mais-valia' do ponto de vista teórico pela simples anteposição do advérbio. Ademais, além de ser uma tradução ilícita, a expressão 'mais-valia' converte uma categoria de simples compreensão em algo enigmático, quase uma coisa. Produção capitalista, como se viu, é produção de valor, e produção de valor tem de ser produção crescente. Portanto, produção capitalista é, por definição, produção de 'mais-valor'” (DUAYER, 2011, p. 23)

sociedade dada. No curso de seu desdobramento histórico, o capital progressivamente supera as resistências que encontra e adquire um “poder soberano” para dominar todas as facetas do processo de reprodução societária.

[...] É assim que o capital se torna verdadeiramente *causa sui* (“sua própria causa”), reproduzindo-se como um poder que deve ser transcendido em todos os seus aspectos devido precisamente ao seu poder autoconstituente (e que, na sua ausência de uma alternativa viável, mesmo após uma grave derrota se reconstitui com sucesso) de *causa sui* (MÉSZÁROS, 2011, p. 710-711)

Como já apontado, o processo de desenvolvimento do capitalismo é e tem sido longo e demorado. Sua imbricação e desenvolvimento solidificou a sua expansão e reprodução da produção capitalista. Esta, por sua vez, gera, de forma complexa, desafios e necessidades. Contraditoriamente busca-se romper essas resistências sem conseguir solucioná-las, como mostrado acima no trecho extraído de Mézsáros (2011). Como nos alerta o próprio autor “a relação-capital não poderia ser mais contraditória, pois é caracterizada por um dupla cisão no lado do trabalho, e uma duplicação do lado do capital, parasitária da cisão do trabalho” (MÉSZÁROS, 2011, p. 712).

Na cisão dupla que ocorre no lado trabalho, permite o controle do capital sobre o trabalhador primeiro sobre sua subjetividade, observado no excerto abaixo, que o trabalho alienado, descaracteriza o produto final como pertencente a um processo no qual o trabalhador não possui domínio. E, o trabalho social, é fragmentado e torna um trabalhador inimigo do outro, uma vez que propaga a competição entre eles, como apresentado por Mézsáros (2011, p. 713):

do lado do trabalho, a dupla cisão que nos interessa é visível nas seguintes situações: (1) o sujeito real do processo de produção se objetiva na forma de trabalho alienado/capital, perdendo portanto seu caráter de sujeito, como capacidade necessária para o controle global do processo de reprodução social, apesar de ser forçado a reter, de forma reveladoramente contraditória, a capacidade consciente de realizar as incontáveis tarefas produtivas particulares diretamente designadas pela personificação do capital; (2) o trabalho social, absolutamente necessário para o avanço do processo de produção do capital, está cindido e seus fragmentos confrontam o capital tanto no domínio da produção como no interesse de manter o controle do capital isolados. Esta relação predomina no interesse de manter o controle do capital social total sobre a totalidade do trabalho pelo modo historicamente praticável de competição – diretamente mediada econômica ou politicamente – entre a fragmentação multiplicidade do trabalho.

A cisão se apresenta como fruto para a sobrevivência do capital. Como exposto acima cabe ao capitalista o controle dos meios de produção e o controle da força de trabalho. Esta apresenta-se como mercadoria ao capitalista que ao utilizar-se da força de trabalho realiza-a, transformando matéria prima em mercadoria. Ao trabalhador

cabe o salário, a remuneração pela jornada de trabalho. Ao proprietário dos meios de produção, cabe todo o excedente da produção, assim, quanto mais rápido se completar o ciclo de produção, mais-valor será obtido de forma relativa¹⁴. Sobre este processo Marx (2014, p. 482) expõe que

o dinheiro que o capitalista paga a força de trabalho que comprou “lhe serve na função de capital”, uma vez eu, por meio desse dinheiro, incorpora a força de trabalho aos componentes materiais de seu capital e, com isso, põe seu capital em condições de começar a operar como capital produtivo. Distingamos: a força de trabalho é mercadoria, não capital nas mãos do trabalhador, e constitui para ele uma renda na medida em que possa repetir constantemente sua venda; depois da venda, durante o próprio processo de produção, ela funciona como capital nas mãos do capitalista. O que aqui para duas vezes é a força de trabalho: como mercadoria que é vendida a seu valor, nas mãos do capitalista que a comprou. Mas o trabalhador só recebe dinheiro o capitalista depois de ter-lhe cedido o uso de sua força de trabalho, depois de esta última já estar realizada no valor do produto do trabalho. O capitalista tem esse valor em suas mãos antes de tê-lo pago. Portanto, não é o dinheiro que opera duas vezes- primeiro como forma-dinheiro do capital variável e, em seguida como como salário. Antes á a forma de trabalho que operou duas vezes: primeiro, como mercadoria da venda da força de trabalho; segundo, no processo de produção, em que, em poder do capitalista, ela funciona como capital.

Desta forma, cabe resgatar as contribuições de Engels que retoma de maneira sintética o processo de produção e a forma de remuneração, para ele

O processo de produção se extingue na mercadoria. O fato de a força de trabalho ter sido despendida em sua fabricação aparece agora como uma propriedade material da mercadoria, como a propriedade de possui valor; a grandeza desse valor é medida pela grandeza do trabalho despendido; o valor-mercadoria não se decompõe em nenhuma outra coisa, nem consiste em nada além disso. [...] Esse fato tampouco é afetado pela circunstância de que o valor da força de trabalho, que o capitalista para ao trabalhador sob a forma de salário, assuma para o trabalhador a forma de rende e que, por meio desta última, seja constantemente reproduzida não só a força de trabalho, como também a classe dos assalariados como tal e, a base de toda a produção capitalista (MARX, 2014, p. 487-489).

De maneira simplificada apresentou-se o ciclo simples da mercadoria e do capital, que transforma, utilizando a força de trabalho e os meios de produção, dinheiro em dinheiro acrescido de mais-valor. Marx (2017) esmiúça em seu trabalho os custos de transporte e armazenagem e a partilha do mais-valor entre os capitalistas comerciais e os monetários, entretanto não será aprofundado nesta tese.

¹⁴ Tem-se, portanto, duas formas de aumentar o mais-valor: de forma absoluta, por meio da ampliação da jornada de trabalho, e de forma relativa, por meio do controle do ritmo da produção – este sempre associado ao desenvolvimento das forças de produção (MARX, 2013). Em específico nesta tese, as formas de mais-valor encontram-se como central na discussão. Pois o aumento do ritmo ou mesmo, o aumento das horas trabalhadas incide diretamente na saúde e segurança do trabalhador.

Após a apresentação genérica sobre o MPC, adentrar-se-á em alguns pontos em específico. Central na discussão do modo de produção capitalista tem-se o processo de trabalho, conceituado em Marx (2013, p. 258) como “a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, [que] opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início”. E segue:

o processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado (MARX, 2013, p. 258).

O processo de trabalho é determinado pela cooperação capitalista – apreendida como “a forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjuntos, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes porém no conexos” (MARX, 2013, p. 400) – que é basilar do MPC, mesmo que desenvolva outros formatos, como exposto em Marx (2013, p. 410): “a cooperação simples continua a ser a forma básica do modo de produção capitalista, embora sua própria configuração simples apareça como forma particular ao lado de suas formas mais desenvolvidas”. O aglomerado de trabalhadores regidos, sob o mesmo capitalista, transforma as mercadorias em produtos com finalidade determinada.

Dessa forma, a força de trabalho livre, amontoa-se em um determinado espaço, onde cada trabalhador desempenha uma função parcelar do processo de produção. Sobre a divisão do trabalho Marx (2013, p. 413) discorre que:

para o correto entendimento da divisão do trabalho na manufatura, é essencial apreender os seguintes pontos: primeiramente, a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide plenamente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução permanece artesanal e, portanto, continua a depender da força, da destreza, da rapidez e da segurança do trabalhador individual no manuseio de seu instrumento. O trabalho artesanal permanece sendo a base, e essa base técnica limitada exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial que o produto percorre tem de ser executável como trabalho parcial artesanal. É justamente porque a habilidade artesanal permanece como a base do processo de produção que cada trabalhador passa a dedicar-se exclusivamente a uma função parcial, e sua força de trabalho é então transformada em órgão vitalício dessa função parcial. Por fim, essa divisão do trabalho é um tipo particular da cooperação, e várias de suas vantagens resultam da essência geral da cooperação, e não dessa sua forma particular.

Em específico no capítulo 12 do capital, Marx discorre sobre a divisão do trabalho, apresentando as diferentes formas que a cooperação capitalista abarca no

desenvolvimento da indústria. O ápice é a grande indústria, qual o autor dedica o capítulo 13 com suas elucubrações sobre essa forma industrial (MARX, 2013).

Observa-se que MP (meios de produção) e o T (trabalho) expresso na fórmula sintética do modo de produção capitalista englobam o processo de trabalho, e conforme as especificidades dos meios de produção e a forma de divisão do trabalho – retomado a frente – influenciam na base técnica do processo de produção. Adota-se o entendimento de Paço Cunha (2019, p. 89) sobre base técnica, como “a especificidade dos meios empregados em termos de capital fixo: instrumentos, ferramentas, maquinaria”. Há correlação entre a base técnica e o trabalho, ou a organização do trabalho, influenciando nas formas de cooperação apresentadas por Marx (2013, p. 418):

ao combinar ofícios originalmente dispersos, tal manufatura reduz a separação espacial entre as fases particulares de produção do artigo. O tempo de sua passagem de um estágio para o outro é reduzido, assim como o trabalho que medeia essa passagem. Em comparação com o artesanato obtém-se, na verdade, do caráter cooperativo geral da manufatura. Por outro lado, seu princípio peculiar da divisão de trabalho provoca um isolamento das diferentes fases de produção, que, como diversos outros trabalhos parciais artesanais, se isoladas exige o transporte constante de artigos de uma mão para outra e de um processo para outro. Do ponto de vista da grande indústria, isso se revela uma limitação característica, dispendiosa e imanente ao princípio da manufatura.

O excerto acima apresenta pontos distintos entre os métodos de extração de mais-valor. De maneira sintética fora apresentado por Paço Cunha (2019, p. 99) como visto no quadro a seguir:

Quadro 2: Distinção entre os métodos [de extração de mais-valor]

	<i>Cooperação simples</i>	<i>Manufatura</i>	<i>Manufatura moderna</i>	<i>Grande indústria</i>	<i>Grande indústria moderna</i>
<i>Princípio Operante</i>	Princípio subjetivo. Ocupação simultânea de trabalhadores e meios de produção	Princípio subjetivo. Divisão natural-espontânea do trabalho. Capital Variável	Princípio subjetivo em evanescência. Divisão sistemática do trabalho. Capital variável	Princípio objetivo. Automação técnica. Capital Fixo	Princípio objetivo. Automação técnica. Capital fixo
<i>Base técnica</i>	O trabalhador e sua ferramenta	O trabalhador e sua ferramenta. Desenvolvimento progressivo de outras formas de força motriz	O trabalhador e sua ferramenta. Maior grau de mecanização com introdução de linha de montagem	Sistema de Máquinas	Sistemas de máquinas avançadas pela robótica e microeletrônica, integradas por sistemas de informação e operadas por computação pesada. Machine learning (robótica + big data + i.a.)
<i>Organização do trabalho</i>	Combinação acidental da força de trabalho. Desenvolvimento rudimentar da hierarquia de comando do capital	Combinação de trabalhadores parcelares com progressivos estudos da produtividade do trabalho	Combinação de trabalhadores parcelares com técnicas de intensificação do trabalho. Consumo dos estudos sobre produtividade do trabalho e aplicação do Taylorismo e Fordismo	Acomodação dos trabalhadores como apêndices ao sistema de máquinas. Trabalho de vigilância do sistema e formação de equipes de trabalho, com aumento de importância do trabalho de manutenção do sistema de máquinas	Pequeno número de trabalhadores de manutenção do sistema de máquinas e nos sistemas integrativos e operadores
<i>Processo típico</i>	Processos de trabalho paralelos ou interdependentes com baixa divisão do trabalho	Divisão do trabalho por funções interdependentes em conjunto ou em linha	Linha de montagem mecanizada	Processo automatizado contínuo ou em série	Processo automatizado contínuo ou em série

Fonte: (PAÇO CUNHA, 2019, p. 99, itálicos no original).

O quadro 2, apresentado na página anterior, resume e possibilita a distinção entre os métodos de extração de mais-valor. A saber, existem diversas tipologias de exposição das formas de produção do capital, como em Benini (2012), que apresenta baseado nas especificidades do trabalho: do tipo artesão; do tipo manufatureiro; e, do tipo industrial. A distinção entre eles dá-se na relação do trabalhador com a organização e os instrumentos de trabalho, a divisão do trabalho, e as formas de capital, dominação e extração de sobretrabalho. E o autor acrescenta:

oportuno salientar que o capital industrial, filho das circunstâncias e condições materiais/forças produtivas oriundas da revolução na relação dialética entre homem e natureza, relação social a qual se fundou e firmou a formação sócio-histórica capitalista, fundamenta-se, assim como seus pré-geritores e partes constituintes, a saber, o capital monetário e comercial, na determinação estrutural e vertical do processo de trabalho, que usurpa todo o poder de tomar decisões. A única diferença é que o capital industrial e sua configuração capitalista, fase superior linearmente, mas nem por isto mais vital para o sistema sociometabólico do capital, caracteriza-se pelo modo econômico de extração de sobretrabalho, das quais as mediações burguesas como mercado, concorrência e Estado capitalista são elementos constitutivos (BENINI, 2012, p. 47).

A discussão também é apresentada por Giovanni Alves (2018), que em verdade, traz a forma contemporânea – fase superior linearmente – qual retoma o termo utilizado por Braverman (1977) de maquinofatura. E expõe:

a *maquinofatura* instaurou novas determinações concretas da precarização do trabalho estrutural do trabalho vivo. A constituição da maquinofatura nas condições históricas da crise estrutural do capital como crise estrutural de valorização do valor, transformou efetivamente os *termos e os modos de ser* da precarização do trabalho vivo. Como nova forma de produção do capital, produto do desenvolvimento da manufatura e da grande indústria, a maquinofatura surgiu como determinação da base técnica do sistema de produção de mercadorias implicando irremediavelmente na constituição da nova relação homem x natureza. A técnica como tecnologia, ou ainda, a tecnologia como forma social da técnica, é uma mediação necessária do metabolismo social (ALVES, 2018, p. 201-202, itálicos no original).

Observa-se que há diferenças de sentido na adoção do mesmo termo, em Braverman (1977) refere-se ao estágio intermediário, entreposto pelos processos artesanais anteriores a revolução industrial e, os processos da empresa moderna:

no primeiro estágio do capitalismo o trabalho tradicional do artesão é subdividido em suas tarefas constituintes e executado em série por uma cadeia de trabalhadores parcelados, de modo que o processo muda pouco; o que mudou foi a *organização do trabalho*. Mas, no estágio seguinte, a maquinofatura, o instrumento de trabalho é retirado das mãos do trabalhador e transferido para um mecanismo acionado por energia da natureza captada para esse fim que, transmitida à ferramenta, atua sobre o material para produzir o resultado desejado; assim, a mudança no modo de produção neste caso advém de uma mudança nos *instrumentos de trabalho* (BRAVERMAN, 1977, p. itálicos no original)

No entanto o sentido expresso por Alves (2018) apreende que:

a maquinofatura, que se constituiu a partir da nova base técnica (a tecnologia informacional), põe, como pressuposto efetivo, a “captura” da subjetividade da pessoa humana por meio do *espírito do Toyotismo*, implicando, de modo intensivo e extensivo, o processo de reprodução social do trabalho vivo. Deste modo, com o surgimento da maquinofatura, alterou-se os termos do estranhamento social, dado pela relação *tempo de vida/tempo de trabalho* e pela constituição de um novo modo de vida: o “modo de vida *just-in-time*” (ALVES, 2018, p. 203-204, itálicos no original).

Como exposto, os conceitos impostos pelos autores a terminologia maquinofatura são diversos. Nesta tese, optou-se a adoção dos métodos de extração de mais-valor proposto por Paço Cunha (2019) e apresentados no quadro 2, p. 56. A escolha fora baseada por melhor expressar e diferenciar tais métodos. Há na terminologia utilizada – cooperação simples, manufatura, manufatura moderna, grande indústria e grande indústria moderna – materialidade e clareza. Evita-se assim, criar uma categoria enigmática, como já advertido na nota de rodapé 13, presente na página 51.

É possível observar com o passar dos anos a expansão do capitalismo e suas metamorfoses, tal processo impacta, também, o trabalhador. Desde as variações na tipologia como exposto por Benini (2012), devido as modificações na base técnica, ou incremento de capital constante, e, ou, as modificações no controle, como a “captura da subjetividade” (ALVES, 2018), e, ou, na necessidade contínua de habituação do trabalhador (BRAVERMAN, 1977, p. 124) que se dá pela “transformação da humanidade trabalhadora em uma ‘força de trabalho’, em ‘fator de produção’, como instrumento do capital, [por meio de] um processo incessante e interminável”.

A concepção capitalista de usufruto da força de trabalho expande-se e se apropria do trabalhador por inteiro, controlando-o, após parcelar suas funções, e, por vezes, inutilizando as suas capacidades cognitivas, que são transferidas para a gerência (BRAVERMAN, 1977). O trabalhador está subsumido ao capital.

Marx desenvolve o conceito da subsunção que pode ser apreendido como: “o trabalhador está subsumido ao capital na medida em que não possui meios de produção e é obrigado a se tornar um trabalhador assalariado” (ROMERO, 2005, p. 19). O conceito é dividido em dois para Marx (2013) a subsunção formal e a real. Como nos alerta Romero (2005) inicialmente a subsunção se dá na maneira formal e ocorre quando “o capital ainda não se apoderou diretamente do processo de trabalho” (MARX, 2013, p. 579). O trabalhador ainda possui controle sobre o ritmo de trabalho, contudo, com as modificação de base técnica, “o lugar da subsunção formal do trabalho é ocupado por sua subsunção real” (MARX, 2013, p. 578).

E o autor continua:

uma simples alusão a formas híbridas, em que o mais-valor não se extrai do produtor por coerção direta e que tampouco apresentam a subordinação formal do produtor ao capital. Nesses casos, o capital ainda não se apoderou diretamente do processo de trabalho. Ao lado dos produtores independentes, que exercem seus trabalhos artesanais ou cultivam a terra de modo tradicional, patriarcal, surge o usurário ou o comerciante, o capital usurário ou comercial, que os suga parasitariamente. O predomínio dessa forma de exploração numa sociedade exclui o modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que, como na Baixa Idade Média, pode servir de transição para ele. Por último, como mostra o exemplo do trabalho domiciliar moderno, certas formas híbridas são reproduzidas aqui e ali na retaguarda da grande indústria, mesmo que com uma fisionomia completamente alterada.

Se, por um lado, para a produção do mais-valor absoluto basta a subsunção meramente formal do trabalho sob o capital – por exemplo, que artesãos que antes trabalhavam para si mesmos ou como oficiais de um mestre de corporação passem a atuar como trabalhadores assalariados sob o controle direto do capitalista –, vimos, por outro, que os métodos para a produção do mais-valor relativo são, ao mesmo tempo, métodos para a produção do mais-valor absoluto. Mais ainda, a extensão desmedida da jornada de trabalho mostra-se como o produto mais genuíno da grande indústria. Em geral, tão logo se apodera de um ramo da produção – e, mais ainda, quando se apodera de todos os ramos decisivos da produção –, o modo de produção especificamente capitalista deixa de ser um simples meio para a produção do mais-valor relativo. Ele se converte, agora, na forma geral, socialmente dominante, do processo de produção. Como método particular para a produção do mais-valor relativo, ele atua: em primeiro lugar, apoderando-se de indústrias que até então estavam subordinadas apenas formalmente ao capital; ou seja, atua em sua propagação; em segundo lugar, na medida em que as mudanças nos métodos de produção revolucionam continuamente as indústrias que já se encontram em sua esfera de ação (MARX, 2013, p. 578-579)

Em outras palavras a subsunção real é conceituada por Romero (2005, p. 19):

o conceito de subsunção real designa a relação de dominação e subordinação do trabalho frente ao capital do período industrial. Neste momento, o trabalhador passa por um processo de expropriação do seu saber-fazer e cristalização desse conhecimento em um processo mecânico e objetivo (as máquinas-ferramentas). O trabalhador passa a não mais ter domínio completo sobre o ritmo da produção e principalmente, sobre o modo de se produzir – e isso passa a ser ditado pela maquinaria, a qual subsume realmente o trabalhador. Com isso, o aumento da exploração do trabalho pode se dar igualmente pela intensificação do trabalho.

Desta forma, o trabalhador subsumido ao capital, é incorporado ao processo produtivo e perde – ou lhe é retirado – sua capacidade de reflexão e ação nos processos de trabalho. A subsunção do trabalhador possui conexões sobre as formas de extração de mais-valor sobre o trabalho, que – como visto no excerto anterior – para Marx são duas: o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo. O autor os diferencia da seguinte forma: quando “obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção

entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo” (MARX, 2013, p. 390).

Aprender sobre o mais-valor é possível, pois Marx (2013) demonstra a forma que o capitalista é remunerado pelo excedente do trabalho necessário. Quando convertido o valor da força de trabalho em tempo de trabalho, se tem o tempo de trabalho necessário. Um trabalhador que recebe ao final do dia e equivalente a 200 peças produzidas, e produz 50 peças por hora, possui valor da força de trabalho equivalente a quatro horas. Se contratado por um dia (8 horas) e um trabalhador produz 400 peças, em suas 8 horas de trabalho, gera um mais-valor de 200 peças. Quando submetido a uma extensão da jornada de trabalho, para 12 horas produzirá 600 peças, mesmo que seja remunerado na proporção da sua carga horária contratada, em um dia de trabalho de 12 horas, gerará um mais-valor de 300 peças. Em tais situação do prolongamento da jornada de trabalho, tem-se o mais-valor absoluto. Sobre a extensão da jornada, Marx (2013, p. 306) alerta que:

a jornada de trabalho possui um limite máximo, não podendo ser prolongada para além de certo limite. Esse limite máximo é duplamente determinado. Em primeiro lugar, pela limitação física da força de trabalho. Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despense apenas uma determinada quantidade de força vital. Do mesmo modo, um cavalo pode trabalhar apenas 8 horas diárias. Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época. A variação da jornada de trabalho se move, assim, no interior de limites físicos e sociais, porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações. Desse modo, encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, ou seja, das mais distintas durações.

Todavia, há outra forma de extração do mais-valor, o mais-valor relativo. Sendo esse de extrema importância para o capitalista que adquiriu a força de trabalho para o dia todo e busca sugar toda sua força disponível, ora além de seus limites físicos, como ver-se-á no capítulo 4: adoecimento do trabalhador: reflexos da intensificação do trabalho, p. 141. Ocorre quando se consegue ampliar a força produtiva do trabalho, e, como no exemplo acima, em oito horas, se consegue produzir 500 peças, desta forma, o trabalhador que fora contratado pelo valor de 200 peças, produziu um mais-valor de 300, um incremento de 100 peças no mesmo tempo de trabalho. O mais-valor relativo é explicitado em Marx (2013, p. 391), dessa forma:

Se 1 hora de trabalho se representa numa quantidade de ouro de 6 pence ou 1/2 xelim, numa jornada de trabalho de 12 horas será produzido um valor de 6 xelins. Suponha que, com dada força produtiva do trabalho, sejam produzidas 12 peças de mercadorias nessas 12 horas de trabalho. E que seja de 6 pence o valor dos meios de produção, matéria-prima etc. gastos em cada peça. Nessas circunstâncias, cada mercadoria custa 1 xelim, sendo 6 pence pelo valor dos meios de produção e 6 pence pelo valor novo adicionado em sua confecção. Agora, suponha que um capitalista consiga duplicar a força produtiva do trabalho e, desse modo, produzir, durante as mesmas 12 horas de trabalho, 24 peças dessa mercadoria, em vez de 12. Permanecendo inalterado o valor dos meios de produção, o valor de cada mercadoria cai agora para 9 pence, sendo 6 pence pelo valor dos meios de produção e 3 pence pelo valor novo agregado pelo último trabalho. Mesmo com a força produtiva duplicada, a jornada de trabalho continua a criar, como antes, apenas um novo valor de 6 xelins, que agora se distribui, no entanto, sobre duas vezes mais produtos.

Como visto, no quadro 2, p. 56, os métodos de extração do mais-valor são distintos entre eles, contudo, as formas de mais-valor permanecem as mesmas, ou pela extensão da jornada, ou, pela intensificação do trabalho que reduz o trabalho necessário. A objetificação do trabalho e a transformação em mercadoria rompe com o desenvolvimento humano e a transformação do ser humano em ser social pelo trabalho. O salto ontológico de formação do ser social será apresentado no próximo tópico.

2.2 TRABALHO: O SALTO ONTOLÓGICO DO SER SOCIAL

A centralidade do trabalho para a vida humana é indiscutível. “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 255). E o homem diferencia-se de qualquer animal pela capacidade antecipação mental do processo de trabalho, sendo resultado o produto materializado. Como expõe Marx (2013, p. 255-256):

o que distingue desde o início o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

Tal passagem, além de elucidativa sobre a formação do ser social, para Lukács (2013b, p. 37) é o enunciado da “categoria ontológica central do trabalho: através dele

realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico¹⁵ enquanto surgimento de uma nova objetividade”. De maneira sucinta entende-se que o homem só o é pelo trabalho; sendo-o, pelo trabalho – na transformação da natureza – dado o salto ontológico do ser social. Pois cabe ao trabalho uma dupla transformação pois, “por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (LUKÁCS, 2013a, p. 199).

A ontologia do ser social pelo trabalho também está expresso em Antunes (2009) que apresenta a relação com a sociabilidade. O autor aponta que:

Embora seu aparecimento seja simultâneo ao trabalho, a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. encontram sua origem a partir do próprio ato laborativo. O trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no centro do processo de humanização do homem (idem: V e 1). Para apreender a sua essencialidade é preciso, pois, vê-lo tanto como momento de surgimento do pôr teleológico quanto como protoforma da práxis social (ANTUNES, 2009, p. 136).

O trabalho, como mencionado acima, é anterior ao modo de produção capitalista e era alvo de discussões dos gregos. Aristóteles (apud LUKÁCS, 2013b) faz no trabalho a distinção dos componentes agir e pensar. E Lukács (2013b, p. 41) apresenta que “através do primeiro é posto o fim e se buscam os meios para sua realização; através do segundo o fim posto chega à sua realização”. Como representado pelos dois autores o trabalho é complemento entre o agir e pensar que possibilita ao trabalhador a projeção ideal em sua mente e a partir disso a execução material do produto.

A crítica a esta fragmentação encontra-se voz também em Antunes (2009, p. 24) “cada uma das formas de mediação de primeira ordem é alterada e subordinada aos imperativos de reprodução do capital. As funções produtivas e de controle do processo de trabalho social são radicalmente separadas entre aqueles que produzem e aqueles que controlam”. Esta separação entre pensar e agir fora apreendida pelos primeiros teóricos da administração e transfigurada pela aplicação da ‘ciência’ nas organizações (GURGEL; JUSTEN, 2015) e, nesta tese a divisão do trabalho está entremeada em todos os capítulos, em específico sobre a ciência administrativa, ver tópico 3.4, p. 102.

¹⁵Conceito filosófico que pode ser entendido como produzir ou criar algo com um propósito ou finalidade, no caso da passagem, entende-se que pelo trabalho, no âmbito material do ser, cria-se como finalidade uma nova objetividade do ser, ele se transforma enquanto transforma a matéria.

Em seu entendimento mais amplo do trabalho, ele se dá em uma relação dialética entre a natureza e o social. Quando o ser humano transforma um determinado item da natureza, está em ato laborativo. Em seu processo evolutivo, o ser social, integra ao processo de transformação da relação com a natureza, os outros seres humanos, criando uma inter-relação entre eles. Tal interação é descrita por Antunes (2009, p. 138):

O trabalho, entendido em seu sentido mais genérico e abstrato, como produtor de valores de uso, é expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza. No seu sentido primitivo e limitado, por meio do ato laborativo, objetos naturais são transformados em coisas úteis. Mais tarde, nas formas mais desenvolvidas da práxis social, paralelamente a essa relação homem-natureza desenvolvem-se inter-relações com outros seres sociais, também com vistas à produção de valores de uso. Emerge aqui a práxis social interativa, cujo objetivo é convencer outros seres sociais a realizar determinado ato teleológico. Isso se dá porque o fundamento das posições teleológicas intersubjetivas tem como finalidade a ação entre seres sociais. Quaisquer que sejam as relações puras imediatas de poder, os homens que as exercem ou que as sofrem são aqueles que reproduziram a própria vida em determinadas condições concretas, possuindo, em consequência, determinadas aptidões, habilidades, capacidades etc. e que, portanto, só podem atuar, adaptar-se etc. de modo correspondente a elas .

E segundo o próprio autor o trabalho torna-se complexo, a exemplo dos seres sociais que por meio de suas interrelações derivam “posições teleológicas secundárias”, conforme explicitado abaixo:

O trabalho tem, portanto, quer em sua gênese, quer em seu desenvolvimento, em seu ir-sendo e em seu vir-a-ser, uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido amplo. O aparecimento de formas mais complexificadas da vida humana, as posições teleológicas secundárias, que se constituem como momento de interação entre seres sociais, de que são exemplos a práxis política, a religião, a ética, a filosofia, a arte etc., que são dotadas de maior autonomia em relação às posições teleológicas primárias, encontra o seu fundamento ontológico-genético a partir da esfera do trabalho. Menos que descontinuidade e ruptura em relação às atividades laborativas, elas se configuram como tendo um maior distanciamento e um prolongamento complexificado (e não pura derivação) em relação ao trabalho. Porém, esses níveis mais avançados de sociabilidade encontram sua origem a partir do trabalho, do intercâmbio metabólico entre ser social e natureza (ANTUNES, 2009, p. 142).

O processo evolutivo e de transformação, para além do ocorrido com os seres sociais e o trabalho por sua interrelação, também ocorre com o capital como descrito ao longo do capítulo, como visto, o MPC força a uma transformação do trabalho, ao fragmentá-lo e subsumir aos mandos do capital. Dessa forma, o avanço do capitalismo traduz em avanço sobre pores teleológicos e, inclusive, a vida dos trabalhadores. Para referendar e acelerar o avanço, há necessidade, de construção de uma narrativa de

apoio a essa força de exploração do trabalho, colocando-se contrária ao trabalho, objetivando o seu ruir, como ver-se-á no item a seguir.

2.2.1 Destruição do trabalho: a busca por deslegitimar o trabalhador

O soçobrar do trabalho acontece por sucessivas transformações do trabalhador em apêndice do sistema produtivo, orientada pela gerência, como expõe Braverman (1977, p. 137):

Considerada de um ponto de vista técnico, toda produção depende das propriedades físicas, químicas e biológicas de materiais e dos processos que se baseiam nelas. A gerência, em suas atividades como organizadora do trabalho, não lida diretamente com esse aspecto da produção; ela meramente proporciona a estrutura formal para o processo produtivo. Mas o processo não está completo sem o seu conteúdo, que é uma questão de técnica. Esta [...] é primeiramente a da especialidade, do ofício, e depois assume um caráter cada vez mais científico à medida que o conhecimento das leis naturais aumenta e destitui o conhecimento fragmentário e as tradições fixas do ofício. A transformação do trabalho de uma base de especialidade para uma base de ciência pode-se, pois, considerar como incorporando um conteúdo fornecido por uma revolução científica e técnica, dentro de uma forma dada pela rigorosa divisão e subdivisão do trabalho patrocinada pela gerência capitalista.

Nesse aspecto, e como visto no excerto acima, o avanço das teorias administrativas possuem relação íntima e significativa (CUNHA; GUEDES, 2017). Pois, o avanço parcelar do processo de trabalho, reduz as funções a porções ínfimas, e possibilita controle e planejamento externo da atividade (BENINI, 2012).

O processo destrutivo do capital não é único, são diversas as formas de ver, teorizar e praticar o processo de destruição do trabalho. No campo teórico alguns autores apresentam que o trabalho chegou-se ao fim, pois as ocupações disponíveis agora não estão em sua maioria ligadas à indústria e o século XXI é pautado pelo fim do trabalho ou pela busca de outras ocupações e necessita despertar o ser criativo de cada um, como expõe De Masi (2009) ou mesmo Gorz (1982, apud ANTUNES, 2006). Contudo, discorda-se destes, e entende o trabalho na perspectiva como apresenta Antunes (2006, p. 10):

defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, com escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.

Diante das formas de trabalho, observam-se as contrarreformas impopulares avançarem, flexibilizando os direitos adquiridos dos trabalhadores, vide a reforma

trabalhista – Lei 13.467 de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017a); e, a Lei da Liberdade Econômica, lei 13.874 de 20 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019c). Retomar-se-á no capítulo 4, sobre o adoecimento do trabalhador, p. 141, as questões referentes ao soçobrar dos direitos trabalhistas. Clama a atenção, pela diversidade dos ataques ao trabalhador, em todos os âmbitos de sua vida cotidiana: na derruição ideológica do trabalho; no desmonte da legislação protetiva; e, na materialidade do desemprego e suas consequências.

Dessa forma, a materialidade do trabalho continua existindo conforme expressa Antunes (2011), todavia, o trabalho é precário em suas relações. Tal fato reforça a agenda teórico-política-econômica neoliberal de isolamento do trabalhador em âmbito jurídico-legal e no âmbito social. Assim:

os laços sociais duráveis são desfeitos, não apenas pela falta de tempo de cultivar as relações e pela efemeridade dos contatos na lógica das redes e projetos de curto prazo. A erosão das solidariedades também se dá pela instituição da concorrência generalizada como norma social e pela responsabilização de cada um pelo seu próprio sucesso ou fracasso, mesmo quando as variáveis que determinam as trajetórias dependam de realidades macroeconômicas e sociais que estão completamente fora do alcance das pessoas isoladamente. Desde os vínculos de pertencimento se desfazem, legando ao indivíduo um deserto relacional. A chave para compreensão do isolamento desértico são os dispositivos associados às noções inter-relacionais de capital humano e de empreendedor de si mesmo (ANDRADE, 2015, p. 367).

Como visto, o indivíduo é aprisionado em seu próprio mérito. A preocupação de evolução individual fragiliza os elos coletivos, instalando uma ordem concorrencial dentre os trabalhadores de uma mesma classe. Possibilitam assim “uma releitura das relações entre capital e trabalho, convertendo todo trabalhador em um capitalista de si mesmo” (ANDRADE, 2015, p. 369). Entretanto, é contraditório este processo, pois a autonomia enquanto capitalista de si mesmo é usurpada do indivíduo que “leva a cabo sua autocoerção e sua autoculpabilização do modo a tornar vendável seus serviços” (ANDRADE, 2015, p. 371).

O trabalho parcial faz parte da construção desse novo operário, que é bem-sucedido quando se ocupa todo o seu tempo de vida para os diversos empregos em troca de um salário de subsistência. Este movimento é alavancado pelo capital que “desemprega cada vez mais trabalho estável, substituindo-os por trabalhos precarizados, que se encontram em enorme expansão no mundo agrário, industrial e de serviços, bem como nas múltiplas interconexões existentes entre eles, como na

agroindústria, nos serviços industriais ou na indústria de serviços” (ANTUNES, 2011, p. 407).

Antunes (2011, p. 411) é preciso ao descrever o momento vivenciado por todos os trabalhadores:

Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc. O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais esclarecedor. Em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego, o fechamento das fábricas, o despotismo do trabalho etc; como tantas vezes Marx indicou. Hoje, entretanto, contrariamente a essa autêntica motivação original, os capitais criam falsas cooperativas como instrumental importante para depauperar ainda mais as condições de remuneração da força de trabalho e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, fazendo erodir ainda mais os direitos trabalhistas. As “cooperativas” patronais tornam-se, então, contemporaneamente, verdadeiros empreendimentos visando aumentar ainda mais a exploração da força de trabalho e a consequente precarização da classe trabalhadora. Similar é o caso do “empreendedorismo”, que cada vez mais se configura como forma oculta de trabalho assalariado e que permite o proliferar das distintas formas de flexibilização salarial, de horário, funcional ou organizativa. É nesse quadro, caracterizado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, em amplitude ainda maior, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho.

Somado ao desmonte da reforma trabalhista já mencionada acima, tem-se a liberação da terceirização irrestrita julgada em agosto de 2018 pelo Supremo Tribunal Federal - STF (EBC, 2018). O trabalhador para inserir-se no mercado de trabalho está sujeito as regras estipuladas pelo próprio mercado. A exemplo tem-se a demissão em massa de 1200 trabalhadores da Universidade Estácio de Sá, anunciados após a vigência da reforma trabalhista (EL PAÍS, 2017). Estes efeitos já haviam sido teorizado por Mészáros (2011, p. 615):

O avanço histórico representado pelo estágio capitalista de desenvolvimento produtivo (abarcando, apesar de tudo, apenas alguns séculos da história total da humanidade) é um retrocesso real se considerado em relação ao seu impacto da dialética da necessidade e produtividade, porque rompe radicalmente a relação prévia que prevaleceu, como já mencionado, por milhares de anos. Remove – como deveria – não apenas as determinações limitantes da produção orientada-para-a-necessidade, mas simultaneamente também a possibilidade de controlar as tendências destrutivas que emergem da dominação total da qualidade pelos imperativos da expansão quantitativa ilimitada do capital.

Diante do exposto, verifica a tentativa teórico-formal de destruição do trabalho, enquanto nas relações cotidianas, vê-se a efetivação da submissão do trabalho ao capital. Para Márcio Pochmann (2018) se apreende o derruir do sentido do trabalho

como uma desestabilização da centralidade, que fora modificada, subtraindo do ser social e transferindo-a para as máquinas. Para o autor, isso ocorre por haver

dispersão crescente das unidades produtivas em distintas regiões do mundo, estimuladas por transformações tecnológicas de informação e comunicação, bem como pela gigante onda de rebaixamento dos custos de trabalho, com menores restrições à segurança ambiental e ao pagamento tributário. Tudo isso patrocinado pela generalização das políticas neoliberais, cada vez mais questionadoras do sistema interestatal difundido no período após a Segunda Guerra Mundial (POCHMANN, 2018, p. 68).

Por sua vez, Giovanni Alves (2018), contempla em seu texto a discussão da destruição do trabalho, como fator contraditório no Capital, que avança sobre o particionamento do processo de trabalho e a alienação do trabalhador. Ao trabalhador em condições submissas lhe é imposto o trabalho precário, e pouca “segurança jurídica”, pelo afrouxamento das leis trabalhistas.

Mesmo com diferenças gerais na apreensão dos autores supracitados, ambos concordam que o movimento do processo capitalista avançar sobre o trabalho tem fato gerador as contradições impostas pelo próprio MPC, nas palavras de Pochmann (2018): o estrangulamento do capital, ou, a barbárie social, para Alves (2018).

Ambos os autores apontam para o momento de crise do capital. Pochmann (2018, p. 69) discorre que “às históricas crises do capitalismo que revelam não apenas maiores dificuldades à classe trabalhadora, mas também oportunidades para a sua profunda reação e reestruturação”. Diferente de Pochmann que apresenta uma possível solução para o momento, Alves (2018) se detém a apresentar as transformações do capital que se apropria do trabalhador por completo, não apenas de sua força de trabalho:

Com a “sociedade de serviços” disseminou-se o novo *conteúdo material* da forma social do trabalho abstrato: o *trabalho ideológico*, entendido como sendo um modo de trabalho humano concreto que implica a *ação comunicativa sobre outros homens (e inclusive sobre si mesmo)*. Por exemplo, as profissões de educadores, assistentes sociais, cuidadores, médicos, juízes, vendedores, psicólogos, analistas simbólicos, etc, são atividades laborais onde se exerce a ação ideológica sobre outros homens e sobre si mesmo. O complexo vivo do trabalho ideológico surgiu do próprio desenvolvimento do processo civilizatório do capital, caracterizando hoje, não apenas os serviços de controle e apoio à reprodução social, mas as atividades preparatórias, e inclusive, atividades diretas da produção social (ALVES, 2018, p. 205, *itálicos no original*).

Para Alves (2018), o trabalho ideológico é essencial para dirimir, como ver-se-á no tópico a seguir, um dos efeitos do movimento do capital: a lei de queda da taxa de lucro e as causas contra-arrestantes. Há neste item e no tópico seguinte a dificuldade da linearidade e discussão dialética do texto. As alterações do mundo do

trabalho ocorrem com as modificações da forma de extração de mais-valor, como apresentado no quadro 2, p. 56, que imbricadas no avanço do processo capitalista, como será exposto no tópico seguinte a lei da queda tendencial da taxa de lucro e as causas contra arrestantes. Não há uma linearidade histórica sobre os ocorridos, mesmo que se tem de parcelar e fechá-los em itens e tópicos para a apresentação desta tese.

2.3 LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO E AS CAUSAS CONTRA-ARRESTANTES

A lei de queda da taxa de lucro é considerada por Marx (2011, p. 626) “a lei mais importante da economia política moderna e a mais essencial para compreender as relações mais complicadas”. Apreende-se a taxa de lucro como “a proporção entre o mais-valor e o capital total adiantado, ao passo que a taxa de mais-valor é a proporção entre o mais-valor e a parte meramente variável desse capital” (MARX, 2013, p. 591). Recordaremos o exemplo utilizado por Marx (2013, p. 585), que se um conjunto de trabalhadores produzirem 20% além do valor de seus salários, os lucros serão com base no valor adiantado. O capitalista que adiantou \$500, divididos em \$400 em meios de produção e \$100 em salários, e os trabalhadores produzirem 20% de excedente, “então a taxa de lucro será de 20:500, isto é 4%”. E a taxa de mais-valor seria 20:100, estes sim, 20% de mais-valor produzidos pelos trabalhadores. Observa-se que “ao mesmo tempo que o mais-valor e o lucro são, na verdade, a mesma coisa, e também numericamente iguais, o lucro é uma forma transformada do mais-valor, uma forma em que sua origem e o segredo de sua existência são encobertos e apagados” (MARX, 2017, p. 73). A taxa de lucro é, como afirma Marx (2017, p. 95), “determinada por dois fatores principais: a taxa do mais-valor e a composição de valor do capital”.

No MPC há algo que lhe é particular, logo sua função, “a avidez do lucro, por um lado, e a concorrência, por outro – a qual compele à produção mais barata possível das mercadorias” (MARX, 2017, p. 114). A efetiva função do MPC perpassa por conseguir o máximo de lucro possível, reduzindo o trabalho a medida necessária, evitando desperdícios, e quando possível, ampliando a taxa de mais-valor. Conforme expõe Marx (2017, p. 114)

de acordo com sua natureza contraditória, antitética, o modo de produção capitalista vai além, ao incluir o desperdício de vida e de saúde do trabalhador, a opressão de suas próprias condições de existência entre os meios para economizar no emprego do capital constante e, com isso, elevar a taxa de lucro.

Fora exposto no decorrer desta tese, quais são os efeitos e artifícios utilizados pelos capitalistas do setor de frigoríficos no estado de Mato Grosso do Sul, explicitando as “relações mais complicadas”. Antes disso, a lei de queda da taxa de lucro por ser apreendida como o “crescimento gradual do capital constante em proporção ao variável tem necessariamente como resultado uma queda gradual na taxa geral de lucro, mantendo-se constante a taxa do mais-valor, ou seja, o grau de exploração do trabalho pelo capital” (MARX, 2017, p. 251). A forma que o capital opera sobre a taxa de lucro pode ser apreendida na passagem abaixo, pois:

Ao aumentar a produtividade da indústria, diminui o preço da mercadoria individual. Nesta está contido menos trabalho, tanto pago como não pago. Suponhamos que o mesmo trabalho produza, por exemplo, o triplo de produto; nesse caso, a cada produto corresponderá uma quantidade $\frac{2}{3}$ menor de trabalho. E, como o lucro só pode representar uma parte dessa massa de trabalho contida em cada mercadoria, a massa de lucro por mercadoria individual terá necessariamente de diminuir, e o mesmo ocorrerá, dentro de certos limites, no caso de um aumento da taxa do mais-valor. Em todos os casos, a massa de lucro correspondente ao produto total não cairá abaixo da massa de lucro originária, desde que o capital empregue a mesma quantidade de trabalhadores que antes, com o mesmo grau de exploração. (Isso também pode ocorrer quando se empregam menos trabalhadores com um grau maior de exploração.) Pois na mesma proporção em que diminui a massa de lucro por produto individual, aumenta o número dos produtos. A massa de lucro permanece a mesma, mas se distribui diferentemente entre a soma das mercadorias; e isso não altera em nada as proporções em que a quantidade de valor criada pelo trabalho novo agregado se distribui entre trabalhadores e capitalistas. Empregando-se a mesma massa de trabalho, a massa de lucro só sobe se aumentar o mais-trabalho não pago ou, mantendo-se constante o grau de exploração do trabalho, se aumentar o número de trabalhadores. Ou, ainda, se concorrem ambos os fatores. Em todos esses casos – que, no entanto, conforme nossa hipótese, pressupõem o crescimento do capital constante em relação ao variável e uma grandeza crescente do capital total empregado –, a mercadoria individual contém uma massa menor de lucro, e a taxa de lucro diminui, mesmo quando calculada sobre a mercadoria individual; uma quantidade dada de trabalho adicional se apresenta numa maior quantidade de mercadorias; o preço da mercadoria individual diminui. Com a queda do preço da mercadoria individual em decorrência de um aumento da força produtiva e, por conseguinte, com um aumento simultâneo do número dessas mercadorias mais baratas, é possível que a taxa de lucro, considerada abstratamente, continue a mesma; é o que ocorreria, por exemplo, se o aumento da força produtiva influísse de modo uniforme e simultâneo sobre todas as partes constitutivas das mercadorias, fazendo com que o preço total da mercadoria diminuísse na mesma proporção em que aumentou a produtividade do trabalho e, por outro lado, com que a relação mútua entre os diversos componentes do preço da mercadoria permanecesse constante. A taxa de lucro até poderia aumentar, se ao aumento da taxa de mais-valor estivesse ligada uma diminuição significativa de valor dos elementos do capital constante e, em especial, do capital fixo. Mas, na realidade, como vimos, a taxa de lucro diminuirá por um

longo tempo. Em nenhum caso a queda do preço da mercadoria individual permite, por si só, chegar a uma conclusão sobre a taxa de lucro. Tudo depende da grandeza da soma total do capital que participa da sua produção (MARX, 2017, p. 267-268).

A relação imposta pelo próprio MPC nulifica em seu âmago o mais-valor gerado. Ora o capitalista o consume, ora armazena-o. Assim o capitalista necessita, sempre, de novo lucro. Um aumento incessante e insustentável de crescimento de produção e consumo. Dessa forma, a queda da taxa de lucro se materializa no flagelo do trabalhador exposto as condições pioradas de trabalho, como visto em no excerto abaixo:

Como essa diminuição do lucro é equivalente à diminuição do trabalho imediato relativamente à magnitude do trabalho objetivado que ele reproduz e põe de novo, o capital tentará tudo para conter a reduzida dimensão da relação do trabalho vivo à grandeza do capital como um todo, e, por essa razão, também da relação do mais-valor, quando expresso como lucro, ao capital pressuposto, reduzindo a parte destinada ao trabalho necessário e expandindo ainda mais a quantidade de trabalho excedente em relação ao trabalho total empregado. Em consequência, o máximo desenvolvimento da força produtiva e a máxima expansão da riqueza existente coincidirão com a depreciação do capital, a degradação do trabalhador e o mais estrito esgotamento de suas capacidades vitais (MARX, 2011, p. 627).

A queda tendencial da taxa de lucro é objeto de análises contemporâneas e demonstrações empíricas. Os autores Gérard Duménil e Dominique Lévy (2001; 2013; 2016) possuem uma vasta publicação sobre o assunto. Podemos ainda citar o trabalho publicado por Kliman (2015) que faz essa análise entre os anos de 1947 e 2007, e utiliza-se de quatro medidas de lucro, pois “cada uma expressa os lucros das empresas como uma porcentagem de seu investimento acumulado (ou ‘estoque líquido’) de ativos fixos”¹⁶ (KLIMAN, 2015, p. 246), e conclui que todas as taxas apresentam queda no período estudado, “todas as quatro medidas da taxa de lucro caíram substancialmente, e todas as quatro continuaram a tendência de queda após a depressão associada à recessão de 1981-1982”¹⁷ (KLIMAN, 2015, p. 247). É possível verificar em Arizmendi (2019) que passados os ciclos econômicos, a taxa de lucro regressa a números inferiores aos mensurados em momentos anteriores ao ciclo econômico, reverberando a lei de queda tendencial de taxa de lucro, “enquanto em 1869 a taxa média de lucro dos países centrais era de cerca de 43%; no ano de 2010

¹⁶ Each expresses corporations’ profits as a percentage of their accumulated investment in (or “net stock of”) fixed assets.

¹⁷ All four measures of the rate of profit declined substantially, and all four continued to trend downward following the trough associated with the recession of 1981–1982.

oscila abaixo de 15%”¹⁸ (ARIZMENDI, 2019, p. 560). Em específico nos frigoríficos há trabalhos que indicam a queda da taxa de lucro nesses empreendimentos (CARVALHO; DE ZEN, 2017; MOITA; GOLON, 2014). Vale ressaltar que as publicações que apontam essa alternativa, estão calcadas em ideais liberais, como o texto de Carvalho e De Zen (2017) e o texto de Moita e Golon (2014), que conforme o excerto demonstram queda de margem de lucro:

a margem média dos frigoríficos cai nos anos de 1990 e mantém-se estável ao longo da década passada. A queda da margem nos anos 1990 pode ter sido uma das responsáveis pela onda de consolidação do início do ano 2000. A consolidação seria uma estratégia de sobrevivência de firmas que teriam de aumentar suas margens via redução de custo ou aumento de poder de mercado (MOITA; GOLON, 2014, p. 790).

A compreensão de taxa de lucro nos textos de Carvalho e De Zen (2017) e Moita e Golon (2014) se dá pela diferença entre o preço de venda e os custos de produção – valor de aquisição do gado e os custos de produção – há nesse caso diferentes significados para o mesmo significante, taxa de lucro. A teoria marxista compreende a taxa de lucro como a relação entre mais-valor dividido pelo capital constante somado capital variável. De forma sintética:

a taxa de lucro se relaciona com a taxa de mais-valor do mesmo modo que o capital variável se relaciona com o capital total. [...] Segue-se que a taxa de lucro é sempre menos que a taxa de mais-valor, porque o capital variável é sempre menor que a soma de capital variável e capital constante (MARX, 2017, p. 76).

Tem-se visto e está expresso na discussão de Giovanni Alves (2018) que a busca por minimizar os efeitos das crises do capital, se dá pela intensificação e utilização do trabalho morto, pela mecanização, em detrimento do trabalho, contudo, tal alternativa, incrementa e acelera o processo da queda tendencial da taxa de lucro. Era límpido para Marx (2017) a queda tendencial da taxa de lucro, dedicou-se a seção II do seu terceiro livro para tratar dessa temática. Dentro essa seção, o capítulo 14, apresenta sua preocupação em apreender o porquê tal tendência não ocorre de maneira ainda mais acelerada, e apresenta as causas contra-arrestantes:

- I. Aumento do grau de exploração do trabalho;
- II. Compressão do salário abaixo do seu valor;
- III. Barateamento dos elementos do capital constante;
- IV. A superpopulação relativa;

¹⁸ Mientras que en 1869 la tasa de ganancia promedio de los países centrales estaba en alrededor de 43%; para 2010 oscila por debajo de 15%.

- V. Comércio exterior, e;
- VI. O aumento do capital acionário.

Destaca-se que “a taxa de lucro não cai porque o trabalho se torna mais improdutivo, mas porque se torna mais produtivo” (MARX, 2017, p. 279). Observado pelo próprio autor, a intensificação do trabalho está diretamente relacionada a queda tendencial da taxa de lucro. “O grau de exploração do trabalho, a apropriação do mais-trabalho e do mais-valor, aumenta especialmente por meio do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho” (MARX, 2017, p. 271). Apresentar-se-á no decorrer da tese as consequências dessa intensificação, em especial na tabela 12, p. 135. No trabalho de Pina e Stotz (2014, p. 154) a intensificação “representa uma dimensão particular da exploração relativa à grandeza intensiva do trabalho e assinala a tendência à redução da porosidade da jornada”. Tal conceito é corroborado pelo entendimento presente em Marx (2013, p. 483), da intensificação como medida de “eficiência da força de trabalho”

Sobre o item dois, Marx não discorre teoricamente, porém aponta que esse fator “é uma das causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro” (MARX, 2017, p. 274), pois o capitalista se apropria do mais-valor gerado pelo trabalho, conforme exposto na tabela 13, e figura 21, ambas na página 137.

O barateamento dos elementos do capital constante se dá pelo valor do maquinário, que enquanto mercadoria, também passa por redução do valor individual quando submetido ao MPC e, a desvalorização dos maquinários tornando-se obsoletos com o desenvolvimento tecnológico. Em específico nesta tese, não se obteve elementos para análise de tal item para o setor de frigoríficos. Ver-se-á no item 3.5.1, “Frigorífico: uma indústria moderna?” que a maquinaria utilizada no setor não passou por modificações tecnológicas no período analisado.

A superpopulação relativa, ou, exército industrial de reserva, é a “população trabalhadora adicional relativamente excedente” (MARX, 2013, p. 705) produto da forma de acumulação capitalista, que ao mesmo tempo que produz tal condição a massa de trabalhadores, necessita e se aproveita do exército industrial de reserva para frear a queda da taxa de lucro, imputando ao trabalhador um menor salário. Antes de avançar sobre os dois pontos seguintes, é mister apreender que tais processos, são contraditórios entre si (ALVES, 2018) e a solução imediata se mostra em pouco tempo como novo problema.

O comércio exterior permite uma ampliação da escala de produção, somado a condições de produção favoráveis em determinadas regiões, assim, um determinado produto pode ser comercializado acima de seu valor. “Os capitais investidos no comércio [...] compete-se com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes” (MARX, 2017, p. 276). Acrescenta-se a especulação monetária, que permite, quando favorável a oscilação da moeda, a comercialização de um produto tem por resultado um excedente de valor em moeda estrangeira, sendo, o valor variável do capital, remunerado em moeda nacional. Esse item, no final de 2019, fora constatado por todos os brasileiros afetados pelo aumento do preço da carne bovina em decorrência da ampliação da exportação do produto para a China (CARVALHO, 2019).

Por fim, o aumento do capital acionário, dificulta a queda da taxa de lucro pois quando depositada as frações de capital na esperança de receber juros, grandes ou pequenos, na forma de dividendos, esses não integram a contabilidade como os juros oriundos de empréstimos. Dessa forma “não entram, pois, na equalização da taxa geral de lucro, porquanto geram uma taxa de lucro menor que a taxa média” (MARX, 2017, p. 279). As modificações na estrutura societária, logo, na forma de capital acionário está expresso na tabela 8, p. 97. Sobre o capital acionário tem-se que:

Os papéis de valor são como títulos de propriedade que representam esse capital. [...] Mas esse capital não existe duas vezes: a primeira, como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e a segunda, como capital realmente investido ou que tem de ser investido naquelas empresas. Ele só existe nesta última forma, e a ação não é mais que um título de propriedade que dá direito a participar pro rata [proporcionalmente] no mais-valor que aquele capital vier a realizar” (MARX, 2017, p. 524).

No próximo capítulo, dedicou-se a um regate histórico da formação dos frigoríficos, desde sua gênese nas principais concentrações populacionais europeias e as fábricas de carne salgada e extrato de carne nas províncias brasileiras, em específico na província de Matto Grosso. O avanço tecnológico, com o desenvolvimento do refrigerador, modifica a forma de comercialização e consumo da carne. Os grandes frigoríficos, integrados ao desenvolvimento do capital, são modificadas ao longo dos anos, e o trabalhador inserido no sistema de produção também se modifica. E por fim, demonstra o estágio de desenvolvimento dos frigoríficos e sua relação com a força de trabalho.

3 A CARNE COMO MERCADORIA: OS FRIGORÍFICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Conhecer a indústria frigorífica no estado de Mato Grosso do Sul exigiu diversas aproximações com o objeto e campo empírico. Neste tópico, expôs, inicialmente, alguns dados gerais dos trabalhadores do estado, e os dados referentes aos afastamentos e números de acidentes de trabalho no setor frigorífico.

Dentre os trabalhadores formalizados, os principais setores de atividade – em número de vínculos empregatícios ativos, no dia 31 de dezembro de 2017 – de acordo com a RAIS, para o estado do Mato Grosso do Sul, estão expressos na tabela 2, p. 75. A tabela 2 possui duas colunas centrais ao seu entendimento, o número de vínculos ativos e o número de vínculos inativos. Como o próprio nome diz – sempre observa-se que esses dados se referem a autodeclaração das empresas e, diz sobre o expresso na data de 31 de dezembro – os vínculos ativos, indica o quantitativo de trabalhadores empregados, enquanto os vínculos inativos, remete aos trabalhadores que durante o ano de referência, deixaram de trabalhar na referida empresa. No ano de 2017, as motivações para o desligamento do vínculo – os trabalhadores caracterizados como vínculos inativos – são variadas. Inicialmente, a tabela 2, p. 79, apresenta as principais atividades em número de vínculos ativos no ano de 2017. Por sua vez, as motivações dos afastamentos para esses setores estão retratadas na tabela 3, p. 76.

Pode-se observar na tabela 2, a seguir, que o setor de frigorífico, ambas divisões do CNAE, a atividade 1011-2 (abate de reses, exceto suínos) e a atividade 1012-3 (abate de suínos, aves e outros pequenos animais) figuram entre os dez setores que mais empregam no estado de Mato Grosso do Sul. O somatório do número de empregados ativos nos dois setores – 1011-2 e 1012-3 – alça ao posto de terceiro maior setor do estado, atrás apenas da atividade de pecuária e do setor público. Na tabela a seguir também é possível identificar que apenas três setores estão ligados ao setor secundário, em específico, as agroindústrias, além dos frigoríficos, o setor de fabricação de álcool. O setor da pecuária é o representante do setor primário enquanto os demais, do setor terciário [de serviços]. O estado, conhecido por suas lavouras e pecuárias (PAIVA; ALVES, 2019) tem entre os maiores

empregadores setores ligados ao serviço. A ascensão do setor de serviços não é exclusividade do estado de Mato Grosso do Sul, como descrito por Pochmann (2020), feito a comparação entre os anos de 1980 e 2018, o setor primário recuou -0,8% anualmente enquanto o setor de serviços cresceu 3,6%.

Tabela 2: Principais atividades por vínculo empregatício ativo em Mato Grosso do Sul em 2017

	Descrição da Atividade	CNAE 2.0	Vínculos em 31 de dezembro de 2017			
			Não ativo		Ativo	
			Contagem	N % da coluna	Contagem	N % da coluna
1	Administração Pública em Geral	8411-6	76260	21,00%	120272	18,80%
2	Pecuária - Criação de Bovinos	151-2	20926	5,80%	39390	6,20%
3	Comércio varejista de mercadorias em geral - hipermercados e <i>supermercados</i>	4711-3	12491	3,40%	18368	2,90%
4	Transporte Rodoviário de Cargas	4930-2	8129	2,20%	15616	2,40%
5	Frigorífico - Abate de Reses (bovinos), exceto Abate de Suínos	1011-2	5026	1,40%	13472	2,10%
6	Restaurantes	5611-2	11309	3,10%	13362	2,10%
7	Atividades de atendimento hospitalar	8610-1	3796	1,00%	13185	2,10%
8	Frigorífico - Abate de Suínos, Aves e outros pequenos animais	1012-1	3859	1,10%	11792	1,80%
9	Atividades de Organizações Religiosas	9491-0	1972	0,50%	11310	1,80%
10	Fabricação de Álcool	1931-4	3634	1,00%	10664	1,70%

Fonte: Elaboração Própria, (BRASIL, s.d.)

A tabela 2, acima, tem o propósito apenas de referência em comparações futuras tendo como base as atividades laborais descritas na CNAE 2.0. Dentre as principais atividades acima listadas, os motivos de desligamento desmembrados podem ser vistos na tabela 3, a seguir.

Tabela 3: Principais atividades e os motivos de desligamentos em 2017

Código RAIS	Código CNAE 2.0	151-2	1011-2	1012-1	1931-4	4711-3	4930-2	5611-2	8411-6	8610-1	9491-0	Total
	Classificação por vínculos ativos em 31 de dezembro de 2017	2º	5º	8º	10º	3º	4º	6º	1º	7º	9º	
10	Rescisão com justa causa por iniciativa do empregador ou servidor demitido	113	116	227	110	335	115	142	292	41	3	3844
11	Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregador.	10788	2870	1257	1979	4958	4963	5198	28525	1635	1663	180623
12	Término do contrato de trabalho.	1517	401	496	790	1796	707	1729	34519	275	42	70605
20	Rescisão com justa causa por iniciativa do empregado (rescisão indireta).	19	3	1	1	7	4	19	66	17	0	269
21	Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado ou exoneração a pedido	7739	1403	1795	690	3937	1994	4058	9170	1714	217	79667
22	Posse em outro cargo inacumulável (Serv. Pub.)	0	0	0	0	0	0	2	100	0	0	186
30	Transferência de empregado entre estabelecimentos da mesma empresa ou para outra empresa, com ônus para a cedente	180	0	0	0	164	26	1	28	2	0	1427
31	Transferência de empregado entre estabelecimentos da mesma empresa ou para outra empresa, sem ônus para a cedente	375	202	70	45	1261	248	118	374	87	23	20420
33	Cessão	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	4
34	Redistribuição (específico para servidor público)	0	0	0	0	0	0	0	153	0	0	255
40	Mudança de regime trabalhista.	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	7
50	Reforma de militar para a reserva remunerada.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	487
60	Falecimento.	128	26	13	14	21	39	16	188	10	17	1014

Código RAIS	Código CNAE 2.0	151-2	1011-2	1012-1	1931-4	4711-3	4930-2	5611-2	8411-6	8610-1	9491-0	Total
62	Falecimento decorrente de acidente do trabalho típico (que ocorre no exercício de atividades profissionais a serviço da empresa)	2	0	0	0	0	4	0	0	0	0	15
63	Falecimento decorrente de acidente do trabalho de trajeto (ocorrido no trajeto residência-trabalho-residência)	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	4
70	Aposentadoria por tempo de serviço, com rescisão contratual.	7	0	0	1	0	1	2	2106	2	1	2197
71	Aposentadoria por tempo de serviço, sem rescisão contratual.	6	0	0	10	3	5	0	34	0	0	244
72	Aposentadoria por idade, com rescisão contratual.	9	0	0	0	0	0	0	220	3	0	265
73	Aposentadoria por invalidez, decorrente de acidente do trabalho.	5	0	0	0	1	2	0	0	0	0	28
74	Aposentadoria por invalidez, decorrente de doença profissional.	4	1	0	0	3	6	3	180	1	0	238
75	Aposentadoria compulsória.	1	0	0	0	0	0	0	67	0	0	85
76	Aposentadoria por invalidez, exceto a decorrente de doença profissional ou acidente do trabalho.	23	1	0	0	3	5	14	196	6	3	425
78	Aposentadoria por idade, sem rescisão contratual.	8	0	0	6	0	0	0	4	0	0	42
79	Aposentadoria especial, com rescisão contratual	3	0	0	0	1	0	0	66	1	0	78
80	Aposentadoria especial, sem rescisão contratual	0	2	0	0	2	0	1	0	0	0	18

Fonte: Elaboração Própria, (BRASIL, s.d.)

A tabela 3, p. 76, permite uma visão geral sobre as causas de desligamento no ano de 2017. Um dado conspícuo se apresenta nas linhas de aposentadorias, em específico as linhas que tratam de aposentadoria por tempo de serviço e de idade, código 70 e 72 da RAIS, nos quais há um baixo número de aposentados em todas as principais atividades, exceto a do funcionalismo público. Demonstra que no estado de Mato Grosso do Sul, os trabalhadores que não integram o serviço público não possuem acesso a aposentadoria. A base de dado não possui outras informações ao que se refere ao tempo de serviço, as possibilidades de análise, instiga a verificar as idades dos trabalhadores por motivo de desligamento.

Na tabela 4, abaixo, a primeira linha indica os dados dos vínculos ativos em 31 de dezembro de 2017, e as demais indicam as causas de afastamento relacionando-as com a média das idades dos trabalhadores. Observa-se que o estado possui os trabalhadores com média de 37 anos de idade. E os encerramentos dos vínculos, seja por ou sem justa causa, além dos términos de contrato, se deram com trabalhadores abaixo da média geral dos vínculos ativos.

Tabela 4: Aspectos gerais de emprego no Mato Grosso do Sul, por idade, ano de 2017

Código Rais	Motivo do Desligamento	Média	Mediana	Desvio Padrão	N
00	Vínculos empregatícios mantidos em 2017	37	36	12	639083
10	Rescisão com justa causa por iniciativa do empregador ou servidor demitido	32	30	10	3844
11	Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregador.	35	33	11	180623
12	Término do contrato de trabalho.	34	33	11	70605
20	Rescisão com justa causa por iniciativa do empregado (rescisão indireta).	35	33	11	269
21	Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado ou exoneração a pedido	32	30	11	79667
22	Posse em outro cargo inacumulável (Serv. Pub.)	36	35	8	186
30	Transferência de empregado entre estabelecimentos da mesma empresa ou para outra empresa, com ônus para a cedente	36	34	11	1427
31	Transferência de empregado entre estabelecimentos da mesma empresa ou para outra empresa, sem ônus para a cedente	36	34	11	20420
32	Cessão	55	55	.	1
33	Redistribuição (específico para servidor público)	35	34	4	4
40	Mudança de regime trabalhista.	40	41	11	7

Código Rais	Motivo do Desligamento	Média	Mediana	Desvio Padrão	N
50	Reforma de militar para a reserva remunerada.	51	51	4	487
60	Falecimento.	48	50	14	1014
62	Falecimento decorrente de acidente do trabalho típico (que ocorre no exercício de atividades profissionais a serviço da empresa)	34	35	11	15
63	Falecimento decorrente de acidente do trabalho de trajeto (ocorrido no trajeto residência-trabalho-residência)	43	37	12	4
70	Aposentadoria por tempo de serviço, com rescisão contratual.	58	58	5	2197
71	Aposentadoria por tempo de serviço, sem rescisão contratual.	58	59	6	244
72	Aposentadoria por idade, com rescisão contratual.	63	62	4	265
73	Aposentadoria por invalidez, decorrente de acidente do trabalho.	50	50	11	28
74	Aposentadoria por invalidez, decorrente de doença profissional.	50	50	10	238
75	Aposentadoria compulsória.	57	59	10	85
76	Aposentadoria por invalidez, exceto a decorrente de doença profissional ou acidente do trabalho.	53	54	9	425
78	Aposentadoria por idade, sem rescisão contratual.	65	66	9	42
79	Aposentadoria especial, com rescisão contratual	57	56	7	78
80	Aposentadoria especial, sem rescisão contratual	39	36	14	18
	Total	36,00	35,00	12	1001673

Fonte: Elaboração Própria, (BRASIL, s.d.)

A tabela, acima, clarifica sobre a idade dos trabalhadores em cada um dos itens, desde os trabalhadores que se mantiveram empregados aos trabalhadores que tiveram seus vínculos rescindidos por algum motivo. Os trabalhadores que tiveram seus contratos encerrados por morte, possuem idade média inferior aos trabalhadores que alcançaram suas aposentadorias. Aproximadamente 1% dos trabalhadores faleceram ainda em idade ativa no estado no ano de 2017 e apenas, aproximadamente, 2% conseguiram se aposentar por tempo de serviço. O dado que 266 trabalhadores se aposentaram por invalidez – seja por acidente seja por doença relacionado ao trabalho – cintila que tal forma de aposentadoria corresponde a 10,17% do total de trabalhadores aposentados, por idade ou por tempo de serviço [2706].

Ao analisar a base de dados SMARTLAB (MPT, 2017), verifica-se que o setor de abate de reses, exceto suínos – CNAE 2.0, 1011-2 – é o primeiro no estado em número de acidentes, com 820 acidentes, 10,13% do total de registros de acidentes no estado. Se somado todos os comunicados de acidentes do setor de abate e fabricação de produtos de carne – CNAE 2.0, 10.1 – adicionaríamos a esta soma 230 acidentes referentes ao abate de suínos, aves e outros pequenos animais, e, 28 acidentes do setor de fabricação de produtos de carne, totalizando 1078 acidentes, 13,32% do total de acidentes para o ano de 2017, estas informações encontram-se na tabela 5, abaixo. Nesta tabela se observa dentre as sete atividades de maior incidência no registro de acidentes de trabalho, quatro delas estão ligados diretamente ao setor agroindustrial.

Tabela 5: Acidentes de trabalho no estado do Mato Grosso do Sul: as sete atividades com maior número de acidentes no ano de 2017

Código CNAE 2.0	Descrição da atividade	Acidentes em 2017				Total Acidentes típicos	Total
		Doença	Ignorado	Trajeto	Típico		
10.11-2	Abate de reses, exceto suínos	27	7	35	751	11,69%	820
86.10-1	Atividades de atendimento hospitalar	6	3	99	618	9,62%	726
10.71-6	Fabricação de açúcar em bruto	0	1	16	337	5,25%	354
38.11-4	Coleta de resíduos não perigosos	2	1	24	276	4,30%	303
01.51-2	Criação de bovinos	1	2	15	240	3,74%	258
01.41-5	Produção de Sementes Certificadas	2	3	14	211	3,28%	230
10.12-1	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	16	3	25	180	2,80%	244
Total		134	75	1457	6425	100%	8091

Fonte: Elaboração Própria, MPT, 2017.

Considerando apenas os acidentes típicos – aqueles que ocorrem no ambiente de trabalho: na sede da empresa, ou na prestadora de serviço – na atividade de abate de reses, exceto suínos, equivalem a 11,69% de todos os acidentes ocorridos no estado de Mato Grosso do Sul. E, em proporção aos acidentes de trajeto, doenças e registros ignorados, são 90,81% dos acidentes com os trabalhadores dessa atividade. Ao ampliar a análise a todos os setores, incluindo os frigoríficos e realizando a comparação, tem-se que o total de acidentes no local de trabalho corresponde a 74,07% dos acidentes, e 25,93% são distribuídos entre acidentes de trajeto, doenças

e ignorados. Verifica-se nesse caso, que os acidentes de trabalho típicos incidem em maior quantidade e em proporcionalidade sobre os trabalhadores dessa atividade. Quanto as doenças informadas na CAT, 20,14% delas estão relacionadas às atividades de abate de reses, exceto suínos e 11,94%, ao abate de aves e suínos.

Ainda sobre a base de dados do MPT (2017), quando desagregado os dados por município, e investigado os municípios que possuem a unidade frigorífica como a maior empresa empregadora do município, foi possível constatar que determinadas doenças relacionadas ao trabalho em frigoríficos – a saber, dorsalgia – constam como motivo de afastamentos previdenciários, tanto nos afastamentos relacionados ao trabalho, equiparados aos acidentes de trabalho – identificados como B91 –, quanto aos afastamentos por motivos alheios ao trabalho – identificados como B31 –. Observa-se que a ocupação do trabalhador afastado é a mesma, contudo, alguns, cerca de 10% são relacionados ao trabalho, B91, e, os demais 90% são por motivações alheias ao trabalho, B31.

Referente à idade dos envolvidos nos acidentes tem-se que os acidentes sofreram oscilações entre os anos, mas não se pode afirmar que possui tendência a queda, conforme expresso na tabela 6, abaixo, as variações não confirmam um movimento de descenso no número de acidentes. Verifica-se, ainda, que houve crescimento na média das idades dos acidentes de trabalho, contudo, a moda oscilou nestes anos. Considerando os seis anos da análise, a idade que mais aparece como acidente são os jovens de 24 anos (moda). O primeiro quartil representa que 25% dos acidentes ocorrem com jovens até 25 anos, e que 75% dos acidentes ocorrem com trabalhadores até 41 anos. Ao averiguar o somatório total das CAT's emitidas no estado, nos anos de 2012 a 2017, é identifica-se as idades médias das comunicações, como descritas na tabela 6. No período, foram realizadas 48928 comunicações de acidentes ou adoecimento do trabalho e os trabalhadores envolvidos possuem média de idade de 34 anos (MPT, 2017).

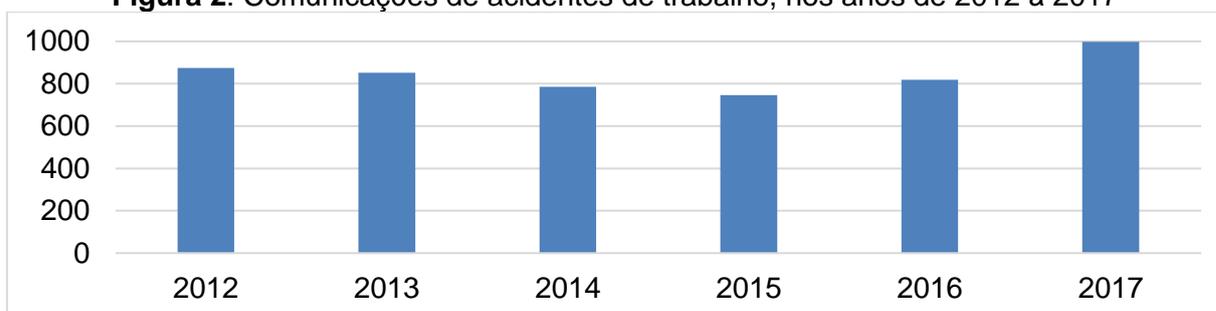
Tabela 6: Descrição das idades dos trabalhadores envolvidos em acidentes de trabalho

Idade/Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Média	33	34	34	35	35	35
Mediana	32	32	32	33	33	33
Moda	24	23	27	28	29	29
Percentil 25	25	25	26	26	26	26
Percentil 75	40	41	42	42	42	42
Desvio padrão	11	11	11	11	11	11
Total	8411	8574	8323	7651	7878	8091

Fonte: Elaboração Própria, MPT, 2017.

Em específico, a evolução no número de informes das CAT's realizadas pelo setor estudado, pode ser observado na figura abaixo, conforme informado via consulta ao antigo Ministério do Trabalho. Observa-se uma tendência de queda até o ano de 2015 (746 CAT's), quando registou o menor número da série, contudo, os anos seguintes apresentaram tendência crescente nas comunicações, com 998 registros em 2017, o maior número da série. No quarto capítulo, apresenta as informações de afastamentos registrados na RAIS, que possuem impacto direto no FAP - Fator Acidentário Previdenciário. Adianta-se apenas que o número de notificação, por vezes, não corresponde à realidade apresentada, pois fatores externos influenciam nas devidas notificações.

Figura 2: Comunicações de acidentes de trabalho, nos anos de 2012 à 2017

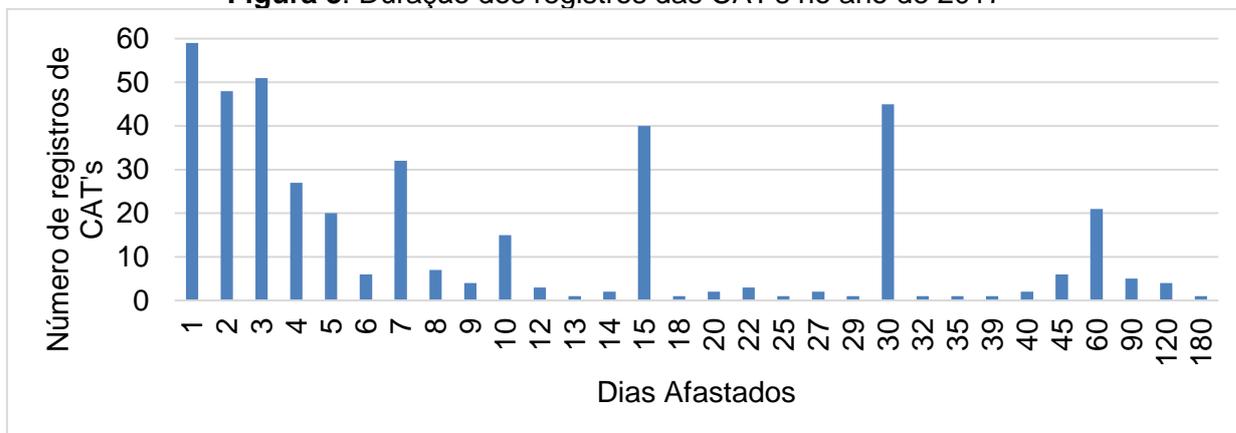


Fonte: Elaboração Própria, material da pesquisa (MTE/SRTE/MS, 2018).

Dentre as 998 comunicações de acidentes de trabalho que foram realizadas no ano de 2017, 74,84%, ou seja, 747, referem-se apenas a cinco ocupações: alimentador de linha de produção, 402; manobrador, 118; abatedor, 105; dessossador, 65; e, retalhador de carne, 57. As demais comunicações se distribuem entre as outras 70 ocupações registradas (MTE/SRTE/MS, 2018).

Os registros indicam também a natureza da lesão. Com proporção parecida a das ocupações apresentadas acima, os cinco principais tipos de lesão, correspondem a 74,74% do total. Essas 746 lesões dividem-se em: corte, laceração, ferida contusa ou punctura, 388; contusão ou esmagamento, com superfície cutânea intacta, 159; fratura, 84; queimadura ou escaldadura, 59; e, lesão imediata, 56 (MTE/SRTE/MS, 2018).

Sobre a gravidade constante nas comunicações analisou-se o registro de duração das comunicações. Foram 586 registradas com zero dias, o outros 41,28% se dividiram entre um e 180 dias, como apresentado na figura a seguir:

Figura 3: Duração dos registros das CAT's no ano de 2017

Fonte: Elaboração Própria, material da pesquisa (MTE/SRTE/MS, 2018).

Com os dados apresentados na CAT não é possível observar as repetições, que possuem opulência na base da RAIS. Sobre a incidência das repetições de acidentes, o ano de 2016 foi emblemático, mesmo dentre as limitações impostas pela RAIS, identificou-se quantos foram os afastamentos dentro do mesmo ano, desvelando as repetições dos acidentes. Ao trabalhar com estas informações o setor de abate de reses, exceto suínos, identificados pela CNAE 2.0 pelo código 1011-2, apresenta seis casos de trabalhadores que em 2016 foram afastados do trabalho por três vezes motivados por acidente de trabalho típico. No estado em 2016 registrou-se 66 trabalhadores nesta mesma situação. A atividade de coletores de resíduos não perigosos, CNAE 2.0, código 3811-4, foi a atividade de apresentou o maior número de ocorrências semelhantes, com 16 trabalhadores com três afastamentos em 2016 por acidente de trabalho (Brasil, s.d.).

Observa-se que os setores da pecuária, do abate de reses e fabricação de açúcar, apresentam um período de afastamento destoante para mais da média geral de casos similares no estado. A tabela 7, p. 84, traz o compêndio do número de trabalhadores com três repetições de afastamento por acidente de trabalho no ano de 2016, e o número de dias afastados destes trabalhadores. Inclui-se na tabela também as informações de um intervalo de confiança para o período de afastamento.

Tabela 7: Os trabalhadores e a repetição dos acidentes de trabalho no ano de 2016

Classe CNAE 2.0	Atividade	N	\bar{x} de dias afastados	desvio padrão	Intervalo de confiança 95%	
					Mínimo	Máximo
3811-4	Coleta de resíduos não perigosos	16	57,44	64,10	49,59	65,29
8411-6	Administração Pública em Geral	11	82,73	61,34	71,80	93,66
151-2	Pecuária - Criação de Bovinos	7	209,29	135,25	171,42	247,16
1011-2	Frigorífico - Abate de Reses, exceto Abate de Suínos	6	241,83	117,26	203,53	280,13
1071-6	Fabricação de Açúcar em Bruto	3	261,00	181,87	142,18	379,82
	Total	66	140,18	113,74	136,80	143,56

Fonte: Elaboração Própria, (Brasil, s.d.)

Feito a apresentação dos dados, capta-se, mesmo que ainda de forma aparente, informações necessárias para apreender o setor e suas relações imbricadas. Para isso, o item a seguir, busca um resgate histórico da formação dos abatedouros e frigoríficos, primeiro na Europa e depois, no Brasil, e, em específico no estado de Mato Grosso do Sul.

3.1 CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA FRIGORÍFICA

A crisálida da indústria frigorífica fora rompida com o surgimento e popularização dos refrigeradores, o seu gérmen, contudo, data-se das primeiras décadas do século XVI. De Pádua Bosi (2014) apresenta os primórdios da indústrias frigoríficas, as guildas dos açougueiros:

A corporação dos açougueiros edificada em 1527 na cidade de Hildesheim, norte da Alemanha, é uma das mais emblemáticas evidências do esplendor vivido por este ofício. Este prédio tinha sete andares e sua altura chegava aos 26 metros. Sua porta, por onde passavam os animais que seriam abatidos lá dentro, media aproximadamente 2,5 metros, e as paredes, com uma espessura de 1,5 metros, garantiam uma ótima refrigeração para a carne (DE PÁDUA BOSI, 2014, p. 84-5).

Os açougues, na maioria das grandes cidades europeias do século XVIII, causavam incômodos. Os transtornos eram gerados pelo “trânsito dos rebanhos pelas ruas das cidades, o barulho, o mau cheiro, a sujeira e também a ameaça de contaminação” (DE PÁDUA BOSI, 2014, p. 92). Como medida para diminuir o impacto, ocorreram a ampliação das ações de fiscalização e a criação dos abatedouros

públicos. Deixando de figurar nos centros da cidade, tais empreendimentos se constituíram em plantas industriais arquitetadas com

o objetivo de separar as etapas do trabalho em instalações específicas e articuladas entre si. A rigor os matadouros contavam com currais de madeira em sua parte externa, com a função de receber e abrigar os rebanhos que seriam abatidos. Destes currais os animais eram levados para outro cercado menor que se ligava a um corredor, também feito de cercas de madeira, que conduzia às salas de abate onde bois eram imobilizados e sangrados. Depois disso, a carcaça era suspensa e presa a ganchos e correntes, seguindo para outra sala para ser esfolada e cortada (DE PÁDUA BOSI, 2014, p. 95-6).

A inserção dos matadouros públicos atingiu os objetivos esperados: “um aparato técnico que compelia a sociedade a esquecer de seus aspectos sangrentos, tornando-os praticamente invisíveis” (DE PÁDUA BOSI, 2014, p. 96). Isso só foi possível, pois “pensado como máquina, o matadouro limpou as cidades de parte do trabalho dos açougueiros, aquela que entupia as ruas com o trânsito de animais, o mal cheiro, o sangue e o barulho, avançando na conversão dos açougues em lojas asseadas de venda de carne” (DE PÁDUA BOSI, 2014, p. 96). No Brasil os matadouros demoraram a surgir, como aponto um documento do IBGE de 1908:

Sobre essa materia não ha muito a dizer. Ainda ha pouco, numa serie de artigos referentes a este palpitante assumpto dizia sr. Padua Rezende que os estabelecimentos de açougue, e matadouros pelos processos frigoricos [sic], adoptados em quasi todos os paizes do mundo, era uma dos mais importantes problemas d'entre os que mais interessam á nossa producção e o nosso movimento economico. O serviço do nosso principal Matadouro, o do Curato de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, deixa muito a desejar, até quanto á fiscalizaçãõ, que poderia ser mais regular e rigorosa (IBGE, 1986, p. 431).

Como visto no excerto, o processo das indústrias frigoríficas em território nacional tivera um outro percurso. O frigorífico do Rio de Janeiro era abastecido com gado oriundo de Minas Gerais, entretanto, o consumo brasileiro de carne in natura só foi se expandir décadas depois. A predominava-se o consumo do charque, e sua produção em território nacional foi propulsora para a indústria frigorífica, como exposto no item a seguir.

3.1.1 As charqueadas ao sul da província de Matto Grosso

O capital industrial ligado à bovinocultura que vigorava no país no final do século XIX e início do século XX, eram as charqueadas (CORRÊA; CORRÊA, 2010). Encontradas nos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, as indústrias nacionais apresentavam concorrência e, também, alternativas às charqueadas da Argentina e

Uruguai. Nos campos platinos se viu a substituição do gado pelos rebanho de ovinos, como descrito por Esselin (2011, p. 291): “com vistas à exportação de lã, e a criação de ovinos, que passaram a ocupar as pastagens antes destinadas à pecuária bovina, abastecedoras das charqueadas platinas”.

Como explicita Corrêa e Corrêa (2010, p. 45), houveram dois caminhos de desenvolvimento da produção do charque:

A produção de charque, couros e outros derivados do boi, no período posterior à guerra com os paraguaios, no final do século XIX, enquanto seguimento derivado da economia pecuária, desenvolveu-se em duas direções, percorrendo os mesmos caminhos do boi de Mato Grosso: um voltado ao mercado externo da bacia do Prata ou aos mercados nacionais da orla marítima atlântica; outro, rumo aos mercados interiores mineiros e paulistas, atravessando sertões com comitivas, além de uma parcela destinada ao consumo interno das fazendas e das cidades mato-grossenses. Posteriormente, o charque também foi transportado pela ferrovia Noroeste do Brasil, porém em menor escala.

Após o final da guerra do Paraguai o estado do Mato Grosso, em sua maioria, passa a ser abastecido por vias marítima. O transporte via bacia da Prata era menos oneroso e mais rápido (ALVES, 1984). Possibilitava a exportação e também a ligação com a capital federal, sem necessariamente enfrentar o longo e precário caminho de Goiás (QUEIROZ, 2016). Desponta e se intensifica a comercialização dos produção saladeira.

A primeira fábrica charqueadora do estado de Mato Grosso, fora estabelecido por Rafael Del Sar, no ano de 1873, em Descalvado, município de Cáceres, próximo da fazenda Jacobina (ESSELIN, 2011). Esses empreendimentos além do charque, produziam couro, chifres, crina e graxa. A produção mundial de charque nos anos de 1896 a 1905 foram de 948 mil toneladas, sendo que 80% foram consumidos no Brasil (IBGE, 1986, p. 432).

No ano de 1880, o empresário Jaime Cibils Buchareo, uruguaio, proprietário da empresa Jaime Cibils & Hijo, chega a Mato Grosso para adquirir o saladeiro e também a fazenda Jacobina, “que foi a leilão após a morte do seu legendário proprietário João Carlos Pereira Leite” (WILCOX, 1992, p. 139-140 apud ESSELIN, 2011, p. 292). Após a mudança de proprietário, passaram a produzir extrato e caldo de carne, utilizando-se de métodos produtivos que vislumbraram o presidente da província: “Consta-me que é uma fábrica em proporções bastante desenvolvidas, empregando machinas movidas a vapor e numeroso pessoal, que acusam mui abultado capital n’ella convertido” (BARÃO DE BATOBY, 1884, apud ESSELIN, 2011, p. 292).

No relatório do IBGE de 1908 apresenta o volume de produção do saladeiro de Descalvados:

Em Matto Grosso, á margem do rio Paraguay, a pouca distância de São Luiz de Cáceres, ha um importante saladeiro, fundado pelo cidadão uruguayo Jayme Cibils, e que é hoje propriedade de uma associação belga. Ahi são abatidas cerca de 60.000 rezes por anno, sendo seus productos transformados em extractos de carne e conservas. Esta xarqueada possui mais de 200.000 cabeças de gado vaccum, espalhadas numa área de 240 leguas quadradas. Além do extracto de carne, reduzido a pó, e lingua, também é aproveitada a medula e ossos. O mesmo estabelecimento exporta couros, chifres e unhas ou garras; com o resto da carne alimentam-se os porcos, que igualmente são transformados em outras especiarias (IBGE, 1986, p. 437).

Como visto no excerto acima, a charqueada Descalvado havia sido vendida em 1885 para o sindicato belga, Societé Industrielle et Agricola du Bresil, e depois, em 1899, fora transferida para o banco belga, L'Outre Mer (ESSELIN, 2011). O movimento de capital estrangeiro no interior mato-grossense desperta Gilberto Luiz Alves (1984, p. 23) para análise de que:

as transformações incidiram mais sobre a qualidade do que sobre a quantidade, cuja mais vigorosa manifestação foi a implantação da indústria moderna na região. Presenciou-se, nesse instante, Mato Grosso transitando do período manufatureiro para o da maquinaria industrial. E, assim como essa transição definiu a superação da indústria manufatureira pela moderna.

Acrescenta-se que no ano de 1914, os trilhos da Ferrovia Noroeste estavam quase completos, como destaca Campestrini (2009, p. 250): “os trilhos encontraram-se, em 1914, na estação Ligação, (30 km ao leste de Campo Grande), possibilitando o transporte entre Bauru e Porto Esperança, fazendo-se a travessia do rio Paraná, em Três Lagoas, por *ferry-boat*”.

A instalação da ferrovia permitiu uma nova forma de transporte para os produtos das charqueadas, como aponta Queiroz (2016, p. 142) “a indústria da carne, por exemplo, superou a dependência das vinculações platinas, que haviam presidido a seu início, e adaptou-se perfeitamente à nova configuração dos transportes iniciada com a construção da ferrovia”. A facilidade do transporte, somados a um mercado favorável às carnes industrializadas, permitiu a ampliação do número de charqueadas, eram 22, em 1920 (ESSELIN, 2011, p. 314), eram eles:

- a) As margens do rio Paraguai; Saladeiro Descalvado, em São Luiz de Cáceres; Saladeiro Bagoray, Saladeiro Corumbá e Saladeiro Rebojo, em Corumbá; Saladeiro Barranco Branco, e, Saladeiro Matto Grosso, ambos em Porto Murtinho;
- b) As margens do rio São Lourenço; Saladeiro Alegre, em Coxim;

- c) As margens do Rio Cuiabá; Saladeiro São João, em Poconé, e, Saladeiro Cuiabá, em Cuiabá;
- d) As margens da ferrovia Noroeste; Saladeiro Pedra Branca, em Miranda; Saladeiro Aquidauana, em Aquidauana; Saladeiro Campo Grande, Xarqueada Eliseu Cavalcante, Xarqueada Salustiano de Lima, Xarqueada Antônio Ignácio da Silva, Saladeiro Rio Pardo, e, Saladeiro Esperança, todos esses, em Campo Grande; Saladeiro Serrinhá, Xarqueada Matto Grosso, Xarqueada Santa Luzia, Xarqueada Villa Velha, e, Xarqueada Tombo, esses, em Três Lagoas.

O período da segunda e terceira década do século XX é marcado pela ampliação das charqueadas e pelo movimento de investimento de empresários locais nas charqueadas. As primeiras instalações foram realizadas por estrangeiros, que introduziram a preparação do charque realizada pelas indústrias argentinas e uruguaias:

A influência da técnica platina na elaboração do charque mato-grossense fica patente se compararmos as formas de preparação do produto nos *saladeiros* do Prata com as empregadas nas charqueadas de Mato Grosso. Os processos são idênticos. Inclusive, por muito tempo, alguns desses estabelecimentos continuaram a ser chamados de saladeiros no estado, uma espécie de tradução para o português do nome platino (NASCIMENTO, 2011, p. 22-23).

Mister salientar o debate sobre a presença das charqueadas na região sul mato-grossense. Há uma interpretação que a simples presença das charqueadas não os alça como potência industrial, apenas reforça a sua existência devido aos baixos custos produtivos e excesso de matéria-prima. Uma “área pobre e *periférica*, produzindo e comercializando carne salgada e seca com técnicas primitivas e de baixa qualidade” (CORRÊA; CORRÊA, 2010, p. 60-61, itálicos no original).

Contudo, dentre os limites estabelecidos pela feitura do charque, – a necessidade de conhecimento prático e experiência dos trabalhadores e a dependência de fatores naturais como sol e vento – os grandes abatedouros possuíam instalações atualizadas e adequadas as requisições sanitárias. Estas exigências se adensaram após 1921, sob pena de fechamento dos estabelecimentos, o que ocorreu com várias pequenas charqueadas do sul do estado de Mato Grosso (NASCIMENTO, 2011). Sobre o grau de modernização, exemplifica-se com a

charqueada Otilia, na década de 50 “montou um moderno laboratório para produzir extrato de fígado pelo processo *cohn-minon*¹⁹” (NASCIMENTO, 2011, p. 46) e

a charqueada Barrinhos, nessa mesma época, possuía uma rede de telefones semiautomática que a ligava à cidade de Corumbá, numa extensão de 9 km. E, de acordo com um plano de melhoramento, a empresa havia instalado um açougue com câmara frigorífica, com capacidade para 35 reses, visando o abastecimento de carne verde para o município (NASCIMENTO, 2011, p. 47).

O ápice da produção e exportação de charque no estado de Mato Grosso, se deu nos anos de 1908 a 1928, após estes anos sofreu decréscimo (CORRÊA; CORRÊA, 2010). Destaca-se que o período de expansão

coincidiu com uma fase de desarticulação dos *saladeros* platinos e o início das dificuldades das charqueadas gaúchas com a concorrência dos frigoríficos pela mesma matéria-prima. Esse problema só seria enfrentado mais tarde pelas charqueadas de Mato Grosso. Assim, a manufatura de charque mato-grossense, além de contar com boas opções de mercado consumidor, teve a sua expansão em um período em que os seus principais concorrentes enfrentavam dificuldades (NASCIMENTO, 2011, p. 65, *italico no original*).

O soçobrar dessa indústria possui motivos variados, contudo, um dos mais importantes, como visto no excerto acima, são a expansão dos frigoríficos que

desde os anos de 1880 [...] foram responsáveis pela decadência da produção saladeiril argentina e uruguaia no final do século XIX, refletindo-se na produção gaúcha brasileira. No Brasil, os primeiros frigoríficos foram implantados no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais a partir de 1912 a 1917 e, da mesma forma, esse impulso da moderna tecnologia de esfriamento da carne provocou também uma substancial mudança na produção e na comercialização do charque mato-grossense (CORRÊA; CORRÊA, 2010, p. 55).

Mesmo tendo se modernizado as charqueadoras sucumbiram-se. E progressivamente os frigoríficos foram substituindo-as. Mudanças no padrão de consumo, também, foram responsáveis pela ascensão e popularização dos frigoríficos. A inserção de refrigeradores domésticos somado à ampliação da rede elétrica permitiam e facilitaram o acesso e armazenamento da carne. Essa expansão dos refrigeradores está registrado no anuário estatístico elaborado pelo IBGE, que em 1970, indica que 42,5% das residências, em área urbana, possuíam geladeira e em áreas rurais apenas 3,2% das residências. Mesmo aparentando baixo esses números, apresentavam resultados conspícuo quando comparados à 1960, no qual apenas 23,3% das residências urbanas e 1,3% das residências rurais contavam com um

¹⁹ O método *cohn-minon* refere-se a um processo de extração do fator de maturação eritroblástica F.M.E, ou princípio anti-anemico. Sobre o método e também a utilização do F.M.E, consultar Janinni (1946).

refrigerador (IBGE, 1980, p. 275). A inserção dos refrigeradores no cotidiano modifica a relação do ser humano com a carne: o consumo deixa de ser esporádico.

3.2 INDÚSTRIA FRIGORÍFICA: O SURGIMENTO E A POLÍTICA DE EXPANSÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O matadouro municipal instalado no Rio de Janeiro, não se apresenta como referência para o setor frigorífico. Exibia um ambiente insalubre e não despontara nas décadas seguintes no processo de transformação e industrialização brasileira. O matadouro Curato de Santa Cruz, inaugurado em 1881, quando comparado, se aproximava, em estrutura, aos matadouros públicos europeus do século XVIII. Aquém dos frigoríficos norte-americanos do início do século XX. A destacar os frigoríficos de Chicago (VARUSSA, 2016).

Os primeiros frigoríficos instalados aos moldes do que se apresenta na fase de manufatura moderna, dá-se nas décadas de 1910 e 1920. Os primeiros grupos a se instalarem foram: o grupo Anglo, Armour, Swift, Sulzberger, e Wilson, sendo o primeiro inglês e os demais de origem estado-unidense (SATO, 1998). A exemplo, a Companhia Frigorífica Anglo Pastoril, foi instalada em Barretos, em uma sociedade formada pelo conselheiro Antônio Prado e o Grupo Anglo (REMIJO, 2013). A instalação desse frigorífico deu-se próximo ao ramal da linha férrea, que permitia escoar a produção para as cidades abastecidas via estrada de ferro, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo.

A política de atuação dos frigoríficos de capital estrangeiro pautava-se em plantas de grande escala e seu foco de comercialização eram as exportações. Essa forma de gestão levou a uma coexistência com pequenos e médios frigoríficos nacionais que surgiram nessas primeiras décadas do século XX, todavia, esses grupos internacionais detinham alta concentração de mercado até a década de 1950, como ilustra Sato (1998, p. 80-81):

Até 1952 cerca de 60% do mercado interno para carne bovina distribuíam-se entre quatro grandes multinacionais: Swift, Anglo, Armour e Wilson. Nesse período, essas multinacionais optaram por não se expandir, de tal forma que, em 1964, doze anos após, participavam somente em 16% do mercado, abrindo espaço para a expansão das empresas nacionais.

Na década de 40, reuniu condições favoráveis aos frigoríficos. O setor encontrava-se em oligopólio, com demanda do mercado externo, permitiu-se o abate

de reses, além da reposição. Esses fatores levaram a uma crise de abastecimento em território nacional. Para minimizar esse efeito o governo federal proibiu a exportação de carne e tabelou o preço de vários produtos, incluindo a carne e alguns derivados, no ano de 1943, entretanto, essa medida foi revogada em 1951 (MUELLER, 1987).

O oligopólio estabelecido pelos frigoríficos tem como resultado a observação de que:

enquanto as populações do Rio de Janeiro, de São Paulo e de outros pontos do país adquirem insuficientemente e com mil sacrifícios um gênero indispensável à vida, como a carne, não encontram os pecuaristas de Mato Grosso e de Goiás forma como vender o seu gado (SILVA, 1989, p. 161).

Os frigoríficos no estado de Mato Grosso sugeriram como forma de atender as demandas dos pecuaristas locais que ao vender os seus bois para os frigoríficos localizados no estado de São Paulo e no Rio de Janeiro, assumiu um custo alto pelo transporte, a perda de peso do rebanho, e ainda, estavam reféns da política de preço empregada pelos frigoríficos. Como forma de reverter essas políticas de preço, e o oligopólio dos frigoríficos estabelecidos, em 1947, na cidade de Campo Grande, foi inaugurado o Frigorífico Matogrossense - FRIMA (ACRISSUL, 2019). A sua construção iniciou-se em 1947, com o lançamento da pedra fundamental e o início dos abates deu-se no ano subsequente. A iniciativa contou com mais de 100 fazendeiros da região que se organizaram em um consórcio e, arrecadaram os recursos necessários para a realização da obra. O frigorífico “representava o primeiro passo para a independência econômica de Mato Grosso no domínio da pecuária, que com essa indústria iniciava uma competição econômica num estágio mais adiantado, com aproveitamento do couro, do sebo e de outros subprodutos” (NASCIMENTO, 2011, p. 109).

Ainda assim, havia pressão dos grupos de pecuaristas sobre o governo, e veio a surtir efeito, quando em 1950, a Lei nº 1.168 foi promulgada. A lei dispunha sobre benefícios a ser concedido para estabelecimentos industriais que instalassem em zonas de criação pecuária (NASCIMENTO, 2011). O início da década de 1950 é marcado pela ação estatal para estimular a indústria nacional, e tornar mais rigorosa as ações de inspeção industrial e sanitárias. O objetivo dessas ações é a modernização industrial, como expresso por Aurélio Neto (2018, p. 110)

por meio da Portaria n. 128, de 28 de janeiro de 1951, o governo federal determinou a substituição das antigas charqueadas por matadouros industriais e frigoríficos de capital nacional, e elencou locais do território

nacional onde deveriam ser construídos novos estabelecimentos industriais processadores de carnes, com o “Plano Federal de Instalação de Frigoríficos de Capital Nacional” (BRASIL, 1951). Tal medida contrariava os interesses das multinacionais estrangeiras, que operavam de forma oligopolista no território brasileiro.

Já no ano seguinte, com o Decreto n. 30.691 de 29 de março de 1952, o Estado instituiu um novo regulamento para a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, com o objetivo de modernizar a indústria de carnes, extinguindo a instalação de novas charqueadas ou outros estabelecimentos que não fizessem aproveitamento integral da matéria-prima (BRASIL, 1952).

Nas décadas posteriores outros frigoríficos foram surgindo no território do Mato Grosso do Sul, contudo, a grande expansão em número de empresas desse ramo, se deu apenas no início da década de 1990. Contudo, ressalta que o estado de Mato Grosso, no ano de 1977, tem seu território desmembrado em dois, permanecendo o estado de Mato Grosso, com a capital em Cuiabá, e Mato Grosso do Sul, instalado com a capital em Campo Grande (CAMPESTRINI, 2009). Ao apresentar um panorama da regionalização da pecuária bovina, Arruda e Sugai (1994), apresentam que em 1984, haviam apenas cinco estabelecimentos frigoríficos registrados no SIF no estado de Mato Grosso do Sul, conforme Quadro 3, abaixo.

Quadro 3: Matadouros-frigoríficos de bovinos no estado de Mato Grosso do Sul em 1984

Nº de inscrição	Nome	Município	Ano Habilitação SIF	Capacidade instalada cab/hora.
329	FRIGOTEL - Frig. Três Lagoas Ltda	Três Lagoas	1981	20
615	Kaiowa- Frig. Mato Grosso Ltda.	Anastácio	1962	80
888	Matadouro Eldorado S.A. - Matel	Campo Grande	1964	40
1662	Frigorífico Bordon	Campo Grande	1968	80
1867	Frigorífico Dourados	Dourados	1975	80

Fonte: Adaptado de Arruda e Sugai (1994, p. 106-107).

Salienta que o ano de habilitação do SIF difere do ano de instalação dos frigoríficos. A exemplo, tem-se as instalações do frigorífico Bordon, registro 1662, são as mesmas do FRIMA e, atualmente, o registro refere-se a uma unidade do Grupo J&F. Essa constatação é possível pelos registros da localização do frigorífico, conforme apontam Rech (2010) e Nascimento (2011) e a manutenção do número de registro do SIF (AGRICULTURA, 2018).

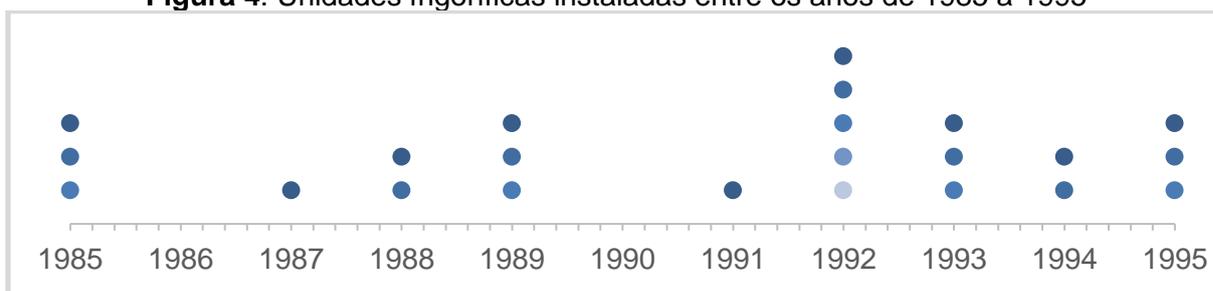
A expansão dos frigoríficos no início dos anos 1990 possui novamente, incentivo do Estado. O governo de Mato grosso do Sul a partir de 1983 institui o programa “Pro-indústria”, que permitia o período de 36 meses de carência no

recolhimento de ICMS. Em 1987, o programa foi editado e “o Estado, num prazo de 60 dias, devolvia até 67% do montante sem correção” (FIEMS, 1993, p. 17). Soma-se a política de incentivo fiscal a criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado, pela Lei 1239 de 18 de dezembro de 1991 (FIEMS, 1993). A publicação da Federação Industrial do Estado de Mato Grosso do Sul, aponta em suas considerações finais que

com este enfoque concluímos que a maioria dos estados brasileiros estão buscando uma nova forma de promover o seu desenvolvimento, principalmente através de concessão de incentivos, proporcionando condições para que novas empresas venham e desenvolvam suas atividades na região, sempre levando em consideração as vantagens locais, permitindo que o crescimento ocorra de forma ampla e harmônica (FIEMS, 1993, p. 31).

A política de incentivo possibilitou a instalação de novos frigoríficos e ao final do ano de 1995, havia 28 unidades registradas no SIF. Ao analisar apenas o número de estabelecimentos instalados no estado de Mato Grosso do Sul, verifica-se como acertada a política de incentivos, e há o incremento de 23 unidades instaladas em um período de dez anos, como demonstrado na Figura 4, abaixo. Essa figura apresenta, por ano, quantos foram os empreendimentos inscritos no SIF, no período entre 1985 e 1995, observamos que o ano de 1992, constou o maior número de habilitações, com 5 registros:

Figura 4: Unidades frigoríficas instaladas entre os anos de 1985 a 1995



Fonte: Elaboração Própria, (SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019)

Os 28 estabelecimentos instalados estavam divididos em 24 grupos empresariais que detinham a sua propriedade. O grupo com maior número de frigoríficos, possuía três estabelecimentos em operação no estado, enquanto outros dois grupos, possuíam, duas unidades cada. Contudo, a concentração no setor mudou nos último 20 anos. O processo de concentração será discutido na sequência.

3.3 CONCENTRAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL FRIGORÍFICO

O movimento de concentração do capital, tem sido estudado como cadeia produtiva da carne, ou sistema agroindustrial - SAG da carne. Tais nomenclaturas são utilizadas para apreender os elos e atores envolvidos na fórmula geral do capital. Para melhor compreender, os autores, conceituam cadeia de produção como “um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca, de montante a jusante, entre fornecedores e clientes” (MICHELS; SPROESSER; MENDONÇA, 2001, p. 23). Como visto, descrevem o intermeio do processo de transformação da mercadoria: $[M \rightarrow M']$, porém, utilizam as nomenclaturas acima.

O processo de concentração dentro do setor tem preocupado diversos grupos, contudo, na vanguarda da discussão de concentração do setor estão os pecuaristas. Como exposto por Queiroz, Caleman e França da Cunha (2011, p. 94) “observa-se no SAG da carne bovina a existência de conflitos nas relações entre os agentes envolvidos com a produção e aqueles envolvidos com o abate dos animais e o processamento da carne, caracterizando uma histórica rivalidade no setor”.

Nessa rivalidade histórica apontada pelos autores supracitados, em um artigo publicado em 1981, quem desfrutava de melhor situação nos processos de circulação da mercadoria eram os pecuaristas, mesmo que não organizados formavam um oligopólio, e dessa forma determinavam o valor do produto:

A conjuntura econômica atual está extremamente favorável aos pecuaristas. Eles se encontram numa situação privilegiada e os seus grupos, apesar de não serem organizados, formam um oligopólio quase perfeito. Estranhamente não existe um conluio formal entre os componentes do setor; entretanto, os preços estão sendo mantidos no mesmo nível por todos, e os instantes de quebra da linha estabelecida são raros e insignificantes. Quanto aos frigoríficos, estes não têm, atualmente, as condições para formar oligopsônios. A concorrência na compra é limitada pelo oligopólio pecuarista, que mantém preços uniformes. Também, a grandeza dos recursos financeiros necessários para formação das condições para oligopsônio não existe no lado dos frigoríficos (YARDLEY-PODOLSKY, 1981, p. 54).

Contudo, essa situação sofreu alterações e no início dos anos 2000, apontavam o capital comercial em melhor situação em relação aos outros, nas determinações sobre o produto e as formas que seriam geridas as relações entre os capitalistas, conforme apontam Michels, Sproesser e Mendonça (2001, p. 134):

Confere às empresas um forte poder de negociação perante os fornecedores, devido aos altos volumes comercializados. O poder comercial dessas empresas vem se consolidando gradativamente ao longo dos anos através

de aquisições de empresas menores que atuam em mercados regionais. Esse processo de expansão tem sido visto como uma ameaça de dominação do setor por poucas empresas, o que submeteria os fornecedores a uma situação de maior dependência comercial.

Todavia, novas transformações no ciclo do produto ocorreram e a concentração do setor frigorífico permitiram que despontassem como capitalista principal nas transações do produto. Constatou-se, no ano de 2017, haviam 30 unidades frigoríficas responsáveis pelo abate de bovinos em atividade no estado de Mato Grosso do Sul e estas unidades pertenciam a 16 empresas diferentes. O maior grupo, possui 7 plantas em operação e são responsáveis por, aproximadamente, 40% de abate de bovinos no estado. O segundo maior grupo, possui duas plantas e são responsáveis por 10,69% dos abates que ocorreram no ano de 2017. Desta forma, há a concentração em nove plantas, 30% das unidades habilitadas, o abate de 50% dos bovinos de Mato Grosso do Sul (SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019). As mudanças no setor, em números de plantas frigoríficas e os grupos de controle desses frigoríficos, podem ser vistas na figura abaixo.

Figura 5: Frigoríficos de bovinos e grupos industriais frigoríficos de bovinos no estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaboração Própria, (SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019)

Inclusive, um estudo aponta como conclusão que os frigoríficos se apresentam como oligopsônio, e “portanto, tem potencial para exercer poder de mercado sobre os pecuaristas” (MOITA; GOLON, 2014, p. 790) e essa situação pode ser pior, em algumas regiões que os frigoríficos detém monopólio regional. Em específico na indústria de abate de aves, o trabalho de Rizzi (1993), aponta para a concentração do setor e a exclusão de empresas de médio porte sem acesso as tecnologias necessárias para continuar páreas no setor, como expõe: “forte processo de

concentração [...] na produção de produtos industrializados em que apenas as empresas que se mantêm na liderança dos abates foram responsáveis por parcela significativa do mercado” (RIZZI, 1993, p. 133).

As justificativas para a concentração do setor são variadas, desde a citada acima de Rizzi (1993), outra justificativa, de certa maneira complementar à proposição acima, é a dificuldade de inserção de outras empresas, visto que os grupos que estão inseridos possuem “escala” enquanto outros não, como exposto no excerto abaixo:

o SAG exportador de carne bovina brasileiro apresenta uma estrutura concentrada em que um reduzido número de empresas responde por parcela significativa das exportações nacionais. Essas empresas operam em todo o território nacional, com plantas industriais exportadoras localizadas, basicamente, no Centro-Oeste, Norte e Sudeste do país. Identifica-se como principal barreira à entrada a necessidade da empresa possuir escala produtiva (capacidade de abate de animais e processamento de carne) (QUEIROZ CALEMAN; FRANÇA DA CUNHA, 2011, p. 106).

Outra justificativa posta é a queda da taxa de lucro. A lei da queda tendencial da taxa de lucro marxista, como exposto no tópico, 2.3, p. 68, é assumido como pressuposto nesta tese. O movimento de concentração ocorrido nos frigoríficos de Mato Grosso do Sul, pode ser apreendido como efeito da “luta concorrencial [que] é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores” (MARX, 2013, p. 702). E possui relação com a lei de queda da taxa de lucro, pois

edifícios, instalações de aquecimento e iluminação etc. iguais custam relativamente menos para a produção em grande escala do que para a produção em pequena escala. O mesmo pode ser dito da maquinaria de força e de trabalho. Embora seu valor suba em termos absolutos, ele cai em termos relativos, quanto à expansão crescente da produção e à grandeza do capital variável ou da massa da força de trabalho que é posta em movimento (MARX, 2017, p. 110).

O movimento de ampliação dos capitais industriais maiores em detrimento dos menores fora observado na figura 5, p. 95, que analisando as informações constante no SIF (SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019) expõe e a concentração do setor. Outra fonte de dados passível de consulta é a forma jurídica que consta na RAIS. Como exposto na tabela 8, abaixo, há um incremento, ano a ano, do número de estabelecimentos, com tipologia societária de sociedade aberta. Essa tipologia se refere as empresas que possuem em sua composição de capital, investimentos externos – os acionistas –

negociados nos mercados de ações. No caso do Brasil, quando a empresa possui ações, elas são negociadas pela B3²⁰.

São cinco as empresas listadas na B3, no ramo de alimentos, e possuem frigoríficos próprios, destas quatro possuíam plantas de produção no estado do Mato Grosso do Sul, até o ano de 2015, são elas: BRF S.A.; JBS S.A.; Marfrig Global Foods S.A.; e Minerva S.A (B3, 2019). A empresa Minerva, que possuía um frigorífico na cidade de Baytaporã encerrou suas atividades no ano de 2015, contudo, em 2018 reiniciou reconstrução da planta produtiva para possível reabertura do frigorífico (PMP, 2018).

Tabela, abaixo, evidencia a mudança das tipologias societais dos abatedouros de reses, exceto suínos no estado de Mato Grosso do Sul. Há um crescimento no número de empresas de sociedade aberta, em detrimento de uma diminuição de empresas de sociedade limitada. Como já observado nos dados extraídos dos relatórios do SIF e reafirmados pelos dados obtidos pela RAIS.

Tabela 8: Tipologia societal dos frigoríficos de abate bovino do estado de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2012 a 2017

Tipologia empresariais	2012		2013		2014		2015		2016		2017	
Sociedade Aberta	9	11%	14	16%	12	15%	14	19%	12	18%	15	25%
Sociedade Fechada	9	11%	8	9%	5	7%	5	7%	6	9%	1	2%
Sociedade Limitada	64	78%	65	75%	61	78%	53	74%	50	73%	44	73%

Fonte: Elaboração Própria, (Brasil, s.d.)

As alterações não são meramente formais, a mudança da tipologia societal das empresas, normalmente são acompanhadas por processos de reestruturação, corte de custos, implementação de novas metas (AURÉLIO NETO, 2018), assim o impacto é sentido pelos trabalhadores na distribuição das vagas de emprego, se concentrando em unidades escolhidas para a continuidade da produção, enquanto outras plantas são fechadas, deixando os trabalhadores a própria sorte, como citado acima. E as unidades mantidas passam a concentrar um número maior de trabalhadores, como exposto na tabela a seguir. A tabela 9, p. 99, registra o crescimento do número de trabalhadores em empresas com 1000 ou mais funcionários, em detrimento da

²⁰ Estilizado na forma de [B]³, o nome refere-se a Brasil, Bolsa e Balcão. É a quinta maior bolsa de valores do mundo e foi criada em 2017 com a fusão da BM&FBovespa, com Cetip (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados) (EBC, 2017).

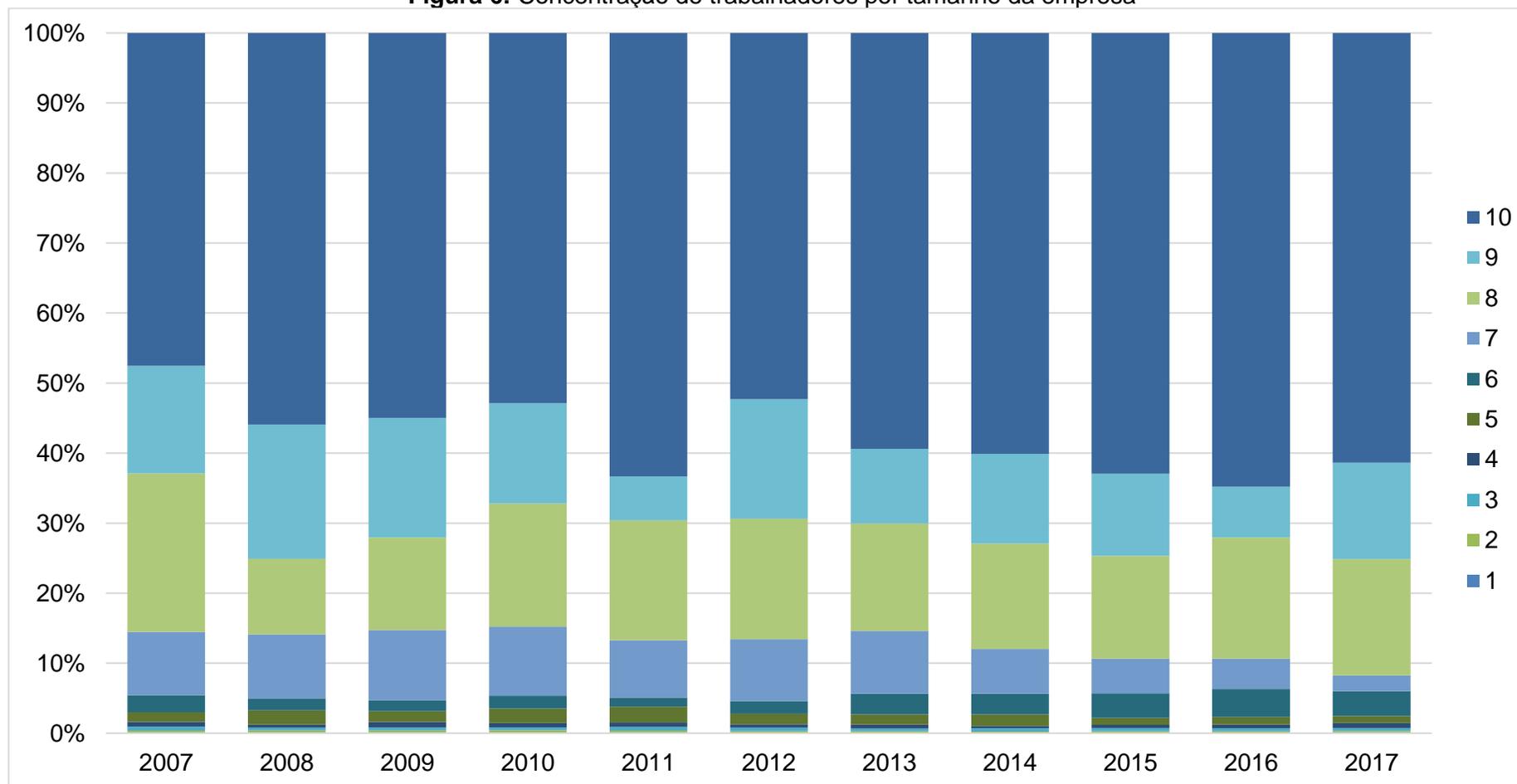
diminuição do número de funcionários em estabelecimentos menores, com destaque para o extrato sete, que comporta as empresas de possuem entre 100 a 249 funcionários.

Tabela 9: Número de trabalhadores por tamanho da empresa

Tamanho da Empresa Número de funcionários		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Até 4	83	89	87	86	79	71	74	58	68	70	88
3	5 a 9	130	88	94	80	115	118	87	111	109	99	110
4	10 a 19	152	97	181	133	141	124	142	90	113	118	182
5	20 a 49	316	455	333	410	484	372	348	401	240	256	267
6	50 a 99	554	381	345	372	283	445	715	725	845	928	919
7	100 a 249	2053	2033	2228	1993	1765	2182	2158	1557	1192	1015	596
8	249 a 499	5144	2392	2940	3543	3687	4228	3689	3679	3530	4046	4336
9	500 a 999	3486	4271	3793	2896	1358	4203	2571	3133	2819	1687	3596
10	1000 ou mais	10795	12429	12198	10667	13653	12877	14308	14686	15142	15134	16041
Total		22713	22235	22199	20180	21565	24620	24092	24440	24058	23353	26135

Fonte: Elaboração própria (BRASIL, s.d.)

Figura 6: Concentração de trabalhadores por tamanho da empresa



Fonte: Elaboração própria (BRASIL, s.d.)

Os dados representados na tabela 9, p. 99, e figura 6, p. 100, demonstram que o setor de frigoríficos teve um incremento de 15% no número de funcionários no período de 2007 a 2017. A tendência crescente no número de empregos não fora distribuída uniformemente entre todas as classes de tamanho das empresas. Os registros estão distribuídos da seguinte forma: 1, zero funcionário; 2, até quatro; 3, de 5 a 9 funcionários; 4, de 10 a 19 funcionários; 5, de 20 a 49 funcionários; 6, de 50 a 99 funcionários; 7, de 100 a 249 funcionários; 8, de 250 a 499 funcionários; 9, de 500 a 999; e, 10, quando possuir 1000 ou mais funcionários (BRASIL, s.d.)

Observa-se que as empresas com mais de 1000 funcionários (representados no grupo 10) tiveram um aumento superior a 48% em quantitativo de empregados, partindo de 10795 em 2007 para 16041 empregados ativos no ano de 2017. No curso de tempo selecionado algumas indústrias mudaram de classe, em tendência crescente de funcionários, absorvendo em parte, as outras empresas que encerraram suas atividades. De forma inversa, de tendência decrescente o número de funcionários das empresas de tamanho, entre 20 e 49 funcionários, caiu de 2053 empregados em 2007 para 596 em 2017, uma redução de 70% aproximadamente.

Diante do exposto, é possível verificar a diminuição do número de plantas frigoríficas registradas no SIF nos últimos anos, sendo elas concentradas em cada vez menos grupos industriais frigoríficos, sendo apenas dois desses grupos responsáveis pelo abate de 50% dos bovinos registrados no SIF, como já apresentado. Soma-se a isso, a concentração e aumento do número de funcionários nessas unidades de grande porte. As empresas que empregam acima de 500 funcionários, em 2017 detém 75,13% da dos trabalhadores do setor, enquanto em 2007, esse percentual era de 62,87%. A concentração das unidades em poucos grupos e com tendência ao monopólio, robora os escritos de Marx (2013) sobre a tendência histórica da acumulação capitalista: “cada capitalista liquida muitos outros” (2013, p. 832).

Outro ponto anotado pelo autor refere-se sobre a divisão do trabalho e as formas de cooperação entre os trabalhadores. A divisão do trabalho os transforma em trabalhador parcial, pois “separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital” (MARX, 2013, p. 435). O desenvolvimento do capital pauta-se na possibilidade de cerceamento do trabalhador enquanto parte autônoma, e a ciência administrativa desempenha função fundamental nesse processo, como apresenta-se no tópico a seguir.

3.4 AS ORGANIZAÇÕES E O TRABALHO: A ADMINISTRAÇÃO COMO FORMA DE CONTROLE

As ciências, de forma majoritária, têm se posto a serviço do capital. Tal processo não é diferente nas ciências administrativas. Há diferença entre produzir ciência dentro do capitalismo, e produzir ciência para o capital, a ver, no tópico 4.4 “as pesquisas sobre acidentes de trabalho” o grupo de pesquisadores que buscam deslegitimar os trabalhadores incumbindo-os da responsabilidade pelos acidentes de trabalho. E, em determinadas áreas científicas, como as exatas, o desenvolvimento científico tem sido cooptado pelo capital, aplicando os saberes na geração de mais-valor (BRAVERMAN, 1977).

Observa-se que uma das características do modo de produção capitalistas é o trabalhador livre:

E livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (MARX, 2013, p. 244).

Ao ser transformado em mercadoria e comercializar a força de trabalho, o trabalhador outorga ao capitalista seu único bem. O capitalista, por sua vez, de posse dele, usufrui do bem adquirido, durante toda a jornada de trabalho. Assim sendo, como visto no capítulo dois, o processo de produção capitalista só se faz possível com o emprego da força de trabalho, adquirida por um valor inferior do que produz durante o período de trabalho. O objetivo então do capitalista é obter o máximo de diferença entre o valor pago ao trabalhador e o valor gerado pelo seu trabalho, ou seja, o mais valor.

Na produção de mais-valor a ciência administrativa encontrou terreno fértil para seu desenvolvimento. A divisão do trabalho tornou-se central na constituição da administração enquanto ciência. Pela organização científica do trabalho: parcelou, cronometrou, listou, codificou as ações desenvolvidas pelo trabalhador e impôs uma única forma de executar o trabalho (BRAVERMAN, 1977).

Mister salientar que independente dos esforços imensuráveis para obtenção – crescente e continuada – de mais valor, há limitação: o período de trabalho. Este

possui um limite máximo, que é duplamente determinado conforme expressa Marx (2013, p. 306):

Em primeiro lugar, pela limitação física da força de trabalho. Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despende apenas uma determinada quantidade de força vital. Do mesmo modo, um cavalo pode trabalhar apenas 8 horas diárias. Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época. A variação da jornada de trabalho se move, assim, no interior de limites físicos e sociais, porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações. Desse modo, encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, ou seja, das mais distintas durações. O capitalista comprou a força de trabalho por seu valor diário. A ele pertence seu valor de uso durante uma jornada de trabalho. Ele adquiriu, assim, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia.

Observa-se na última frase do excerto uma das motivações do avanço das ciências administrativas, possibilitar ao capitalista a apropriação integral da força de trabalho adquirida em determinada forma de contrato e jornada de trabalho. Há, então, o pioneirismo da ciência administrativa como forma de controle do trabalho, destacam-se os autores Taylor e ao casal Gilbreth²¹.

O desenvolvimento de suas pesquisas teve por foco a busca de uma melhor maneira – a única, inclusive – de executar determinada tarefa. Como relata Hampton (1992) havia uma obsessão dos Gilbreth's da execução ótima de terminada tarefa:

Para melhor aproveitar o “inevitável tempo perdido” dedicado ao banho das crianças, o Sr. Gilbreth instalou no banheiro uma vitrola para que seus filhos pudessem receber instrução adicional em alemão e francês. Para garantir que as crianças completassem o seu banho antes que fosse necessário trocar o disco, Gilbreth instruiu-os o modo mais eficiente de tomar banho: O pai costumava sentar-se na banheira e colocar o sabão em sua mão direita. Colocava, então, a mão direita com o sabão sobre o seu ombro esquerdo e percorria para baixo toda a parte de fora do braço com o sabão. Chegando aos dedos invertia a direção deslizando o sabão sobre a parte interna do braço até a axila, depois por toda a parte lateral esquerda, pela parte de fora de sua perna, subindo pela parte interna. Passava, então, o sabão para a mão esquerda e repetia toda a operação no lado direito do seu corpo. Após deslizar algumas vezes o sabão em movimentos circulares no abdômen e costas, dado depois alguma atenção aos pés e cara, mergulhava na água para tirar o sabão e saía da banheira. Ordenou aos filhos que observassem várias vezes demonstrar esta técnica e sentou-se, em uma ocasião, no carpete da sala para fazer a demonstração às filhas (HAMPTON, 1992, p. 15).

²¹ Devido aos trabalhos serem executados em conjunto e também a pressão social da época, impossibilita saber com exatidão quem são os reais autores das obras, se é somente o senhor Frank Bunker Gilbreth e, ou, sua esposa, Lilian Moller Gilbreth (HAMPTON, 1992). Na tentativa de abarcar ambos os autores, este trabalho faz referência ao casal Gilbreth.

Não apenas o banho e seus filhos eram o foco do casal, como tiveram diminuição na execução de diversas atividades como assentar tijolos, e suspender andaimes. A ergonomia tem assumido a função da administração na forma de transformação do trabalho, contudo, estas alterações devem contribuir para uma “concepção de situações de trabalho que não alterem a saúde dos operadores, e nas quais estes possam exercer suas competências ao mesmo tempo num plano individual e coletivo e encontrar possibilidades de valorização de suas capacidades” (GUÉRIN; LAVILLE; DANIELLOU; DURAFFOURG *et al.*, 2001, p. 1).

Para conceber estas novas situações de trabalho, consideram-se e distingue três realidades: “a) A tarefa como resultado antecipado fixado em condições determinadas; b) a atividade de trabalho como realização da tarefa; e, c) o trabalho como unidade da atividade de trabalho, das condições reais e dos resultados efetivos dessa atividade” (GUÉRIN; LAVILLE; DANIELLOU; DURAFFOURG *et al.*, 2001, p. 15). Assim, espera-se que o conjunto de condições determinadas somado as tarefas realizadas idealmente, tenha-se como resultado o produto idealizado no início da concepção das situações de trabalho. Contudo, ao executar o trabalho, em seu aspecto mais amplo da execução da tarefa, são as condições reais as preditoras das condições da atividade de trabalho e os respectivos resultados efetivos. Assim, tem-se duas modalidades do trabalho, o prescrito e o real. Ao falar sobre a análise ergonômica do trabalho os autores apresentam a situação da diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real:

A análise ergonômica do trabalho é uma análise da atividade que se confronta com a análise dos outros elementos do trabalho. A tarefa não é o trabalho, mas o que é prescrito pela empresa ao operador. Essa prescrição é imposta ao operador: ela lhe é portanto exterior, determina e constrange sua atividade. Mas, ao mesmo tempo, ela é um quadro indispensável para que ela possa operar: ao determinar sua atividade, ela o autoriza. O operador desenvolve sua atividade em tempo real em função desse quadro: a atividade de trabalho é uma estratégia de adaptação à situação real de trabalho, objeto da prescrição. A distância entre o prescrito e o real é a manifestação concreta da contradição sempre presente no ato de trabalho, entre “o que é pedido” e “o que a coisa pede”. A análise ergonômica da atividade é a análise das estratégias (regulação, antecipação, etc.) usadas pelo operador para administrar essa distância, ou seja, a análise do sistema homem/tarefa (GUÉRIN; LAVILLE; DANIELLOU; DURAFFOURG *et al.*, 2001, p. 15).

É no limiar do prescrito e do real que está a autonomia do trabalhador. Entretanto, é também neste espaço que se depositam oportunamente a responsabilidade sobre determinadas falhas na execução da atividade. Há nas ciências administrativas a necessidade do controle da atividade e foi esta necessidade

que molda o desenvolvimento dos estudos organizacionais como ver-se-á nos próximos itens.

3.4.1 Os estudos organizacionais e a prática do trabalho

As teorias administrativas evoluem conforme a necessidade de estabelecer o controle sobre os trabalhadores (FARIA, 2011a). Pois “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que o seu vendedor trabalhe” (MARX, 2013, p. 255). E complementa posteriormente:

O trabalho de supervisão e direção, na medida em que deriva do caráter antagônico, da supremacia do capital sobre o trabalho, e, por conseguinte, sendo comum a todos os modos de produção que, tal como o capitalista, se baseiam no antagonismo de classes, encontra-se direta e inseparavelmente vinculado às funções produtivas que todo o trabalho social combinado impõe a determinados indivíduos como um trabalho especial. [...] Que “a alma de nosso sistema industrial” não são os capitalistas industriais, mas o *managers*, é algo que o sr. Ure já nos havia dito. [...] A própria produção capitalista fez com que o trabalho de supervisão, apartado da propriedade do capital, se tornasse facilmente disponível. Tornou-se portanto inútil que o capitalista se ocupasse desse trabalho de supervisão. Um maestro não precisa de modo nenhum ser o proprietário dos instrumentos da orquestra, tampouco entre suas funções de maestro se encontra a de determinar o “salário” dos demais músicos (MARX, 2017, p. 435-6).

Algumas perspectivas sobre a teoria organizacional – possíveis formas de controle do trabalho – podem ser vista no *Handbook* de Estudos Organizacionais (CLEGG; HARDY; NORD, 2014), e também encontra-se os apontamentos críticos aos principais corpos teóricos da administração em diversos autores da administração (FARIA, 2011b; GUERREIRO RAMOS, 1989; MISOCZKY; AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005; MOTTA, 2003; TRAGTENBERG, 2005). Há em Chanlat (1996) a possibilidade de uma teorização organizacional antropocêntrica. Coloca o indivíduo como elemento central da organização. A discordância com o autor é sobre a autonomia que o indivíduo possui frente a organização. Estes trabalhos são imprescindíveis para apreensão da evolução da ciência administrativa. Contudo, não serão aprofundados neste trabalho. Evocam-se estes importantes autores para evidenciar a diversidade da área e suas perspectivas sobre os estudos organizacionais.

É mister observar que a discussão sobre a autonomia do trabalhador não ocorre apenas na administração. Em um artigo publicado por Aline Fischborn e

Marcos Codoná (2018, p. 236), apresenta-se a necessidade do trabalhador conquistar sua autonomia, partindo do pressuposto que ela existe, vê se:

as possibilidades de autonomia no trabalho sempre existem, contudo, não apenas como desejo ou resultado de um empoderamento dos trabalhadores em saúde, pressupondo-se que o trabalhador pode assumir o protagonismo do trabalho e das relações, responsabilizando-se pela construção de espaços ativos de atuação e de realização do trabalho em saúde.

Obstante à conquista da autonomia do indivíduo tem-se a amplificação dos sistemas de controle do capital. No processo de ebulição científica da administração, ter-se por hegemônico o modelo norte americano de gerência desconsiderando os aspectos sócio histórico vividos no Estados Unidos da América - E.U.A. no início do século vinte, incorre-se no erro de generalização da aplicabilidade dos modelos teórico-práticos desenvolvidos naquela circunstância como verdadeiros para todos os outros lugares (AKTOUF, 2004; CUNHA; GUEDES, 2017). Tal tema é emergente nas pesquisas decoloniais, contudo, não é foco deste trabalho e tão pouco se aprofundou sobre esta temática.

A gênese da ciência administrativa se dá na separação entre propriedade e gestão, na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (FARIA, 2011a), onde acirra-se o controle do trabalho, contudo, o desenvolvimento do trabalho como categoria fundante precede o modo de produção capitalista – objeto de pesquisa de Marx e já apresentado no tópico específico – e é categoria central na análise do desenvolvimento humano. Tal construção teórica está bem desenvolvida em diversos campos, contudo, a administração ausenta-se desta discussão (CUNHA; GUEDES, 2017) exceto por esforço de poucos que introduzem pelo estudo da autogestão; ou pela administração política; e, em poucos casos pelo adoção de estudos organizacionais críticos [CMS - *Critical Management Studies*], contudo, estes últimos estudos não estão alinhados ao marxismo e sim ao pós-estruturalismo (INGVALDSEN, 2015). Esta ausência de discussão pode ser entendida como uma forma de manutenção do *status quo* da classe hegemônica (CUNHA; GUEDES, 2017; VIDAL; ADLER; DELBRIDGE, 2015). Esta manutenção versa sobre o controle, seja dos aspectos objetivos ou subjetivos do indivíduo e sociedade.

Um dos primeiros cientistas organizacionais é Taylor, e traz em seu livro *Princípios de administração científica* a que se dedica: “provar que a melhor administração é uma verdadeira ciência, regida por normas, princípios e leis claramente definidos, tal como uma instituição” (TAYLOR, 2012, p. 23). Esta ciência

na teoria administrativa é regida pela divisão do trabalho. O diálogo entre Taylor (2012, p. 46) e um trabalhador é bastante ilustrativo para apreender essa divisão: “quando ele disser para levantar a barra e andar, você levanta e anda, e quando ele mandar sentar, você senta e descansa. Você procederá assim durante o dia todo. E, mais ainda, sem reclamações”.

Essa separação institucional dos componentes agir e pensar, permite o rompimento no qual não é mais o trabalhador que pensa e age. Cabe ao trabalhador apenas o agir e a gerência o pensar. Tal fato transforma o homem em um ser segmentado, assim, o conhecimento prévio – idealizado – do produto acabado não o pertence mais, inclusive, em muitos casos, tão pouco o produto materializado é de conhecimento do trabalhador. Soma-se a isso a intensificação das jornadas e precarização de suas condições (PINA, 2012). Como relatado acima o processo de fragmentação do trabalho é aplicado em várias organizações desde os primórdios do capital, mas ganha notoriedade com as práticas Fordistas. Faria (2011a, p. 27) clarifica sobre as concepções teórico práticas de Taylor, Fayol e Ford e os reúnem e os apresenta como o enfoque conhecido por Organização Científica do Trabalho - OCT.

Mesmo que sob um mesmo enfoque teórico, a Ford são atribuídas especificidades que extrapolam o campo de gestão e tem como objetivo a possibilidade de uma construção societária diferente como descreve Harvey (2012, p. 121)

seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de produção de força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Para que as pretensões acima se materializassem, era necessário conceber um novo trabalhador, e assim ele é moldado. Um trabalhador que necessita agir como é determinado por aqueles que pensaram o processo, idem ao trabalhador de Taylor (2012). E neste interim desenvolve-se a administração e todo seu arcabouço teórico. O surgem diversas formas de controle sobre o processo de trabalho e busca-se pelo controle obter os resultados esperados nas organizações (FARIA, 2011c). Tal fato é clarificado ao apreender os objetivos das escolas de administração que dedicaram diversos estudos e implementaram práticas de controle diversas (FARIA, 2011b).

Mesmo diante desse controle o processo é dialético, expondo contradições e fissuras, que fazem emergir movimentos de resistência e luta (FARIA, 2011a). Contudo, há um contra movimento, que busca ocultar tais contradições da ciência administrativa hegemônica aperfeiçoando as formas de controle e dominação dos trabalhadores, como exposto no excerto:

A ideologia de gestão capitalista, também chamada de teoria gerencialista, constitui-se no fundo do sistema de ideias que, ao mesmo tempo, reproduz a lógica de dominação do capital sobre o trabalho e oferece suporte “científico” para legitimar ações decorrentes de tal lógica. Desta forma, é relativamente fácil compreender como, no que se refere às formas de controle nas unidades produtivas sob o comando do capital, os mecanismos de controle vão se aperfeiçoando conforme se desenvolve o capitalismo. Aperfeiçoamento este que significa, definitivamente, que os mecanismos presentes na Organização Científica do trabalho (taylorismo e fordismo) não foram abandonados ou substituídos. Em alguns casos foram incrementados (FARIA, 2011a, p. 19-20).

Os trabalhos de Faria (2011a; b; c) explicitam as forças antagônicas e contradições existentes nas organizações geridas pelo e para o capital. E também as contradições existentes na própria ciência da administração, tendo como referência o modelo anglo-saxão (AKTOUF, 2004). Faz-se necessário conhecer as práticas organizacionais para buscar sua transformação, contudo, o trabalhador tem enfrentado barreiras neste processo, desde a imputação de um modelo gerencial autoritário e centralizado ao adensamento do trabalho, que lhe consome todas as forças motoras e psíquicas (FARIA, 2011a).

As forças motoras estão evidenciadas pela crescente intensificação do trabalho, tabela 12, p. 120 e a sua relação positiva com o adoecimento exposto na figura 23, p. 153. Enquanto as forças psíquicas, são abstraídas em um controle da subjetividade do trabalhador (BRAVERMAN, 1977).

No desenvolver da pesquisa desta tese, se observou um caso que merece reflexão nesse item sobre a alienação e violência que passa a ser de responsabilidade da gestão, ao assumir a responsabilidade – a figura do gerente – se distancia do proprietário da empresa. O frigorífico possui histórico relacionado a acidentes e adoecimentos no trabalho, constando em diversos inquéritos do MPT. Em um dos casos, o trabalhador teve parte de seus dedos amputados ao realizar a manutenção de uma máquina. Estava trabalhando na empresa a pouco mais de três meses e relatou que não havia passado por treinamento. Ao indicar onde estava o problema, teve a ponta da sua luva de proteção sugada e parte de seus dedos amputados. Dentre as entrevistas e conversas informais com os trabalhadores, esse foi o caso

mais grave constato, contudo, há inúmeros outros casos de adoecimentos, e acidentes no mesmo frigorífico. Ao conversar com os trabalhadores da empresa sobre a dificuldade do trabalho, das condições de trabalho, sempre são unânimes em dizer que o ambiente é difícil, há cobrança em excesso por parte da gerência, mas o proprietário da empresa é uma excelente pessoa (material da pesquisa; entrevistas).

Com objetivo de apreender a atividade desenvolvida nos frigoríficos, no próximo item apresenta como se dá o processo produtivo das empresas foco desta pesquisa. Foi possível verificar a forma de divisão do trabalho nas funções executadas nos frigoríficos. Detalha-se o processo produtivo, segmentando as formas de produção. Ainda no tópico a seguir, são apresentadas a execução das atividades e as prescrições formais de execução do trabalho, além das condições de trabalho que são encontradas por esses trabalhadores.

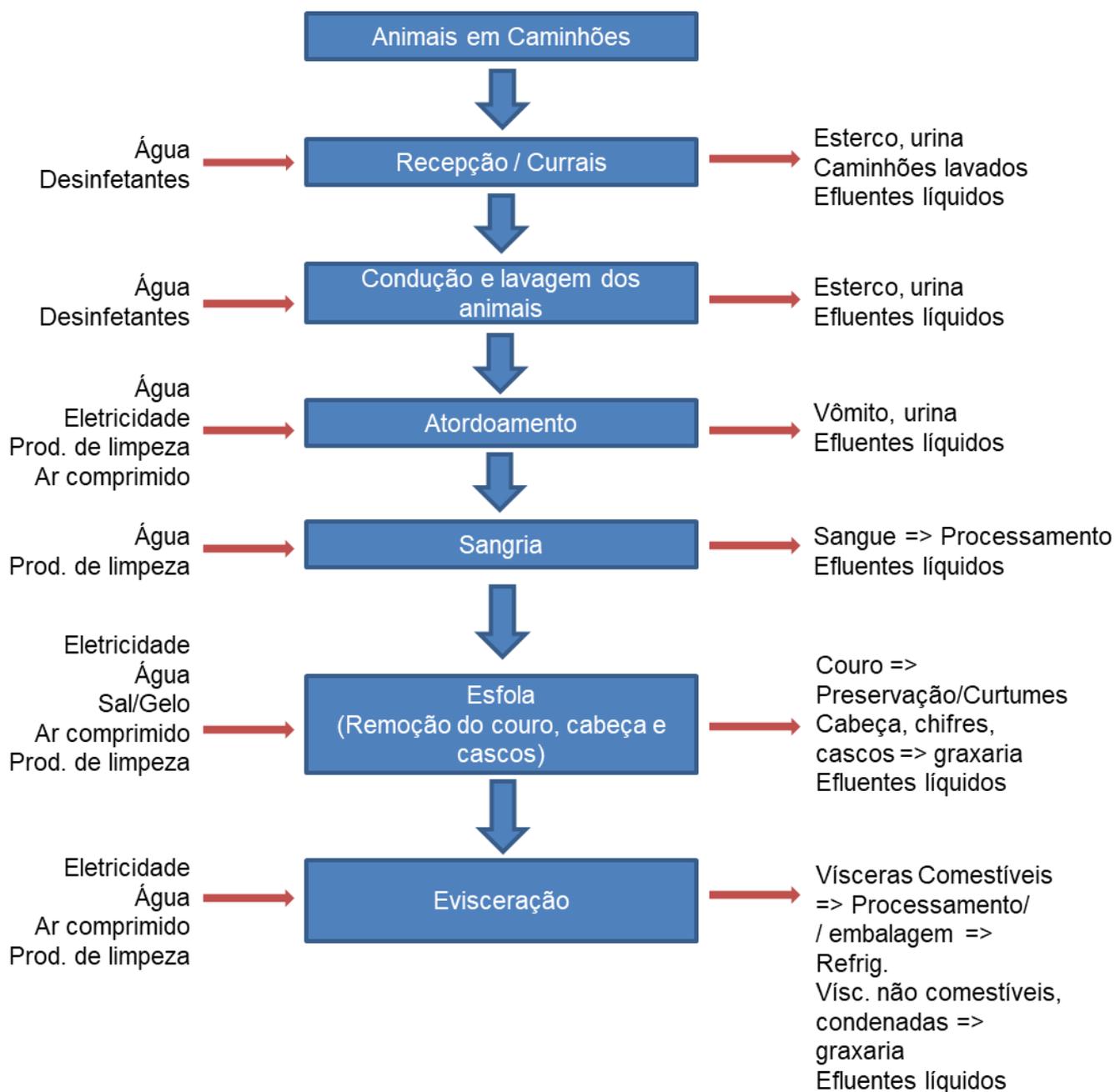
3.5 CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS NOS FRIGORÍFICOS DE ABATE DE BOVINOS E AVES

Um fluxograma básico de abate de bovinos contempla algumas etapas conforme a exposto nas figuras 7, p. 110, e, figura 8, p. 111. Na primeira figura se evidenciam as etapas referentes desde a recepção dos animais até a evisceração. Após a evisceração dos animais há uma subdivisão na linha de produção, são três etapas: tratamento das carcaças e seus cortes; os cuidados com o bucho; e os intestinos. Ao término destas atividades segue para a embalagem, estocagem e expedição dos produtos. As variações no porte do frigorífico ou mesmo no grau de automação influência pouco nas etapas do processo produtivo, que segue normalmente o padrão genérico visualizado nas figuras a seguir.

As figuras mostram em sua linha vertical principal as etapas do abate, e nas linhas horizontais, a esquerda apresenta os materiais necessários para ela (variáveis de entrada) e ao lado direito os resquícios (variável de saída) daquela etapa. Como exemplo, ao observar a etapa de recepções e currais, ela é posterior a chegada dos animais em caminhões e necessita de água e desinfetantes. Ao concluir esta etapa, as variáveis de saída são os estercos e urina, os caminhões lavados e os efluentes líquidos que necessitam de tratamento. Na linha vertical a passagem de uma etapa a outra está marcado por uma seta vertical; o mesmo ocorre similarmente nas linhas

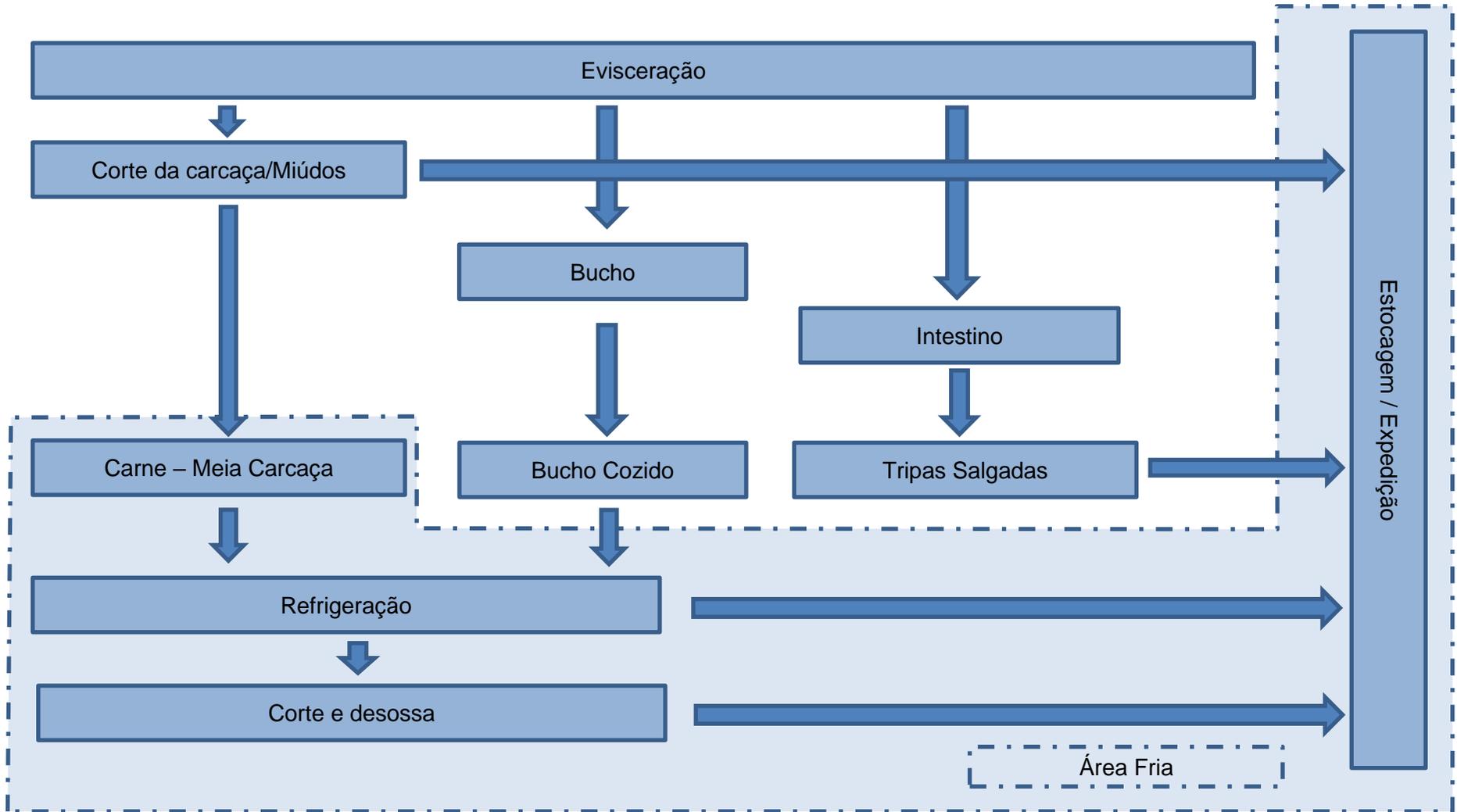
horizontais, identificadas pelas setas verticais. Na figura 8, p. 111, as etapas de processamento são subdivididas, assim, as etapas corte da carcaça, bucho, e, intestino que são todas precedidas pela evisceração. Não se encontram em um mesmo alinhamento, exclusivamente por questões estéticas.

Figura 7: Processos de trabalho do abate bovino até a evisceração



Fonte: Adaptado (PACHECO; YAMANAKA, 2006, p. 29)

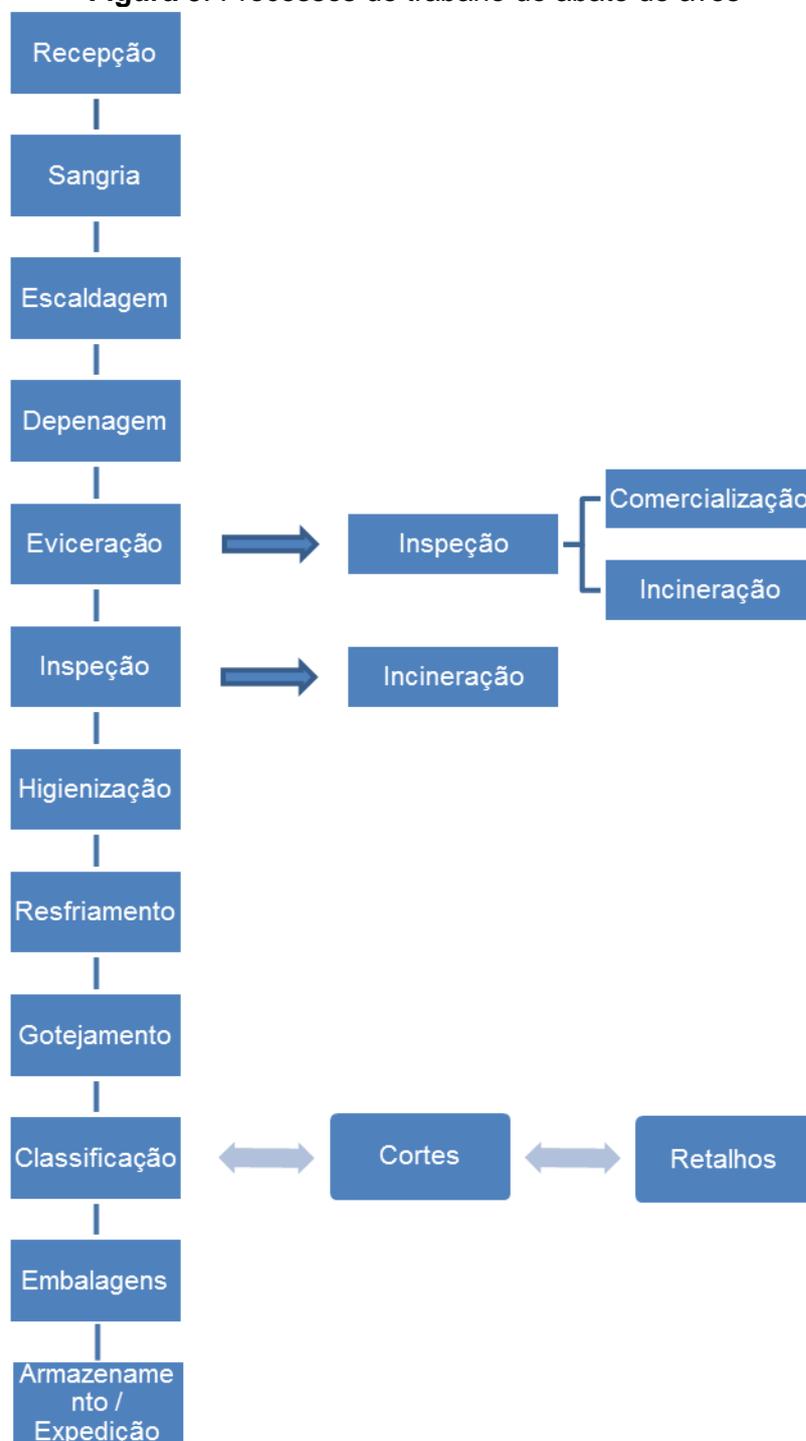
Figura 8: Processos de trabalho do abate bovino, da evisceração à estocagem.



Fonte: Adaptado (PACHECO; YAMANAKA, 2006, p. 29)

Nos abatedouros de frango o processo segue a mesma lógica, como o visualizado na figura abaixo.

Figura 9: Processos de trabalho do abate de aves



Fonte: Adaptado (RIBEIRO, J. D. P., 2017, p. 42)

A figura 7, p. 110, figura 8, p. 111, e figura 9, p. 112, fazem referência a um modelo padrão de estrutura dos processos de trabalho, mesmo sabendo das

particularidades em cada uma das indústrias, as variações seguem uma lógica produtiva contemplada pela figura acima. A variabilidade entre as linhas produtivas foi explicitada por diversos autores, e se pode destacar que “os frigoríficos não são iguais entre si. Eles apresentam diferenças relevantes uma vez que trabalham com diferentes fontes de matéria-prima (aves, suínos, bovinos, ovinos, peixes, entre outros). [...] Duas unidades de uma mesma empresa, com o mesmo tipo de abate, são encontradas diferenças” (BARROS OLIVEIRA; MENDES, 2014, p. 4630). Contudo, quando abatem o mesmo tipo de produto, possuem similaridades, pois precisam executar as mesmas etapas. Há variações de *layout* e, de tecnologia disponível, conforme a planta. Existem frigoríficos que ainda se utilizam de nória manual, que o trabalhador faz sua atividade e empurra a peça.

Mesmo com variações, há um elemento comum e central em todas as organizações: a força motriz do trabalho, o trabalhador. Para que aqueles processos ocorram os trabalhadores são fundamentais, pois desempenham as funções que possibilitam a execução desses processos. E, importante ressaltar que os processos de trabalho desenvolvidos nos frigoríficos são degradantes, isso desde seus primórdios, exigindo dos trabalhadores força em excesso, somados a um ambiente insalubre, como exposto sobre o matadouro de Curato de Santa Cruz, no Rio de Janeiro no início do século XX. Como exposto no excerto: “os aprendizes e jornaleiros realizavam tarefas difíceis e pesadas, como o abate e a limpeza das carcaças, e isto não era simples de se aprender. O método de abate, por exemplo, era tão mais complicado quanto maior fosse o tamanho do animal” (DE PÁDUA BOSI, 2014, p. 86).

É possível identificar também as sequelas dos processos de trabalho nos trabalhadores da charqueada de Descalvado, como expresso por Gláucia Péclat (2011), que ao se debruçar sobre a construção de memórias e identificação de grupos de trabalhadores da fazenda Descalvados, Péclat (2011, p. 73) apresenta que “apesar de certa preocupação de Luiz Lacerda em garantir assistência médica aos trabalhadores, [...] dois por mim entrevistados narram ter ficados cegos com atividades relativas ao charque”.

Quando transportados para os dias atuais, se verifica um avanço e mudanças na higiene das unidades frigoríficas. Contudo, o trabalhador, incrustado em seu posto de trabalho, continua a exercer uma função insalubre. Isso pode ser verificado em diversas fontes expostas ao longo desta tese: vídeos disponíveis em plataformas online; a descrição do ambiente feito por um entrevistado; processos analisados do

Ministério Público do Trabalho; relatórios de inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego; investigações da polícia civil; e, visita técnica realizada em uma unidade. Antes de ingressar nas condições de trabalho, e após apresentar sobre os processos de trabalho, faz-se necessário apreender sobre a indústria frigorífica em sua base técnica. Como os processos de trabalho são desenvolvidos, quais os meios de trabalho e maquinarias são utilizados na produção.

3.5.1 Frigorífico: uma indústria moderna?

Os frigoríficos são parte constituinte do campo empírico desta tese. É possível observar que as referências nos materiais consultados a esses estabelecimentos sempre se dão como indústrias, agroindústrias ou afins. Contudo, não se pode afirmar que o frigorífico é uma indústria, ainda mais, uma indústria moderna. Neste item, essa temática será explicitada.

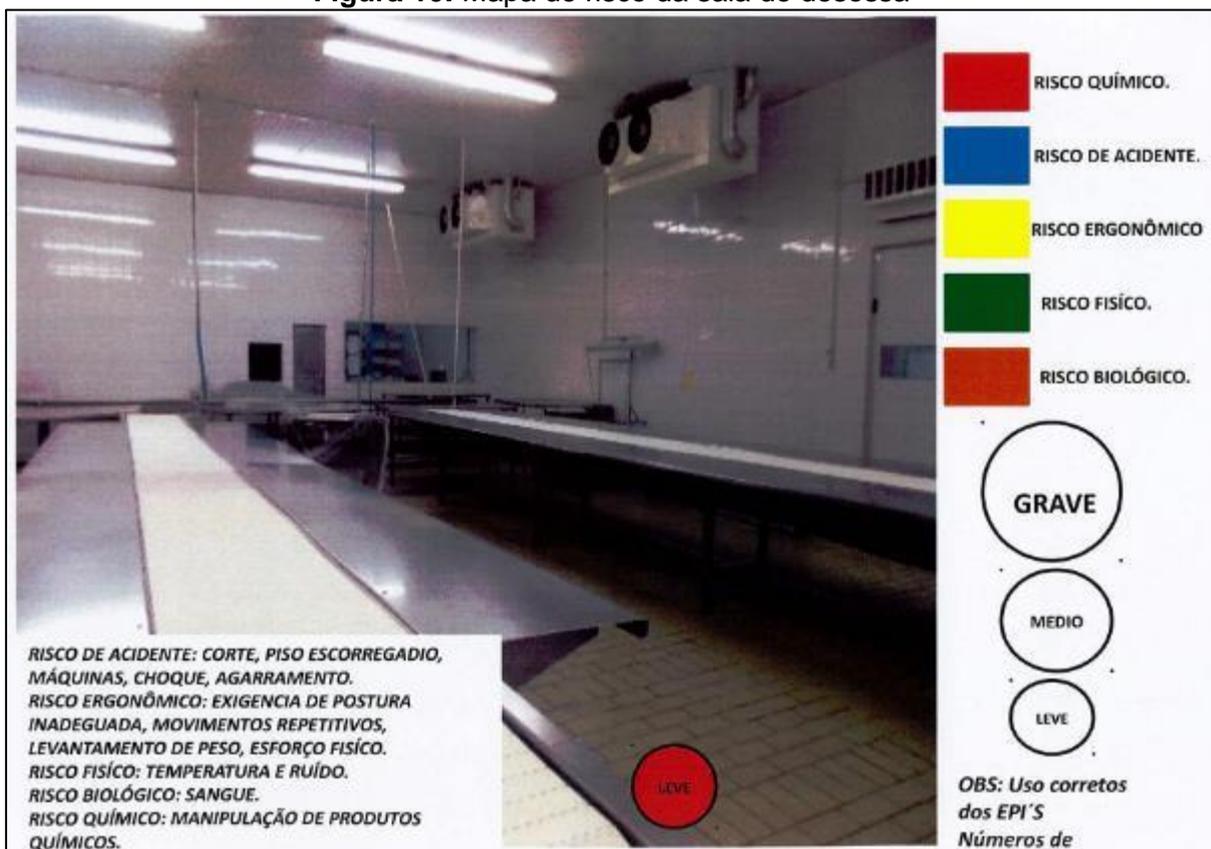
Retorna-se a discussão sobre base técnica da indústria realizado por Paço Cunha (2019), de maneira sintética apresentado no quadro 2, p. 56. Os elementos encontrados nos frigoríficos permitem afirmar: os frigoríficos são uma manufatura moderna. E assim o são pois, primeiramente a forma de produção dos frigoríficos são parecidas com a desenvolvida no final do século XIX, inclusive, inspirou Ford na implementação das linhas de montagem de seus veículos (VARUSSA, 2016), e, acrescenta Braverman (1977, p. 78, *itálico no original.*) sobre o modo de produção dos frigoríficos, ser a “primeira linha de montagem da indústria norte-americana, a esteira de embalagem de carne (na realidade uma linha de *desmontagem*)”.

Fora possível constatar a utilização de capital variável como princípio operante, vide observação *in loco*; os dados de empregabilidade do setor e a figura 13, p. 122, que clarifica para o emprego da força de trabalho parcelar, combinado a esteira. No tópico 3.6: a exploração relativa do mais-valor absoluto, p. 126, apresenta elementos sobre a intensificação do trabalho; somado aos elementos presentes na figura 11, p. 117, sobre os estudos da divisão do trabalho em determinada função; e ainda, no decorrer do item apresenta quais as maquinarias empregadas pelos frigoríficos. Esse conjunto de elementos reforça a metodologia de extração de mais-valor: os frigoríficos são uma manufatura moderna.

Sobre as maquinarias, utilizou-se da listagem de máquinas que foram inspecionadas em um determinado frigorífico do estado. Em um dos processos do ministério público do trabalho, consta a proposta de prestação de serviço para adequação das máquinas e equipamentos constantes na unidade industrial. Na descrição da proposta, explicitam qual sua finalidade: “Esta proposta tem como objetivo atender as exigências do MTE, frente as unidades frigoríficas no Estado do Mato Grosso do Sul, [...] tais medias buscam atender não apenas as normas vigentes, bem como, garantir a segurança e a integridade dos colaboradores” (material da pesquisa; relatórios do MPT).

As máquinas listadas por essa proposta estão divididas por setores, da seguinte forma: - Abate: box de insensibilização, serra de chifre, serra de peito, serra de carcaça, plataforma da serra de carcaça, mesa de vísceras, guincho, guincho do primeiro pé, guincho do segundo pé, guincho da esfolo do couro; - Triparia: máquina de escorrer tripa, máquina de extração de mucosa, centrífuga; - Miúdo/Bucharia: centrífugas (todas), serra fita; - Graxaria: Percoladora, rosca helicoidal transportadora (rosca sem fim), moinho de martelo, rosca de abastecimento do esterilizador; - Triturador: quebrador, rosca de alimentação, quebrador de cabeça. Além das máquinas listadas por setor, são utilizados os sistemas de resfriamento no qual utilizam amônia como gás refrigerante. Nas salas de desossa, apenas tem-se o auxílio das esteiras para o transporte, como pode ser visualizado na figura 10, p. 116, e também, na figura 13, p. 122. As referidas figuras são de unidades diversas, sendo a próxima figura [10] de uma sala de desossa sem operação, e a figura 13, captura os trabalhadores durante sua jornada de trabalho.

Figura 10: Mapa de risco da sala de desossa



Fonte: Material da Pesquisa; relatórios do MPT.

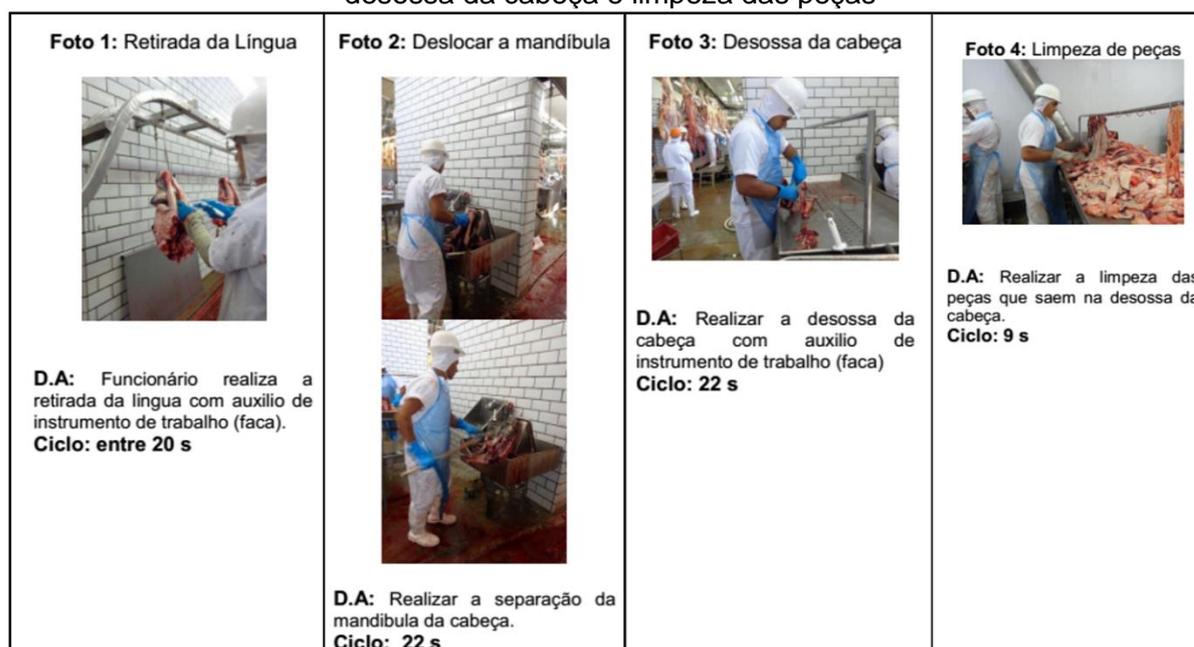
A figura 10, acima, refere-se à um mapa de risco, contudo é possível observar que o ambiente da sala de desossa não possui outras máquinas, além da esteira elétrica, que auxiliam o trabalhador ou realizam o trabalho de forma autônoma. A presença de máquinas que realizam o processo de forma automática, se dá apenas em unidades que trabalham com o abate de aves. E, em um processo específico, pois, utilizam-se do maquinário para a separação da carne que restou próximo a carcaça após a desossa, que resulta no produto Carne Mecanicamente Separada - CMS. E, nos frigoríficos de bovinos, há automação quando a unidade frigorífica está apta à fabricação de processados, como o hambúrguer, que é produzido por uma dessas máquinas automatizadas; ainda assim, a unidade que foi possível constatar, o operador da máquina é responsável pela alimentação da matéria-prima, carne e os condimentos necessários. Todavia, os referidos produtos – a CMS e os processados – quando somados, equivalem a pouco mais que 4% de toda a produção de carne no estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2017.

Os aspectos apresentados reforçam o entendimento do frigorífico como manufatura moderna, uma vez que se tem o auxílio de ferramentas auxiliares,

contudo, se mantém as características da manufatura. Como exposto por Paço Cunha (2019, p. 101): “A base técnica da manufatura fica assim revelada: força de trabalho combinada e dividida segundo funções desenvolvidas pela prática e que manipula instrumentos e ferramentas de trabalho”.

Soma-se ao parcelamento das atividades em funções mínimas como previsto por Braverman (1977) evidenciado nas análises ergonômicas, expondo a função de cada posto de trabalho e a duração do ciclo das atividades, aos moldes da divisão do trabalho de Smith (1988) e das descrições das funções realizada por Taylor (2012). A exemplo do processo de trabalho dos miúdos bovinos: retirada da língua, deslocamento da mandíbula com auxílio da maquinaria, desossa da cabeça e por fim, a limpeza das peças, como exposto na figura abaixo:

Figura 11: Processo de trabalho na sala de miúdos, retirada da língua, deslocar mandíbula, desossa da cabeça e limpeza das peças



Fonte: Material da Pesquisa; relatórios do MPT.

É possível verificar que o processo de trabalho, excluindo o tempo de transporte, é realizado em 75s. Uma peça inteira (cabeça bovina) é desmontada em um minuto e quinze segundos, utilizando-se de quatro trabalhadores para a realização da atividade. A descrição do processo relembra as observações de Braverman (1977, p. 151, *itálicos no original*) sobre “a tentativa de *tratar os próprios trabalhadores como máquinas*”. Em tal condição só é possível pois o capital industrial impôs ao trabalhador

uma habituação, como visto anteriormente, e há a necessidade permanente de renovação:

a habituação dos trabalhadores ao modo capitalista de produção deve ser renovada a cada geração, tanto mais que as gerações surgidas sob o capitalismo não são formadas dentro da matriz da vida de trabalho, mas jogadas no trabalho vindas de fora, por assim dizer, após um prolongado período de adolescência durante a qual são mantidas na reserva. A necessidade de ajustar o trabalhador ao trabalho em sua forma capitalista, de superar a resistência natural intensificada pela tecnologia mutável e alternante, relações sociais antagônicas e a sucessão de gerações, não termina com a 'organização científica do trabalho', mas se torna um aspecto permanente da sociedade capitalista (BRAVERMAN, 1977, p. 124).

Para ampliar a discussão, no próximo item apresenta-se as condições de trabalho dos frigoríficos.

3.5.2 Condições de trabalho nos frigoríficos

Como visto no item acima os frigoríficos podem ser apreendidos como uma manufatura moderna, que se utilizam da maquinaria como ferramenta auxiliar, e no transporte. Inclusive, os frigoríficos possuem a nórea e as esteiras como determinador de velocidade da produção. Sobre a relação entre as condições de trabalho e o emprego da maquinaria, Marx diz que:

Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador; porém, apenas com a maquinaria essa inversão adquire uma realidade tecnicamente tangível. Transformado num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva (2013, p. 495)

A temática sobre as condições de trabalho possui literatura extensa, e fora trabalhada em diversos tópicos e itens ao longo desta tese. A preocupação sobre em quais condições os trabalhadores desempenham suas atividades laborais também não é novidade: fora apresentada por Marx (2013) no livro I do Capital, de forma mais profunda nos capítulos 13 e no capítulo 23. Graça Druck (2011) destaca a necessidade de demonstrar as transformações e contradições do trabalho, tal como o trabalho desenvolvido por Almeida, Benevides e Dutra (2018).

O descrever da realidade da indústria frigorífica sobre as condições de trabalho está ancorado aos documentos analisados na pesquisa: relatórios de inspeção do MTE, inquéritos investigativos da Polícia Civil, somado ao presenciado na visita

técnica realizada. Em consulta prévia ao sistema de notificação do antigo MTE, dentre os 35 frigoríficos ativos (com SIF), apenas seis não possuem algum tipo de infração registrada, conforme exposto no quadro constante no apêndice IV, p. 272. As inspeções relatam situações degradantes de trabalho como exposto ao longo do tópico.

A ação de fiscalização que contabilizou o maior número de irregularidades, registrou 155 autuações em face da empresa fiscalizada. Outra ação, lavrou 80 atos de infração. As desconformidades formais-legais do ambiente de trabalho, e das condições de trabalho, foram registradas nos relatórios das inspeções, conforme trecho abaixo:

Verificou-se que os empregados submetidos a atividades em ambientes insalubres tinham sua jornada de trabalho prorrogada, sem licença prévia da autoridade competente. Além disso, a jornada era prorrogada além do limite legal de duas horas diárias, sem qualquer justificativa legal, colocando em risco a saúde dos trabalhadores. Constatou-se também o acúmulo de função de vários trabalhadores, que após o término das atividades para as quais foram contratados, são designados a realizarem outra totalmente diferente. É o caso dos trabalhadores do abate que, como término da sua jornada de trabalho, são orientados a trabalharem carregamento de farinha para ração. [...] Da inspeção realizada na planta industrial como setor de embarque de produtos, graxaria e caldeira, constatamos a existência de diversas irregularidades, sendo algumas delas graves. A saber: Operação de corte de carcaça bovina com exposição de trabalhadores ao risco de corte e amputações e máquinas da graxaria sem proteção que também expunham os trabalhadores ao risco de cortes e amputações, bem como de esmagamentos. Fato que motivou a interdição da máquina de abrir crânio (já suspensa após a sua adequação) e a concessão de prazo curto para sua regularização parcial (que foi cumprida) e posteriormente foi notificada para sua adequação total (material da pesquisa; relatórios do MPT).

O número expressivo de autuações expõe a precariedade das instalações de trabalho. As instalações elétricas, a ausência dos equipamentos de proteção e as proteções de máquinas são registradas em diversas plantas. Constata-se, a mesma autuação de ausência de proteção, em maquinário idêntico, do mesmo grupo comercial, contudo, em plantas diferentes. Como o registro das autuações se dá por unidade inspecionada, não é considerada reincidência. Sobre a precariedade das instalações, alguns exemplos podem ser vistos na figura a seguir:

Figura 12: Exemplos das condições de trabalho nos frigoríficos



Fonte: Imagens dos materiais da pesquisa; relatórios do MPT

A figura acima é agrupa um conjunto de seis imagens, extraídas de dois processos realizados pelo ministério público federal em distintas empresas. As três primeiras imagens retratam as condições das instalações elétricas nessas empresas. Na foto quatro é possível verificar a ausência do cinto de segurança para o trabalhador que está trabalhando em uma plataforma de elevação. E, nas fotos seguintes, registram a utilização de equipamento de proteção desgastado e impróprio para uso, terminando com a exibição de uma máquina sem produção.

Dentre os processos apurados pelo ministério público e disponíveis para consulta, se verificou uma empresa que serviu refeições impróprias para o consumo. As refeições eram servidas para um grupo de trabalhadores do turno vespertino e

eram preparadas no início da manhã, e acondicionadas em ambientes sem controle de temperatura, eram servidas por volta das 17:00 horas, sem condições de consumo.

Soma-se as descrições e registros do MPT, a descrição sobre o ambiente de trabalho, na percepção de um dos entrevistados. O relato ocorreu quando o indagou sobre as dificuldades do processo de constituição na NR (detalhada no item 4.2.1, p. 166). O entrevistado explicitou a necessidade de mudar o trabalhador de ambiente para a recuperação térmica, dessa forma:

Eles não conseguem conversar entre si e o ambiente é tudo muito uniforme e monótono como a gente diz. É tudo branco, é muito inóspito na verdade. É um ambiente inóspito e se você ficar lá muito tempo ele é um horror. Tudo branco, gelado, você não consegue conversar, lidando com aquele animal, lidando com aquela peça de carne, gelada (entrevistado 02).

Em visita técnica realizada a uma das unidades de abate de bovinos no estado de Mato Grosso do Sul se constata o ambiente como o descrito pelo entrevistado. O ambiente descrito é a sala de desossa, que está inserida na parte fria do processo de trabalho realizado nos frigoríficos. Durante a visita não foi autorizado a realização de imagens. A justificativa dada foi pela preocupação sanitária com o produto, não permitindo a entrada de celulares ou câmeras fotográficas, com o objetivo de evitar qualquer contaminação da carne e, assim, podendo manter sua assepsia.

Ainda assim, mesmo com as reiteradas autuações, e as diversas fontes apresentadas, poder-se-ia argumentar que tais condições são meras eventualidades, registradas em momentos inoportunos, e que, na maioria das vezes e das unidades, tais ocorrências inexistem. Reafirma-se que apenas 17% das unidades registradas no SIF não possuem autuação no sistema de registro do ministério da economia, como exposto no apêndice IV, p. 272. O que torna essa suspeita descabida. Todavia, apresenta, a seguir, o ambiente de trabalho “normal”, ilustrado pela figura 13, p. 122.

A figura 13, a seguir, exhibe a disposição dos trabalhadores, maquinários e produtos em uma sala de desossa de um frigorífico. A figura fora captada de um vídeo promocional produzido pela empresa Teddy Bear Films, sobre o processo produtivo da carne. Optou-se por esse tipo de vídeo, pois as outras imagens encontradas não possibilitavam a visualização completa da sala, e também pela característica do vídeo. Vislumbra-se que no dia das filmagens o ambiente estaria disposto da maneira considerada ideal pelos responsáveis, uma vez que o vídeo – promocional – mostra a visita de um garoto propaganda da marca a uma das suas unidades. Como narrado

no próprio vídeo as imagens foram captadas em uma planta de abate no município de Campo Grande - MS.

Figura 13: Sala de desossa



Fonte: Imagens captada 2'36" (ORTIZ, 2015)

A figura acima retrata a sala de desossa do frigorífico. Observa-se no espaço um número grande de trabalhadores que realizam as atividades de desossa de forma manual contando com o auxílio das esteiras para o transporte dos produtos. No canto superior direito se visualizar a nórea – indicada pela seta – responsável pelo transporte das carcaças e meia-carcaças, que depois de desmembradas são dispostas nas esteiras para serem recordadas, desossadas, e, retalhadas, para os últimos acabamentos do produto. A atividade de preparação final do produto varia conforme o cliente, uma vez que há disponível diversos cortes e acabamentos para um mesmo produto.

A parte fria do processo produtivo possui temperatura controlada, sempre próximo aos 12º C. A saber, a figura abaixo apresenta medições de temperatura realiza pelos técnicos de inspeção sanitária:

Figura 14: Medidas de temperatura no ambiente de trabalho

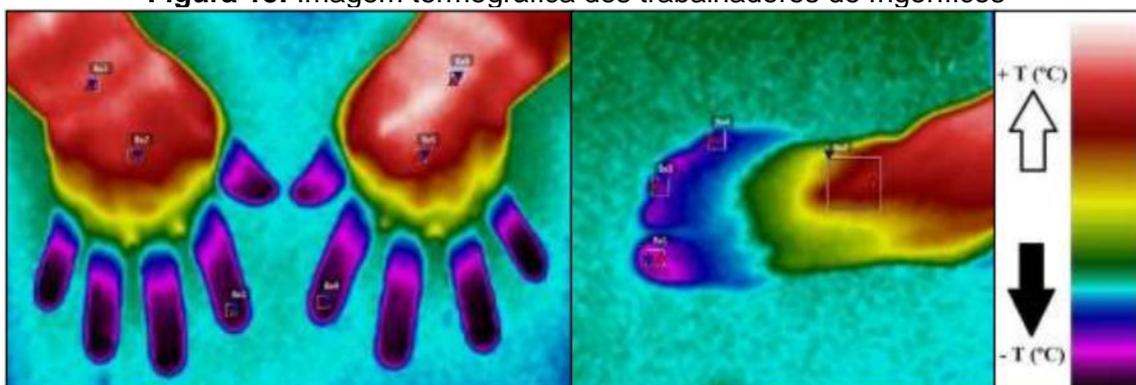
REINSPEÇÃO DE CORTES															
HORA	TAMANHO DA AMOSTRA		TEMP. DA CARNE °C	TEMP. DA SALA DE DESOSSA °C	DEFEITOS						CLASSIFICAÇÃO DO(S) DEFEITO(S)			JULGAMENTO	OBS.
	Nº DE PEÇAS	PESO APROX.			GRAXA	COÁGULOS	FRAG. OSSOS	CONT. ESTOMACAL	PELOS	OUTROS	LEVE	MÉDIO	GRAVE		
09:20	05	-	+4.1°C	+10.6°C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	ACEITÁVEL	COX. P/05
11:36	05	-	+3.4°C	+10.4°C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	ACEITÁVEL	CU P/10
13:02	05	-	+4.3°C	+10.5°C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	ACEITÁVEL	COSTELA CANELA
14:10	05	-	+4.1°C	+10.7°C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	ACEITÁVEL	CU P/10
15:22	05	-	+4.5°C	+10.5°C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	ACEITÁVEL	COSTELA CANELA
15:42	05	-	+4.7°C	+10.3°C	-	-	-	-	01	-	01	-	-	ACEITÁVEL	CU P/10

Fonte: Material da pesquisa; relatórios do MPT.

A figura 14, p. 122 exibe as anotações de temperatura da carne e do ambiente de trabalho de uma empresa. Verifica-se que foram realizadas seis anotações de temperatura, em peças e horários diversos. A temperatura dos produtos que são manuseados pelos trabalhadores variava entre 3.4° C à 4.7° C. Por sua vez, a temperatura ambiente sofreu menor variação, apenas 0.4° C, a menor medida realizada foi de 10.3° C e a maior de 10.7° C, como observado.

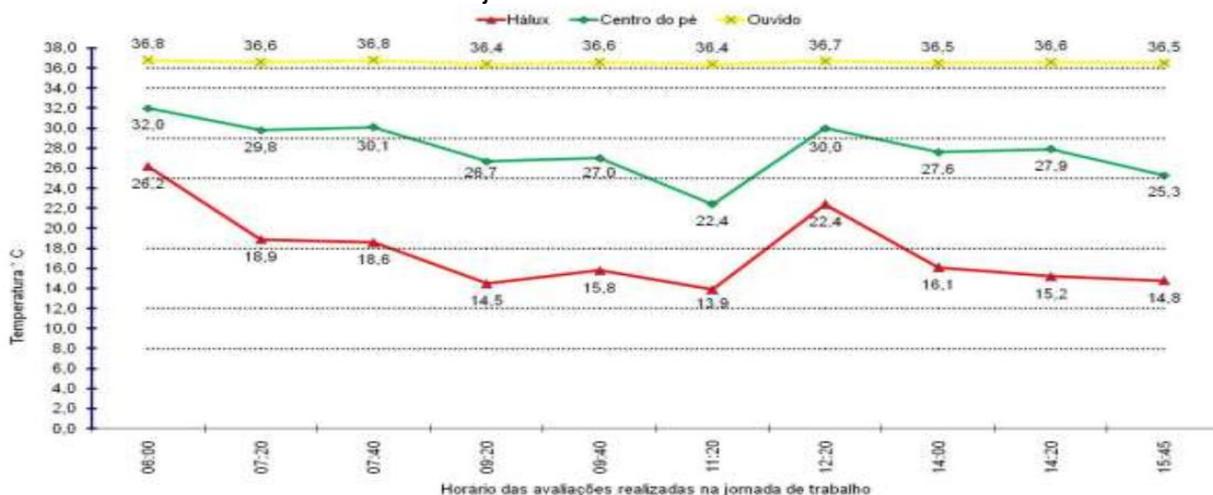
Permanecer em ambientes com temperaturas controladas – como as expostas na figura 14, p. 122 – e lidar com os produtos resfriados o trabalhador sente tais efeitos em seu corpo. Os efeitos são agravados nas extremidades corporais, como as pontas dos dedos das mãos e pés (TAKEDA; MORO, 2017; TAKEDA; MORO; GUTHS, 2019). Estudos específicos referente a temperatura corporal clarifica as consequências do trabalho, como exposto nas imagens abaixo:

Figura 15: Imagem termográfica dos trabalhadores de frigoríficos



Fonte: (TAKEDA; MORO, 2017, p. 1258)

Figura 16: Variação da temperatura corporal dos trabalhadores de frigoríficos durante a jornada de trabalho



Fonte: (TAKEDA; MORO, 2017, p. 1258; TAKEDA; MORO; GUTHS, 2019, p. 240).

Para a análise os autores utilizam como referência uma escala de temperatura, onde classificam como conforto térmico de 36 - 34° C; neutro, de 33.9 - 29° C; desconforto (resfriado), entre 28.9 - 25° C; frio, entre 24.9 - 18° C; e, dor, entre 17.9 - 12° C. Na descrição dos resultados os autores apontam que: “O dedo da mão apresenta temperaturas no início da jornada considerada condição neutra, e em cada momento analisado de interrupção da jornada para usufruir das pausa ou intervalos para refeição, apresentam a condição: frio, dor, frio, dor, frio, dor” (TAKEDA; MORO; GUTHS, 2019, p. 242).

Ainda sobre o conforto térmico no ambiente de trabalho, o estado de Mato Grosso do Sul, possui características específicas, pois encontra-se em áreas subquente e quente, conforme classificação climática do IBGE. Em áreas com tais características, o trabalho em ambientes com temperatura inferior a 12° C, nas regiões de clima subquente e inferior a 15° C em regiões de clima quente é considerado insalubre. E conforme consta no artigo 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, Industria e Comercio, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim (BRASIL, 1967).

A especificidade do estado não permite aos trabalhadores que estão sujeitos ao trabalho em ambiente de temperatura controlada ter sua jornada de trabalho prolongada, a conhecida hora extra, sem autorização prévia, como consta no artigo acima exposto. Contudo, a situação averiguada é destoante do dispositivo legal. Clarificado pelas diversas autuações realizadas nas ações de fiscalizações e também pelo acesso aos holerites – figura 17, p. 125 – que constam o pagamento do excedente de jornada e remuneração por insalubridade. Em um dos autos de infração consta a descrição:

Citamos, para exemplificar, NOME DO TRABALHADOR, auxiliar de produção, trabalhando na paletização da câmara fria, que, realizou horas extras no dia 22/12; 23/12, 28/12 a 30/12/15, 04/01 a 06/01/2016, conforme espelho do ponto anexado. A ocorrência é comum, tendo sido detectado, pelo sistema leitor de jornadas do Ministério do Trabalho, apenas para aquele trabalhador, 13 (treze) ocasiões, em 2016, em que o trabalhador trabalhou

acima de 2 horas extras diárias, conforme listagem anexa (material da pesquisa; relatórios do MPT).

Em outro relatório de ação de fiscalização em outro frigorífico, consta: “foi constatada a reiteração de infrações relacionadas ao/à: a - não cumprimento do limite máximo de jornada; [...] c - prorrogação de labor em ambiente insalutífero” (material da pesquisa; relatórios do MPT). A figura abaixo reforça o exercício do trabalho em ambiente insalubre e em desacordo com os dispositivos legais.

Figura 17: Holerite que consta o pagamento de hora extra e insalubridade

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
099	INSALUBRIDADE	205,20	147,09	
101	SALARIO	28,00	873,66	
105	HORA EXTRA 50%	41,57	312,81	
112	DSR S/HE	15,38	77,72	
121	1/3 FERIAS	2,00	26,36	
122	ADICIONAIS FERIAS	2,00	1,10	
126	FERIAS	2,00	72,91	
146	MED S/H EXTRAS MES	2,00	5,06	
148	ARREDOND. DO MES		0,21	
394	HORA IN INTINERE	13,50	103,13	
401	INSS FOLHA	9,00		136,29
422	REFEICAO	20,00		5,00
426	DESC ARRED 13º			0,80
445	FERIAS PAGAS MES ANT	2,00		105,43
496	VALE COMPRA			100,00
502	TROCO ANTERIOR			0,53
RESUMO DO SALARIO				
Salário-Base		Sal. Contr. INSS	Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.093,66		1.514,41	1.620,05	348,05
Base Cál. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cál. IRRF	LÍQUIDO A RECEBER	
1.514,41	121,15	1.241,83	1.272,00	

Fonte: Material da Pesquisa; relatórios do MPT.

É necessário acrescentar que o ambiente onde são desenvolvidas as atividades laborais são ruidosos. Observa-se na figura 13, p. 122, os trabalhadores utilizando protetores auriculares. As mensurações de ruído nos locais da produção chegam a 99dB(a). A verificação é possível nos relatórios dos Programas de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA) e de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), e em laudos periciais de avaliação de insalubridade como o trecho exposto abaixo:

As fontes de Níveis de Pressão Sonora (NPS) existentes são variáveis e resultantes do desenvolvimento das atividades desta etapa do processo e representa níveis de pressão sonora elevados.

Durante a quantificação para obtenção da dose parcial foram observados NPS variáveis de 86dB(A) a 99dB(A).

No posto laborado pelo Reclamante, durante 8 minutos foram quantificados níveis de pressão sonora cuja dose parcial resultou o valor de 6,49%.

Para o cálculo da dose projetada e do nível de pressão sonora equivalente foram realizados cálculos, levando-se em consideração os valores do tempo de mediação e dose resultante.

[...] Portanto, os NPS quantificados no setor da desossa, no posto laborado pelo Reclamante, resulta Dose de 4,3, ou seja, superior à unidade classificando a exposição como insalubre em grau médio.

[...] O nível equivalente para o tempo de exposição (Leq) calculado de 95dB(A) indica tempo máximo de exposição de 2 horas (120 min) conforme texto da NR-15.

O reclamante esteve exposto de 8h a 9h51min por jornada, totalizando exposição ao ruído durante no mínimo 480 minutos da jornada.

Para a jornada de 8h o limite de tolerância é de 85dB(A).

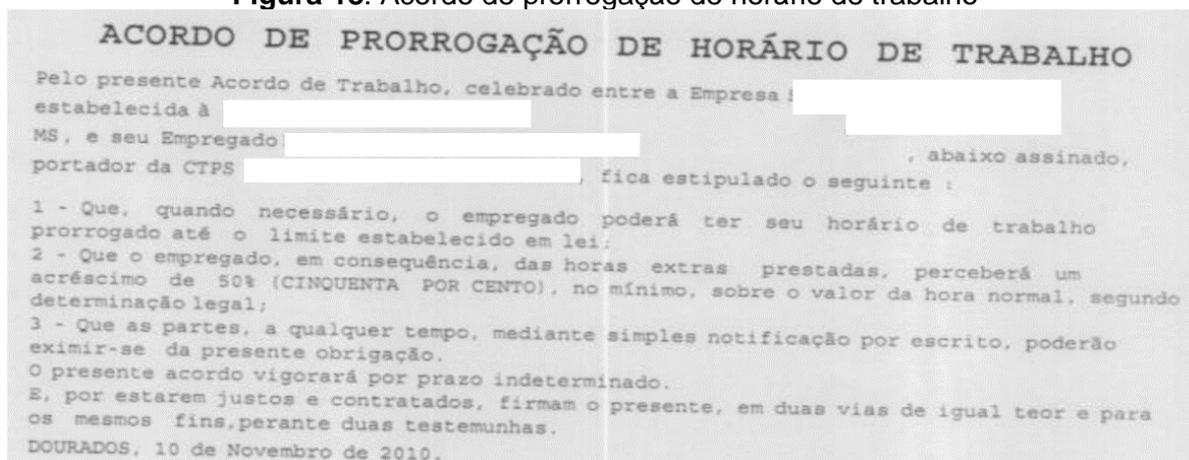
Portanto, o Reclamante este exposto ao agente ruído de 95 dB(A), acima do limite de tolerância (85 dB(A)), caracterizando nos termos da NR-15, insalubridade de grau médio (Material da pesquisa; relatórios do MPT).

O trabalhador desenvolve suas funções em um ambiente insalubre, com temperatura próxima aos 12º C, além do ambiente ruidoso o que não permite a comunicação entre os trabalhadores. Em outras áreas da produção estão expostos a má manutenção e, por vezes, materiais de proteção inapropriados ou desgastados, somados as máquinas sem proteção. E, em tais condições são submetidos a extensão da jornada de trabalho de maneira corriqueira, como exposto acima, mesmo quando o ambiente insalutífero não permitiria tal situação. O prolongamento da jornada de trabalho, carece da reflexão da formação de mais valor nesse tipo de indústria, como ver-se-á no próximo item.

3.6 A EXPLORAÇÃO RELATIVA DO MAIS-VALOR ABSOLUTO

Fora apresentado no capítulo 2, em específico no tópico 2.1 – modo de produção capitalista – que há dois conceitos utilizados por Marx para apreender mais-valor. Lembra-se que o mais-valor absoluto se dá pela extensão da jornada de trabalho e o mais-valor relativo na redução do tempo de trabalho necessário, pois o trabalhador consegue ampliar a produção em um tempo menor.

Nos frigoríficos estudados, são diversos os registros obtidos que expõe a prática da extensão da jornada de trabalho como algo comum e corriqueiro, com visto os casos expostos no item, anterior, condições de trabalho nos frigoríficos. As unidades utilizam de forma combinada da intensificação do trabalho e do prolongamento das jornadas. Os trabalhadores subsumidos ao capital, “aceitam” a extensão de carga horária. Constatou-se que algumas empresas incluem no contrato de trabalho, um acordo de prorrogação do horário de trabalho como por ser visto na figura a seguir:

Figura 18: Acordo de prorrogação de horário de trabalho

Fonte: Material da pesquisa; processo TRT.

Outra fonte é possível verificar o registro de ponto de um funcionário durante o período de 20/05/2016 a 19/06/2016. No documento consta que seu horário de trabalho ocorre com entrada às 05:30, intervalo de almoço entre 09:30 e 10:30 e saída às 14:30. No período observado em nenhum dos dias se teve cumprida a sua carga horária contratada, sempre, ocorreu a incidência de horas extras. Somente no período de 23/05/2016 à 28/05/2016, foram contabilizados cinco horas e quinze minutos de hora extra. Como pode ser visto na figura a seguir:

Figura 19: Registro de ponto

Período 20/05/2016 a 19/06/2016 Horário 05:30 09:30-10:30 11:30/05:30 09:30 - 8x4

Funcionário						
Dia	Marcações				Ocorrências	
20/05/2016 sex-Norm	05:38	09:30	10:30	15:35		
21/05/2016 sáb-Norm					04:00 - 533 COMPENSA DIA	
22/05/2016 dom-Folg					08:00 - 554 D.S.R	
23/05/2016 seg-Norm	05:38	09:45	10:45	15:37		
24/05/2016 ter-Norm	05:35	09:45	10:45	15:30		
25/05/2016 qua-Norm	05:34	09:45	10:45	15:23		
26/05/2016 qui-Norm	05:34	09:45	10:45	15:28		
27/05/2016 sex-Norm	05:35	09:45	10:45	15:11		
28/05/2016 sáb-Norm	05:38	10:06				
29/05/2016 dom-Folg					08:00 - 554 D.S.R	
30/05/2016 seg-Norm	05:35	09:30	10:30	15:29		
31/05/2016 ter-Norm	05:34	09:30	10:30	15:00		
01/06/2016 qua-Norm	05:33	09:30	10:30	15:28		
02/06/2016 qui-Norm	05:38	09:30	10:30	15:23		
03/06/2016 sex-Norm-Fer					08:18 - 538 FERIADO	
04/06/2016 sáb-Comp						
05/06/2016 dom-Folg					08:18 - 554 D.S.R	
06/06/2016 seg-Norm	05:39	09:30	10:30	14:49		
07/06/2016 ter-Norm	05:40	09:30	10:30	15:08		
08/06/2016 qua-Norm	05:39	09:30	10:30	14:44		
09/06/2016 qui-Norm	05:37	09:30	10:30	14:51		
10/06/2016 sex-Norm	05:38	09:30	10:30	14:55		
11/06/2016 sáb-Comp						
12/06/2016 dom-Folg					08:18 - 554 D.S.R	
13/06/2016 seg-Norm	05:38	09:30	10:30	15:17		
14/06/2016 ter-Norm	05:36	09:30	10:30	15:20		
15/06/2016 qua-Norm	05:36	08:20				
16/06/2016 qui-Norm					08:18 - 506 ATESTADO MÉDICO	
17/06/2016 sex-Norm					08:18 - 506 ATESTADO MÉDICO	
18/06/2016 sáb-Comp					08:18 - 506 ATESTADO MÉDICO	
19/06/2016 dom-Folg					08:18 - 554 D.S.R	

Fonte: Material da pesquisa; processo TRT.

É possível completar a exposição do uso exacerbado do prolongamento da jornada de trabalho, através de um espelho de ponto de um frigorífico de um dia de trabalho. O material da pesquisa fora condensado por setor da indústria conforme conta no relatório completo. O espelho de ponto do dia 17 de fevereiro de 2014, clarifica sobre a quantidade de horas extras realizadas em cada um desses setores. É possível observar no documento, a quantidade de trabalhadores utilizados em cada um dos setores e também o número de funcionários ausentes, seja por motivos de falta, ou atestado. Acrescenta-se que o setor de portaria consta falta, porém os trabalhadores utilizam-se de cargas de trabalho diferenciadas, em jornadas de 12 horas de trabalho e 36 horas de descanso. O espelho do ponto foi resumido na tabela a seguir.

Tabela 10: Espelho do ponto por setor de um frigorífico do estado de Mato Grosso do Sul, no dia 17 de fevereiro de 2014

Setor	Número de funcionários	Funcionários faltantes (atestado)	Quantidade de horas extras
Abate	68	8	123:13'
Bucharia	7	0	15:02'
Caldeiras	5	0	09:08'
Congelados	18	4	49:29'
Construção Civil	10	2	04:25'
Controle de Qualidade	7	3 (1)	14:24'
Cozinha	8	1	05:44
Desossa	115	25	215:15'
Embarque	21	5	07:05'
Entregas	8	1	14:54'
Estocagem	2	0	0:06'
Graxaria 1	17	5	23:02'
Graxaria 2	7	2	00:00
Higienização	13	4 (1)	09:05'
Horta	1	0	00:00
Inspeção	12	1	13:07'
Lavanderia	5	1	07:49'
Limpeza Externa	11	1	19:04'
Manutenção	8	1	21:05'
Miúdos	33	5	65:03'
Mocotó	2	0	04:06'
Portaria	4	2	00:00
Recebimento Bois	1	1	00:00
Sala de Máquinas	4	2	00:00
Transporte	4	1	00:29'
Tripária	20	1	38:35'
Afastados (INSS/Sindicato)	26		
Total	437	69 (2)	661:54

Fonte: Material da pesquisa; relatório MPT.

A partir da observação do registro de ponto se permite algumas considerações sobre o absenteísmo, que considerando o número total de trabalhadores (437), 95 deles não estavam trabalhando naquele dia, seja as 69 faltas com apenas 2 que constavam atestado, somado aos 26 afastados para o INSS ou para o exercício das

atividades sindicais, o que representa 21,73% da força de trabalho. Outro dado importante é o número de horas extras, em número absoluto são 661 horas e 54 minutos, o equivalente a jornada de 83 trabalhadores.

Observa-se ainda que algumas áreas apresentam dados críticos, como o setor de abate, que os trabalhadores juntos realizaram 123 horas além da sua jornada de trabalho, o que equivale a mais de duas horas extras na média para cada trabalhador, tendo em vista que havia oito ausentes. O setor de congelados que possui uma média de horas extras por trabalhador superior a três horas e 30 minutos. É necessário lembrar que em ambientes artificialmente frio, como o dos congelados não é permitido a realização de horas extras. E, o setor de desossa o número de trabalhadores faltantes são 25 do total de 115.

Infelizmente não se teve acesso – o pedido dos dados foi negado pelo departamento jurídico da empresa – a uma série histórica do registro de ponto, para conseguir extrair tendências do prolongamento da jornada de trabalho; de ausências dos trabalhadores; de número dos afastamentos etc. Contudo, se pode referendar os fragmentos de horas extras encontradas em fontes distintas, e observar que a utilização da extensão da jornada é algo corriqueiro e presente no cotidiano da indústria frigorífica, mesmo que viole os dispositivos legais. Com os dados apresentados foi possível assumir que a utilização do prolongamento da jornada é algo inerente do sistema produtivo dos frigoríficos e não tem se alterado ao longo dos anos. Como observado no relatório de auditoria fiscal trabalhista:

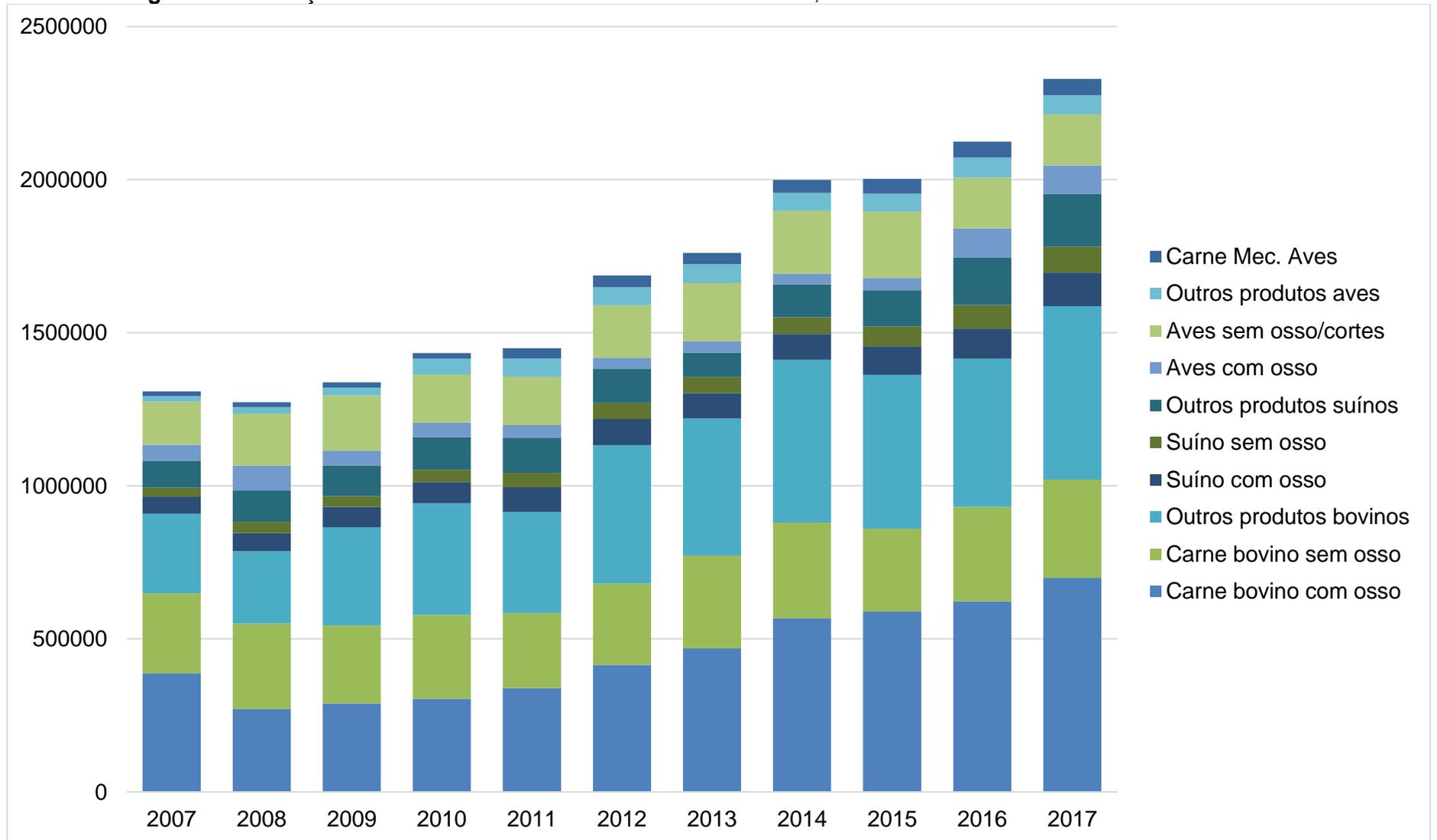
No que tange às questões firmadas no termo de conciliação parcial e que atinem ao teor da legislação trabalhista, foi contatada a reiteração de infrações relacionadas ao/à: a – não cumprimento do limite máximo de jornada; b – não concessão mínima dos intervalos entre e dentro da jornada (para repouso e alimentação); c – prorrogação de labor em ambiente insalutífero; e, d – não pagamento integral das verbas salariais: não houve pagamento, e por consequência, de seus reflexos (material da pesquisa; relatório MPT).

O prolongamento da jornada ocorre mesmo com as alterações no número de empregados nessa atividade laborativa, como visto no tópico “concentração do setor agroindustrial frigorífico”, a tabela 9: número de trabalhadores por tamanho da empresa, p. 99, explicitou a oscilação do número de trabalhadores ao longo dos últimos 10 anos, sendo o ápice em 2017, com 26135 trabalhadores, salienta que esse número são os trabalhadores ativos em 31 de dezembro do referido ano. Contudo, o quantitativo de carne produzida se apresenta de maneira diversa da oscilação do número de trabalhadores. Na figura 20, p. 132, se tem a evolução em toneladas do quantitativo

de carne produzida no estado de Mato Grosso do Sul, com segmentações dos produtos. Com dez subdivisões, sendo três de carne bovina: com osso, sem osso e outros produtos; três suínas: idem a subdivisão de bovinos; e, quatro de aves, idem aos anteriores somado o item carne mecanicamente separada de aves.

Optou-se pela sistematização da produção em toneladas produzidas, pois fora observado que quando analisado a quantidade de animais abatidos, não houve alterações significativas. A discrepância é justificada pela pesquisa trimestral de abate de animais que registrou o crescimento – em quilos – da carcaça dos bovinos (IBGE, 2019) e os dados do ministério da agricultura apontou o crescimento da carcaça das aves (SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019). O peso médio da carcaça bovina abatida em frigoríficos com SIF, em janeiro de 2007, era de 232,54 quilogramas e passou para 255,27 quilogramas em dezembro de 2017, uma variação de 9,77% (IBGE, 2019). A mesma situação é registrado por institutos de pesquisa com foco na bovinocultura (UNIVERSOAGRO, 2018). O aumento de peso também foi observado nas aves, com variação de 18,7, considerando o mesmo período, janeiro de 2007 e dezembro de 2017 (SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019). O porte do animal abatido, tem efeitos direto sobre o processo de trabalho, aumentando o peso das partes a serem manipuladas e, por consequência, a fadiga muscular.

É possível verificar que a alteração do peso dos animais não é o único motivo, pois o crescimento médio é menor que o taxa de intensificação que ver-se-á a frente, em específico na tabela 12, p. 135. Os frigoríficos utilizam-se do indicador de número de cabeças abatidas na divulgação da produtividade, todavia, na figura a seguir, optou por apresentar a produtividade da indústria em toneladas, por ser a unidade de comercialização e remuneração dos frigoríficos e também, possível homogeneizar a produtividade de abate de bovinos, suínos e aves.

Figura 20 : Produção em toneladas da indústria de abate de Bovinos, Suínos e Aves no estado de Mato Grosso do Sul

Fonte: Elaboração própria (SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019)

A figura 20, p. 132, evidencia um crescimento no total da produção de aproximadamente um milhão de toneladas produtos quando comparado a produção dos anos de 2007 e 2017. Foram produzidas 1,30 milhões de toneladas em 2007 de carne e em 2017, ultrapassou 2,32 milhões de toneladas produzidas. Contudo, o crescimento de 77,9% da produção de carne do estado é discrepante e não proporcional do aumento do número de trabalhadores empregados no setor. Como exposto na tabela 9, p. 99, o número de empregados no setor teve um crescimento de 15%.

O aumento destoante entre a produção e a força de trabalho, é possível em algumas situações, destacam-se: a ampliação da maquinaria, e, a intensificação do trabalho. Como visto anteriormente os frigoríficos podem ser conceituados como manufatura moderna e não se tem registro no tempo histórico da análise desta tese de automação dos processos de trabalho relativos ao abate e desossa, exceto os casos já citados da carne mecanicamente separada de aves e a produção de hamburques. Acrescenta que a automação ou utilização de maquinaria automática desses produtos remete-se aos anos 2000, anterior ao período de análise. Fora possível observar o emprego de ferramentas automáticas de transporte, como a eletrização da nória em alguns casos, contudo, não há elementos que possibilite afirmar a automatização da produção ou crescimento vertiginoso da produtividade pelo emprego de maquinaria. Assim, o aumento da produção tem se dado pelos instrumentos de divisão e controle do trabalho.

Fora evidenciado o incremento produtivo obtido nos frigoríficos simplesmente na utilização e adequação da força de trabalho. Inclusive o crescimento da produção se dá em um período histórico que fora inserido as pausas de recuperação térmicas pela NR-36, e ainda assim, observa-se o aumento da produção. A inserção das pausas e o crescimento produtivo remete a experiência de Elton Mayo, realizada em Hawthorne, na cidade de Chicago²².

Não há uma única forma de jornada de trabalho, alguns frigoríficos dividem a sua jornada em seis dias, utilizando-se de oito horas de segunda à sexta-feira e quatro horas ao sábado, outros adaptaram a jornada para cinco dias, com expedientes de segunda à sexta, quando utilizam-se da jornada de oito horas e quarenta e oito

²² Os detalhes sobre a experiência de Hawthorne, encontram-se no capítulo quatro do livro de Mayo (1949).

minutos. Há outras possibilidades, contudo, a forma amplamente encontrada é de jornada com cinco dias. Nesse formato de jornada, são distribuídas três pausas durante a rotina do trabalho. Com a inserção das pausas proporcionou ao trabalhador uma redução da carga horária de 44 horas semanais para aproximadamente 39 horas, o equivalente a 11,36% de sua jornada semanal. A distribuição das pausas e horários de expediente utilizados pelos frigoríficos, comumente, seguem a rotina exposta na tabela abaixo:

Tabela 11: Jornada de trabalho comumente empregada nos frigoríficos

Atividade	Horário
Início da Jornada	06:00
Primeira pausa	07:40
Retorno	08:00
Segunda Pausa	09:40
Retorno	10:00
Intervalo Almoço	11:30
Retorno Almoço	12:30
Terceira Pausa	14:10
Retorno	14:30
Término da Jornada	15:48

Fonte: Material da Pesquisa; relatório MPT; processos TRT.

Com base no exposto sobre o aumento da produção, e isso ter ocorrido pela intensificação do trabalho, se propõe, na tabela 12, p. 135, expor a taxa de intensificação. Para isso, foi inserido a partir do ano de 2014 o número de trabalhadores ajustados, que é o número de trabalhadores, diminuído a redução da carga horária (11,36% citado acima), assim, tem-se o número de trabalhadores proporcionais se fosse mantido a mesma carga horária. Quando dividido a produção pelo número de trabalhadores ajustados se tem a produção proporcional. A última coluna apresenta a taxa de intensificação.

Tabela 12: Produtividade por trabalhador ajustado e taxa de intensificação do trabalho

Ano	Produção (ton.)	Trabalhador	Trabalhador Ajustado	Produção per capita	Produção proporcional	Taxa de intensificação per capita	taxa de intensificação ajustada
	[a]	[b]	[c]=b-11,36%	[d]=a/b	[e]=a/c	[h]	[i]
2007	1308637	22713	22713	57,62	57,62	1,00	1,00
2008	1272592	22235	22235	57,23	57,23	0,99	0,99
2009	1337777	22199	22199	60,26	60,26	1,05	1,05
2010	1433510	20180	20180	71,04	71,04	1,23	1,23
2011	1449825	21565	21565	67,23	67,23	1,17	1,17
2012	1686920	24620	24620	68,52	68,52	1,19	1,19
2013	1760938	24092	24092	73,09	73,09	1,27	1,27
2014	1998948	24440	21662,74	81,79	92,28	1,42	1,60
2015	2002717	24058	21324,15	83,25	93,92	1,44	1,63
2016	2124351	23353	20699,26	90,97	102,63	1,58	1,78
2017	2329304	26135	23165,12	89,13	100,55	1,55	1,75

Fonte: Elaboração própria (BRASIL, s.d.; SIPOA/DDA/SFA-MS, 2019).

A opção pela exposição da taxa de intensificação, tem por base o ano de 2007. É sabido que a produção e os fatores de intensificação estão presentes no trabalho frigorífico desde as primeiras formas de divisão do trabalho, contudo, com base nos afastamentos de longos períodos é possível assumir que o ano de 2007 se mostra fundamental na compreensão da intensificação. Assim, os próximos anos são calculados com base na produção alcançada no referido ano. Constata-se que a adição das pausas não reduziu a produtividade, tampouco em números absolutos ou proporcionais, como visto nas colunas [d] e [e] da tabela 12, p. 135. A inserção da pausa proporcionou a elevação da produtividade individual, e por consequência a taxa de intensificação. Os efeitos da inserção da pausa e como se deu o processo de institucionalização da NR-36 será discutido em tópico específico a frente, 4.2, p. 164.

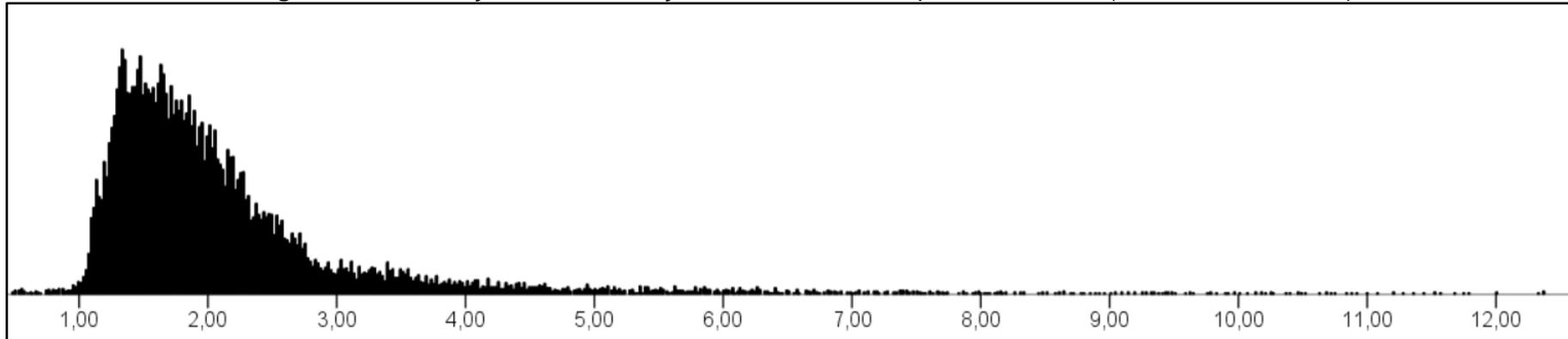
A apropriação do salário do trabalhador pelo capitalista é um dos elementos elencados por Marx (2013) que freiam a queda tendencial da taxa de lucro. Visto que houve aumento da produtividade com a intensificação do trabalho – como apresentado na tabela 12, p. 135 – o valor do trabalho necessário também reduz, assim, gera mais-valor relativo ao capitalista, que se apropria dessa diferença sem remunerar adicionalmente o trabalhador.

A figura 21, p. 137, e a tabela 13, p. 137, são complementares na apreensão da distribuição salarial, do grupo geral de trabalhadores, foram extraídos apenas os trabalhadores que mantiveram o seu emprego durante o ano. A tabela possibilita verificar as alterações que ocorreram nos últimos dez anos, trazendo a série histórica de 2007 a 2017, por sua vez, a figura 21 trata-se de um recorte do ano de 2017, para melhor visualizar a distribuição salarial. O ano de 2017 possui o salário máximo registrado em 34,42 salários mínimos [SM], o equivalente a uma remuneração média mensal superior a 32 mil reais. Porém, a média salarial dos trabalhadores equivale a 2,02 SM, ou, R\$1892,00. Importante ressaltar outras duas medidas, a mediana e o percentil 75. Ao analisar a amostra de 17915 trabalhadores do ano de 2017 empregados pelo setor frigorífico – CNAE 1011-2; 1012-1; e, 1013-9 – ao menos 8957 trabalhadores (mediana) receberam um salário inferior a 1,77 SM, ou seja, R\$1658,00. E, 13436 trabalhadores (percentil 75), tiveram remunerações inferiores a 2,28 salários mínimos, ou seja R\$2136,00. E apenas 895 trabalhadores (percentil 95), foram remunerados acima de 4,19 salários mínimos, ou seja R\$3926,00.

Tabela 13: Estatísticas descritivas dos salários dos trabalhadores do setor de frigoríficos (em salários mínimos [SM])

Ano/Estatística	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Trabalhadores ²³	12399	12088	12948	8947	14006	14412	15569	15696	16321	17269	17915
Média	2,08	2,08	1,99	1,96	2,05	2,00	2,08	2,07	2,06	2,02	2,02
Mínimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Percentil 05	1,14	1,11	1	0,84	0,94	0	0	0	0	0	0
Percentil 25	1,47	1,46	1,43	1,41	1,5	1,44	1,48	1,47	1,44	1,42	1,40
Mediana	1,73	1,72	1,68	1,69	1,8	1,73	1,79	1,81	1,81	1,76	1,77
Percentil 75	2,18	2,16	2,09	2,12	2,2	2,16	2,3	2,34	2,34	2,26	2,28
Percentil 95	4,15	4,08	3,84	3,74	3,88	3,9	4,14	4,11	4,21	4,10	4,19
Percentil 99	8,5	8,88	8,12	7,6	7,76	7,78	7,95	7,85	8,24	8,05	7,96
Variância	2,95	3,20	3,01	2,39	2,33	2,36	2,50	2,35	2,41	2,28	2,50
Máximo	56,77	46,55	72,09	39,78	44,21	40,61	40	39,85	34,66	31,38	34,42

Fonte: (BRASIL, s.d.)

Figura 21: Distribuição da remuneração dos trabalhadores por faixa salarial (em salários mínimos)

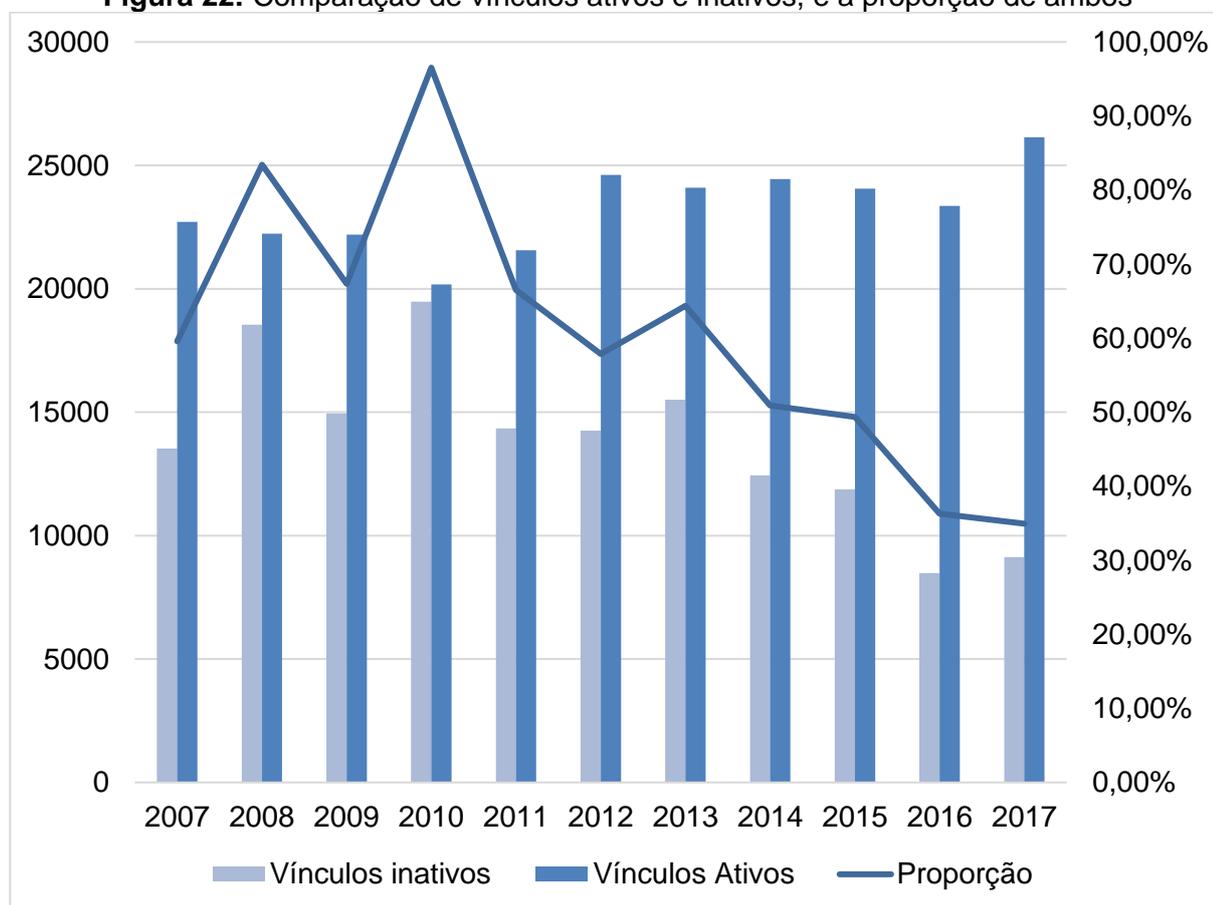
Fonte: (BRASIL, s.d.)

²³ Refere-se ao número de trabalhadores que mantiveram seu emprego durante todo o ano na mesma indústria. O quantitativo representado na tabela não foi contratado, tampouco demitido no decorrer do ano vigente.

É possível observar na figura 21, p. 137, e na tabela 13, p. 137, a existência de um grupo de trabalhadores que foram remunerados com salários inferiores a um salário mínimo. Esse grupo de trabalhadores se refere aqueles que de alguma forma tiveram algum afastamento que foi contemplado com o pagamento do auxílio pelo INSS, assim contabiliza um salário inferior a um salário mínimo.

Outro dado relevante constante na tabela 13, p. 137, é o número de trabalhadores que mantiveram suas atividades durante todo o ano. Verifica-se o distanciamento dos dados apresentados na tabela 9, p. 99, quando apresentou o número de trabalhadores que mantiveram seus vínculos ativos no dia 31 de dezembro do referido ano. Se fez a comparação entre os vínculos ativos e os inativos e sua referida proporção, como é possível averiguar na figura abaixo:

Figura 22: Comparação de vínculos ativos e inativos, e a proporção de ambos



Fonte: (BRASIL, s.d.)

A figura acima, torna visível uma mudança tendencial sobre a queda proporcional entre os vínculos ativos e inativos, com a predominância de vínculos ativos sobre os vínculos inativos. O ano de 2010 apresentou comportamento de altos

índices de contratação e demissão. É possível verificar na tabela 13, p. 137, que dentre a série histórica determina, o ano de 2010 consta a menor frequência de trabalhadores que mantiveram seus vínculos durante todo o ano. A justificativa para tal fenômeno se encontra no ambiente econômico do país, quando a economia possibilita ao trabalhador opções de empregabilidade ele substitui o trabalho em frigoríficos, pelo trabalho em outras áreas. Ao contrário, quando há risco de desemprego, ele tende a se manter no seu emprego (KREIN, 2013; 2018).

A aparência do fenômeno descrito por Krein (2018), é verificado na tabela 13, p. 137, quando houve necessidade de empregabilidade por parte das empresas, tendem a média salarial para cima. O ano de 2010 registou a menor média salarial, 1,95 SM, e no ano de 2011, houve um aumento em 0,9 SM, a maior variação entre os anos da série histórica. O ano de 2013 conseguiu a retomada da média salarial para 2,08 SM, que havia sido registrada em 2007 e 2008. E, os anos seguintes, registra-se sequencias estáveis com tendência a queda da média salarial em movimento contraditório ao aumento da produtividade registrado na figura 20, p. 132.

O título dado a esse tópico: “a exploração relativa do mais-valor absoluto” remete a conceituação de Marx (2013) que diferencia o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo. Nos frigoríficos do estado de Mato Grosso do Sul há um prolongamento do tempo de trabalho para além da carga horária contratada – sabe-se que há o pagamento de horas-extras –, contudo, tal prática que deveria ser esporádica, quando realizada de forma legal, como explicitado no decorrer do item, é algo rotineiro. O mais-valor de forma absoluta está posta nesse ramo industrial, por todo o período estudado. O que foi possível constatar é a alteração da forma de exploração relativa do tempo de trabalho. Há uma produção crescente, em ritmo acelerado, enquanto o aumento do número de trabalhadores possui um outro – e moroso – ritmo.

Observa-se a extensão e tensionamento dos limites da jornada de trabalho, como também, o limite do uso indiscriminado da força de trabalho, considerando o trabalhador como algo descartável²⁴, e principalmente, eternamente saudável, independente das condições que é submetido. Já recordamos os limites da força de trabalho que fora explicitada por Marx (2013). A manutenção da força de trabalho é

²⁴ No ano de 2017, a média de permanência dos trabalhadores dos frigoríficos no emprego foi de 39,1 meses, enquanto a média geral do estado, considerando todas as atividades, foi de 43,5. Referente aos frigoríficos, a média de 2017, foi a maior média da série histórica dos últimos 10 anos. Enquanto, o menor índice foi registrado no ano de 2010, com média de 22,5 meses (BRASIL, s.d.).

necessária para o capital, porém, de forma contraditória, o capital só se mantém sustentado se intensificar a força de trabalho. Nesse interim, o trabalhador continua a vender sua força de trabalho, todavia, se vê esbulhado de sua saúde, como ver-se-á no decorrer do próximo capítulo.

4 O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR: REFLEXO DA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

No âmbito desta pesquisa que estuda os frigoríficos no estado do Mato Grosso do Sul, apreender a SST é uma possibilidade de desvelar o real das relações de trabalho no setor de frigoríficos no Estado capitalista. Pois a “saúde do trabalhador é o verdadeiro tecido conjuntivo das relações sociais de trabalho, que põe a nu a condição de exploração e as contradições reais existentes entre as classes” (LOURENÇO, 2015, p. 448).

No início do sistema capitalista os trabalhadores, por meio da organização coletiva, conseguiram angariar direitos mínimos, mesmo que de maneira esparsa e longínquo no tempo. Principalmente nos países centrais, possibilitaram uma vida digna que viveram o ápice nos anos dourados do Estado de Bem-Estar Social (HARVEY, 2012). Pode-se observar, em raros momentos uma ou outra conquista, a exemplo da PNSST e, em específico no setor frigorífico, a NR-36. No caso brasileiro, os direitos trabalhistas iniciais remontam à década de 1950 e só constituíram legislação ampla na constituição de 1988 (LOURENÇO, 2015). “A saúde do trabalhador surge como campo de práticas e saberes entre as décadas de 1970 e 1980 como uma nova abordagem, expressando a luta dos trabalhadores por maior representação política e por direitos básicos” (GOULART; LACAZ; LOURENÇO, 2018, p. 1238).

E “ao contrário das crenças históricas de que empregadores e empregados compartilham interesses comuns no local de trabalho, a realidade é que as demandas dos trabalhadores por locais de trabalho seguros sempre foram vistas como ‘inerentemente subversivas’ e, em última análise, interferindo na ‘lógica do capital’”²⁵ (BITTLE, 2016, p. 286). E ainda assim, os anos dourados se findaram e os direitos trabalhistas foram tidos como um item supérfluo, e atacados massivamente, conforme apresenta Bittle (2016, p. 289)

a maioria dos governos ocidentais atualmente está em pleno modo de austeridade - e, é preciso perguntar, austeridade para o quê e para quem?

²⁵ Contrary to historic beliefs that employers and employees share common interests in the workplace, the reality is that workers’ demands for safe(r) workplaces have always been seen as ‘inherently subversive’, and ultimately interfering with the ‘logic of capital’.

(Tombs, 2012) - trabalhadores e sindicatos / trabalhadoras voltaram a sofrer novos ataques, reduzidos principalmente a serem "gratos" por terem qualquer tipo de emprego, sendo a mensagem dominante "conseguir um emprego, qualquer emprego ou sofrer as consequências" (Fanelli & Evans 2013)²⁶.

Evidencia-se na narrativa as mudanças de caráter qualitativo dos trabalhadores, estes não são os mesmos de meados do século passado e tão pouco possuem as mesmas características (ANTUNES, 2005). Uma das formas de ataque é a terceirização que "é um fenômeno muito objetivo, por meio do qual o capitalismo se livra dos 'excessos' dos gastos direcionados à força de trabalho, portanto, é uma das medidas estratégicas de reestruturação do capital (LOURENÇO, 2015, p. 451). No caso brasileiro a intensificação neoliberal dá-se na década de 1990 como é relatado pela Eliane Bering (2018) e encontra eco na publicação de Druck, Dutra e Silva (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019). A terceirização é uma das formas de precarização do trabalhador, pois

além das questões mais diretamente vinculadas ao trabalho e seu ambiente, a terceirização promove o alargamento dos índices de vulnerabilidade social. Por exemplo, o retorno do trabalho infantil e do adolescente, o rebaixamento salarial, a piora nas condições de trabalho, a extensão da jornada e a maior propensão aos acidentes de trabalho. Na terceirização reside a fonte geradora para muitos outros problemas sociais, como a prostituição e o aumento da precariedade social e da miséria humana. Existem, evidentemente, exceções. Mas, no geral, na base piramidal das relações sociais de trabalho, os terceirizados são aqueles que não têm segurança, seja porque trabalham em péssimas condições, seja porque as empresas terceiras abrem e fecham com muita facilidade, dificultando qualquer garantia trabalhista e perspectiva funcional (LOURENÇO, 2015, p. 453).

A oscilação das empresas citada pela Edivânia Lourenço fica explícita ao tratar das alíquotas de imposto que são mensurados pelo histórico de acidentes das organizações. Tal oscilação pode ser comparada à um *turnover* organizacional [quando uma empresa terceirizada é encerrada e os funcionários contratados por outra empresa para oferecem o mesmo serviço]. Esta prática é muito conhecida no serviço público e após a aprovação da terceirização das atividades fins, será comum ver estas práticas nos serviços privados. Desta forma os mecanismos impetrados pelo estado serão inúteis como fator punitivo, pois quando atribuído a empresa terceirizada, esta facilmente encerra suas atividades e outra empresa surge no lugar.

²⁶ The most Western governments currently in full austerity mode – and, one has to ask, austerity for what, and for whom? (Tombs 2012) – workers and unions/labour have once again come under further attack, reduced mainly to being 'thankful' for having any form of employment, the dominant message being 'get a job, any job, or suffer the consequences' (Fanelli & Evans 2013).

Conforme discorre Antunes (2018, p. 159) a flexibilização é um resumo do capitalismo contemporâneo:

A flexibilidade ou flexibilização constitui hoje uma espécie de síntese ordenadora dos múltiplos fatores que fundamentam as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista de seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural.

De maneira geral os ataques sofridos pelos trabalhadores são muitos. Os trabalhadores estão sendo marginalizados, inclusive, utilizam-se de subterfúgios legais, institucionalizaram a precarização do trabalho (KREIN, 2018). Desde a Emenda Constitucional 55, que estipula o teto dos gastos públicos, e fora promulgada em 15 de dezembro de 2016 (SENADO, 2016), a reforma da previdência (BRASIL, 2019b) e a instituição de um aparato legal que altera a legislação trabalhista via medida provisória, instalando o “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo” e com alterações que impactam diretamente os registros de acidente de trabalho, quando excluem os acidentes de trajeto, do enquadramento de acidente de trabalho (BRASIL; ECONOMIA, 2019).

Diante de tais fatos, somos alertados que “tem ocorrido uma forte ofensiva do capital para destruir os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, cuja argumentação para colocar em prática a contrarreforma da previdência social está calcada no mito do seu déficit” (LOURENÇO; LACAZ; GOULART, 2017, p. 481). E, não há limites para a exploração, como exposto no excerto abaixo:

Não existem, nesse sentido, limites para a precarização, apenas formas diferenciadas de sua manifestação. Formas capazes de articular em uma única cadeia produtiva desde o trabalho terceirizado, quarterizado, muitas vezes realizado na casa dos próprios trabalhadores, até aquele intensificado ao limite, desenvolvido nos ambientes “modernos” e “limpos” das corporações mundiais (ANTUNES, 2018, p. 160).

Essas ofensivas expõem fissuras em dogmas que são propagados pelo capital, como por exemplo que o objetivo das organizações e dos empregados são os mesmos (BENINI; BENINI; NEMIROVSKY, 2019; MOTTA, 1993; TRAGTENBERG, 2005). Tal afirmação expõe o carácter alienante do capital, que seduz o trabalhador em discursos vazios, enquanto se materializa o avanço sobre os direitos mínimos da classe trabalhadora. Isso é visível frente aos ataques a classe dos despossuídos de capital.

A desproteção do trabalhador se intensifica neste processo de expansão do capital, como é expresso por Viana e Silva (2018, p. 2114-6) ao falar sobre o impacto deste dilatamento nas áreas da saúde:

as políticas de austeridade fiscal, amplamente inspiradas pelo receituário neoliberal e implementadas em praticamente todas as regiões do mundo, impactaram negativamente alguns programas de proteção social para as crianças e são diminutos os auxílios-desemprego no total do gasto da proteção em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), justamente nos momentos de crise do emprego, ao lado de uma pequena proteção para os acidentes de trabalho. No caso da saúde, ainda são baixas as coberturas de saúde com extensão dos direitos para toda a população, sendo diminutos os graus de proteção nas áreas rurais, geralmente onde vive também populações com alto grau de pobreza, como é o caso dos países africanos. As projeções sobre o número de profissionais necessários para expandir a cobertura da proteção social em saúde são elevados, na casa dos 10 milhões, sabendo-se que a formação desses profissionais é altamente concentrada. Outro aspecto importante refere-se às grandes diferenças regionais, mesmo dentro dos países desenvolvidos. Finalmente, o cuidado necessário para dar conta do novo perfil epidemiológico da população (mais doentes crônicos, que demandam cuidados prolongados) ainda é um desafio para muitos sistemas públicos de saúde.

Conforme apresentado pelos autores acima, tem-se de concordar que "apesar do mantra de que a saúde e a segurança são boas para os negócios, simplesmente não se pode presumir que seja sempre"²⁷ (NICHOLS e TUCKER, apud BITTLE, 2016, p. 293). E, se observa o trabalhador ser atacado por todos os lados. Pois, está desprotegido pelo vínculo empregatício precário, quando o tem. E o sistema de proteção em saúde, que integra o pacote de gastos limitados até o teto estabelecido, sofre com a ausência de profissionais e a austeridade do Estado. Inclusive, vê-se entidades antes contrárias, envolvidas e apoiado o Estado na destruição dos direitos dos trabalhadores, como alertam os autores: "é importante destacar que esta hegemonia política e ideológica tem sido capaz de envolver e convencer amplos setores da sociedade e do movimento social e sindical que outrora eram resistentes às propostas claramente predatórias e finalmente excludentes" (COSTA; LACAZ; JACKSON FILHO; VILELA, 2013, p. 16).

Como visto, há legislações específicas do setor agroindustrial de empresas de abate e processamento de carne, como a NR-36 (BRASIL, 2013), discutida no tópico 4.2, p. 164. Ademais, há políticas sobre saúde e segurança do trabalho: a PNSST (BRASIL, P. D. R., 2011). Pode-se considerar, tais legislações, um oásis em meio a desertificação da proteção do trabalhador.

²⁷ Despite the mantra that health and safety is good for business, it simply cannot be assumed that it always is.

Observa-se a concessão dessas garantias trabalhistas, em meio a períodos de retiradas de direitos. Na história recente, a constituição de 1988 é um avanço na proteção do trabalhador. A década seguinte, observa-se uma investida sobre alguns direitos (BERING, 2018), após esse retrocesso, avança a discussão sobre a PNSST aprovada em 2011 (DIAS; SILVA, 2013), dois anos mais tarde, em 2013, há a instituição da NR-36 (CERIGUELI, 2013; DAL MAGRO; COUTINHO; MORÉ, 2016; NASCIMENTO; MESSIAS, 2018). Profícuo o resgate histórico para alertar sobre a janela de oportunidade dentro o campo de discussão das políticas públicas (KINGDON, 1993).

Ressalta-se que o desenvolvimento a proteção do trabalhador é cerceado pelo o capital. Em determinados períodos o capital concede ao trabalhador poucos direitos e, ao sinal dos primeiros revezes lhe são tirados. Quando os mantém, poucos trabalhadores – normalmente os empregados no mercado formal – conseguem usufruir e acessar tais garantias. E, a perspectiva de futuro tende ao agravamento de ataques aos direitos trabalhistas (SAKAMOTO, 2018). Esse agravamento tem-se dado por interesse do capital em espaços menos regulamentados, onde, pode-se extrair mais-valor.

De forma específica a atividade referente ao abate e processamento de carnes e derivados encontram na NR-36, norma técnica sobre a segurança e saúde no trabalho nas empresas desse setor, amparo sobre a identificação e prevenção de doenças e acidentes de trabalho nesses locais (BRASIL, 2013). A discussão sobre a norma será ampliada em tópico posterior (4.2, p. 164), adianta-se que o objetiva-se por essa norma

estabelecer os requisitos mínimos para a avaliação, controle e monitoramento dos riscos existentes nas atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano, de forma a garantir permanentemente a segurança, a saúde e a qualidade de vida no trabalho, sem prejuízo da observância do disposto nas demais Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2013, p. 1).

E complementa, exaltando a responsabilidade do empregador em propiciar um ambiente de trabalho seguro e saudável como visto no item 36.11.1:

O empregador deve colocar em prática uma abordagem planejada, estruturada e global da prevenção, por meio do gerenciamento dos fatores de risco em Segurança e Saúde no Trabalho - SST, utilizando-se de todos os meios técnicos, organizacionais e administrativos para assegurar o bem estar dos trabalhadores e garantir que os ambientes e condições de trabalho sejam seguros e saudáveis (BRASIL, 2013, p. 11).

A NR-36 é uma norma específica sobre as empresas do setor estudo, contudo, é a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) o documento norteador das atribuições legais dos órgãos e instituições (BRASIL, P. D. R., 2011), como ver-se-á no próximo tópico.

4.1 A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - PNSST

A publicação da PNSST, em 2011, pode ser considerada um marco histórico no processo de efetivação do direito a segurança e saúde no trabalho. Isso se dá, pois “pela primeira vez, um documento oficial explicita as responsabilidades e ações a serem desenvolvidas pelos organismos de governo responsáveis pela proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores” (DIAS; SILVA, 2013, p. 31).

Com o objetivo da “promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho” (BRASIL, P. D. R., 2011, p. 1).

Todavia, se sabe que o caminho a percorrer entre a promulgação e a verdadeira efetivação da política é longo. Ainda assim, foi audaz e inovadora ao abranger na política todos os trabalhadores, sejam eles os atendidos pela CLT ou não (DIAS; SILVA, 2013). O trabalho de Elizabeth Dias e Thaís Silva (2013) apontam direções para a efetiva implementação da PNSST, a partir da experiência da atenção primária em saúde (APS). Entre as sugestões tem a ampliação do apoio às equipes de saúde e seu devido treinamento.

Isso só foi possível pois a política tem por princípios a “universalidade; prevenção; precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação; diálogo social; e, integralidade” (BRASIL, P. D. R., 2011, p. 1). Ao preconizar esses princípios, somado ao sistema de gestão participativo, a política permite uma ampliação na discussão das soluções a serem tomadas.

Contudo, a efetivação da política tem encontrado dificuldade pois “envolve uma questão complexa e de difícil concretização, tanto do ponto de vista político como técnico, apesar das diretrizes que podem direcionar sua formulação” (TAKAHASHI; MENDES; RODRIGUES; BRAVO *et al.*, 2011, p. 4). A indefinição da efetivação da política de segurança e saúde do trabalho tem criado situações onde o trabalhador

fica em um limbo protetivo. Não sendo assistido pela saúde e tão pouco pela previdência. Essa situação fora encontrada com uma trabalhadora entrevistada, aqui nomeada como Entrevistado 01. A trabalhadora ingressou no frigorífico no ano de 2008, onde trabalhou até 2011. Pediu para sair para acompanhar o esposo que foi trabalhar em outro município, ao retornar após oito meses voltou a trabalhar no frigorífico. Contudo, relata que nos anos do retorno houve aumento no número de abates, e em um ano estava com lesão nos dois ombros. Após um ano, aproximadamente, trabalhando como refiladora na triparia, sobre a sua lesão, relata que:

*Eu não estava mais aguentando que eu fazia, a mesma coisa, muito rápido, [e] pouca gente para dar conta do serviço e quem estava ali tinha que dar conta mesmo assim, arroiava muito. [...] A gente tinha que correr, correr, correr, correr, tem que fazer. Eu comecei a reclamar que estava doendo demais esse meu braço estava dando, eu estava, não estava sentindo direito meu braço amortecendo, e o outro quando eu puxava para atrás não dava choque, aí só puxava para o lado, mas continuei trabalhando meses assim só puxando o braço para cá, com medo de puxar para aqui (atrás). Ele dava choque, eu não sei porque, mas dava choque. (Entrevistado 01, *itálico da tese*).*

No relato a trabalhadora apresenta que desde o ano de 2013 tem o processo de idas e vindas entre o Sistema Único de Saúde, o médico da empresa, e o Instituto Nacional do Seguro Social. Ficou afastada – período no qual foi indicado sessões de fisioterapia – durante o processo melhorou, contudo, voltou a trabalhar e a sua lesão se intensificou. Após um novo afastamento, na perícia previdenciária, o perito do INSS habilitou o seu retorno à empresa, todavia, o serviço médico negou o seu retorno. Sem auxílio jurídico da empresa procurou um advogado para que auxiliasse nesse imbróglio. Após meses sem uma resposta, procurou o médico da empresa e suplicou para poder retornar, pois estava sem fonte de renda e necessitava trabalhar.

Eu não posso fazer nada, se eu não voltar a trabalhar, não tem salário, estou em casa e a minha situação é essa, aguardar, esperar, esperar, espero pelos advogados, espero pelo resultado do INSS, enquanto isso vou trabalhando para sobreviver. (Entrevistado 01).

Relata que está trabalhando com dor, e aguarda o agendamento da cirurgia dos ombros, se diz angustiada por não poder fazer nada além de minimizar a dor com anti-inflamatórios e aguardar a cirurgia. Essa situação não é exclusiva da trabalhadora entrevistada, como exposto por Fernandes (2011, p. 155-156) “a morbidade musculoesquelética vem se configurando no mundo inteiro como uma relevante questão de saúde pública, representando um alto custo social, econômico e humano, resultando, não infrequentemente, em sequelas e ou incapacidade para o trabalho,

podendo levar a aposentadorias”. Antunes e Praun (2015) apontam o adoecimento e os acidentes de trabalho como centrais no capitalismo contemporâneo.

A situação de adoecimento nos frigoríficos é algo recorrente e pode ser averiguado em diversas fontes. Como o relato da entrevistada acima ou na análise de processos judiciais que tramitaram no Tribunal Regional do Trabalho na 24ª Região. Selecionou-se os processos a partir do critério de busca: “frigorífico”. Optou-se por conveniência analisar 31 processos trabalhistas, conforme tabela 17, anexo VI, p. 284. Há registro em 21 deles, ou seja, 67,74% de adoecimento no trabalho, e em 14 deles, registro de acidentes. Há casos combinados que o adoecimento levou ao acidente e o contrário, após ocorrido o acidente passou a sentir e relatar dor e desconforto na realização da tarefa.

Dentre todos, um caso clarifica sobre a indecisão quando o trabalhador é acometido pelo adoecimento, resultante da atividade laboral. O ocorrido se deu em um dos processos de descarregamento dos caminhões na fábrica de ração. O trabalhador estava puxando um “jacaré” (guincho hidráulico, que auxilia na movimentação de cargas) com um *pallet* de aproximadamente 800 quilogramas. Consta no processo o seu depoimento:

Que esses sacos eram colocados na transpaleteira saídos do caminhão de descarga. Que o reclamante puxava o "jacaré" e outros 2 ajudantes ajudavam a empurrar, porque eram muito pesados. Que num determinado dia estava trabalhando, os ajudantes começaram a empurrar e de repente pararam e cruzaram os braços. Que o reclamante continuou a puxar sozinho. Que o reclamante nesse momento estava dentro da carreta movimentando o "jacaré" para parte traseira da carreta, a fim de sair até o piso da doca e ir para o armazém. Que havia uma pontezinha com uma chapa de ferro que ligava a parte de trás da carreta e apoiava numa estrutura do piso da doca. Quando o reclamante foi passar por essa pontezinha, a estrutura cedeu alguns centímetros e a roda dianteira do "jacaré" travou e o reclamante sentiu um tranco nas costas. Que naquele dia foi até o ambulatório e tomou medicamento. Que depois disso continuou trabalhando no mesmo local fazendo varrição. Quando terminou a safra, isso depois de 6 meses da contratação, o depoente passou a trabalhar no vestiário. Que no vestiário carregava os sacos de roupa de uniforme sujo e limpo. Que puxava os sacos de roupa arrastando pelo chão. Que também limpava o banheiro e para isso tinha que tirar os estrados de plástico do chão (material da pesquisa; processos TRT).

Tal lesão provocou dores e a incapacidade laborativa total, conforme atestado pelo laudo médico. E a busca por auxílio doença, levando a 18 consultas no INSS. Estas consultas realizadas aparecem no processo, e foram condensadas no quadro 4, p. 150. O desenrolar do processo judicial, foi composto por inúmeras etapas, depoimentos de testemunhas e acareação dos fatos. O juiz do caso determinou em sua sentença:

caberia a parte autora o ônus da prova no sentido de comprovar a ocorrência do acidente típico de trabalho, bem como a existência de lesão dele decorrente e o posterior agravamento em face das condições de trabalho, mister do qual não se desincumbiu, motivo pelo qual julgo improcedente o pedido, bem como os dele decorrentes, como emissão da CAT e de indenização por danos morais e materiais. (material da pesquisa, processos TRT).

E em fase recursal, em nova negativa justificada da seguinte forma:

Acrescento que o próprio atestado médico trazido pelo reclamante com a inicial, datado de 16.6.2011, relata que ele "está em tratamento por discopatia degenerativa avançada cervical e lombo sacra, CID M54.2 e M54.5, com indicação cirúrgica por falta do tratamento conservador" e, como não houve prova da existência de labor com esforço físico prejudicial à coluna vertebral do reclamante, sequer há hipótese de concausa, incidindo, portanto, o § 1º, "a", do artigo 20 da Lei n. 8213/91, o qual estabelece que a doença degenerativa não é considerada como doença do trabalho (material da pesquisa, processos TRT).

Independentemente do resultado da ação trabalhista, que analisou ser ou não doença do trabalho, e julgou as provas inconsistente para afirmar que a doença do trabalhador foi adquirida em seu labor, há um trabalhador sem possibilidade de exercer a sua função, e em recorrente busca pelo auxílio doença como exposto na quadro a seguir. Observa-se que não há unanimidade entre os peritos do INSS, com quadros descritivos, ora conflitante com o resultado do exame pericial, ora contraditório ao exame anterior. Por vezes, com espaços de tempo de poucos dias, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 4: Histórico exames periciais

Perícia	Data	Considerações	Resultado
01	25/05/2011	Segurado com quadro de cervico dorso lombalgia em tratamento clínico medicamentoso. Apresentou exames de imagem que demonstram alterações degenerativas discais. Ao exame clínico há sinais de déficit de mobilidade de coluna cervicais e tronco. Há déficit funcional temporário. Repouso funcional	Existe incapacidade laborativa
02	17/06/2011	Segurado trabalha em indústria, com dor cervico lombar e cervical prejudicando os movimentos do braço direito, prorroga-se o benefício	Existe incapacidade laborativa
03	03/08/2011	Segurado com quadro de cervico lombalgia em tratamento clínico medicamentoso. Apresentou exames que demonstram alterações degenerativas discais. Ao exame clínico, ainda com sinais de déficit de mobilidade de coluna cervical e tronco, associado a quadro algico. Há déficit funcional temporário. Mantido repouso funcional.	Existe incapacidade laborativa
04	08/11/2011	Segurado trabalhador de serviços gerais, no momento apresentando protrusões discais de vértebras cervicais e lombares, com dores lombares, limitação aos movimentos de lateralização de coluna cervical, com sinal de Lasègue positivo lado esquerdo	Existe incapacidade laborativa
05	03/01/2012	Segurado apresentando rigidez articular, com limitação aos movimentos de coluna lombo sacra	Existe incapacidade laborativa
06	13/02/2012	Simétrico sem tiragens ou retrações. Refere dores a qualquer movimento de membros inferiores, tanto para flexão como para extensão. Ao teste de HOOVER ²⁸ NÃO mostra sinais de radiculopatia, geme a movimentos de membros superiores o qual mantém trofismo conservado de trapézio e deltoide, recusa-se a elevar os braços a altura do ombro referindo dor mas suas mãos estão com a pele palmar espessada intensamente, denotando atividade. Segurado, auxiliar de vestuário, afastado do trabalho à 9 meses, com quadro de dores em membros superiores e inferiores sem sinais de radiculopatia. Não comprava incapacidade para as atividades com o exame físico observado. Indeferido a solicitação PP	Não existe incapacidade laborativa.

²⁸ Teste de Hoover: "Examinado inicialmente em decúbito dorsal horizontal com joelhos e quadris em 0°. Solicita-se a elevação do membro inferior a ser testado enquanto o examinador apoia os membros pelos calcânhares. Normalmente o avaliado realiza força para baixo com o membro oposto ao que está elevando. A ausência desta força sugere simulação" (SANTOS; MEDEIROS, 2018, p. 41)

Quadro 4: Histórico exames periciais (continuação)

Perícia	Data	Considerações	Resultado
07	23/02/2012	Segurado com quadro de cervico lombalgia em tratamento clínico medicamentoso e ainda sintomático. Apresentou exames de imagem que demonstram alterações degenerativas discais. Ao exame clínico exhibe sinais de déficit de mobilidade de coluna cervical e tronco, porém com trofismo muscular mantido. Há déficit funcional temporário, considerando sintomatologia, exames apresentados e exame clínico. Repouso funcional	Existe incapacidade laborativa
08	26/04/2012	Segurado com quadro de cervico dorso lombalgia em tratamento clínico medicamentoso e ainda sintomático. Apresentou exames de imagem que demonstram alterações degenerativas discais. Ao exame clínico exhibe sinais de déficit de mobilidade de coluna cervical, tronco e membros superiores, porém com trofismo muscular mantido. Há déficit funcional temporário, considerando sintomatologia, exames apresentados e exame clínico. Mantido repouso funcional	Existe incapacidade laborativa
09	28/06/2012	Segurado com cervicalgia e lombalgia, desde fevereiro sem assistência médica, prorrogase por 30 dias para aguardar novo laudo médico	Existe incapacidade laborativa
10	23/07/2012	Segurado de aspecto jovem. Difícil de ser examinado, pondo resistência a todo exame, o trofismo de trapézio, deltoide está mantido, mãos com trofismo mantido, recusando-se a elevar e a abduzir todo membro superior D. Não me permite flexionar seus cotovelos referindo dor. Quadro este incompatível com os calos que observo em suas mãos tanto na D como E. Deita-se na maca sem dificuldade, o laseg está negativo, refere dor a flexão, não há sinais de radiculopatia a elevação de mais de 70 graus. Com este exame obtido por mim, não me permite comprovar sua incapacidade para o trabalho. PP indeferido	Não existe incapacidade laborativa
11	27/07/2012	História de dor nas costas de longa data, trabalhando no vestiário da empresa. Ao exame físico e documental não encontramos elementos para mudança da decisão anterior. Indefiro o pedido	Não existe incapacidade laborativa
12	06/08/2012	Segurado com dor lombar crônica, ao exame físico não encontrei incapacidade laborativa	Não existe incapacidade laborativa

Quadro 4: Histórico exames periciais (continuação)

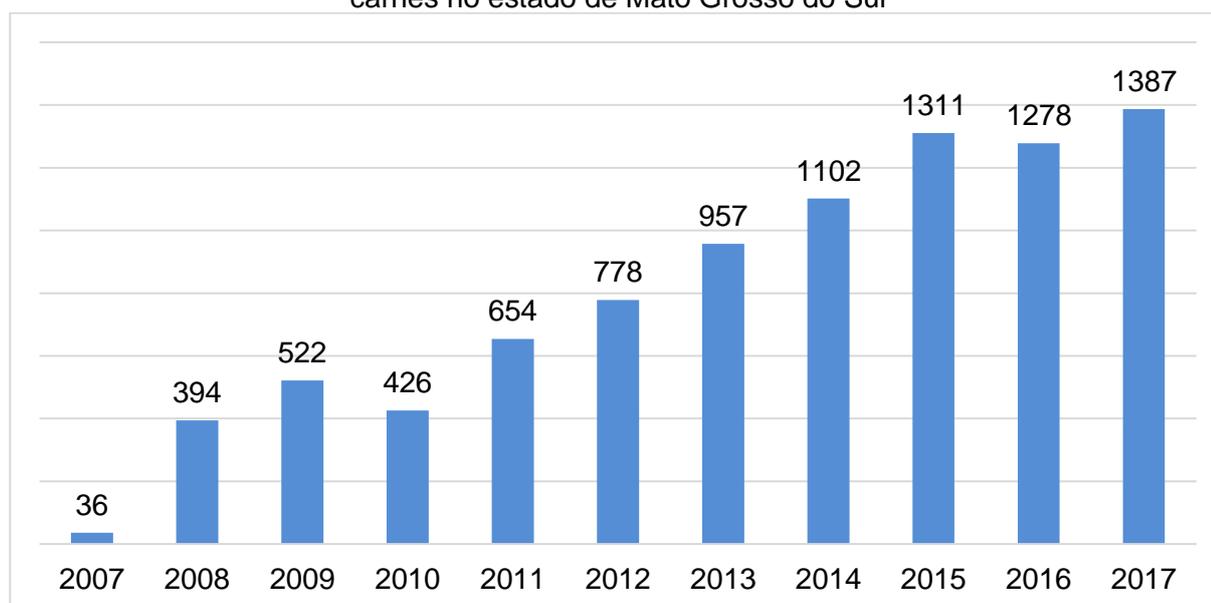
Perícia	Data	Considerações	Resultado
13	10/08/2012	Considerando a idade de 57 anos, e a patologia, concluímos que existe incapacidade laborativa. Concede o benefício	Existe incapacidade laborativa
14	06/11/2012	Auxiliar de vestiário, portador de hérnia discal cervical, ainda com limitações de movimentos. Prorroga-se benefício.	Existe incapacidade laborativa
15	04/12/2012	Segurando auxiliar de vestiário, em benefício desde maio de 2012. Apresentado queixas de dores lombares crônicas. No momento desta perícia apresenta discreta limitação aos movimentos de flexão de pescoço, com marcha mantida, trofismo muscular de membros normais. Não apresentando, no movimento sinais clínicos de agudização lombar com sinal de Lasègue negativo bilateralmente	Não existe incapacidade laborativa
16	11/01/2013	Segurado em seguimento médico contínuo por dor lombar crônica, ao exame físico não encontrei incapacidade laborativa (trabalha no vestiário da empresa)	Não existe incapacidade laborativa
17	24/01/2013	Segurado com quadro cérvico lombalgia, em tratamento clínico medicamentoso e sintomático. Apresentou exames de imagem que demonstram alterações degenerativas disciais. Ao exame clínico exhibe sinais de déficit de mobilidade de coluna cervical e tronco, porém com trofismo muscular preservado, considerando o tempo de afastamento do trabalho referido (2 anos). Não há elementos objetivos em exame clínico relevantes para mudança da decisão anterior	Não existe incapacidade laborativa
18	31/01/2013	Segurado com dor em toda a coluna vertebral, sobretudo segmento cervical e lombar crônicas. Os documentos apresentados e o exame físico realizado não comprovam incapacidade para o trabalho. Indefiro o pedido de auxílio doença	Não existe incapacidade laborativa

Fonte: Material da pesquisa, processos TRT.

O primeiro caso, que o trabalhador foi entrevistado se observa em seu relato que o seu retorno ao trabalho deu-se no mesmo ambiente que a deixou adoecida, e tal fato se apresenta como uma barreira ao retorno ao trabalho (SALDANHA; PEREIRA; NEVES; LIMA, 2013). São diversas as barreiras que os autores apresentam em seu trabalho e que se pode identificar no trabalhador entrevistado, entre eles, o programa de retorno ao trabalho ineficiente, e maior tempo sem trabalhar. Sobre a ineficiência do programa de retorno ao trabalho, o entrevistado relata que em um dos momentos de retorno, fez o processo de reinserção, onde foi exercer uma função que seria compatível com suas limitações. Durante o período de testes havia um auxiliar para a função que desempenhava, o ajudante estava presente durante todo o tempo, contudo, passado o período de testes o ambiente mudou. Todo o trabalhado ele passou a realizar sozinha. E em pouco tempo, foi impossível continuar realizar a atividade sem dor.

Ainda sobre as barreiras ou dificultadores ao retorno ao trabalho, se tem que “o tempo de afastamento do trabalho tem sido apontado como um considerável fator relacionado ao retorno ao trabalho. Um menor tempo de duração foi encontrado como um facilitador do processo” (SALDANHA; PEREIRA; NEVES; LIMA, 2013, p. 132). No caso do recorte estudado no estado de Mato Grosso do Sul, tem-se visto um alargamento no número de afastamentos de longos períodos, como observado na figura abaixo.

Figura 23: Afastamentos de longo período das empresas de abate e processamento de carnes no estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaboração própria (BRASIL, s.d.).

No gráfico anterior, foram apreendidos os afastamentos de longos períodos aqueles que possuem registro de 360 dias ou mais no mesmo ano. Recorde-se que se utilizou os dados disponíveis na RAIS, sendo assim, é possível que haja um acúmulo dos anos. A exemplo do ano de 2017, quando consta 1387 não se sabe desses trabalhadores, quando se deu o início do seu afastamento. Apenas que em 2017, 1387 trabalhadores, estiveram afastados de suas atividades laborativas por 360 dias ou mais. Ainda assim, dentre as lacunas presentes nos dados, entre os anos de 2008 e 2017 triplicou o número de trabalhadores afastados durante o ano.

Ao observar os dados gerais sobre os afastamentos, é possível observar que houve redução no número de trabalhadores afastados como expresso na tabela a seguir:

Tabela 14: Resumo dos dias afastados em classes

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 20	274	656	3829	4325	5249	4838	5077	1333	1381	1143	1185
21 40	360	399	599	706	689	784	956	512	498	389	443
41 60	277	306	410	439	408	481	549	434	405	384	392
61 80	265	339	244	295	301	381	392	378	292	321	300
81 100	165	205	199	242	234	281	275	292	247	233	199
101 120	291	345	328	308	301	368	372	343	437	383	382
121 140	81	120	191	227	182	190	210	270	192	166	143
141 160	58	85	84	107	139	113	156	139	129	106	111
161 180	46	60	76	76	81	97	138	113	96	95	86
181 200	40	62	58	76	77	96	105	95	76	97	69
201 220	39	55	55	47	58	76	85	87	73	80	58
221 240	38	51	55	38	57	57	66	68	54	63	52
241 260	38	100	42	103	50	61	64	106	64	53	56
261 280	23	32	40	41	36	38	67	52	45	55	54
281 300	19	34	21	25	35	32	38	39	28	56	35
301 320	22	31	46	38	36	56	54	64	56	59	45
321 340	18	24	30	28	32	38	44	51	45	58	51
341 360	36	22	35	27	30	43	44	43	48	42	42
361 366	36	394	522	426	654	778	957	1102	1311	1278	1387
Total	1852	3320	6864	7574	8649	8808	9649	5521	5477	5061	5090

Fonte: Elaboração própria (BRASIL, s.d.)

Sobre o número total de afastamentos expressos na tabela 14, p. 155, se tem o ápice no ano de 2013, com 9649, e uma redução 42,78% para o ano seguinte. Houveram duas alterações importantes no ano de 2013 no ramo estudo, a alteração do Fator Acidentário Previdenciário - FAP e o instalação da NR-36. Ver-se-á no tópico 4.2, p. 164, que a NR-36 não teve participação preponderante no número de afastamentos, incluindo o aumento dos afastamentos de longo período, como já apresentado na figura 23, p. 153. Assim, para justificar a redução apresentar-se-á o item sobre a FAP.

4.1.1 Fator Acidentário Previdenciário

As legislações referentes ao Sistema Único de Saúde - SUS e a atenção a saúde e segurança do trabalhador, encontram-se dissecadas no trabalho de Dias e Silva (2013). No ano de 2014 fora criado o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - e-Social via Decreto nº 8.373 de 11 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014). Contudo, a efetivação completa de implementação para todos empregadores dar-se-á apenas no ano de 2021, conforme cronograma constante na resolução nº 2 do Comitê Diretivo do e-Social (BRASIL, 2018b).

O sistema e-Social torna-se importante por congregar 15 obrigações dos empregadores, são elas:

a) GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social; b) CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT; c) RAIS - Relação Anual de Informações Sociais; d) LRE - Livro de Registro de Empregados; e) CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho; f) CD - Comunicação de Dispensa; g) CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social; h) PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário; i) DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte; j) DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais; k) QHT - Quadro de Horário de Trabalho; l) MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais; m) Folha de pagamento; n) GRF - Guia de Recolhimento do FGTS; o) GPS - Guia da Previdência Social (BRASIL, E., 2017).

Ao agrupar em um único sistema estas obrigações, acredita-se que como resultado se tenham confiabilidade e se reduza a incompatibilidade e desencontro nos dados informados, resolvendo um dos problemas já apontados em estudos anteriores (WALDVOGEL; SALIM; TEIXEIRA; FREITAS *et al.*, 2012). E, se permite que o processo de fiscalização/acompanhamento seja efetivo. De grande importância para

todos, esses dados inseridos no e-Social são utilizados no cálculo da alíquota de cobrança do Risco Ambientais do Trabalho - RAT. Esta alíquota é determinada pelo ramo de atividade (BRASIL, 1999). Individualmente, por empresa, a alíquota de RAT sofre variação conforme o Fator Acidentário de Prevenção - FAP (BRASIL, S. D. A. E. A., 2015).

A variabilidade da alíquota de RAT consta no Decreto de Medida Provisória nº 83 de 2002, convertido em Lei, nº 10.666, de 08 de maio de 2003, e, em seu artigo décimo consta:

A alíquota de contribuição de um, dois ou três por cento, destinada ao financiamento do benefício de aposentadoria especial ou daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, poderá ser reduzida, em até cinquenta por cento, ou aumentada, em até cem por cento, conforme dispuser o regulamento, em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social (BRASIL, 2003).

No ano de 2004 fora apreciado pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) em sua 99ª reunião ordinária, no dia 28 de abril de 2004, a proposta metodológica de cálculo do FAP (BRASIL, 2004). O FAP é um indicador composto de três outros índices, de frequência, de gravidade e de custos. Demonstrar-se-á a trajetória de construção e modificação do indicador durante os anos, e somente no final da seção será apresentado por completo a metodologia do cálculo.

Na proposta metodológica, presente na resolução 1.236, demonstram que não é necessariamente inédita essa iniciativa de fatorar o tributo em busca de melhoria no ambiente de trabalho, contudo, a metodologia proposta deixa de utilizar a CAT, e utiliza a Classificação Internacional de Doenças (CID), e justificam o seu uso, pois

o CID, assim, não padece do mesmo vício da CAT, uma vez que independe da comunicação da empresa. Se o segurado for acometido de uma doença ou lesão e estas implicarem a incapacidade para o exercício de sua atividade, o benefício será concedido pela Previdência Social, independentemente de qualquer manifestação da empresa (BRASIL, 2004, p. 5).

A determinação de quais doenças são características de determinado ramo, dá-se pela análise de razão de chances. Como explicitado no anexo da resolução quando uma determinada doença apresenta RC - Razão de Chances, maior que um, para determinado CNAE, aponta que aquela doença é característica do setor (BRASIL, 2004). Os CID's utilizados no cálculo constam na resolução, apontam que:

entre os 95 tipos de benefícios concedidos pelo INSS, para os quais existe um código alfanumérico de três dígitos, 11 deveriam receber um diagnóstico correspondente à CID: B21, 31, 32, 36, 56, 80, 87, 91, 92, 93, 94. Desses 11 tipos, excluíram-se o B21 (pensão por morte não ocupacional); B36 e B56, por não existirem mais, e o B80, por se tratar de auxílio maternidade, sem relevância para o estudo da acidentabilidade. Restam, portanto, seis tipos (B31, B32, B91, B92, B93 e B94) que compõem o perfil morbimortalidade, cuja totalização de despacho alcançou 5.795.604, entre 1998 e 2002, o que representa 41,73% de todos os benefícios nesse mesmo período (BRASIL, 2004, p. 7).

No ano de 2006 a metodologia de cálculo passou por uma primeira revisão, foram alterados alguns pontos, se destaca o ponto que efetivamente impacta no cálculo do fator, “a exclusão dos agrupamentos CID-10 (B20-B24), doenças pelo vírus da imunodeficiência humana, e (C00-D48), neoplasias, devido à complexa etiologia e ao forte estigma social” (BRASIL, 2006, p. 5).

Ao aplicar a metodologia de razão de chances para determinado grupo de doenças características de cada setor, excetuando os CID's expostos acima, tem-se o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), posto como “a relação entre o CNAE-classe e Agrupamento CID-10. [...] O NTEP é o componente frequencista do FAP, a partir do qual se dimensiona, para os benefícios B31, B32, B91 e B92, a gravidade e o custo” (BRASIL, 2006, p. 6).

Outra reformulação na metodologia de cálculo do FAP, ocorreu em 2009. A resolução 1.308 trouxe a forma de fatoração existente até os dias atuais, dessa forma, o Decreto 6.927 altera o primeiro parágrafo do artigo 202-A do Regulamento da Previdência Social que passa a constar com a redação: “O FAP consiste num multiplicador variável num intervalo contínuo de cinco décimos (0,5000) a dois inteiros (2,0000), aplicado com quatro casas decimais, considerado o critério de arredondamento na quarta casa decimal, a ser aplicado à respectiva alíquota” (BRASIL, 1999, p. 1).

Na reformulação metodológica do FAP, que se deu em 2009 é relevante o fato de alterar as bases de dados utilizadas, consideram os registros das CAT's; os registros de concessão de benefícios, com destaque para o NTEP; além dos dados populacionais empregatícios e a expectativa de vida dos trabalhadores elaborado pelo IBGE (BRASIL, 2009). Ao incluir os registros da CAT, altera também o cálculo do índice de frequência, agora todos os registros de acidentes (todas as CAT's emitidas) e os benefícios concedidos sem a emissão da CAT.

No ano seguinte, é acrescido ao procedimento metodológico, um exemplo de cálculo do ordenamento das empresas. A resolução 1.316 de 2010, ao exemplificar

sobre o cálculo traz transparência a forma do cálculo. Não há grandes mudanças na forma de contabilizar o FAP (BRASIL, 2010).

Outra mudança ocorre em 2015, quando a resolução 1.327 do CNPS, estabelece que o cálculo será por unidade, haverá um cálculo para cada matrícula da empresa. Dessa forma, uma empresa pode ter o FAP diferente para cada uma das suas filiais (BRASIL, 2015).

A metodologia de cálculo vigente para o FAP é expressa na Resolução 1.329 de abril de 2017 (BRASIL, 2017b). E tem por objetivo “incentivar a melhoria das condições de trabalho e de saúde do trabalhador, estimulando os estabelecimentos a implementarem políticas mais efetivas de saúde e segurança no trabalho” (BRASIL, 2017b, p. 1).

Como essa metodologia está vigente para o cálculo do FAP, apresenta-se os itens constantes na resolução. De forma detalhada as fontes de dados utilizadas para a cálculo são:

a) Registros de Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT; b) Registros de concessão de benefícios acidentários que constam nos sistemas informatizados do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. O critério para contabilização de benefícios acidentários concedidos é a Data de Despacho do Benefício - DDB dentro do Período-Base (PB) de cálculo.; c) Dados de vínculos, remunerações, atividades econômicas, admissões, graus de risco, rescisões, afastamentos, declarados pelas empresas, por meio da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, ou por meio de outro instrumento de informações que vier a substituí-la; d) A expectativa de sobrevida do beneficiário será obtida a partir da tábua completa de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para toda a população brasileira, considerando-se a média nacional única para ambos os sexos, mais recente do Período-Base (Brasil, 2017b, p. 1)

Esses conjuntos de dados substanciam o cálculo do indicador. O cálculo do FAP é realizado em três etapas. Inicialmente calcula-se os índices de frequência, índices de gravidade; e, índices de custos. O índice de frequência

indica o quantitativo de benefícios e mortes por acidente de trabalho no estabelecimento. Para esse índice são computados os registros de benefícios das espécies B91 - Auxílio-doença por acidente de trabalho, B92 - Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho e B94 - Auxílio-acidente por acidente de trabalho, assim como as CATs de óbito para as quais não houve a concessão de B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho. Para todos os eventos serão excetuados os decorrentes de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la. é obtido da seguinte maneira: Índice de frequência = [(número de benefícios acidentários (B91, B92, B93 e B94) acrescido do número de CATs de óbito para as quais não houve a concessão de B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho, por estabelecimento, excetuados os decorrentes de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la) /

número médio de vínculos do estabelecimento] x 1.000 (mil). (BRASIL, 2017b, p. 1).

O índice de gravidade

Indica a gravidade das ocorrências acidentárias em cada estabelecimento. Para esse índice são computados todos os casos de B91 - Auxílio-doença por acidente de trabalho, B92 - Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho, B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho e B94 - Auxílio-acidente por acidente de trabalho, assim como as CATs de óbito para as quais não houve a concessão de B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho, excetuados os decorrentes de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la. É atribuído peso diferente para cada espécie de afastamento em função da gravidade. Para a pensão por morte, assim como para as CATs de óbito para as quais não houve a concessão de B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho, o peso atribuído é de 0,50; para aposentadoria por invalidez o peso é 0,30; para o auxílio-doença e o auxílio-acidente o peso é 0,10. O cálculo do índice de gravidade é obtido da seguinte maneira: Índice de gravidade = {[número de auxílios-doença por acidente de trabalho (B91) x 0,10) + (número de aposentadorias por invalidez por acidente de trabalho (B92) x 0,30) + ((número de pensões por morte por acidente de trabalho (B93) + CATs de óbito para as quais não houve a concessão de (B93) - Pensão por morte por acidente de trabalho) x 0,50) + (o número de auxílios-acidente por acidente de trabalho (B94) x 0,10, excetuados os decorrentes de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la)] / número médio de vínculos} x 1.000 (mil) (BRASIL, 2017b, p. 1).

O índice de custos

Representa as despesas da Previdência Social com pagamento de benefícios de natureza acidentária e sua relação com as contribuições das empresas. Para esse índice são computados os valores pagos pela Previdência em rendas mensais de benefícios, excetuados os decorrentes de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la. No caso do auxílio-doença por acidente de trabalho (B91), o custo é calculado pelo tempo de afastamento, em meses e fração de mês, do segurado dentro do Período-Base de cálculo do FAP. Nos casos da aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho (B92) e do auxílio-acidente por acidente de trabalho (B94), os custos são calculados fazendo uma projeção da expectativa de sobrevida do beneficiário a partir da tábua completa de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para toda a população brasileira, considerando-se a média nacional única para ambos os sexos. No caso da pensão por morte por acidente de trabalho (B93) os custos serão calculados considerando as regras vigentes para duração do benefício e é obtido da seguinte maneira: Índice de custo = [(valor total pago pela Previdência pelos benefícios de auxílio-doença por acidente de trabalho (B91), aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho (B92), pensão por morte por acidente de trabalho (B93) e auxílio-acidente por acidente de trabalho (B94), excetuados os decorrentes de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la) / valor total de remuneração paga pelo estabelecimento aos segurados] x 1.000 (mil).(BRASIL, 2017b, p. 1).

Calculado estes itens, a segunda etapa consiste em atribuir percentis de ordem, para cada um dos índices expostos acima, para os estabelecimentos registrados conforme o CNAE e suas subclasses. Desta forma, o estabelecimento, de

determinada subclasse do CNAE, melhor ranqueado recebe o valor percentil de 0 e o pior ranqueado, o valor percentil de 100.

Na terceira etapa do cálculo, após o cálculo dos percentis de ordem, cria-se um índice composto, no qual atribui-se ponderações para cada um dos índices calculados na primeira etapa. O índice de percentil de ordem de frequência (POF) possui ponderação de 0,35; o índice de percentil de ordem de gravidade (POG) é ponderado em 0,50; e o índice de percentil de ordem de custo (POC) em 0,15. “O índice composto calculado para cada estabelecimento é multiplicado por 0,02 para a distribuição dos estabelecimentos dentro de um determinado CNAE Subclasse variar de 0,0000 a 2,0000” (BRASIL, 2017b, p. 1). Desta forma, tem-se a seguinte fórmula para o cálculo do índice composto (IC):

$$IC = [(0,35 \times POF) + (0,50 \times POG) + (0,15 \times POC)] \times 0,02$$

A ponderação entre os fatores é justificada desde a Resolução 1.308 de 2009, e se faz, pois

o custo que a acidentalidade representa faz parte do índice composto, mas sem se sobrepor à frequência e à gravidade. Entende-se que o elemento mais importante, preservado o equilíbrio atuarial, é dar peso ao custo social da acidentalidade. Assim, a morte ou a invalidez de um trabalhador que recebe um benefício menor não pesará muito menos que a morte ou a invalidez de um trabalhador que recebe um salário de benefício maior (BRASIL, 2009, p. 6).

Nos anos até 2018 havia um fator de bonificação no FAP. Contudo, a bonificação se encerrou no valor da alíquota a ser paga em 2019. Desta forma, a fórmula do FAP é:

$$FAP = IC$$

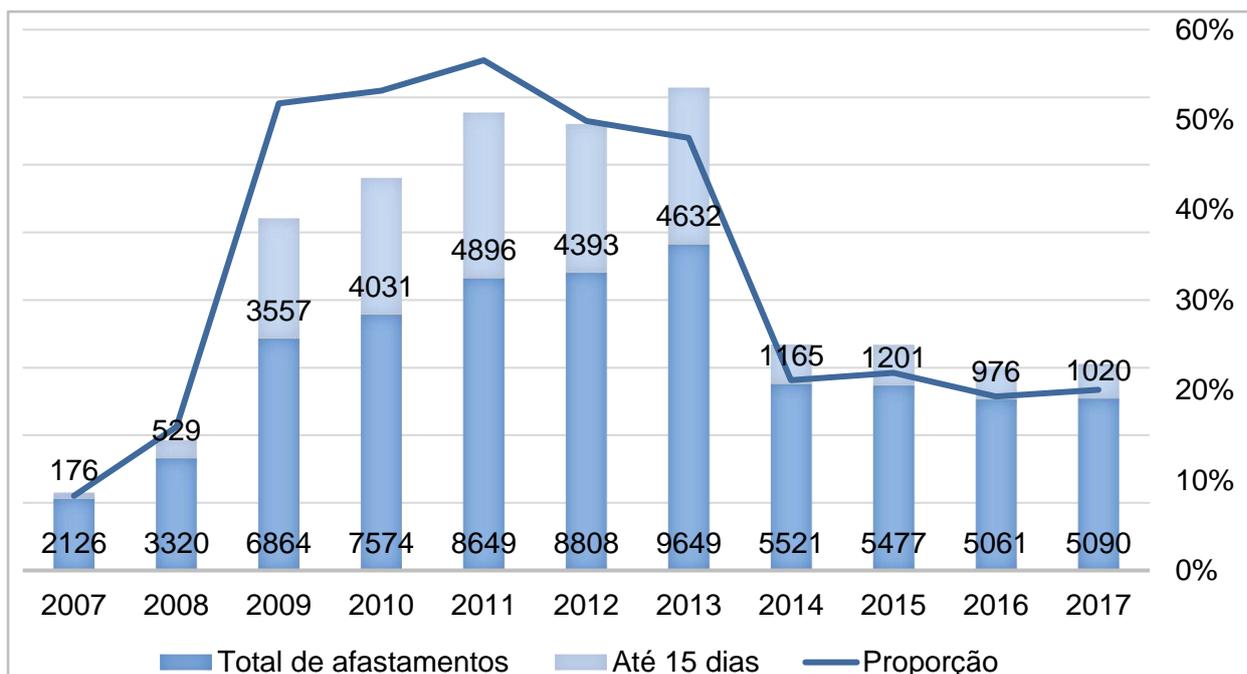
As ressalvas para o fator são: a realização do cálculo ocorre após dois anos de atividade. Antes deste tempo, os estabelecimentos recém-abertos, por definição, o FAP utilizado será 1,0000. Por regra observa-se a seguinte situação:

quando o estabelecimento não apresentar, no Período-Base de cálculo do FAP, benefícios das espécies de natureza acidentária: B91 - Auxílio-doença por acidente de trabalho, B92 - Aposentadoria por Invalidez por acidente de trabalho, B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho e B94 - Auxílio-acidente por acidente de trabalho, independente se decorrentes de agravamento do mesmo evento, e CATs de óbito para as quais não houve a concessão de B93 - Pensão por morte por acidente de trabalho, excetuados em todos os casos os decorrentes de acidente de trajeto, assim identificados por meio da CAT ou por meio de outro instrumento que vier a substituí-la, seus índices de frequência, gravidade e custo serão nulos e assim o FAP será igual a 0,5000, por definição. Nestes casos, ficando comprovado a partir de fiscalização que a empresa não apresentou notificação de acidente ou doença do trabalho, nos termos do artigo 22 da Lei nº 8.213/1991, mediante

protocolo de CAT, o FAP do estabelecimento será, por definição, igual a 2,0000, independentemente do valor do IC calculado (BRASIL, 2017b, p. 1).

Após apresentação do FAP, recordemos os dados dos afastamentos totais das empresas de abate e processamento de carnes no estado de Mato Grosso do Sul, conforme exposto na figura abaixo:

Figura 24: Total de afastamentos, afastamentos até 15 dias, e a proporção percentual dos afastamentos sob responsabilidade da empresa.



Fonte: Elaboração própria. (BRASIL, s.d.)

Observa-se nos dados apresentados, os números de afastamentos até 15 dias – os afastamentos com tais critérios, a responsabilidade financeira para o pagamento do funcionário é da empresa – teve redução de 4632 casos no ano de 2013, para 1165 casos em 2014; uma redução de 74,84%. Como expresso na RAIS, há redução de 3467 casos, todavia desses, 1930 são de uma única empresa responsável por abate de suínos. Este frigorífico, no ano de 2013, indicou ter afastado 1966 trabalhadores até 15 dias, já nos anos seguintes, os afastamentos foram de 36; 40; 50; e 72 trabalhadores, no período de 2014 a 2017 respectivamente. Outro caso que evidencia discrepância entre os anos de 2013 e 2014, refere-se a uma planta frigorífica que deixou de fazer abates no início do ano de 2015, em 2013, foram afastados 1366 trabalhadores e em 2014 apenas 10.

Pode-se computar a redução do número total de afastamentos apenas aos afastamentos que ocorreram com menos de 15 dias, que diante dessas evidências,

houve afastamentos, todavia, possivelmente, deixaram de ser relatados. A direita, no eixo secundário, representa em porcentagem a proporção dos afastamentos até quinze dias sobre o total de afastamentos. Após o ano de 2013, a queda no total de afastamentos possui reflexo na queda da proporção. Indicando que a diminuição do número total de afastamentos deu-se apenas pela redução dos afastamentos de responsabilidade financeira das empresas, ou seja, os afastamentos até 15 dias.

A Portaria 409, de 2018, do Ministério da Economia, divulga os “os róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, calculados em 2018, considerando informações dos bancos de dados da previdência social relativas aos anos de 2016 e 2017” (BRASIL, 2018a, p. 1). Utilizando dos valores divulgados, por subclasses, fez-se o cálculo do FAP para as atividades que estão no escopo desse estudo, conforme exposto na tabela a seguir.

Tabela 15: Cálculo da média do FAP, baseado nos percentis por subclasses do CNAE

CNAE	Descrição da Atividade	Frequência	Gravidade	Custos	FAP
1011-2.01	Frigorífico - Abate de Bovinos	99,05	93,98	78,37	1,8835
1011-2.02	Frigorífico - Abate de Equinos	92,12	98,1	97,54	1,9005
1011.2.03	Frigorífico - Abate de Ovinos e Caprinos	82,91	96,2	29,25	1,5903
1011-2.04	Frigorífico - Abate de Bufalinos	45,18	90,65	57,38	1,2585
1011-2.05	Matadouro - Abate de Reses Sob Contrato, Exceto Abate de Suínos	89,6	84,55	92,71	1,7660
1012-1.01	Abate de Aves	90,31	73,3	68,79	1,6226
1012-1.02	Abate de Pequenos Animais	58,17	88,99	66,96	1,4055
1012-1.03	Frigorífico - Abate de Suínos	99,45	91,76	84,39	1,8900
1012-1.04	Matadouro - Abate de Suínos Sob Contrato	99,21	99,6	90,18	1,9598
1013-9.01	Fabricação de Produtos de Carne	93,15	89,86	88,91	1,8273
1013-9.02	Preparação de Subprodutos do Abate	95,2	97,23	94,45	1,9160

Fonte: Elaboração Própria (BRASIL, 2018a).

O cálculo do FAP é complexo na sua replicação por dificuldade de acesso aos dados, por isso, utilizou-se na tabela acima os dados oriundos da divulgação das subclasses (BRASIL, 2018a). O cálculo individual das empresas investigadas no estado não foi possível, pois os dados foram negados após solicitação à secretaria de previdência no ministério da economia. Todavia, observa-se que nenhum dos ramos de atividades relacionados ao frigorífico, possuem FAT igual ou inferior a um, dessa

forma, todos, atuam como fator multiplicador do RAT. A exemplo, o frigorífico de abate de bovinos, recolhe aproximadamente 5,65% de imposto do RAT, sendo que o valor fixado para essa atividade de risco é 3%, contudo, agravado pelo FAT em 1,8835. Tais valores são elevados, sempre superiores ao fator de multiplicação neutro, e em algumas classes de empresas, muito próximo do máximo, como no CNAE 1013-9.02, com índice superior a 1,91.

Mesmo com os altos valores, o cálculo apresenta algumas incongruências e facilitam modificações como as vistas na figura 24, p. 162; e já apresentadas, como a subtração das notificações por uma empresa. A forma de cálculo permite que tais notificações sejam subtraídas para que de maneira imediata minimize os resultados de grande volume de afastamentos. Contudo, poderiam ser minimizados caso o valor do cálculo estivesse atrelado à outra forma de averiguação de frequência. Pois, nesse índice, como está posto, um afastamento de um dia é idêntico ao afastamento de 365 dias. Uma ampla discussão com participação dos trabalhadores, empresários e governo poderia propor um cálculo que se aproximasse das reais condições dos estabelecimentos.

Discorre no próximo tópico, a NR-36 em sua amplitude. Dividida em 16 itens, a norma esmiúça os itens referentes a segurança e saúde no trabalho nas empresas objeto desse estudo. Observa-se na NR-36 a compilação de itens existentes em outras NR's e sua ampliação para o grupo de empresas específicos. Adiante, os detalhes dessa norma.

4.2 NR-36: A NORMATIZAÇÃO DO TRABALHO EM FRIGORÍFICOS

Corolário da expansão do diálogo tem-se a Norma Regulamentadora 36, constituída alicerçada em discussões que envolviam o governo e seus órgãos representativos; os representantes dos empresários e os trabalhadores (RIBEIRO, M. D. O., 2017). As normas regulamentadoras são de responsabilidade do antigo MTE, hoje Ministério da Economia, e versam sobre os procedimentos em determinados setores e ou atividades. Como observado pelo próprio MTE (2018, p. 1)

as Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Em específico a NR-36 trata sobre as normas de segurança e saúde do trabalhador em empresas de abate e processamento de carnes e derivados e tem como objetivo “estabelecer os requisitos mínimos para a avaliação, controle e monitoramento dos riscos existentes” (BRASIL, 2013, p. 1). A norma possui 16 subitens e dois anexos. São eles: Objetivos; Mobiliário e postos de trabalho; Estrados, passarelas e plataformas; Manuseio de produtos; Levantamento e transporte de produtos e cargas; Recepção e descarga de animais; Máquinas; Equipamentos e ferramentas; Condições ambientais de trabalho; Equipamentos de proteção individual - EPI e Vestimentas de Trabalho; Gerenciamento dos riscos; Programas de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA) e de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); Organização temporal do trabalho; Organização das atividades; Análise Ergonômica do Trabalho; Informações e Treinamentos em Segurança e Saúde no Trabalho. Os anexos são o glossário e os requisitos de segurança específicos (BRASIL, 2013).

A NR-36, no quesito segurança, estabelece requisitos para a utilização da amônia. O gás é pernicioso e pode ser catastrófico. Ao estipular os requisitos a NR atua na segurança de todos, os trabalhadores e comunidade, pois um vazamento em uma unidade frigorífica que possui residência nos arredores, pode fazer incontáveis vítimas. Na saúde do trabalhador a NR-36 avança ao estabelecer pausas durante o expediente (RIBEIRO, M. D. O., 2017). Consolidando esse direito do trabalhador, como explica Barros Oliveira e Mendes (2014, p. 4633) “embora a obrigação de pausas para o trabalho em ambientes frios e refrigerados existisse na CLT desde a década de 1970, e as pausas para o trabalho com sobrecarga muscular estática ou dinâmica desde novembro de 1990, a NR 36 veio consolidar e detalhar melhor estas obrigações, daí a sua grande importância”. Além disso, há também disposições sobre a organização das atividades. E apresenta que:

A organização das tarefas deve ser efetuada com base em estudos e procedimentos de forma a atender os seguintes objetivos: a) a cadência requerida na realização de movimentos de membros superiores e inferiores não deve comprometer a segurança e a saúde dos trabalhadores; b) as exigências de desempenho devem ser compatíveis com as capacidades dos trabalhadores, de maneira a minimizar os esforços físicos estáticos e dinâmicos que possam comprometer a sua segurança e saúde; c) o andamento da atividade deve ser efetuado de forma menos árdua e mais confortável aos trabalhadores; d) facilitar a comunicação entre trabalhadores, entre trabalhadores e supervisores, e com outros setores afins (BRASIL, 2013, p. 14).

A institucionalização dessa norma se mostra um avanço para a política de segurança e saúde do trabalhador. Como visto, a norma foi redigida a partir da formação do grupo de estudos tripartite sobre abate e processamento de carnes e derivados, em 24 de maio de 2011, por meio da Portaria 226, da Secretaria de Inspeção do Trabalho (BRASIL, 2011). A portaria designou os representantes de cada grupo envolvido. No próximo item abordar-se-á o processo anterior a institucionalização da NR-36.

4.2.1 A formação da NR-36: diálogo com os representantes dos setores envolvidos

Com o objetivo de apreender o processo de institucionalização e as disputas entre os grupos, contatou para entrevista um representante de cada grupo. Utilizou-se de entrevista semiestruturada, por telefone com os representantes. A estratégia de contato foi por meio de *snowball* para o representante governamental, e para os demais grupos tentou-se contato conforme a ordem dos nomes presentes na portaria 226.

Sobre o grupo dos empregadores, nenhum dos nomes constantes na Portaria 226, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, respondeu após contato telefônico. Em pesquisa em rede social de negócios²⁹ e em sites de buscas disponíveis na internet, observou-se que apenas um dos cinco nomes trabalha diretamente em empresa do ramo. Os outros quatro trabalhadores desenvolvem outras atividades: dois como consultores jurídicos; um secretário estadual de agricultura, pesca e do desenvolvimento rural; e por fim, um é consultor na área de recursos humanos.

Dos representantes do governo, o entrevistado 02, a entrevista ocorreu com o envio de algumas perguntas sobre o processo de formulação da NR-36, após o contato prévio, realizou-se a conversa com o representante. Se dividiu a entrevista em três grandes temas, primeiro sobre a formação da NR, depois, sobre os aspectos de resistência patronal e por fim, sobre a coesão dos grupos representados.

O representante dos trabalhadores, o entrevistado 03, sindicalista há mais de quatro décadas, atuou ativamente na promulgação da norma. Feito o contato inicial,

²⁹ A pesquisa foi realizada no LinkedIn e no Google, em 26 de abril de 2019 e, refeita a pesquisa em 25 de novembro de 2019, não se alterou as informações do resultado da busca.

fora marcado uma determinada data para a entrevista por telefone e seguiu o eixo da entrevista realizada com o representante governamental, ambos expostos no apêndice II, p. 270 e apêndice III, p. 271. Como possuem os mesmos eixos temáticos optou-se por apresentar a discussão de forma intercalada.

Sobre o primeiro aspecto, de como surgiu as discussões sobre a NR, foi destacado no diálogo com o entrevistado 02 que a construção da proposta da norma regulamentadora para o setor de abate e processamento de carnes ocorreu em conjunto com a NR-17, que traz elementos da Ergonomia no ambiente de trabalho, contudo, não fora possível realizar em conjunto, pois haviam questões específicas e a NR-17 era abrangente. Outras normas temáticas, voltadas à setores de atividades que se destacam em adoecimento dos trabalhadores, foram realizadas após a norma sobre ergonomia, o que possibilitou a discussão da NR-36.

Ainda no discorrer sobre o processo de discussão da NR, o representante do governo diz que durante a implementação destas NR's, o antigo Ministério do Trabalho e Emprego, divulgou uma norma técnica que buscava o apoio dos trabalhadores e dos empresários do setor para a implementações de medidas protetivas do trabalho. O apoio era voluntário e não se obteve êxito. Contudo, o documento se tornou um instrumento norteador sobre o trabalho em frigoríficos, em especial, para os fiscais em suas atividades de inspeção. Como destaca o trecho da entrevista:

a primeira instrução normativa, não sei se chamava desse jeito, mas é uma norma técnica para frigoríficos. Sentou-se com os empregadores e o sindicato de frigoríficos diversas vezes, procurando estabelecer um acordo, que naquela ocasião, era um acordo voluntário, para as pessoas assinarem aquela norma técnica, já que ela não poderia entrar com uma NR específica. Isso foi em vão. Aconteceram diversas reuniões e ela não conseguiu essa adesão à norma técnica. Mas a norma técnica passou a auxiliar, a ser uma diretriz, para usar auditores, e uma diretriz conhecida por todas aquelas pessoas de frigorífico, não havia quem não conhecesse a norma técnica. De alguma forma ela já estava sendo utilizada pelas pessoas técnicas, tanto os auditores como algumas empresas que tinham compromisso mais sério com a questão (Entrevistado 02).

Nos anos após 2007, houve crescimento no setor de abate de frigoríficos e a necessidade de ampliação da força de trabalho. Todavia, o setor da gerência e os proprietários dos frigoríficos constataram recusa dos trabalhadores a se submeter ao trabalho em suas unidades, pois eram evidentes os fatores de adoecimento e a desgastante rotina de trabalho. Com outras possibilidades de emprego, os trabalhadores optavam por outras atividades, clarificado no trecho a seguir:

Os trabalhadores dessas cidades vizinhas onde ficavam os frigoríficos não queriam mais trabalhar nos frigoríficos porque sabiam que o frigorífico era uma fonte de adoecimento; os homens queriam ir para construção civil e as mulheres encontraram outras formas de trabalho. O trabalho ali já não era mais interessante para eles (Entrevistado 02).

Tal situação provocou um movimento inverso dos empresários que buscou o MTE para a elaboração de uma legislação específica para o setor. Objetivava-se criar um regramento mínimo para a atuação tais empresas. Não está explícito no diálogo e não se conseguiu o posicionamento dos representantes dos empregadores, todavia, se observa disputas dentre o setor dos empresários para que as empresas de menor porte atendam algumas regras do setor. O entrevistado destaca que foram as empresas que buscaram o ministério, há um reforço dessa informação, que pode ser interpretado, como avigoro da informação diante de uma possível incredulidade do entrevistador:

E, acho que foi em 2009, as empresas procuraram o Ministério do Trabalho. As *empresas!* Para fazer uma regulamentação própria. Quer dizer, como exemplo do anexo do teleatendimento, do anexo do check-out, e outras (também teve a construção civil). As pessoas começaram, a categoria, os empresários, começaram a entender que seria bom, muito positivo, para o setor. Pois se você tivesse uma NR de frigorífico se estabeleceriam parâmetros mínimos para as empresas. A desigualdade econômica entre elas não ficaria tão forte para a prevenção, todos teriam que investir na prevenção, teriam que agir para evitar aquele adoecimento e aquele número de acidentes (Entrevistado 02; destaque do pesquisador).

Por sua vez, o representante dos trabalhadores apresenta que a necessidade de uma regulamentação para o setor ocorreu, bem antes, ainda no final da década de 1990. O sindicato constatou que aproximadamente 25% dos trabalhadores estavam doentes. Para dar visibilidade a essa estatística montaram como estratégia com um símbolo para representar o trabalhador adoecido nas linhas de produção das indústrias de abate. A imagem, que pode ser visualizada na figura 25, p. 169, foi divulgada em audiências da Organização Internacional do Trabalho – OIT, e segundo o entrevistado foi essa divulgação que clarificou o adoecimento, conforme excerto abaixo:

E a gente vinha vendo que tinha um exército de mutilados, de doentes, dentro da fábrica e na qual a empresa não aceitava como um acidente de trabalho ou como doença ocupacional. E a coisa foi aumentando. Nós chegamos, com uma pesquisa prévia, que 25% dos trabalhadores estavam doentes. [...] Como nós vimos que aqui no Brasil não conseguiríamos resolver o problema, nós fomos em nível internacional. Fizemos uma campanha internacional. Inclusive, criei um símbolo, que era um frango empurrando um trabalhador na cadeira de rodas. Fizemos a viagem, e rodamos com esse frango a Europa toda. Inclusive em um seminário na OIT, com mais de 153 países. Quem via aquele frango empurrando uma cadeira, de cara via, e o homem da cadeira estava vestido de trabalhador, já via de cara. Era a forma de nos

comunicarmos com aquele pessoal que não falava português. Eu estava em um congresso internacional, com 153 países, quando no máximo eram seis países que falavam português. E precisávamos nos comunicar, então vamos nos comunicar por esse símbolo. E olha, foi um sucesso, deu certo! (Entrevistado 03)

A figura 25, a seguir, localizada no sítio eletrônico da central única dos trabalhadores, traz a representação descrita no excerto anterior.

Figura 25: Imagem de divulgação dos adoecimentos em frigoríficos



Fonte:(CUT, 2012)

Na sequência da entrevista relata que ao divulgar a imagem com o trabalhador adoecido, o material ganhou divulgação internacional, as empresas responsáveis pelo abate começaram a ser interpeladas por seus clientes sobre a situação dos trabalhadores, e isso fez com que os grupos comerciais buscassem alternativas para esse encaixe, e segundo o entrevistado, as empresas iniciaram o diálogo:

Chegou um ponto, que começou a dar problema internacional. Aquela nossa ida, em Genebra, começou a dar resultado. Os clientes, os compradores, começaram a exigir mudanças nas empresas, senão, suspenderiam as compras. E sabe que o Capital só muda de opinião quando pega no bolso. Na hora que mexeu no bolso deles, muda. E aí, começaram a discutir, fazer uma proposta. É claro, que não era o que a gente queria, mas pelo menos começaram a abrir a discussão. Foi uma luta para avançar (Entrevistado 03).

Observa-se na narrativa do entrevistado 03 que a busca do diálogo das empresas para com os trabalhadores e o governo possuem causa diversa da apresentada pelo representante governamental, inclusive se revela na fala a animosidade entre o MPT e o entrevistado, pois segundo o entrevistado havia uma desconfiança do MPT que a NR pudesse dirimir os direitos dos trabalhadores. Tal receio se expressa na forma que os grupos se relacionavam.

O representante governamental, ao ser questionado sobre a coesão dos grupos, apresenta que o grupo dos empresários aparentava disrupções, e como justificativa argumenta sobre as discrepâncias entre os frigoríficos de bovinos e aves, tamanho, capital investido, tipos de operação, etc. Acrescenta que a “bancada técnica” (nomenclatura utilizada pelo entrevistado) possuíam a maior coerência e havia traçado alguns objetivos para o texto, destacando-se a redução da jornada, a introdução das pausas, o ritmo de trabalho, e melhores condições de trabalho.

O entrevistado 03, na condição de representante dos trabalhadores, expressa a dificuldade de coesão em seu grupo, pois alega que parte dos representantes dos trabalhadores estavam alinhados com os empresários, e diz que

a nossa luta foi uma luta muito difícil, foi uma luta contra as empresas, e não era “empresinha”, era BRF, JBS, empresas grandes, e também, tinha uma luta contra o MPT, que tem o poder de punir. Qualquer coisa eles vêm com os TAC’s deles e se tu não assinar, você está ferrado. Então essas lutas tinham essas frentes. (Somado a isso) Os outros sindicatos foram contra, eles não queriam. Estavam fazendo parte da comissão detonando, foi uma resistência da nossa parte muito grande para não desistir. (Entrevistado 03).

No bojo da construção da NR-36, os entrevistados admitem que alguns pontos foram relevados, porém, buscaram limitar os efeitos nocivos dos pontos que ficaram por ser implementados. Contudo, a confrontação dos diálogos se clarifica um ponto de consenso que se aparentava comum aos grupos do governo e dos trabalhadores e não foi efetivado. O representante governamental apresenta que as questões organizacionais não tiveram o mesmo apoio que os aspectos ligados as condições de trabalho. Buscavam na elaboração da NR uma possível solução que equalizasse as vendas com a produção; redução total da jornada; e, o fim das horas extras; exceto a redução da jornada pelas pausas, essas outras pautas foram barreiras intransponíveis:

O que a gente tento ou fazer, é que os vendedores não vendessem além do limite da produção. A gente tinha que evitar horas extras, na verdade, a gente teria que trabalhar com jornada reduzida de trabalho. Todos os trabalhos apontavam, existe um trabalho que mostravam que jornada de 6 horas, que as 7:20 para você compor com almoço, tudo isso você acabaria criando dois turnos de trabalho, dois turnos revezando de trabalhadores E aí eles ficaram menos tempo expostos a todos esses componentes nocivos. Mas nem o sindicato queria essa redução jornada porque a redução de jornada implica a redução do salário. Ninguém queria ter o salário reduzido, já estavam acostumados com aquele salário, eles não conseguiriam compor o salário com outro emprego. Porque ali naquela região você sairia de um frigorífico, iria para outro frigorífico (Entrevistado 02).

O representante do trabalhadores quando indagado sobre a horas extras apresenta que a discussão ocorreu em torno do banco de horas, com a possibilidade

de encerramento do abate em dias que houvesse menor demanda, e, em outras datas que houvesse necessidade de alongamento da jornada isso seria compensado, todavia o entrevistado disse que se posicionou contrário a esse item. Acrescentou que o momento não estava propício para a discussão de uma redução da jornada total. Quando indagado sobre a carga horária máxima, respondeu:

Banco de horas? Nós não aceitamos banco de horas. A carga máxima continua, de 8 horas. O que tinha na discussão era isso, eles [empresários] queriam banco de horas. Queriam reduzir a jornada, mandando o cara para casa no dia que terminava a produção, é o que tem hoje, o trabalho intermitente. Os empresários, pediam, queriam. Nós temos a carga reduzida, nós temos 43 horas por semana, enquanto os outros setores são 48. A redução, se dava para instituir as pausas. Se dava pelos rodízios. Sair de um setor e ir para o outro. Então se tem uma redução da jornada diária, mas não sai de dentro da empresa, você fica lá dentro. Claro que queríamos reduzir a carga horária, mas discute-se as doenças as saídas para o adoecimento ou se discutia as 8 horas de jornada que está sendo discutido a 500 anos no Brasil. Íamos gastar todo esse chumbo querendo a mudança da carga horária nacional. Não dá. Continuámos lutando, mas não era ali na NR que se ia fazer isso (Entrevistado 03).

Sobre as resistências patronais, ambos os entrevistados disseram que se ancoram em pesquisas e dados técnicos sobre os pontos a serem debatidos, assim, o grupo de trabalho buscava o consenso. As resistências dos grupos referentes as condições de trabalho foram vencidas quando apresentados os dados reais dos ambientes de trabalho, os dados referentes as temperaturas de manuseio da carne, adoecimento, etc. O representante dos trabalhadores relata que contataram um médico especializado para auxiliá-los na discussão, pesquisaram e estudaram sobre a ação da temperatura sobre o corpo do trabalhador, e cita que:

Conseguimos mexer com a questão das pausas. Onde dava um tempo para os trabalhadores recuperarem, pois o líquido sinovial dos tendões, ele seca, e quando ele seca, começa a dar problemas de tendinite. Começamos a discutir tecnicamente. Contatamos um médico, eles [empresários] tinham o deles. Saímos da discussão, do eu quero e eu não dou, para a discussão técnica. Onde os médicos, um do lado de lá e um do lado de cá, faziam a discussão. Começaram a vir as propostas. Começaram a aceitar a nossa proposta (Entrevistado 03).

Os entrevistados são unânimes ao indicar que o principal item da discussão foi o ritmo de trabalho. A forma de minimizar o ritmo de trabalho foi a inserção das pausas psicofisiológicas, conforme expresso no excerto:

A questão do ritmo de trabalho é a questão mais forte. Então se você não minimizar isso não dá para você trabalhar tudo. Então a gente foi tentando, sempre é mais fácil trabalhar com as condições materiais e físicas do posto de trabalho. Sempre! As condições organizacionais são sempre mais difíceis, a gente vai lidando com a situação. A gente sempre lia o documento inteiro e azulando tudo aquilo que já era consensuado, ia deixando em vermelho alguns pontos não consensuados. e naturalmente, o último ponto foi o da

pausa da jornada. Que para nós foi difícil terminar com a possibilidade de manter a hora extra. Enfim, a tabela final não nos agradou, mais ou menos a gente conseguiu incluir a ideia das pausas, que era fundamental categoria. E, acreditando que na medida em que você consiga ir melhorando essas condições de trabalho a própria categoria, no momento melhor economia, de produção, de renda, vão exigir melhorias (Entrevistado 02).

O entrevistado 03 expressa que o debate sobre as pausas durou cerca de três anos, desde o início das reuniões do grupo. Alega que atualmente as pausas são fiscalizadas inclusive pelos trabalhadores, e caso, alguma empresa ou supervisor deixa de pausar a produção o sindicato recebe inúmeras denúncias dos trabalhadores.

A pausa psicofisiológica possui várias funções, é o momento que o trabalhador consegue ir ao banheiro, consegue trocar informações com os colegas de trabalho, se distanciar do frio da peça, e também mudar o seu posicionamento, e também descansar, como explicita o entrevistado:

Na verdade, as pausas eram de recuperação psicofisiológicas, então assim a gente sabia que precisava ter períodos, como a gente escreveu, de que os trabalhadores saíssem daquele ambiente. Por um período o Ministério Público do Trabalho criou uma pausa ergonômica, não sei o nome que eles davam, com base na ideia dos movimentos, e como tem muito movimento, eles não podem. Tem que ter pausa para não fazer o movimento. Mas eles ficavam na bancada, eles ficavam parados ao lado da bancada, eles não tinham para onde ir. Como os túneis nessas plantas são muito longos, muito comprido, leva muito tempo para percorrer esse túnel, eles não saiam dali porque o tempo de pausa não era suficiente para saírem e fazer alguma outra coisa e voltar. A gente entendeu que precisava retirar eles dali para uma sala onde eles teriam essa recuperação térmica do corpo e das mãos. A gente até pensou como é que a gente poderia aquecer as mãos deles? É, mas não havia forma de aquecer que não garantisse os princípios de higiene e de não contaminação. A gente sabia que eles precisavam aquecer as mãos, que eles precisavam ter um tempo para si, um tempo para estar entre si também, para poder conversar. Um tempo para beber uma água (Entrevistado 02).

Observa-se no discurso do representante dos trabalhadores sobre a pausa, a necessidade de recuperação muscoesquelética dos trabalhadores, que após exposição a baixa temperatura o corpo perde a sua função de regeneração dos tendões e necessita da pausa, como expresso no excerto:

depois de 40 minutos o líquido sinovial, o líquido que lubrifica os tendões, ele seca. Então tem que parar, para voltar, para ele se recuperar e continuar trabalhando (Entrevistado 03).

Para apreender a forma que as pausas eram realizadas, é possível verificar no documentário 'Linha de Desmontagem' dirigido por André Costantin e Daniel Herrera, realizado com apoio do Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego (COSTANTIN; HERRERA, 2011), a imagem que traz os trabalhadores em pé, quietos, próximos a bancada. Havia a pausa, porém, os demais elementos que

compunham o processo de trabalho permaneciam o mesmo, como exposto na figura 26, a seguir. A institucionalização dessa pausa, teve como consequência o aumento da “satisfação” como expõe a técnica do trabalho da unidade que foram realizadas as filmagens do documentário:

A gente notou um benefício muito grande para os funcionários em questão de satisfação mesmo. As vezes só nesses minutos que tu para, o pessoal se alonga um pouco e como a gente tem a nossa pausa para todo o setor de uma vez só, então o funcionário tem os colegas de trabalho que também pausam, então, só naqueles minutos, eles conversam... (COSTANTIN; HERRERA, 2011, transcrição do áudio entre 6'31" à 6'54")

Figura 26: Pausa do trabalho anterior a NR-36



Fonte: Imagem capturada no instante 6'38' (COSTANTIN; HERRERA, 2011)

Todavia, a fala constante do vídeo diverge da imagem, pois os trabalhadores estão utilizando os protetores auriculares, que são equipamentos obrigatórios, e o ambiente é ruidoso, inclusive se justifica no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) a realização de audiometria para os trabalhadores da linha de produção e a utilização dos protetores auriculares (dados da pesquisa). E a imagem reafirma a fala do representante do governo sobre as pausas instituídas pelo MPT.

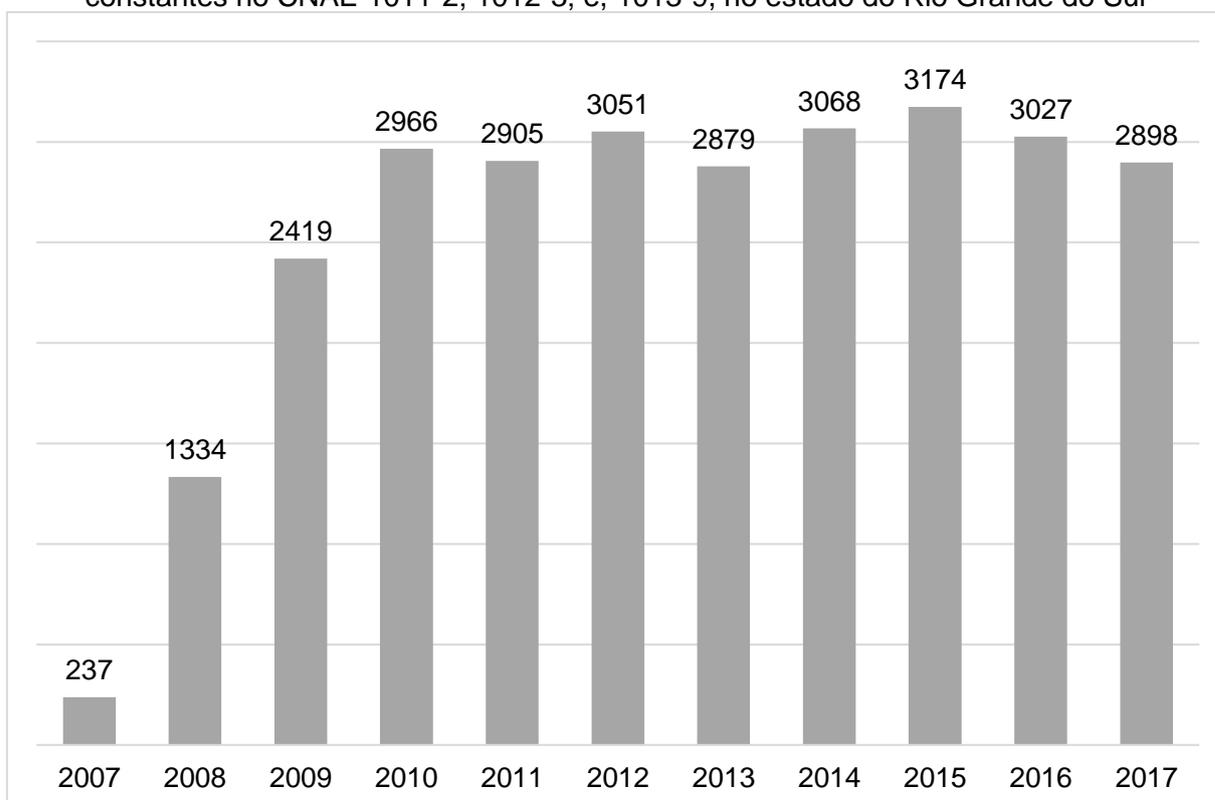
O representante dos trabalhadores também exalta as pausas, afirmando que após as pausas não se tem queixas no sindicato sobre adoecimento, dizendo:

E o resultado foi magnífico. Antes tinha o sindicato cheio de gente reclamando de dor. Reclamavam que não podiam pentear o cabelo, não conseguiam carregar os filhos, essas reclamações acabaram. [...] o sindicato de alimentação de – determinado município do RS –, que tem duas grandes fábricas de abate de aves aqui, uma BRF, e uma JBS, não tem mais

[reclamações]. Eu estou nesse momento no sindicato, e não vê mais ninguém vir aqui se queixar de LER, que era direto (Entrevistado 03).

A afirmação do entrevistado é divergente na situação encontrada no estado de Mato Grosso do Sul, onde os números de longos afastamentos aumentam substancialmente como apresentados na figura 23, p. 153. Diante disso, verificou-se a situação dos longos afastamentos no estado citado pelo entrevistado, como visto na figura a seguir:

Figura 27: Dados de afastamentos de longo período para os trabalhadores dos setores constantes no CNAE 1011-2; 1012-3; e, 1013-9, no estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração própria (BRASIL, s.d.).

O gráfico representado na figura acima mostra um comportamento diferente dos dados do estado de Mato Grosso do Sul. Há, após o ano de 2010, uma tendência à manutenção do número de afastamentos de longos períodos, aproximadamente 3,8% dos trabalhadores tem se mantido adoecidos e afastados por 360 dias ou mais nos últimos anos no estado do Rio Grande do Sul. O número relativo ao total de funcionários tem oscilado com mínima de 3,28% registrado em 2013 e máxima de 3,97% registrado em 2016.

A discussão de segurança e saúde do trabalhador não se restringe ao PNSST e a NR-36, dessa forma, apreendido os conceitos constantes na legislação vigente, e

na norma técnica, apresentado à forma de constituição da NR-36, faz-se necessário explicitar o debate sobre a segurança e saúde do trabalhador, com foco nos acidentes de trabalho. Há inúmeros trabalhos publicados na área e têm por objetivo o próximo tópico discutir alguns pontos necessários sobre os acidentes de trabalho; sua aproximação com os estudos organizacionais; formas de investigação e a atribuição das causas do acidente.

4.3 ACIDENTES DE TRABALHO: ALGUMAS OPÇÕES DA CIÊNCIA

Os estudos sobre a segurança e saúde do trabalhador (SST) possuem um vasto campo de análise (GONÇALVES FILHO; RAMOS, 2015). Em uma perspectiva macro dos estudos, evidenciam três grandes áreas temáticas: a Sociológica, a da Saúde e da Ergonomia. Dentre estas áreas há seccionamentos e de maneira resumida e dentro do escopo do trabalho apresenta-se a seguir.

Há na sociologia a busca de conceituação e mapeamento dos aspectos do fenômeno do adoecimento e do acidente de trabalho, que são intrínsecos à saúde e segurança do trabalhador. Os pesquisadores da área de ergonomia buscam apreender o fenômeno como ferramenta funcional nos processos produtivos, com objetivo de proporcionar maior produtividade em decorrência de um ambiente seguro (ANTAO; CALDERON; PUIG; MICHAIL *et al.*, 2016). Por sua vez, os trabalhos oriundos de pesquisas que seus autores possuem formação de origem nas áreas da saúde apreendem as incidências dos acidentes e adoecimentos, ou as consequências para a população em geral, desde os investimentos na área de saúde e/ou o delineamento das políticas públicas em saúde (SIMONELLI; JACKSON FILHO; VILELA; ALMEIDA, 2016).

No campo da administração, a segurança e saúde do trabalhador é um campo de pesquisa incipiente, ou restrito à percepção dos gerentes, mesmo que seja identificado algumas publicações recentes que apresentem a discussão sobre o adoecimento do trabalhador (DARIO; LOURENÇO, 2018; SANTOS; OLIVEIRA, 2018). Algumas publicações do final da década de 1980, específicas sobre acidentes de trabalho, são encontradas em revistas nacionais relacionadas à área administrativa. Ainda assim, os autores são sociólogos que veicularam seus escritos nestas revistas. João Bernardo e Rita Delgado (1987) escrevem uma contribuição para a análise dos acidentes de trabalho na Revista de Administração de Empresas -

RAE e dois anos mais tarde, o sociólogo Tom Dwyer (1989) publica o artigo intitulado 'Acidente de trabalho: em busca de uma nova abordagem' nesta mesma revista.

No primeiro artigo, alguns pontos gerais são debatidos pelos autores, como a poluição gerada pelas fábricas, com foco principal em sua área ao redor afligindo os moradores da proximidade compostos principalmente por trabalhadores; os grandes acidentes correntes; e também, seu foco principal, os acidentes de trabalho, e suas consequências, entre elas a baixa publicidade destes eventos. Tem-se como tese central que os trabalhos artesanais, ou que utilizam técnicas antiquadas, apresentam maior risco para a vida do trabalhador que os trabalhos modernizados, realizados com auxílios das máquinas. Desde a década de 1980 o processo de automação industrial evoluiu, inclusive empregando de diversas formas robôs nas fábricas. Contudo, "as máquinas estão envolvidas na gênese da maioria dos acidentes graves" (VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004, p. 577). Por fugir do escopo do trabalho não discorrerá sobre essa tese, tampouco sua crítica, opta-se apenas por apresentar o argumento e seu contra-argumento, dado que as vidas humanas ceifadas em decorrência do trabalho são subestimadas (LACERDA; FERNANDES; NOBRE, 2014) e muitas famílias não recebem o mínimo atendimento do Estado (LACERDA; FERNANDES; NOBRE; PENA, 2014).

O trabalho de Dwyer (1989) apresenta os resultados de sua pesquisa sobre os acidentes de trabalho nas indústrias da construção civil francesa. Para a apreensão sociológica do fenômeno Dwyer (1989, p. 25) distingue em quatro níveis a realidade industrial: a) recompensa; b) controle direto; c) organização; d) indivíduo-membro. "Os três primeiros são construídos socialmente. O quarto é composto pela autonomia de ação deixada ao indivíduo-membro dentro do contexto das relações sociais do trabalho". O autor explicita cada um destes níveis

numa empresa capitalista industrial o nível de recompensa refere-se à reprodução das forças produtivas (trabalho e capital) a um custo abaixo do preço recebido pelo produto dessas forças. O nível de controle direto refere-se à tomada de controle ativo, por parte do grupo dominante, das ações do grupo dominado. O nível de organização corresponde à situação em que o grupo dominante assume o conhecimento e a coordenação das relações sociais trabalhadas – RST (DWYER, 1989, p. 26).

O nível indivíduo-membro é parte autônoma do trabalhador, contudo, este nível é dirimido pelos outros níveis. Na relação capital-trabalho é evidenciado a fragilidade do trabalhador. Dentre de um processo autoritário e hierárquico de mando, a possibilidade de expressão individual autônoma é mínima, quando possível. Estes

níveis serão explorados *a posteriori* no trabalho. Para apreender o fenômeno acidente de trabalho, desmembra-se as conceituações e as formas de interpretação.

4.3.1 O caminho conceitual do acidente de trabalho

Uma apreensão ampla de acidente é expressa por Areosa (2010, p. 116) como “um acontecimento súbito, repentino, involuntário, inesperado e não planejado no qual a ação ou a reação de um objeto, substância, indivíduo ou radiação, resulta num dano pessoal ou material”. Nesta conceituação se verifica a aleatoriedade dos fatores com íntima ligação da mudança de rotina.

No Brasil, a classificação de acidente de trabalho obedece a normatização técnica estabelecida pela Norma Brasileira 14280 - NBR 14280: Cadastro de acidente de trabalho: procedimentos e classificação. Esta norma se utiliza de três categorias de acidente: o fator de insegurança pessoal, ato inseguro e condição insegura (ABNT, 2001).

Constam na descrição da norma os conceitos compreendidos e utilizados por ela. O acidente de trabalho é caracterizado como “ocorrência imprevista e indesejável, instantânea ou não, relacionada com o exercício do trabalho, de que resulte ou possa resultar lesão pessoal” (ABNT, 2001, p. 2). Há uma observação sobre arcabouço conceitual do acidente de trabalho que deve incluir

tanto ocorrências que podem ser identificadas em relação a um momento determinado, quanto ocorrências ou exposições contínuas ou intermitentes, que só podem ser identificadas em termos de período de tempo provável. A lesão pessoal inclui tanto lesões traumáticas e doenças, quanto efeitos prejudiciais mentais, neurológicos ou sistêmicos, resultantes de exposições ou circunstâncias verificadas na vigência do exercício do trabalho (ABNT, 2001, p. 2).

O ato inseguro é a “ação ou omissão que, contrariando preceito de segurança, pode causar ou favorecer a ocorrência de acidente” (ABNT, 2001, p. 3). E na sequência é conceituada a condição ambiente, ou condição ambiente de insegurança, como “condição do meio que causou o acidente ou contribuiu para a sua ocorrência” (ABNT, 2001, p. 3) Observa-se as notas que constituem a condição ambiente:

1 O adjetivo ambiente inclui, aqui, tudo o que se refere ao meio, desde a atmosfera do local de trabalho até as instalações, equipamentos, substâncias utilizadas e métodos de trabalho empregados. 2 Na identificação das causas do acidente é importante evitar a aplicação de raciocínio imediato, ou seja, ater-se simplesmente a causas que levaram diretamente à ocorrência do acidente. Fatores complementares de identificação das causas de acidentes

devem também ser levados em consideração. Tais causas têm sua importância no processo de análise, como por exemplo, a não utilização ou existência do equipamento de proteção individual (EPI) ou sistema de proteção coletiva e o não fornecimento de EPI, mas não são suficientes para impedir novas ocorrências semelhantes. Portanto, é imprescindível a visualização do processo em cadeia sequencial, ou seja, a identificação de fatores pessoais e causas que se apresentaram como básicas à ocorrência das causas anteriormente citadas (imediatas). Para a clara visualização destes fatores básicos, deve-se sempre perguntar o “por quê”, ou seja, por que o empregado deixou de usar o EPI disponível? Liderança inadequada? Engenharia inadequada? Estes são exemplos de fatores básicos que devem ser identificados. Da mesma forma, e seguindo a ordem sequencial supramencionada, também é indispensável a apuração das “causas gerenciais”, como a origem das demais. Estas causas se apresentam no dia-a-dia, como procedimentos que caracterizam a “falta de controle”, como por exemplo, a inexistência de padrões ou procedimentos (não existem normas ou regras que digam como a tarefa deva ser executada), a existência de padrões ou procedimentos inadequados (existem mas são inadequados), e a existência de padrões ou procedimentos adequados, porém não cumpridos (ABNT, 2001, p. 3).

A conceituação trazida pela norma, é fruto de uma construção histórica que no Brasil data-se de 1919, quando fora promulgada a primeira legislação sobre os acidentes de trabalho (COVOLAN; DIAS, 2018). A movimentação para aprovação dessa legislação dá-se em 1904 quando é apresentado o primeiro projeto de lei que versa sobre indenizações acidentárias. E apenas 15 anos depois é promulgada a lei.

Com o início da era Vargas, em 1934 é aprovado outra legislação sobre os acidentes de trabalho. O Decreto 24.637 de 10 de julho de 1934 no seu artigo primeiro considera como acidente de trabalho “toda lesão corporal, perturbação funcional, ou doença produzida pelo exercício do trabalho ou em consequência dele, que determine a morte, ou a suspensão ou limitação, permanente ou temporária, total ou parcial, da capacidade para o trabalho” (BRASIL, 1934, p. 1). O Decreto também estabelece que o valor indenizatório não ultrapasse três contos e seiscentos mil réis, o equivalente a 15 salários mínimos³⁰.

Os pesquisadores Covolan e Dias (2018) além do resgate histórico sobre as primeiras legislações que tangem os acidentes de trabalho, demonstram o impasse jurídico na comprovação do nexos técnico epidemiológico do acidente:

O relato do médico é insidioso. Na narrativa que faz o doutor, o empregado aparece confuso e contraditório: dizia sentir dores localizadas em várias partes do corpo, ouvir zumbidos, barulho de tiros, sentir-se lerdo. Quanto ao exame físico o médico frisava que não havia indício de machucados não cicatrizados, ou seja, não há danos físicos como consequência do acidente e, em contrapartida, relatava ter encontrado alguns indícios físicos de sífilis (doença com forte característica desabonadora da moral do doente, além de

³⁰ Utilizou-se a referência do salário mínimo decretado em 1940, com o equivalente a 240 mil réis (PAIM, 2005).

associada à loucura), bem como indicava que o pulmão estava sibilante. Quanto à condição mental do empregado, o médico indicava uma aparente perturbação mental, “caso não seja simulada”, mas que “se a mesma tem qualquer relação com o ocorrido” somente um perito especializado poderia dizer. Assim fica subentendido também que a perturbação mental poderia derivar de doença preexistente – a sífilis. O juiz designou a realização de perícia por médicos especializados em doenças mentais. O empregado seria internado em uma instituição de doenças mentais por algumas semanas para realização de exames e observação. O laudo pericial dos médicos especialistas foi minucioso e cuidadoso. Realizaram-se exames físicos e complementares, e com isso os médicos afastaram a existência de quaisquer sintomas ou sinais físicos de sífilis – em contraposição ao laudo prévio, e quanto ao pulmão, tudo perfeito. Ou seja, o novo laudo demonstrou a maneira descuidada e tendenciosa com que se realizara a primeira perícia. [...] o juiz designou a realização de perícia por médicos especializados em doenças mentais. O empregado seria internado em uma instituição de doenças mentais por algumas semanas para realização de exames e observação. O laudo pericial dos médicos especialistas foi minucioso e cuidadoso. Realizaram-se exames físicos e complementares, e com isso os médicos afastaram a existência de quaisquer sintomas ou sinais físicos de sífilis – em contraposição ao laudo prévio, e quanto ao pulmão, tudo perfeito. Ou seja, o novo laudo demonstrou a maneira descuidada e tendenciosa com que se realizara a primeira perícia (COVOLAN; DIAS, 2018, p. 22-3).

Mister observar a tentativa de questionamento moral do médico ao trabalhador, e o resultado do impasse judicial resolvido com um laudo realizado por um médico especialista. O excerto é um exemplo da atuação e o impasse na relação entre os empregados e empregadores. Demonstra também o poder do empregador em ter-lhe como aliado o serviço médico para que pudesse imputar a culpa ao trabalhador e, conseqüentemente, não o indenizar pelo acidente.

O Decreto 24.637 de 1934 apresenta somado ao conceito de acidente as doenças relativas ao trabalho. Atualmente o conceito presente em lei, encontra-se na legislação previdenciária, lei 8.213 de julho de 1991 (BRASIL, 1991). A caracterização de acidente de trabalho está exprimida no artigo 19, quando diz que

acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (BRASIL, 1991, p. 1).

No artigo 20 complementa o conceito apresentado acima.

Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

§ 1º Não são consideradas como doença do trabalho:

- a) a doença degenerativa;
- b) a inerente a grupo etário;
- c) a que não produza incapacidade laborativa;
- d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

§ 2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho (BRASIL, 1991, p. 1).

A legislação não se presta à conceituação sociológica do adoecimento e do acidente, apenas os caracterizando-os em aspectos pragmáticos, criando-se algumas lacunas que necessitam de conceituações, como ver-se-á no próximo item.

4.3.2 As determinações práticas sobre o acidente de trabalho

Se observa a concepção do acidente de trabalho como aleatório, que partindo desse pressuposto, ao fazer a sua investigação, o diagnóstico do acidente, reduz o evento a responsabilidade de erro humano (ALMEIDA; VILELA; SILVA; BELTRAN, 2014). O reducionismo da forma de investigação impacta os diagnósticos futuros e induzem a novos erros, por vezes de maior dimensão (LLORY; MONTMAYEUL, 2014).

Os primeiros estudos sobre os acidentes de trabalho construíram como principal causa à responsabilização do trabalhador (SIMONELLI; JACKSON FILHO; VILELA; ALMEIDA, 2016). Neste fenômeno velado onde a causa está no indivíduo a solução também é individual, a mudança desta prática depende exclusivamente dele. Isso ocorre, pois as concepção do acidente de trabalho predominantemente “no Brasil e no mundo, [é] a compreensão de que o acidente é um evento simples, com origens em uma ou poucas causas, encadeadas de modo linear e determinístico” (VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004, p. 572), privilegiando “a ideia de que os acidentes decorrem de falhas dos operadores (ações ou omissões), de intervenções em que ocorre desrespeito à norma ou prescrição de segurança, enfim, ‘atos inseguros’ originados em aspectos psicológicos dos trabalhadores” (VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004, p. 572). Em justificativa pautada no fator econômico, tinha-se que “os acidentes de trabalho eram o preço a se pagar pelo desenvolvimento industrial” (AREOSA, 2010, p. 129). Subsumiam o trabalho ao capital e aos trabalhadores restava apenas os

ambientes insalubres e condições desumanas de trabalho (ALVES; JACKSON FILHO, 2017).

Além disso, soma-se a essa interpretação a dupla punição ao acidentado: pois é a vítima do ato, e o responsável por ele; e, a responsabilidade do empregador, ao beneficiar-se do trabalho, deve-se arcar com os ônus do mesmo. A dupla penalização pode ser percebido no texto de Galizzi (2013, p. 3) ao tratar a recorrências das doenças de trabalho traz sobre as consequências dos afastamentos:

Primeiro, uma história de lesões recorrentes provavelmente será percebida pelos empregadores como um sinal claro que sugere uma contratação arriscada. Isso limitará os empregos disponíveis para os trabalhadores acidentados, diminuirá seus salários de reserva e levará a salários mais baixos. Em segundo lugar, as perdas de tempo causadas por lesões levarão não apenas a um declínio no tempo de trabalho, mas também à quantidade de tempo de lazer que os indivíduos podem dedicar às atividades de melhoria da saúde. No geral, tanto a renda acumulada, como as perdas salariais e de lazer levarão a um declínio na quantidade de capital de saúde que os indivíduos constroem ao longo de suas vidas profissionais, com graves implicações em termos de seu bem-estar financeiro e geral (GALIZZI, 2013, p. 3).

Tal responsabilização do trabalhador é contraditória, vejamos que

a bibliografia moderna da administração fala extensivamente da organização dos processos de produção e da coordenação das tarefas. O pressuposto básico contido nessa bibliografia é que os gerentes, enquanto agentes dos patrões, são responsáveis pelo controle do conhecimento sobre máquinas, ferramentas, estoques etc., e pela coordenação desses elementos (DWYER, 1989, p. 26).

Se o controle de todo o processo produtivo é de responsabilidade da organização, por que o acidente é apenas um ato inseguro do trabalhador? Indagações desta forma, permitiram a evolução do conceito de acidente de trabalho para um fenômeno multicausal. Contudo, ainda é frequente a responsabilização do trabalhador, mesmo em situações que não haja alternativas (VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004). E permanece como sendo a visão mais tradicional deste fenômeno (JACKSON FILHO; VILELA; GARCIA; ALMEIDA, 2013).

O discernimento dos níveis da realidade organizacional como passível de apreensão do acidente de trabalho é resultado da evolução da forma de conceituação deste fenômeno, o avanço teórico dá-se na incorporação de elementos de análise. E assim, apresenta-se a conceituação do acidente de trabalho pluri-causal.

A perspectiva da pluri-causalidade dos acidentes, para além de refutar a sua unidimensionalidade, veio introduzir a interligação de fatores fisiológicos, psicológicos, sociológicos, políticos, económicos, culturais, organizacionais e simbólicos, para a explicação dos acidentes. Porém, esta interligação é bastante complexa, sabendo que cada acidente não depende de igual modo de cada um destes fatores. Isto significa que cada acidente é um evento único

e singular, devido à distinta importância e influência que cada um dos fatores (referidos anteriormente) pode imputar ao próprio acidente. Para além disso, em termos metodológicos nem sempre é fácil conseguir isolar o —pesoll de cada fator por si só. No entanto, cada acidente sugere que o sistema ou organização onde ele ocorreu necessita de ser melhorado ou repensado, visto que os acidentes representam uma sintomatologia de que algo não está bem ou é disfuncional (AREOSA, 2010, p. 133).

A multicausalidade dos acidentes em sua conceituação é refletida nas publicações que de maneiras diversas apresentam o problema de pesquisa e seus resultados, principalmente no que tange as análises de legislações e trabalhos teóricos (BACHELET, 2018; DE SOUZA; ROCHA; MAZZO, 2018; JAHANGIRI; ROSTAMABADI; MALEKZADEH; SADI *et al.*, 2016; KORANYI; JONSSON; RONNBLAD; STOCKFELT *et al.*, 2018; WOOLFORD; BUGEJA; DRISCOLL; IBRAHIM, 2017). Contudo, em trabalhos empíricos observa-se que o conceito utilizado está pautado na responsabilização do indivíduo, no próximo item aborda-se tais exemplos que merecem destaque para auxiliar na apreensão deste fenômeno.

4.3.3 Atribuições de causas do acidente de trabalho

Nas investigações sobre o acidente de trabalho a atribuição de causa é uma ferramenta analítica apropriada que “tenta entender como as pessoas explicam e consideram a causalidade³¹” (GYEKYE, 2010, p. 406). Para o autor há duas causas fundamentais na compreensão deste fenômeno: As causas internas e causas externas. Consideram as causas internas as relativas ao indivíduo, tais como:

falta de habilidade; orgulho profissional; lapso de atenção; desconhecimento; má conduta; falta de compreensão adequada; comportamento de trabalho arriscado; Inexperiência; descuido; desejo de mostrar; ignorância; senso de segurança no trabalho; humor, ter um dia ruim; cansaço e exaustão; violação intencional e deliberada³² (GYEKYE, 2010, p. 408).

As causas externas estão relacionadas com as características do trabalho desenvolvido, como:

Salários baixos; tempo e dificuldade para economizar; sobrecarga de trabalho; equipamento defeituoso; não reconhecimento; treinamento inadequado; pressão da gerência; culpa do colega de trabalho; perda de concentração; procedimentos operacionais; má atribuição das tarefas;

³¹The attribution theory attempts to understand how people explain and account for causality.

³²Lack of skill; Professional pride; Attentional lapse; Misperception; Misconduct; Lack of adequate comprehension; Risky work behavior; Inexperience; Carelessness; Urge to show off; Ignorance; Sense of job security; Mood, had a bad day; Tiredness and exhaustion; Deliberate, wilful violation.

maldição, feitiço ou feitiçaria; fé religiosa; má limpeza; falta de equipamento adequado; ambiguidade e dificuldade na tarefa³³ (GYEKYE, 2010, p. 408).

Outras causalidades são consideradas pelo autor como essenciais para apreender como estabelece a relação do acidente de trabalho com as causas internas ou externas. No aspecto demográfico, compõe as atribuições de causas a idade; gênero; experiência de trabalho; satisfação com o trabalho; a opinião de especialistas e a afiliação religiosa (GYEKYE, 2010, p. 408-9). Outros fatores de influência são a posição hierárquica, evidenciando diferentes perspectivas na posição de supervisor ou de subordinado; a diferença cultural e o posicionamento dos colegas de trabalho. Por fim, à experiência com acidentes são relevantes ao considerar as causalidades como externas ou internas. Na apreensão das causas, os fatores inerentes à organização são: o contexto organização; função desempenhada na organização e o tamanho organizacional. O autor aponta para os erros e vieses nas atribuições da causalidade. Elenca três fatores principais para que isso ocorra: diferentes perspectivas ou efeito ator-observador; atribuição fundamental do erro; atribuição de autodefesa (GYEKYE, 2010).

Sintetiza-se as atribuições de causalidades se dá por atribuições das causas internas, relacionadas ao trabalhador; ou, causas externas, relacionadas ao trabalho. Na atribuição desta causalidade há influência de aspectos demográficos ou da organização, contudo, pode haver erros ou vieses na atribuição das causas. No decorrer do trabalho discute-se as causas apresentadas e como se dá a relação de sua atribuição ora relacionada ao trabalhador, ora relacionada a função do trabalho.

Adiantamos apenas a título de exemplo, a análise constante na pesquisa de Ferreira (2015, p. 178-180) no qual traz um retrospecto dos detalhamentos dos acidentes de trabalho no setor pesquisado. Ocorreram 16 acidentes, e no detalhamento constante em sua pesquisa, sete são referentes a atos inseguros e nove refere-se a condições inseguras. Na descrição de um acidente que classificou como ato inseguro consta: “o operador relata que estava batendo CMS³⁴ quando o bloco

³³ Low wages; Time and trouble saving; Work overload; Defective equipment Misperception; Inadequate training; Pressure from management; Coworker's fault; Loss of concentration; Operational procedures; Misassignment; Curse, spell, or witchcraft; Religious faith; Poor housekeeping; Lack of appropriate gear; Ambiguity and task difficulty

³⁴ CMS, sigla referente a Carne Mecanicamente Separada, no excerto refere-se ao conjunto da embalagem, onde esta produto se encontra para devido armazenamento e, posterior, transporte (FERREIRA, 2015).

escapou da sua mão caindo sobre o 1º dedo do pé esquerdo. Vindo a fraturar o mesmo” (FERREIRA, 2015, p. 178).

Outro exemplo dado como ato inseguro após o trabalhador ter a sua mão prensada entre dois blocos de caixas de armazenamento, conta “o profissional não sobre informar se o produto trancou ou foi empurrado pelo colega” (FERREIRA, 2015, p. 178). Também classificado com ao inseguro, um acidente que resultou em fratura do dedo, consta na descrição “colaborador relatou que deixou o dedo em baixo do bloco de CMS ao empilhar” (FERREIRA, 2015, p. 180). Estas são situações exemplos que refletem a realidade das investigações dos acidentes de trabalho realizadas pela própria organização e sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

Para Dwyer a atribuição da responsabilidade é uma tarefa complexa, pois os fatores estão correlacionados:

Um trabalhador com um conhecimento insuficiente da tarefa, submetido ao trabalho por produção e a uma chefia autoritária, sofre um acidente. Como decidir em que nível o acidente foi produzido? Deve ser feita uma série de perguntas que, simultaneamente, elimine algumas das hipóteses causais e sustente outras. Esquematicamente, nesse caso, a primeira pergunta poderia ser: o trabalhador tinha conhecimento das medias de segurança com que deveria desempenhar a tarefa que resultou na lesão? Se a resposta for positiva, a subqualificação não pode ser considerada causa. Se for negativa, pode ter sido a causa (DWYER, 2006, p. 235).

O mesmo procedimento é sugerido para os outros fatores, soma-se a isso, a confrontação com os pares (DWYER, 2006). Em específico desta tese, que evidencia a existência de quatro indivíduos que sofreram três acidentes de trabalho no mesmo ano, e ficaram em média, afastados, mais de 240 dias, permite identificar que os trabalhadores foram vítimas dos processos ou de trabalho, ou de gestão. Do processo de trabalho que possui insegurança intrínseca possibilita o evento (o acidente de trabalho). Ou, da gestão que por inúmeros motivos provocaram a reincidência do evento, desde a reinserção do indivíduo no mesmo posto de trabalho para o qual não possui qualificação ou as pressões internas gerenciais que provocam o referido evento.

Há dificuldades de atribuir a responsabilidade e inclusive o nexo de causa. Em um ensaio sobre o nexo causal dos acidentes de trabalho e as doenças relativas ao trabalho, verifica-se o caráter qualitativo da atribuição do nexo. Pois são determinados conforme a instituição que os analisa. Sendo “nexo trabalhista, estabelecido pelos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); nexo previdenciário, determinado pelo Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS); nexos cível, realizado pela Justiça do Trabalho” (CABRAL; SOLER; WYSOCKI, 2018, p. 2). Ademais, reflete na conclusão sobre os acidentes. “Embora se fale indistintamente do nexo causal no acidente do trabalho como se fosse o único, na verdade, ‘nexo causal’ é um homônimo que remete a três conclusões que podem ser ora coincidentes, ora complementares, porém, às vezes, até contrárias” (CABRAL; SOLER; WYSOCKI, 2018, p. 7). Desta forma, mesmo com possibilidades discrepantes de análise, se faz necessário apreender as condicionantes e os reais responsáveis sobre os acidentes.

4.4 AS PESQUISAS SOBRE ACIDENTES DE TRABALHO: A BUSCA PELOS CONDICIONANTES E O DESVELAR DAS RESPONSABILIZAÇÕES

São diversas as formas como o tema é tratado pelos pesquisadores. Há estudos que clarificam sobre a correlação do desemprego/emprego na saúde do jovem trabalhador (VANCKA; UTZET, 2017). Os autores utilizando-se da metodologia de estudo de escopo e partindo da questão de pesquisa “o que se sabe da literatura existente sobre os efeitos do desemprego/emprego precário na saúde dos jovens?”³⁵ (VANCKA; UTZET, 2017, p. 75). Vancka e Utzet (2017) buscaram respostas da literatura existente. Inicialmente identificaram 1120 documentos sobre a temática que submetidos aos filtros propostos pela pesquisa analisaram 46 artigos. Os resultados apontam que a correlação entre saúde e o desemprego ou emprego em condições precárias são a falta de benefícios econômicos e a ausência de perspectiva.

Outro estudo busca a relação entre o desenvolvimento de um país, representado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a número de mortes fatais no setor da construção civil. Eles utilizaram como base de referência os dados disponibilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Como resultado encontraram uma relação inversa entre índice de IDH e o número de mortes relatados nos países estudados (Austrália, Espanha, Hungria e Turquia). Evidenciando ainda, em países que possuem os maiores índices de IDH, a correlação inversa com o número de mortes é mais evidente. “As relações foram especialmente muito claras e

³⁵ “What is known from the existing literature about the effects of unemployment/precarious employment on the health of young people?”

estáveis para valores mais altos do IDH e seus parâmetros³⁶ (BARADAN; DIKMEN; KALE, 2019, p. 48).

Há um aspecto interessante no estudo desenvolvido por Baradan *et al* (2019). Os autores concluem que

o nível de desenvolvimento tem maior impacto positivo na redução das taxas de fatalidade na construção. Isso, por sua vez, significa que a educação por si só pode não ser uma ferramenta suficiente para mitigar as fatalidades na construção, mas o desenvolvimento geral é necessário para resultados efetivos³⁷ (BARADAN; DIKMEN; KALE, 2019, p. 48).

Todavia, esta conclusão só é possível pela fragmentação dos índices que compõe o IDH. O cálculo do índice é representado em três dimensões, sendo divididos em:

uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida ao nascer; conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço); um nível de vida digno, medido pelo PIB per capita (dólares PPC) (SAUER, 2003, p. 82).

Desta maneira, observa-se intrinsecamente a interligação das dimensões. E este é um dos propósitos do índice, tido pela sua simplicidade de exposição e entendimento (KLUGMAN; RODRIGUEZ; CHOI, 2011). Ao fragmentá-lo apreende-se os índices de forma isolada, ao contrário da ideia original (vale lembrar que o IDH fora composto como um índice oposto ao produto interno bruto - PIB *per capita*). Feito o adendo, retornar-se ao tema do tópico: as pesquisas sobre os acidentes de trabalho.

No Brasil, a tese da Letícia Nobre (2007) identificou inicialmente um modelo teórico que o acidente de trabalho é central na apreensão das condições de vida e no processo de reestruturação produtiva. Desde a presença do acidente de trabalho como uma face da violência urbana e consequência dos riscos impostos por trabalhos degradantes, ou, como face do adensamento do ritmo de trabalho e ineficiências das políticas de proteção do trabalhador. O estudo de Nobre (2007, p. 22) apreende o acidente de trabalho como “um fenômeno socialmente determinado, previsível e prevenível”. E adota

Uma concepção ampliada de “acidente de trabalho”, tanto em relação à definição do seu componente “acidente”, incorporando eventos e agressões intencionais, quanto do seu componente “trabalho”, incorporando as ocorrências que aparentemente não seriam “do” trabalho (decorrentes do

³⁶ The relations were especially very clear and stable for higher values of the HDI and its parameters.

³⁷ The development level has higher positive impact in reducing fatality rates in construction. This in turn means that education alone may not be a sufficient tool in mitigating fatalities in construction but overall development is necessary for effective results.

trabalho), mas que ocorreram no trabalho (no local ou durante o trabalho) ou no trajeto, e considerando todos os trabalhadores independente do vínculo empregatício, de sua inserção no mercado de trabalho ou da área de atuação (NOBRE, 2007, p. 26).

Tal pesquisa foi realizada na região metropolitana de Salvador - BA, e utilizou-se como amostra inicial 1871 casos de pessoas com idade entre 10 e 69 anos com registros de morte relacionados à violência, destas 1120 foram possíveis o contato e 648 casos foram selecionados. Dos óbitos estudados 162 estão relacionados a atividade laboral, o que corresponde a 25% (NOBRE, 2007).

Como resultado da pesquisa tem-se um panorama dos perfis dos óbitos, dentre a amostra, sendo 34,5 anos como média de idade para as mortes correlatas ao trabalho e 29,3 anos para as mortes por outras causas de violência. Outro dado a ser considerado é que apenas 17,9% (29 casos) das mortes por acidentes de trabalho se deram em atividades com carteira assinada, 52,5% (85 casos) exerciam um trabalho informal e 22,2% (36 casos) praticavam atividades ilícitas (NOBRE, 2007, p. 142). Estes números são corroborados por uma publicação mais recente que analisou de maneira qualitativa as entrevistas realizadas por Nobre (2007), “revelou-se que o vínculo empregatício com carteira de trabalho assinada não foi a experiência mais comum entre as vítimas, no entanto, embora o trabalho regulamentado fosse condição de uma pequena parte dos trabalhadores” (LACERDA; FERNANDES; NOBRE; PENA, 2014, p. 129).

Os excertos apresentados clarificam sobre as consequências das condições de vida dos trabalhadores, evidenciam a dificuldade do viver somado ao perigo do único trabalho possível

Uma das implicações nesse cotidiano repleto de adversidades é a invisibilidade do sujeito enquanto trabalhador. A oportunidade do trabalho precário, incerto, acaba sendo aceita sob quaisquer circunstâncias pelo trabalhador, já que essa oportunidade de trabalho, o “biscate”, pode representar a única condição para assegurar a sua sobrevivência e da sua família (LACERDA; FERNANDES; NOBRE; PENA, 2014, p. 130).

Assim, percebe-se que o estudo – produzido inicialmente por Nobre (2007) e posteriormente revisitado por Kamile Lacerda e seus coautores (2014) proporcionando uma releitura das entrevistas e desvelando questões qualitativas encontradas nos enunciados – reforçam a correlação entre as condições de vida e a própria reestruturação produtiva que consta no modelo teórico inicial da dissertação da Letícia Nobre (2007) e o acidente de trabalho.

Esta correlação apresentada é destoante do discurso do acidente de trabalho enquanto comportamento do trabalhador. Uma pesquisa realizada utilizando-se de 71 laudos de acidentes graves e fatais de trabalho do Instituto de Criminalística - IC da cidade de Piracicaba-SP, identificam a culpabilização do trabalhador. Muitos casos descritos chamam a atenção para a responsabilização do trabalhador mesmo que nenhuma outra situação fosse possível, a exemplo:

Acidente: trabalhador é ferido na região do pescoço com a ponta da lâmina de uma roçadeira de mato tipo costal motorizada. A lâmina rompeu-se ao atingir uma pedra conforme atesta o exame pericial. “Conclusão: do observado e do relatado, a causa do acidente deu-se em função de uma somatória de atos inconsequentes, a saber: - utilização inadequada do equipamento, uma vez que o local não é propício, dada a existência de pedras de cobertura; - operar o equipamento sem a proteção devida da ferramenta de corte; - não utilizar o cinto de apoio recomendado; - utilizar a ferramenta não recomendada pelo fabricante (faca dupla metálica). Do exposto conclui-se que o acidente ocorreu em função de atos inseguros caracterizados por negligência e imprudência, potencializados pela inobservância por parte dos mentores e fiscalizadores no cumprimento das normas regulamentadoras e no obediência das instruções de operação e manuseio ditadas pelo fabricante . Era o que havia a relatar”. (Fonte: Superintendência da Polícia Técnica e Científica). Esta é a reprodução de conclusão de um dos laudos que foram objeto desta pesquisa, numa situação característica em que se imputa culpa ao acidentado por decisões que não estão ao seu alcance. Como é feito habitualmente esse tipo de trabalho na empresa? Que aspectos organizacionais e individuais modelam ou determinam a forma de fazê-lo? Quem “escolhe” o local em que ele será executado? Por acaso existe terreno isento de pedras? Quem decide o tipo de ferramenta a ser usada na execução da tarefa? E por acaso existe lâmina de aço disponível no mercado que seja inquebrável, resistente a impactos desta natureza? O ambiente de produção, especialmente no Brasil, é um terreno definido, de antemão imposto por relações hierárquicas rígidas e relações de trabalho essencialmente autoritárias (VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004, p. 576).

Os autores ainda relatam dois trabalhadores que desmaiaram ao ingressar em dutos de esgoto com gases tóxicos e a eles foram lhes imputados no lado, ato inseguro, caracterizado por imprudência e negligência. E seguem que “construiu-se então um modelo conveniente e útil para a descaracterização da culpa do empregador ou de seus prepostos, mantendo-se deste modo um clima de impunidade em relação aos acidentes de trabalho” (VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004, . 577).

Outros estudos de casos empíricos ilustram a problemática do acidente de trabalho. O estudo de Das (2015) investiga acidentes fatais do setor da construção civil na Índia. Utiliza-se da perspectiva médico-legal para a análise. Após realização de autópsia de uma vítima de acidente de trabalho e visita ao local o autor descreve as lesões encontradas:

No primeiro caso relatado aqui, foi feita uma visita ao local do incidente para coletar informações e reconstruir a provável sequência de eventos. Verificou-

se que o falecido era um operário de construção. Na época do incidente, ele estava trabalhando na sala do reservatório de água, localizada no porão do prédio. A entrada para aquela sala era estreita e era preciso descer uma escada de metal para entrar nela (Figura 1). Além disso, não havia fonte de alimentação e uma conexão elétrica temporária foi tomada de uma fonte externa. O fio da fonte externa foi conectado a uma lâmpada de halogênio, como mostrado na figura. Ele estava trabalhando com o pé descalço e o chão daquele quarto estava encharcado de água. Durante a hora do almoço, seus amigos ligaram para ele para almoçar. Como ele não apareceu por algum tempo, seus amigos desceram e o viram inconsciente. Ele foi imediatamente encaminhado ao nosso hospital, onde foi declarado morto na chegada. O que poderia ter acontecido era que a vítima poderia estar segurando a lâmpada de halogênio perto de seu peito com a mão esquerda (de uma maneira envolvente) e estava se arrastando pelos degraus com a mão direita quando seus pés escorregaram, quando estavam molhados. e escorregadio. A maneira como ele segurava a lâmpada possivelmente explica a distribuição desigual de lesões por queimadura que foram observadas apenas no tórax e no membro superior esquerdo e não em qualquer outra parte do corpo. Para evitar sua queda, ele poderia ter tentado agarrar os degraus com a mão direita livre e, em vez disso, pegou o fio momentaneamente. A pressão desses movimentos pode ter feito com que o fio elétrico se encaixasse na junta improvisada, que estava enrolada com fita isolante preta (Figura 1), e os fios elétricos poderiam ter entrado em contato com a mão direita e ele ter sido eletrocutado. As feridas vistas no aspecto palmar de seu dedo indicador e médio direito são as feridas de entrada de eletrocussão. A via da corrente dependerá principalmente da resistência relativa de vários pontos de saída potenciais e tende a tomar a rota mais curta entre a entrada e a melhor saída, independentemente da condutividade variável dos diferentes tecidos internos. Neste caso, a ferida de entrada estava na mão direita e a corrente saiu pela mão esquerda depois de passar pela região do tórax. Essa posição é considerada extremamente perigosa, pois a corrente passa pelo coração levando à morte rápida por fibrilação ventricular. Houve muitas questões de negligência neste caso. O ambiente úmido em que o falecido estava trabalhando era propício para a eletrocussão e para combater que ele deveria ter usado sapatos de borracha isolados e luvas de borracha. A junta improvisada que foi envolvida com fita isolante preta deveria ter sido devidamente vedada sem deixar qualquer espaço para quebra accidental. Além disso, a fonte de alimentação deveria ter sido desligada após a conclusão do trabalho para evitar eletrocussão accidental. Em vez de uma lâmpada de halogéneo, deveria ter sido utilizada uma lanterna ou lâmpada operada a bateria (DAS, 2015, p. 3-4).³⁸

³⁸ In the first case reported here, a visit was made to the scene of the incident to gather information and to reconstruct the probable sequence of events. It was found that the deceased was a construction labourer. At the time of the incident, he was working in the water reservoir room which was located in the basement of the building. The entrance to that room was narrow and one had to climb down a metal ladder to enter it (Figure 1). Further, there was no power supply there, and a temporary electric connection was taken from an outside source. The wire from the outside source was connected to a halogen lamp as shown in the figure. He was working bare foot, and the floor of that room was soaked with water. During lunch time, his friends called him to come up and have lunch. As he did not appear for some time, his friends came down and saw him lying unconscious. He was immediately referred to our hospital where he was declared dead on arrival. What could have happened was that the victim might have been holding the halogen lamp close to his chest with his left hand (in an embracing manner) and was pulling himself up through the rungs with his right hand when his feet slipped, as they were wet and slippery. The way he was holding the lamp possibly explains the patchy distribution of burn injuries that were noticed in the chest and the left upper limb only and not in any other part of his body. In order to prevent his fall, he might have tried to grab the rungs with his free right hand and instead caught the wire momentarily. The pressure of these movements might have caused the electric

O relato do acidente chama atenção para a precariedade no ambiente laboral. Desde a entrada no compartimento de trabalho realizado através de alguns degraus improvisados que podem ser vistos na imagem C na figura 28, p. 191 (Figura 1 do excerto exposto acima). O autor chama atenção da fiação temporária instalada próxima aos degraus, e a umidade no solo do compartimento. Na imagem D observa-se a fiação desencapada.

O excerto apresenta algumas observações sobre as causas do acidente e pontua as diversas negligências ocorridas no local. Na conclusão o autor expõe “em todos os três casos descritos aqui, os trabalhadores e as autoridades demonstraram descuido e ignorância por não anteciparem a ocorrência de uma morte acidental e, portanto, não seguiram os procedimentos de segurança”³⁹ (DAS, 2015, p. 6). Observa a culpabilidade da vítima do acidente por parte do autor. Ele também se utiliza do termo autoridade, remetendo às autoridades públicas, agentes de governo, como fica evidente no trecho seguinte do artigo. “Um argumento comumente usado é que países e empresas pobres não podem arcar com medidas de segurança e saúde, mas o ônus financeiro que tais acidentes evitáveis causam à nação é mais caro”⁴⁰ (DAS, 2015, p. 6). E acrescento, o dado aos familiares da pessoa morta nestas condições.

wire to snap at the makeshift joint, which was wrapped with black insulation tape (Figure 1), and the live wires might have come in contact with his right hand and he was electrocuted. The wounds seen on the palmar aspect of his right index and middle fingers are the electrocution entry wounds. The pathway of the current will depend mainly on the relative resistance of various potential exit points and tends to take the shortest route between entry and the best exit, irrespective of the varying conductivity of different internal tissue. In this case, the entry wound was in the right hand and the current exited through the left hand after passing through the thorax region. This position is considered to be extremely dangerous, as the current passes through the heart leading to rapid death by ventricular fibrillation. There were many issues of carelessness in this case. The damp environment in which the deceased was working was conducive for electrocution and to combat that he should have worn insulated rubber shoes and rubber gloves. The makeshift joint which was wrapped with black insulation tape should have been properly sealed without leaving any scope for accidental breaking. Moreover, the power supply should have been switched off after completion of work to prevent accidental electrocution. Instead of a halogen lamp, a battery operated torch or lamp should have been used.

³⁹ In all the three cases described here, the workers and the authorities demonstrated carelessness and ignorance by failing to anticipate the occurrence of an accidental death and hence they failed to follow safety procedures.

⁴⁰ A commonly used argument is that poor countries and companies cannot afford safety and health measures, but the financial burden such avoidable accidents put on the nation is more costly.

Figura 28: Lesões e o ambiente de trabalho.



Fonte: (DAS, 2015, p. 2)

Em nenhum momento o texto faz referência a responsabilidade da executora (contratante do trabalhador e beneficiária do seu trabalho) e/ou dos supervisores ou gerente direto desde trabalhador. A pesquisa não traz relatos de outros trabalhadores da obra, que poderiam ajudar na elucidação das responsabilidades de cada um dos atores envolvidos neste caso. Todos os itens apresentados nas imagens que compõem a figura acima fornecem indícios que é uma prática organizacional. A escada da imagem C é uma escada permanente, construída com a inserção de ferragens na parede do local, assim, não aparenta temporalidade, ou improvisado realizado pelos próprios trabalhadores. E, este item na construção não foi inserido sem conhecimento de algum superior.

Nesse caso em específico não se tem informações sobre a distribuição de equipamentos mínimos de segurança, como bota, capacete, luva, além da recomendação por parte da empresa sobre a utilização de redes, cintos de segurança etc. O autor recomenda a utilização destes itens e sobre a utilização de materiais elétricos de forma segura, e plataformas metálicas com corrimãos e trilhos de proteção, somados a treinamento, fiscalização e leis rígidas. Sabe-se que estes itens

se fazem necessários, contudo, o trabalhador de forma individual e autônoma não consegue fazer tais exigências para a organização.

O estudo de Areosa (2010) ingressa com profundidade na discussão das responsabilidades do acidente de trabalho. A sua pesquisa deu-se em uma empresa de metro em Lisboa, Portugal, ao estudar os riscos do trabalho encontrou a eletrocussão como um dos principais motivos de acidente. Averiguou que uma determinada peça das unidades motoras dos vagões fora trocada. Substituíram a referida peça que se utilizavam de fios encapados por outra com cabos sem isolamentos. A justificativa da empresa é a questão econômica, pois a peça anterior apresentava defeitos frequentes pelo rompimento dos cabos, e a substituição pelas peças novas evitaria este problema. Houve sugestão para utilização de material isolante por aspersão, contudo, a empresa não acatou, mantendo o material novo, mesmo que isso proporcione maior risco. Desde forma,

julgamos que a empresa pesquisada, através das suas hierarquias de topo, visto que são elas quem tem o poder para tomar decisões e que podem influenciar a segurança dos trabalhadores, deveriam ter uma consciencialização mais apurada sobre alguns tipos de riscos existentes nos locais de trabalho (AREOSA, 2010, p. 291).

Há outras áreas de risco encontradas nos relatórios múltiplos produzidos pela organização ou por pesquisadores. A “fragilidade podem ser encontrados nos múltiplos relatórios sobre o nível insuficiente de iluminação em algumas zonas oficiais ou na avaria do equipamento sonoro para avisar que uma determinada linha irá ser colocada em tensão” (AREOSA, 2010, p. 293). O sistema sonoro é o principal aviso indicador do reestabelecimento da energia corrente. Estas áreas são caracterizadas por serem sempre de alta voltagem e de muito risco para os trabalhadores. Quando o sistema sonoro está danificado, ao executar o protocolo requerido para a ligação de energia nos trilhos, uma das etapas fica debilitada. Cabe ao trabalhador estar atento aos outros sinais dos colegas para saber o momento que será restabelecido a tensão.

Identificar tais fatos levou ao pesquisador indagar os entrevistados sobre a segurança em seu local de trabalho e as respostas foram diversificadas. Tendencialmente os trabalhadores indicaram seu local de trabalho como seguro, contudo, algumas ressalvas foram feitas. Como exemplo “foram apontadas determinadas tarefas menos seguras e/ou certos locais menos seguros. A via é quase sempre referida como o local onde a segurança é menor, ou seja, onde o medo de

sofrer um acidente é maior, dado que existem riscos cuja gravidade é maior” (AREOSA, 2010, p. 294).

Em específico sobre a influência dos supervisores durante a execução dos trabalhos o autor relata um acidente que ocorreu no período da pesquisa de campo. Envolveu um profissional eletromecânico e energia de alta tensão, por sorte, os dados sofridos foram apenas pequenos ferimentos. O trabalhador tocou o braço em uma área eletrificada. A equipe de supervisores que acompanhavam o trabalho afirmou imediatamente “que a responsabilidade do acidente era do trabalhador sinistrado” (AREOSA, 2010, p. 314). O relato do pesquisador é condizente com pesquisas anteriores que retratavam situações próximas no qual a gerência possuía conhecimento de procedimentos divergentes dos prescritos (DEJOURS, 1993; DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2007).

Tal responsabilização se deu, pois há na empresa uma norma de desligamento da tensão antes da execução do trabalho. Entretanto, a empresa já fora notificada anteriormente dos riscos da exposição da peça que o trabalhador encostou, e houve negativa da substituição devido ao tempo necessário para substituição e o seu custo. O subsidio para não substituição foi a existência de procedimentos para a execução do trabalho. Como consequência tem-se que a vítima do acidente, o próprio trabalhador

acabou por interiorizar a visão da sua hierarquia, isto é, assumiu que tinha sido o único responsável por aquele acidente, dado que as normas indicavam que a corrente eléctrica deveria ter sido desligada antes de manusear o cabo junto da sapata. A influência da hierarquia, neste caso, foi, quanto a nós, demasiado evidente, ao ponto de o próprio trabalhador nem sequer querer reportar formalmente o acidente (foi através de outro colega que esta informação chegou ao serviço de higiene e segurança no trabalho). Numa primeira abordagem, onde insistimos que situações desta natureza tinham de ser reportadas e discutidas formalmente, o trabalhador sinistrado mostrou grande resistência em aceitar esta indicação, dado que tinha interiorizado que a responsabilidade teria sido sua, logo, poderia até ser penalizado por este “comportamento incorreto”. Foi após grande insistência da nossa parte que conseguimos convencer o trabalhador a deslocar-se aos serviços internos de medicina no trabalho e posteriormente deslocar-se à seguradora para efetuar exames complementares de diagnóstico, de onde acabou por resultar alguns dias de incapacidade para o trabalho.

Neste caso, foi notório que o trabalhador teve medo de ser punido por este ato, aceitando passivamente a sua culpa. De fato, neste caso foram violadas as normas internas da empresa, mas atribuir a culpa do acidente exclusivamente ao sinistrado, e isto foi-nos reiterado numa conversa posterior com a hierarquia que esteve presente no momento do acidente, parece algo inaceitável, se tivermos em conta alguns dos aspectos e circunstâncias que indicamos acima. Tentamos explicar que a simples criação de normas e procedimentos não inibe por si só a ocorrência de acidentes; é também necessário minimizar os perigos mais graves que conduzem os trabalhadores a situações de risco inaceitáveis (pelo menos do ponto de vista da

segurança). Porém, esta argumentação parece não ter qualquer repercussão nas hierarquias de topo da empresa (dado que são elas quem detém o poder para alterar estas situações). O grande problema que está subjacente a acidentes deste tipo é que na maioria das vezes os trabalhadores cumprem as normas prescritas pela empresa e as “coisas” até correm bem, ou mesmo que não cumpram e desde que não existam acidentes as hierarquias também não se preocupam em garantir o cumprimento dos procedimentos internos, mas, pelo contrário, quando as coisas correm mal, a culpa é de imediato atribuída ao suposto prevaricador, dado que violou uma qualquer norma. O cinismo de atitudes deste género demonstra claramente que não existe uma verdadeira cultura de segurança na organização pesquisada, nem a segurança dos trabalhadores é tida como uma prioridade (AREOSA, 2010, p. 314-5).

O excerto desvela a apreensão dos supervisores sobre o acidente de trabalho. A gerência busca através da simples criação de normas acabar com os problemas relacionados aos atos inseguros. Como exposto, a regra não é suficiente para eliminar o acidente, outras medidas precisam ser adotadas. No relato, há a necessidade de priorizar a segurança do trabalhador, priorizar a vida daquele indivíduo que se faz presente no cotidiano da organização. Contudo, há dificuldade de colocar as vidas humanas como prioridade e isso se evidencia pelas reincidências dos acidentes de trabalho.

4.4.1 Reincidência do acidente de trabalho

O desenvolvimento teórico desta pesquisa permite apreender o esforço – dos pesquisadores das diversas áreas que estudam o fenômeno acidente de trabalho – na construção de um arcabouço teórico que exima/minimize o trabalhador da responsabilidade plena e unitária do acidente de trabalho. A conceituação multicausal do acidente apreende o evento, como sendo algo múltiplo, por vezes sequencial, por vezes simultâneo; buscam-se nas diversas etapas que constituem o acidente de trabalho as verdadeiras causas para o acidente (AREOSA, 2010).

A literatura que trata sobre a repetição do acidente de trabalho é escassa. Pouco se dedica aos estudos das repetições desses eventos. Em busca de características que envolvam acidentes de trabalhos recorrentes Pietilä *et al.* (2018) analisou 21580 casos de uma companhia de seguros finlandesa de indivíduos que receberam compensações por no mínimo dois acidentes de trabalho. A base de dados disponível para o estudo dispunha da quantidade de dias afastados para cada um dos acidentes, permitindo aos autores concluir que os primeiros acidentes menos graves que o segundo. O acidente um leva 83% dos indivíduos à permanecem afastados

menos de quatro dias, 14,4% se afastam de quatro a 30 dias, e apenas 2,6% registram afastamento superior a 30 dias. No segundo acidente os afastamentos são por períodos mais longos, 68,2% permanecem – notem a diminuição referente ao primeiro acidente, são 14,8% menos indivíduos afastados nesta classe – até quatro dias afastados; 25,3% – elevação de 10,9% nesta classe de afastamento – de quatro a 30 dias afastados e, 6,5% – o número de indivíduos afastados adicionados nesta classe é 3,9% – por mais de 30 dias (PIETILA; RASANEN; REIMAN; RATILAINEN *et al.*, 2018, p. 6).

Os autores ponderam sobre a gravidade dos acidentes recorrentes e apontam que “o número de dias perdidos em decorrência do segundo acidente de trabalho foi em média duas vezes maior que no primeiro acidente de trabalho e, para o terceiro acidente de trabalho, o número de dias perdidos foi em torno de 1,5 vezes maior do que no segundo acidente de trabalho⁴¹” (PIETILA; RASANEN; REIMAN; RATILAINEN *et al.*, 2018, p. 7). Desta forma, um trabalhador que sofreu o primeiro acidente e afastou-se por 10 dias, em um hipotético segundo acidente seriam 20 dias afastamento, e, caso houvesse um terceiro, seriam 30 dias de afastamento neste evento. Assim, tem-se que os acidentes são agravados conforme a reincidência dos mesmos.

A pesquisa desenvolvida por Gonsales de Oliveira (2017) clarifica que os trabalhadores ao procurarem o departamento médico da empresa sofrem repressão e são demitidos. Como exposto no trecho:

o Eliseu, também estava com o ombro machucado e tinha ido ao sindicato para reclamar seus direitos. Eliseu disse que estava há 7 anos na Embraer. Sentiu dores no ombro e passou pelo médico da empresa. No momento que Eliseu contata a sua história para Luciene, ela o interrompeu e disse de forma enfática: “Não!! Nós falamos tanto para vocês não irem ao médico da empresa” (LUCIENE, 03092014). Dito e feito, o funcionário confirmou que foi demitido após duas semanas da ida ao médico, pouco antes de os seus exames chegarem. Foi demitido, e depois de dois dias saíram os resultados de imagem. Os dois ombros precisavam de cirurgia. (GONSALES DE OLIVEIRA, 2017, p. 190).

Como exposto por Gonsales de Oliveira (2017) em pesquisa realizada na Embraer, verifica-se que os trabalhadores vítimas de acidentes possuem a tendência de solicitar um novo afastamento por motivos de doença. O autor não explora em seu estudo quais as condicionantes que levam a esse novo pedido, entretanto é possível

⁴¹ The number of days lost because of the second occupational accident was on average two times higher than in the first occupational accident, and for the third occupational accident the number of days lost was around 1.5-times greater than for the second occupational accident.

observar a correlação entre os fatos. Em estudo realizado com trabalhadores da área da saúde estudou os efeitos psicossociais destes eventos. E encontraram significativa relação entre uma lesão sofrida em decorrência do trabalho e os fatores psicossociais negativos (LEE; YOU; GILLEN; BLANC, 2015, p. 5).

Como já exposto, a literatura sobre a reincidência de acidentes de trabalho é escassa, contudo, há alguns estudos sobre as reincidências em doenças. Utilizam-se os pedidos de benefícios para afastamento por motivos de doença e estudam sua recorrência. Em estudos sobre os trabalhadores do Estados Unidos da América - EUA, relatou-se que muitos após o pedido de benefício por lesão sofrem de reincidência ou limitações no desenvolver de seus ofícios e 16% dos trabalhadores pediram novo afastamento no prazo de um ano (EVANOFF; ABEDIN; GRAYSON; DALE *et al.*, 2002).

A pesquisa de Keeney *et al.* (2013) explicita, por meio de questionário, que 70% dos trabalhadores que se afastaram por dores nas costas após o reingresso ao trabalho tiveram novas dores e necessitaram de medicamentos para isso. Outro estudo confirma a reincidência reclamações de dores musculoesqueléticas e estas lesões resultam em um maior tempo de afastamento que as lesões únicas (ORANYE, 2018).

No objeto de estudo desta tese, os frigoríficos têm incorrido em repetições dos acidentes, principalmente com vazamentos de gás amônia. O composto químico utilizado no sistema de refrigeração dos frigoríficos possui características tóxicas. Em um vazamento registrado 34 pessoas foram intoxicadas com o gás, que vazou após a rachadura em uma das bombas do gás, há ao menos quatro processos dos 31 selecionados no Ministério Público do Trabalho que relatam vazamento com gás, e esses, dois falam sobre a reincidência as ocorrências.

O mais grave deles, ocorreu em 2012, quando quatro pessoas morreram por vazamento de gás. Ao realizar o descarregamento de um produto químico utilizado no processo de curtume dos couros, houve a mistura de dois produtos, resultando em uma reação química que fez liberar gás sulfídrico. O gás foi inalado por mais de 100 trabalhadores, e quatro deles morreu. No processo do MPT consta:

Em pesquisa realizada nos arquivos da Procuradoria Regional do Trabalho verificou-se a existência de acidente de trabalho ocorrido em outra empresa. Porém com as mesmas características do presente caso: mesmo produto. mesma empresa fornecedora de produtos químicos e mesmos engenheiro e médico do trabalho da requerida (material da pesquisa, relatórios MPT).

Além dos casos pontuais registrados pelo MPT em seus processos, é possível identificar, utilizando os dados da RAIS a reincidência dos afastamentos por acidente de trabalho e adoecimentos em um mesmo ano. No estado de Mato Grosso do Sul, como apontado na tabela 7, p. 84, em 2016, foram 66 casos totais, sendo 6 deles nos frigoríficos. Identifica ainda a gravidade de tais acidentes, pois os trabalhadores dos frigoríficos com três registros se ausentaram em média 217 dias. O próximo item apresenta algumas metodologias de previsão dos acidentes de trabalho, algumas possíveis formas de investigação e como tem-se apresentado as estatísticas oficiais.

4.4.2 Estimação dos acidentes: alguns desencontros teóricos e numéricos

Em um estudo divulgado recente, os autores se debruçam sobre a estimação da probabilidade do acidente. Com auxílio de uma metodologia baseada em algoritmos estudaram 23 casos de acidentes que envolveram esteiras de carregamento. Tinham como objetivo estimar, “com base em cada padrão, a probabilidade de ocorrência de danos relacionados a uma situação perigosa. Tal probabilidade é útil, por exemplo, no monitoramento do comportamento de risco após a ocorrência de um novo acidente⁴²” (JOCELYN; OUALI; CHINNI AH, 2018, p .32).

Como ferramenta auxiliar, respaldaram seu estudo na metodologia de investigação sistêmica de acidentes MELITO: anagrama que corresponde ao desmembramento da apuração dos fatos de um evento, neste caso o acidente de trabalho. Momento; Equipamento; Localização; Indivíduo; Tarefa; e, Organização. Os significantes representam:

"M" inclui, por exemplo: a hora do acidente, e/ou se o empregado estava trabalhando horas extras; "E" diz respeito ao tipo de máquina, ferramenta, substância ou qualquer objeto envolvido no acidente. Considera, por exemplo, se a máquina estava em condições adequadas e se existe um programa de inspeção para aquele equipamento na empresa envolvida no acidente; "L" inclui o local onde o acidente ocorreu, se o local era adequado para ao trabalho, se a área estava desordenada e a temperatura ambiente; "I" inclui, por exemplo, se uma certificação é necessária para a atividade, ou se o trabalhador estava realizando sua atividade habitual ou nova no momento do acidente, ou seu nível de experiência em relação à atividade; "T" refere-se à atividade que o trabalhador estava realizando no momento do acidente. Também inclui se o trabalhador foi treinado para executar o trabalho ou se o trabalhador aplicou as regras de segurança relativas ao seu trabalho;

⁴² Based on each pattern, the probability of the occurrence of harm related to a hazardous situation is estimated. Such probability is useful in monitoring risk behavior after the occurrence of a new accident, for instance.

“O” inclui, por exemplo, os meios de supervisão na empresa e a existência de normas de segurança ou um programa de treinamento na empresa (JOCELYN; OUALI; CHINNIAH, 2018, p .34-5)⁴³.

Para cumprir com a proposta reuniu e analisou os laudos dos acidentes, os recodificaram, um a um, em 23 variáveis quantitativas. Desta forma, compuseram uma matriz de 23 casos, cada um com 23 variáveis. No universo dos casos, 19 foram fatais e 4 não-fatais. Posteriormente, indicaram a correspondência das variáveis ao rótulos MELITO, esta etapa nomearam de “fusão de indicadores” (JOCELYN; OUALI; CHINNIAH, 2018, p. 36).

Para melhor apreender a proposta Jocelyn, Quali e Chinniah (2018), as variáveis e os correspondentes da fusão dos indicadores, juntamente com descrições de cada uma das variáveis e seus respectivos valores, foram apresentados no quadro a seguir:

⁴³ “M” includes, for example: the time of the accident, whether the employee was working overtime; “E” concerns the type of machine, tool, substance or any object involved in the accident. It considers, for example, whether the machine was in adequate condition, and whether there is an inspection program for that piece of equipment at the enterprise involved in the accident; “L” includes the place where the accident happened, whether that place was usual for the employee to be working, whether the area was cluttered, and the environmental temperature; “I” includes, for example, whether a certification is required for the activity, or if the worker was performing his usual or a new activity at the time of the accident, or his level of experience regarding the activity; “T” refers to the activity the worker was performing at the time of the accident. It also includes whether the worker was trained to perform the job, or whether the worker applied the safety rules regarding his job; “O” includes, for example, the supervision means in the enterprise and the existence of safety standards or a training program at the enterprise.

Quadro 5: Definição das 23 variáveis base

Variável	Indicador	Definição	Valores
V1	M	Turno	1 = Diurno; 2 = Noturno
V2	E	Tipo de máquina	Transportador de correia fixa = 1; transportador de correia horizontalmente móvel = 2; transportador de correia verticalmente móvel = 3
V3	E	Agente causador	Zona de aprisionamento = 1; ponto de esmagamento = 2;
V4	E	Funcionamento deficiente da máquina	Não = 0; Sim = 1
V5	E	Acidente ocasionado por funcionamento abrupto da máquina	Não = 0; Sim = 1
V6	E	Acidente ocorrido enquanto a máquina funcionava em modo automático	Não = 0; Sim = 1
V7	E	Salvaguarda estava em vigor no momento do acidente	Sim = 1; Não = 2
V8	E	Advertências ou avisos falhos e marcações deficientes	Não = 0; Sim = 1
V9	E	Equipamento de proteção individual (EPI), vestuário de trabalho ou ferramenta envolvida no acidente	Não = 0; Sim = 1
V10	E	Sistema de controle foi envolvido em acidente	Não = 0; Sim = 1
V11	E	Zona de perigo acessível onde ocorreu o acidente	Zona entre o cinto ou chassis e outra estrutura = 1; polia = 2; rolo = 3; tensor = 4; tambor de cauda = 5; tambor de acionamento = 6
V12	E	Outro equipamento (além do transportador de correia) foi envolvido em acidente	Não = 0; Sim = 1
V13	E	Ausência de botão de parada de emergência	Não = 0; Sim = 1
V14	L	Acidente devido a um ambiente de trabalho precário (por exemplo, área de trabalho desordenada)	Não = 0; Sim = 1
V15	I	Tempo de experiência do trabalhador	20-24 anos = 1; 5-10 anos = 2; 0-4 anos = 3;
V16	I	Trabalhador da empresa ou subcontratado	Companhia = 1; Subcontratante = 2
V17	I	Tarefa corriqueira do trabalhador	Sim = 1; Não = 2
V18	T	Trabalhador é especialmente treinado para usar esta máquina	Sim = 1; Não = 2
V19	T	Aplicou o procedimento de bloqueio	Sim = 1; Não = 2
V20	T	Atividade	Produção = 0; Manutenção = 1
V21	O	Existência de programa de prevenção	Sim = 1; Não = 2
V22	O	Falhas de gestão na SST	Não = 0; Sim = 1
V23	O	Existe comissão de SST	Sim = 1; Não = 2

Fonte: (JOCELYN; OUALI; CHINNIAH, 2018, p. 44).

Após tal junção os pesquisadores utilizaram-se da análise de cluster, para cada um dos indicadores (MELITO), e agruparam e designaram os valores correspondentes. Analisando os dados após este agrupamento verificou-se que “o momento (M), o equipamento (E), o indivíduo (I) e a organização (O) explicam principalmente a ocorrência de acidentes. A localização (L) e a tarefa (T) estão ausentes dos padrões” (JOCELYN; OUALI; CHINNIAH, 2018, p. 40). A ordem de ocorrências dos indicadores dos acidentes é “E (f = 17) > O (f = 14) > I (f = 13) > M (f = 8)” (JOCELYN; OUALI; CHINNIAH, 2018, p. 40).

A tabela das variáveis não está disponível no artigo, impossibilitando uma análise caso a caso dos acidentes. Contudo, observa-se nas variáveis e seu indicador correspondente pontos de divergência com a literatura na descrição de situações de acidentes. A variável 11 considera a ‘zona de perigo acessível’ correspondente ao indicador equipamento. Contudo, como descrito por Areosa (2010), ao referir-se ao seu objeto de estudo, a organização optou por utilizar-se de materiais facilitadores de eletro-condução, expondo o trabalhador ao risco de acidente, por questões econômicas. A exemplo, se esta variável fosse aplicada ao estudo de Areosa tal informação elevaria a probabilidade do acidente correspondente ao equipamento, contudo, a opção da utilização deste material foi da organização.

Outras variáveis incorrem no mesmo erro. A exemplo, a variável 13 [ausência do botão de bloqueio]. Ao relatar sobre os medos de acidentes que envolvem os trabalhadores do Metro, Areosa (2010) aponta para a abertura das portas do lado contrário da estação. Caso isto ocorra, há o risco de queda dos passageiros nos trilhos e aponta que

não existe nenhum mecanismo redundante que permita controlar esta possível falha de origem humana. [...] Embora este seja um assunto quase tabu dentro da organização, pois ‘todos’ sabem que este problema existe, mas ninguém toma medidas que permita solucionar ou minimizar a recorrência destes casos, isto significa ainda que esta situação é bastante grave para a segurança dos passageiros (AREOSA, 2010, p. 298).

Em uma análise de um possível acidente que envolve a situação exposta acima, levaria a apreensão do acidente ligado ao equipamento, quando a responsabilidade também está na organização. Deve ser reconhecido o mérito do atores na tentativa de criar um preditor de acidentes de trabalho, todavia, não deve sessar a análise apenas nestas variáveis descritas, pois o evento se mostra complexo

e exige uma análise abrangente das responsabilidades relativas a cada um dos envolvidos.

O modelo proposto é interessante, contudo, não satisfaz uma proposta de investigação do acidente de trabalho desvinculada da lógica de responsabilização do indivíduo e que empregue a responsabilidade aos responsáveis de fato. Ao analisar as variáveis, questionamentos prévios são necessários. Se o acidente de trabalho for ocasionado pela não utilização do EPI, a ausência do equipamento não pode ser satisfatória, é necessário investigar o fornecimento. O EPI foi disponibilizado pela organização para o trabalhador? Estava em condições de uso? Atendia os requisitos exigidos pela função? O equipamento dificultava a execução da atividade ou trazia maior risco ao trabalhador? A exemplo, os trabalhadores da construção civil francesa

Um trabalhador francês da construção civil recusou-se a usar cinto de segurança fornecido para a sua tarefa. Ele disse que os procedimentos de enganchar e de desenganchar necessários para mudar sua posição eram muito mais perigosos do que simplesmente não usar o cinto. (Sua rejeição foi formulada sem que ele tivesse o menor conhecimento de um estudo francês que demonstrou que a maioria dos acidentes acontecia a alguns usuários desse tipo de cinto durante esses procedimentos) (DWYER, 2006, p. 183).

O estudo de Raviv *et al.* (2017) propõe uma classificação dos acidentes ocorridos com guindastes em empresas de construção civil de Israel e sua correspondência com as falhas técnicas, os erros de fator humano, erros mistos [onde há uma incidência de falhas técnicas somadas ao fator humano]. Após analisar 87 relatórios de acidentes conclui que os fatores técnicos apresentam os riscos mais severos, fatores mistos riscos intermediários e os fatores humanos apresentam baixo potencial de risco (RAVIV; SHAPIRA; FISHBAIN, 2017, p. 308). Contudo, os fatores técnicos não compõem o corpo do trabalho. A omissão dos fatores técnicos restringe a análise para buscar os responsáveis de fato por estas falhas.

É imprescindível o não descolamento das responsabilidades. Um guindaste que sofra um acidente por falta de manutenção não pode ser classificado como problema técnico. Há responsabilidade do indivíduo ou organização que deixou de fazer ou negou a manutenção necessária para este tipo de equipamento. O corpo teórico das pesquisas supracitadas (JOCELYN; OUALI; CHINNIAH, 2018; RAVIV; SHAPIRA; FISHBAIN, 2017) falham na investigação do princípio gerador do acidente de trabalho. Como expôs Fu *et al.* (2018) é necessário desvelar e responsabilizar os indivíduos e organizações responsáveis por cada uma das etapas que envolveram o

acidente. Identificar os atores faz-se necessário na busca de uma mudança cultural e conscientização pelo ato seguro.

Os dados de pesquisa não se apresentaram de forma uniforme e congruentes, quando comparado os dados de óbitos dos trabalhadores no estado de Mato Grosso do Sul. A comparação com base em três bases de dados distinta é feita na tabela abaixo, quando se compara nos anos de 2012 a 2017 os dados dos óbitos baseados em cada uma das fontes de dados.

Tabela 16: Discrepância dos dados sobre os óbitos dos trabalhadores, em bases de dados distintas

Ano	Óbitos	Óbitos	Óbitos típico	Óbitos Trajeto	Desligamento por Óbito
Base de dados	SINAN	SMARTLAB (CAT)	RAIS	RAIS	RAIS
2012	42	37	18	1	1070
2013	50	45	21	3	1122
2014	43	62	22	2	1133
2015	42	43	17	5	1080
2016	43	32	17	2	1058
2017	69	ND	15	4	1014

Fonte: SMARTLAB (MPT, 2017) ; SINAN (SGVS, 2018); CAT (BRASIL, s.d.).

Importante esclarecer que as bases de dados atendem a finalidades específicas, e cada qual possui uma determinada abrangência. A base do SINAN é de maior abrangência e deveria constar todos os trabalhadores que tiveram suas mortes em decorrência de acidente de trabalho ou exercício do labor. Isso se dá, pois a base de dados é alimentada pelas unidades de saúde. Dessa forma, um trabalhador que tenha sofrido um acidente de trabalho, é encaminhado a unidade de saúde, quando realizado o atendimento, um responsável faz o cadastro desse atendimento, que é contabilizado pela base de dados (SGVS, 2018).

O SINAN tem por finalidade dar visibilidade e substanciar as ações de vigilância em saúde do trabalhador. Contudo, do processo de preenchimento e informação apresenta algumas dificuldades (CORDEIRO; VILELA; MEDEIROS; GONÇALVES *et al.*, 2005). Há iniciativas em algumas localidades de sistemas próprios como o Sistema de Vigilância em Acidente de Trabalho (SIVAT) um banco de dados que auxilia a execução das atividades desenvolvidas pelo CEREST, não está implementado em

todas as regiões brasileiras e, age, ora como auxiliar, ora como complemento ao SINAN (VILELA; MENDES; GONÇALVES, 2007). Tal iniciativa tem função de mapear as transformações dos processos produtivos para a adoção de práticas seguras (VILELA; JACKSON FILHO; QUEROL; GEMMA *et al.*, 2018), e para isso, utiliza-se de campos complementares ao formulário proposto pelo SINAN, que pode ser visualizado no anexo II, p. 277.

Como o atendimento e o cadastro se dá nas unidades de saúde, todos os trabalhadores – informais e formais – deveriam ser contabilizados, dessa forma o número das ocorrências seriam maiores. A exemplo de comparação, o número de trabalhadores que foram desligados das suas atividades e constam na RAIS, no ano de 2017, 1014, como visto na tabela 3, p. 76. Enquanto o número de trabalhadores, incluindo os informais, que morreram em decorrência de acidente de trabalho ou no exercício do seu trabalho foram 69, como visto na tabela 16, p. 202.

Um elemento probante sobre a subnotificação se dá no ano de 2015, quando o número de óbitos com CAT foi superior ao número que consta no SINAN. A CAT consegue mensurar apenas os trabalhadores formais, por possuir registro trabalhista e quando há um acidente que resulta morte, utiliza-se desse formulário de comunicação para informar a Secretaria de Trabalho, antigo, MTE, sobre a ocorrência. Assim, os dados da CAT são registrados pelas empresas e processados pelo Ministério da Economia. As informações constantes na CAT são necessárias para a solicitação da pensão por morte aos segurados do INSS (INSS, 2019). Ainda assim, além da comunicação de acidente trabalhista, é necessário o atestado de óbito, que é emitido por um médico em uma unidade de saúde, assim, no mínimo, um dos casos deixou de ser registrado no SINAN. Dentre as possibilidades de desagregação dos dados, há 25 notificações de óbitos no município de Campo Grande pelo SINAN, quando foram apenas oito, na base da CAT, no ano de 2015. Como está posto, não se pode precisar quantos foram as mortes em decorrência de acidente de trabalho, apenas que os dados estão incongruentes e subestimados.

Por fim, a última base de dados, também contempla apenas os trabalhadores que possuem vínculos formais, e cabe a empresa fazer o informe dos dados. Mostrando-se uma base de dados frágil, pois muitas empresas não fazem o lançamento das informações. Ver-se-á no tópico 4.5, p. 204, um caso registrado no estado de Mato Grosso do Sul, e utilizando-se da desagregabilidade dos dados, a morte não fora indicada para o município no referido ano.

A falta de visibilidade sobre as mortes de trabalhadores em decorrência dos acidentes e adoecimentos acometidos pelo trabalho dificulta a prevenção. Soma-se a isso, o acobertamento das reais causas. Por isso a necessidade de investigações que possam apreender o evento do acidente de trabalho, não apenas no momento da ocorrência e sim, de maneira ampliada. Por isso, encontra-se como fundamental para este processo conhecer as reais causas dos acidentes. Diante disso, levanta-se o seguinte questionamento, será que todos os acidentes de trabalho podem ser considerados mero evento casual? No próximo tópico discorreu sobre alguns elementos de reflexão da temática.

4.5 ACIDENTES DE TRABALHO: SERÁ QUE TODOS SÃO ACIDENTES?

As pesquisas sobre a temática de acidentes de trabalho são taxativas ao apresentar o objeto de estudo que os acidentes de trabalho não são inevitáveis (SIMONELLI; JACKSON FILHO; VILELA; ALMEIDA, 2016, p. 464). Todavia, não há uma uniformidade ao tratar a solução deste problema. Uma das soluções apresentadas faz-se presente na implementação de bases legais sobre a temática (ASHER; DUNN, 2014; DIAS; SILVA, 2013; JOSHI, 2003; LEVENSTEIN; SIQUEIRA; SLATIN, 2017; YONGMING; RONGZHU; JIE; YAN *et al.*, 2011). Outra vertente de investigação busca elementos de análise para apreender as causas do acidente, para além da responsabilização exclusiva do trabalhador acidentado (SMITH; FEDOR, 1984). Há ainda, os trabalhos que apresentam os fatores de influência nas políticas de prevenção de acidentes (SIMONELLI; JACKSON FILHO; VILELA; ALMEIDA, 2016).

Há nesta área temática debates de soluções para a redução quantitativa e qualitativa dos acidentes de trabalho, redução em número e em gravidade, contudo, o grande entrave da evolução da agenda de pesquisa dá-se pela adoção do “paradigma comportamental” (JACKSON FILHO, 2012) que remete a trabalhos da década de 1930. Tal “paradigma” está enraizado nesta área que pode ser observado nos casos empíricos relatados acima. E, inclusive faz-se presente na NBR 14280 (ABNT, 2001).

A forma pela qual a norma está categorizada [o fator de insegurança pessoal, ato inseguro e condição insegura] reforça a abordagem comportamental, pois tal ‘paradigma’ “encontram-se legitimado socialmente, disseminado na maioria das

empresas, influenciando a prática e a formação dos especialistas e práticos que atuam em segurança e saúde no trabalho” (SIMONELLI; JACKSON FILHO; VILELA; ALMEIDA, 2016, p. 465). No que tange a condição ambiente a norma instiga a investigação causal, contudo, ao manter a categoria fator de insegurança pessoal e ato inseguro, permite que a organização tenha respaldo técnico jurídico no acidente de trabalho (SIMONELLI; JACKSON FILHO; VILELA; ALMEIDA, 2016). A exemplo: o caso da empresa de metro portuguesa que em diversos momentos ignorou avisos e pedidos dos funcionários e sindicatos sobre áreas eletrificadas. E, em momento de acidente responsabilizou, única e exclusivamente, o trabalhador (AREOSA, 2010).

Reafirma-se o grande esforço dos pesquisadores para conceber que os acidentes possuem causas evitáveis e não são apenas responsabilidade exclusiva dos acidentados (SMITH; FEDOR, 1984). Como na pesquisa de Vilela, Iguti, e Almeida (2004) que analisaram 71 laudos de investigação de acidentes ocupacionais, sendo 80,3% dos acidentes foram classificados como ato inseguro ou ato inseguro do trabalhador e/ou dos mentores. Os autores advertem que “merece destaque o uso da ideia de ato inseguro para configuração sistemática da culpa da vítima nos casos de acidentes do trabalho” (VILELA; IGUTI; ALMEIDA, 2004, p. 577).

É necessário também expor os estudos que investigaram a implantação de bases legais sobre os acidentes de trabalho (ASHER; DUNN, 2014; DIAS; SILVA, 2013; JOSHI, 2003; LEVENSTEIN; SIQUEIRA; SLATIN, 2017; YONGMING; RONGZHU; JIE; YAN *et al.*, 2011). São países que com legislações diversas buscam minimizar os acidentes de trabalho, contudo, a adesão por parte das empresas é lenta e muitas vezes ineficiente (ASHER; DUNN, 2014). Há como foco investigativo as ações próximas do acidente, “impedindo qualquer associação com os determinantes “macro” dos problemas, ou seja, os políticos, econômicos, organizacionais e gerenciais que influenciam e determinam as escolhas técnicas e o funcionamento dos sistemas produtivos” (JACKSON FILHO, 2012, p. 193).

A evolução teórica sobre a definição de acidente de trabalho mesmo ao congregar a multicausalidade pouco avançou sobre a caracterização de responsabilidade da organização que propiciou as condições ambientes do acidente. Ao investigar o acidente de trabalho, como proposto nas notas presentes na NBR 14280 – o acontecimento súbito, repentino – é descaracterizado quando se observa o acidente ocorrendo diversas vezes. Esse fenômeno de reincidência do acidente de

trabalho pode ser apreendido como uma patologia organizacional que pune o trabalhador ao submetê-lo ao previsível e recorrente evento (acidente de trabalho).

O trabalho de Fu *et al.* (2018) é um exemplo de investigação em profundidade, na identificação e a relação das causalidades do acidente e seus respectivos responsáveis. Ao analisar um acidente em uma termoelétrica chinesa, onde 22 trabalhadores morreram, verificou os erros cometidos nas diversas etapas que antecederam o acidente, como instrumento de investigação utilizou-se do relatório de perícia do acidente elaborado pelo comitê de segurança do trabalho (FU; ZHOU; WANG; SHI, 2018, p. 134).

Na análise do acidente, desmembrou a sequência dos fatos, e desvelaram os pontos principais que propiciaram o acidente. Identificou-se também ausência de notificação de um vazamento prévio, a inobservância dos procedimentos pela equipe de gestão da unidade juntamente com os problemas críticos dos materiais (solda e válvula de fluxo abaixo do padrão estabelecido) levaram a tal fatalidade (FU; ZHOU; WANG; SHI, 2018). Os autores concluem que

Três eventos sequenciais foram todos devido à interação entre atos inseguros e condições inseguras diretamente. Pessoal de diferentes níveis eram os produtores de atos inseguros (por exemplo, o pessoal de aquisição não verificou o certificado de qualidade do medidor nem inspecionou a qualidade do medidor antes da instalação, a equipe executou o comissionamento inadequado de forma ilegal, os operadores e gerentes falharam ocorreu). Os atos inseguros foram atribuídos a três fatores pessoais, ou seja, o conhecimento inadequado de segurança da equipe, a falta de segurança e os maus hábitos de trabalho. Para o sistema de gerenciamento de segurança da Usina de Dangyang, pode-se concluir que os processos e procedimentos, incluindo “gerenciamento de aquisições” e “procedimento de comissionamento”, foram mal estabelecidos, implementados e mantido⁴⁴ (FU; ZHOU; WANG; SHI, 2018, p. 141).

Os autores alertam sobre o papel das organizações na prevenção de acidentes futuros, observando que outras unidades possuem perfil de construção semelhante, com a utilização de materiais oriundos do mesmo fornecedor. E na urgência de efetivação dos programas de segurança pois, são “necessários para conscientizar os membros sobre as contribuições de suas obras para o desempenho de segurança e

⁴⁴ Three sequential events were all due to the interaction between unsafe acts and unsafe conditions directly. Personnel from different levels were the producers of unsafe acts (e.g., the procurement personnel neither verified the certificate of flowmeter quality nor inspected flowmeter quality before installation, the staff carried out the inadequate commissioning illegally, the operators and managers failed to take actions when steam leakage occurred). The unsafe acts were attributed to three personal factors, i.e., staff's inadequate safety knowledge, weak safety awareness and bad work habits. For the safety management system of Dangyang Power Plant, it can be concluded that the processes and procedures including “procurement management” and “commissioning procedure” were poorly established, implemented and maintained

as possíveis consequências da violação dos requisitos do sistema de gerenciamento de segurança⁴⁵ (FU; ZHOU; WANG; SHI, 2018, p. 142).

Para ilustrar o papel das organizações na prevenção de acidentes, elencou-se dois eventos que resultaram em morte dos trabalhadores. A opção pelos casos ocorre pela possibilidade de saturação dos dados, pois, utiliza-se as investigações realizadas pelo MPT e pela polícia civil de forma complementar. Por opção de exposição, primeiramente apresenta-se os casos, com sua descrição e imagens ilustrativas, e posteriormente as reflexões inerentes. Adianta-se que ambos os casos os trabalhadores foram vítimas de eletrocussão em seus ambientes de trabalho.

O caso primeiro, a trabalhadora realizava a limpeza da sala de cortes, quando encostou em uma esteira eletrificada. No Relatório de Investigação de Acidente - RIA, realizado pelo técnico de segurança do trabalho da empresa, faz a descrição do evento da seguinte forma:

A funcionária acidentada estava desenvolvendo seu trabalho (higienização) no setor de desossa, onde ocorreu o acidente. Por conta de muita umidade em uma tomada que se encontrava próximo/ao lado da esteira, a mesma foi energizada, onde, no momento em que a funcionária encontrou no equipamento e em outra máquina recebeu a descarga elétrica levando-a ao óbito (material da pesquisa, relatório MPT).

Após notificação recebida pela polícia civil, a vítima foi encaminhada para laudo necroscópico. O exame da trabalhadora constatou:

Cianose de coloração arroxeadada acometendo toda a face, região cervical, membros superiores e região do tórax anterior. (Sinal característico de asfixia).

Língua de coloração arroxeadada. (Sinal característico de asfixia).

Queimadura de segundo grau, de coloração violácea, descontínua, com o formato irregular, medindo três centímetros de extensão, localizada na face posterior do terço distal do braço direito. É característica de lesão provocada por entrada de descarga elétrica.

Queimadura de segundo grau, de coloração violácea, com o formato de chuscamento, medindo dois centímetros de extensão, localizada na face posterior do terço distal do braço direito. É característica de lesão de saída de descarga elétrica. [...].

Manchas de Tardieu (sinal característico de asfixia) localizados a saber: - superfície da pleura visceral do pulmão direito e do pulmão esquerdo. - superfície epicárdica do coração.

Sangue fluído e escuro. (sinal característico de asfixia). [...]

Do observado e acima exposto concluímos que examinamos um corpo em estado de morte real, cuja causa da morte foi asfixia por eletroplessão (choque elétrico industrial). (Material da pesquisa; inquérito policial).

⁴⁵ Required to make members aware of the contributions of their works to safety performance and the potential consequences of violating requirements in safety management system.

Quando realizado a perícia no local de morte da trabalhadora, o perito policial descreve alterações no ambiente de trabalho e acrescenta fotos e a distribuição dos equipamentos na sala de desossa, local da eletrocussão, como pode ser visto no excerto abaixo e nas figuras subseqüente [figura 29, p. 209 e, figura 30, p. 209]:

O eletricitas do frigorífico informou que, antes da chegada da Perícia no local, havia removido duas das tomadas industriais que ficavam fixadas a uma das esteiras rolantes, uma vez que acreditava que estas, ao serem molhadas durante a higienização da sala, teriam energizado o equipamento onde a VÍTIMA sofreu a eletroplessão; logo, o local não mais conservava sua integridade original, sob o aspecto de sua preservação, ficando os resultados dos exames periciais não só condicionadas às evidências de ordem objetiva, mas também as de cunho subjetivo (prova testemunhal), sobretudo no que tange as informações sobre as tomadas que teriam sido removidas antes da realização dos exames periciais. [...]

Quanto às tomadas questionadas, o eletricitista informou que estas não estavam interligadas ao fio terra da rede elétrica (no caso ao neutro). Finalmente, fomos informados que o *frigorífico não dispõe de um projeto elétrico*. [...]

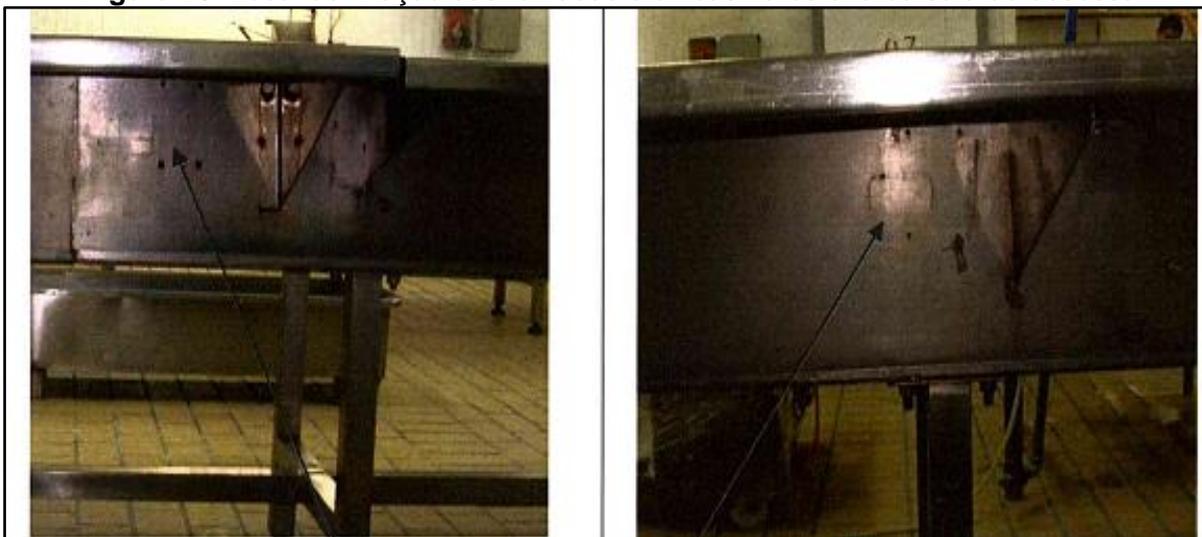
Sabendo-se que a vítima veio a óbito em decorrência de uma corrente elétrica que circulou em seu corpo, depois deste fechar circuito em uma esteira rolante e outro equipamento, sendo que a corrente elétrica oriunda da esteira rolante penetrou por seu braço direito, saiu no esquerdo e provavelmente durante seu curso passou pelo coração, foi realizado entre outros, o seguinte teste prático:

Com tal propósito conectou-se a esteira rolante, por um fio condutor, diretamente a fase de uma das tomadas e em seguida foi medida, com auxílio de um voltímetro, a diferença potencial entre a esteira e o outro equipamento que a vítima encostou seu braço esquerdo. Ao se efetuar referida medida verificou-se que ao se encostar a ponta de prova do aparelho sobre o plástico que protegia o outro equipamento o voltímetro registrou uma diferença potencial de 24,52V e quando médio sob o plástico, ou seja, diretamente na carcaça metálica então o voltímetro passava a registrar 224,4V.

Referida morte por eletroplessão resultou de uma conjunção de circunstâncias, quais sejam:

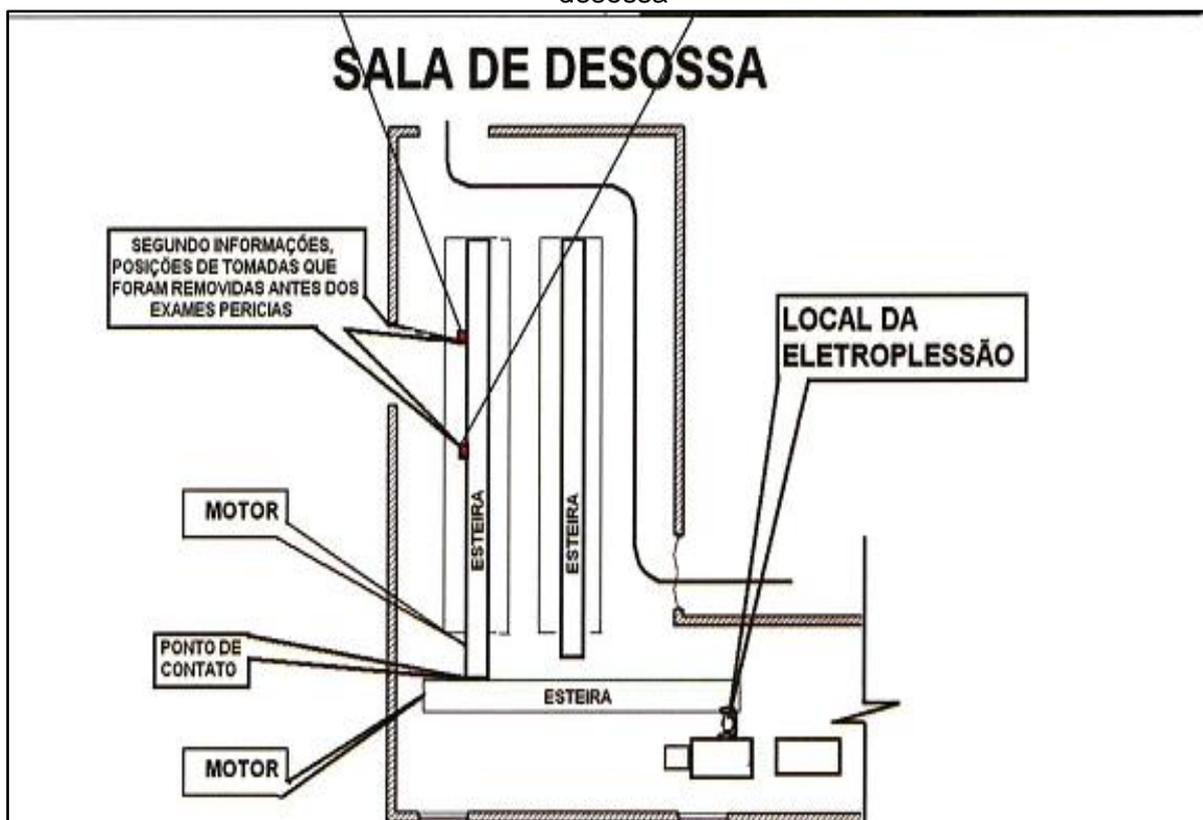
- tomada de energia mal instalada, fixada diretamente a carcaça metálica da esteira rolante, pela qual (tomada) houve fuga de energia elétrica e subseqüente transmissão de corrente pelas esteiras metálicas até o corpo da vítima;
- falta de um aterramento eficiente que evitasse a diferença de potencial entre a esteira rolante e o outro equipamento em que a vítima fechou o circuito elétrico com seu corpo;
- a corrente elétrica ter passado pelo coração e a vítima se encontrar com o corpo molhado, fato este que provavelmente potencializou o efeito da corrente elétrica;
- a vítima, quando da eletroplessão, se encontrava trabalhando confinada entre dois equipamentos ficando presa a eles até que outra pessoa conseguisse remove-la do local. (*Itálico da tese*, material da pesquisa; relatório MPT).

Figura 29: Local de fixação das tomadas elétricas na esteira da sala de desossa



Fonte: (Material da pesquisa, relatório MPT).

Figura 30: Local do acidente de trabalhado e a distribuição dos equipamentos na sala de desossa



Fonte: (Material da pesquisa, relatório MPT).

O segundo caso possui algumas características distintas do primeiro caso. O choque que resultou em morte do trabalhador se deu em um interruptor com fios desencapados que estava no banheiro próximo ao setor de triparia (local de trabalho da vítima). O exame necroscópico realizado não conseguiu precisar a causa morte,

taxando o resultado como indeterminado, por ausência de marcas externas e pelo “fato de que a perícia não dispunha dos equipamentos necessários ao exame interno do cadáver”. Sem definição pelo laudo necroscópico o inquérito policial seguiu ouvindo as testemunhas, o responsável pelo setor da triparia faz o seguinte relato:

Que no dia dos fatos, [o trabalhador] solicitou um tempo no desenvolvimento de suas atividades, para poder ir ao banheiro, que o desempenho de seu setor fazia suar muito, que então, costumeiramente, todos que iam ao banheiro, retiravam as roupas, torciam, para tirar o suor; que [o trabalhador] ao chegar ao banheiro realizou o mesmo procedimento; ao retirar a roupa, encostou com suas costas em um interruptor que estava estragado; que para acender a lâmpada era necessário encostar um fio no outro; que os fios estavam desencapados e eram utilizados para ascender à lâmpada do banheiro; que ao encostar as costas nos fios, acabou por levar choque e não conseguiu se livrar da corrente elétrica; que no local estava um colega de trabalho; que ao ver [o trabalhador] levando choque, saiu correndo, pedindo socorro; que o depoente ao saber do ocorrido, saiu em direção ao banheiro, e chegando ao local encontrou [o trabalhador] de sunga, caído ao chão, desacordado; que tentou reanima-lo, mas sem êxito; que colocou-o em um veículo e o encaminhou ao Hospital Municipal; que [o trabalhador] chegou ao hospital já sem vida; que após o acidente, os responsáveis pelo Frigorífico, de imediato, trocaram o interruptor (material da pesquisa, inquérito policial).

Por sua vez, o gerente do frigorífico em seu depoimento apresenta uma situação diferente para o interruptor, alega que havia o interruptor, e não possuía nenhum fio desencapado. Ele, acreditava que o motivo da morte foi outro, pois não haver marcas de queimadura no trabalhador. O laudo pericial do local da morte, apresenta que modificações foram feitas no lugar, e o interruptor ali instalado possuía “marcas de recenticidade”.

Passados 25 meses do ocorrido, o trabalhador do frigorífico que desempenhava a função de eletricista, foi chamado para depor, e relata que recebeu ordem do gerente para trocar o interruptor danificado. Acrescenta que “a fiação do frigorífico era muito precária e sempre ocorria curto circuito”. Após, o depoimento do eletricista, o gerente, deu novo depoimento reconhecendo que pediu ao eletricista a troca do interruptor. Aproximadamente, 36 meses após o acidente o ministério público do estado de Mato Grosso Sul, ingressou uma ação contra o gerente da empresa, e em audiência realizada na vara criminal, decidiu-se, via propositura do ministério público estadual, pela suspensão do processo pelo prazo de dois anos, se preenchidos os seguintes pressupostos:

1 - Comparecer mensalmente em juízo, entre os dias 1 e 10, para informar e justificar suas atividades, devendo apresentar cópia de comprovante de trabalho e cópia de comprovante de endereço;

2 - Não mudar de residência sem aviso prévio ao Juízo da execução, nem tampouco ausentar-se da Comarca por mais de 10 (dez) dias, sem autorização deste juízo;

3 - Não frequentar bares, lanchonetes, boates, casas de jogos, de prostituição, ponto de comercialização de entorpecentes, etc., após às 22:00 horas;

4 - Não cometer ou não se envolver com a prática de nenhum delito no período da suspensão;

5 - Doação de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), divididos em 05 (cinco) parcelas de R\$ 190,80 (cento e noventa reais e oitenta centavos) a ser depositado na Subconta judicial, devendo a guia ser retirada em cartório, ficando desde já intimado a efetuar o pagamento em [...] apresentando o comprovante de pagamento em cartório (grifos no original, material da pesquisa, inquérito policial).

A sentença fora proferida cinco anos e quatro meses após a morte do trabalhador. Nesse período o frigorífico havia encerrado a suas atividades. O antigo gerente do frigorífico ao apresentar o comprovante de trabalho, como exigido nos termos de suspensão do processo, apresentou um holerite da sua nova ocupação, agora é gerente de fazenda, sendo a empresa que o contratou, de propriedade do antigo proprietário do frigorífico. Soma-se, ao fato descrito, que os pagamentos realizados para as doações constantes no termo, foram sempre realizadas por contas de pessoa jurídica, ligadas ao antigo proprietário do frigorífico.

Se observa, nos dois casos aqui selecionados, falha estrutural da empresa. O primeiro caso, uma má instalação elétrica, acoplado na esteira, vitimou a trabalhadora. O segundo caso, ainda mais perverso, pois o interruptor ausente, com exposição dos fios, provocou a descarga elétrica no trabalhador, vitimando-o.

Ir ao banheiro, torcer as roupas, fazia parte do processo de trabalho. Essa pausa era necessária pois o ritmo acelerado, chamado pela testemunha, de desempenho das funções, fazia transpirar muito. Em investigação trabalhista realizada após o acidente fora constada 41 autuações no frigorífico. Inclusive, o único processo, que constatou terceirização nas atividades laborais dos frigoríficos. Como apontado no item sobre a destruição do trabalho, presente no segundo capítulo, a terceirização está entremeada no capitalismo contemporâneo como característica da precarização do trabalho desse modo de produção (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019). Havia uma empresa que desempenhava as funções do setor de subprodutos e ainda, outra empresa responsável pelo setor administrativo, como visto no excerto abaixo:

Além [do frigorífico], o estabelecimento possui mais duas empresas funcionando dentro da planta industrial, sendo [o frigorífico] responsável pelo setor de abate, a [empresa terceirizada 1] pelo setor de subprodutos e a [empresa terceirizada 2] pelo setor administrativo. A terceirização das atividades de destinação de subprodutos foi considerada irregular, conforme relatório que segue anexado ao Auto de Infração emitido por falta de registro de empregados. [...]

Entretanto, do contexto documental e fático encontrado, verifica-se que o seu poder de vigilância ultrapassa, EM MUITO, o simples poder fiscalizatório do

cumprimento das disposições legais e contratuais acordadas. Com efeito, revela-se incontestado que o seu controle sobre o desenvolvimento do processo é pleno, tamanha é a ingerência que pratica e tem sobre ele. Tanto é que apenas a tomadora possui empregados com a função de zelar pela segurança, como a técnica de segurança, [nome da técnica], por exemplo. Ela, com respaldo da direção do [refrigerífico], fiscaliza, orienta e corrige condutas dos empregados da prestadora, qual seja, a empresa [empresa terceirizada 1]. Os funcionários da prestadora identificam os empregados da tomadora como seus "superiores", devendo acatar o que é passado por eles. Empregados do [refrigerífico] misturam-se aos da [empresa terceirizada 1]. Inclusive, no momento da fiscalização, foi constatada a presença de empregados do [refrigerífico] envolvidos no setor de abate, auxiliando os empregados da [empresa terceirizada 1] no carregamento de farinha na graxaria, após o término do abate. Foi relatado que essa situação é rotineira na empresa (material da pesquisa, relatório MPT).

Ressalta-se que o trabalhador vitimado pela eletrocussão era funcionário da [empresa terceirizada 1]. Ainda que "solucionado" a causa da morte, as descrições dos acidentes as investigações ficaram restritas ao evento, indagou-se na investigação, exclusivamente, o que provocou o acidente de trabalho, sem apreender as atividades na sua complexidade. As ações de fiscalizações trabalhistas e fiscais que foram realizadas após os acidentes fornecem um panorama ampliado sobre as condições de trabalho, como já apresentado no item homônimo constante no capítulo terceiro, p. 118.

Verifica-se que os acidentes não foram estudados de forma exaustiva para evitar acidentes futuros. Inclusive, um dos refrigeríficos já se encontra fora de operação. A mudança da forma de apreender o acidente, perpassa por uma investigação que amplie as causalidades do acidente e apreenda em sua totalidade o evento. Dessa forma, apresenta-se no próximo item, algumas formas possíveis de investigação que carregam em seu bojo a ampliação do evento: acidente de trabalho.

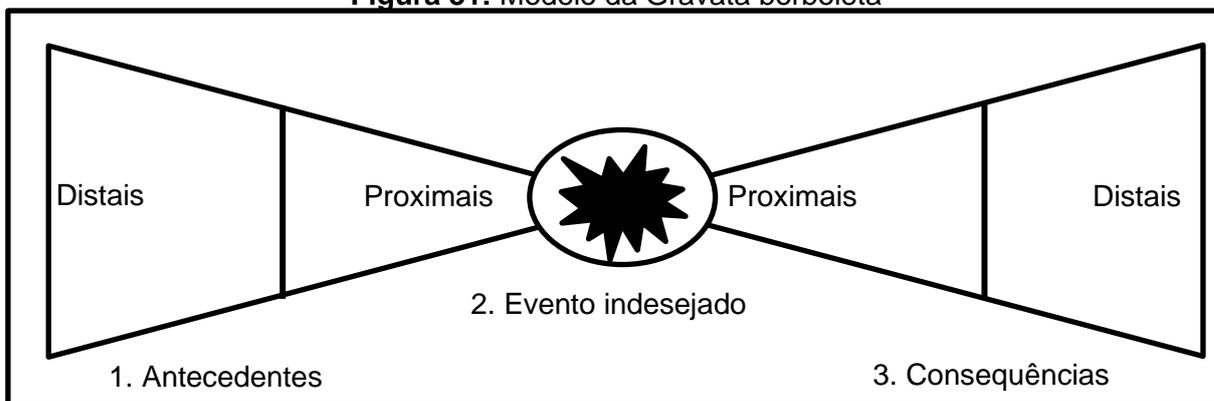
4.5.1 Formas possíveis para a investigação dos acidentes de trabalho

Há um modelo de investigação dos acidentes de trabalho proposto por Almeida *et al.* (2014). Nomeado de Modelo de Análise e Prevenção de Acidentes - MAPA, busca um "estudo clínico em profundidade, cujas etapas devem propiciar a montagem de quebra cabeça que possibilite compreensão de aspectos técnicos e organizacionais envolvidos na ocorrência" (ALMEIDA; VILELA; SILVA; BELTRAN, 2014, p. 4682). Este modelo é uma evolução na forma de apreender o acidente de trabalho e tem proximidade com a análise organizacional proposta por Llory e

Montmayeul (2014) utilizada na investigação de grandes eventos, como a explosão da nave Columbia.

Como narrado nesta tese, as pesquisas sobre os acidentes de trabalho têm evoluído em busca da causa primeira do fenômeno. Esta evolução foi possível pela expansão do campo de investigação para além do momento pontual do acidente. Busca-se evidenciar os antecedentes e consequências do evento indesejado, ultrapassando “os aspectos proximais habitualmente contemplados nas análises feitas no âmbito das empresas. A gravata-borboleta (figura 31, abaixo) destaca a existência de origens e consequências proximais e distais nesses eventos” (ALMEIDA; VILELA; SILVA; BELTRAN, 2014, p. 4682).

Figura 31: Modelo da Gravata borboleta



Fonte: (ALMEIDA; VILELA; SILVA; BELTRAN, 2014).

Os autores apontam as vantagens da adoção deste modelo pois:

O acidente passa a ser compreendido como ocorrência com história a ser narrada e, ao mesmo tempo, a equipe de vigilância passa a ser estimulada a não declarar encerrada sua atividade enquanto não identificar condições do sistema associadas às suas origens (e eventualmente consequências), mesmo as mais remotas. Os conceitos selecionados como guias de construção de diferentes narrativas do acidente foram os de: a) descrição sistemática do trabalho normal ou real em conformidade com a Ergonomia da Atividade seguida de descrição do acidente apoiada nas noções apontadas a seguir; b) análise de barreiras, a ser concluída em termos de falhas na gestão de segurança e saúde no trabalho, associada ou não a falhas de concepção e em outros subsistemas de gestão; c) análise de mudanças concluída em termos de falhas na organização do trabalho e falhas em subsistemas de gestão de pessoal, de material, de manutenção, de materiais, de projetos, de comunicações etc, de acordo com a situação específica; e d) ampliação conceitual, a ser usado quando se considere que algum dos conceitos já usados em estudos de acidentes pode ser útil, aportando novas contribuições e narrativa adicional ao caso. Os exemplos mais facilmente reconhecidos por equipes de análises parecem ser os de uso das noções de armadilha cognitiva e ou by-passes previsíveis em acidentes em que o trabalhador omitiu passos ou adotou atalhos e estava sendo culpabilizado. (ALMEIDA; VILELA; SILVA; BELTRAN, 2014, p. 4682)

Como vantagem deste modelo de análise os autores destacam a possibilidade de diálogos entre as diferentes lógicas ou interesses envolvidos. Contudo, apontam a centralidade da investigação no agente fiscalizador ou no pesquisador externo a organização (ALMEIDA; VILELA; SILVA; BELTRAN, 2014). Esta centralidade implica em autonomia de investigação por parte dos pesquisadores externos e/ou atuação do poder fiscalizador. Mesmo com estas dificuldades apontadas é inegável o avanço da forma de análise.

Nos materiais da pesquisa se teve contato com investigações dos acidentes de trabalho. E, há, um distanciamento do modelo proposto de busca das causas e consequências, proximais e distais. Observa-se a busca pela causa do evento. A busca exclusivamente pelas causas do evento, não permite apreender outras dimensões envolvidas no acidente de trabalho. Um caso que resultou em morte do trabalhador é emblemático para apreender sobre a investigação: como foi executada e, talvez, poderia ter sido desenvolvida.

Dentre as mortes a esclarecer elencadas em resposta ao ofício enviado a polícia civil – anexo III, p. 279 – constatou uma morte resultante de afogamento que ocorreu nas dependências de um frigorífico. O trabalhador fora encontrado em uma lagoa de tratamento de rejeitos, após o segurança da empresa ter ouvido alguns gritos, porém, ao chegar no local, o trabalhador estava morto.

A vítima trabalhava no turno da noite, com entrada às 15:35 horas, intervalo às 18:00, retorno às 19:00, e encerramento às 01:23 horas. O acidente ocorreu próximo das 20:30 horas. Segundo o vigilante, o primeiro a ouvir e chegar até a vítima, o local do afogamento não era de trânsito dos trabalhadores da empresa. Após a retirada da vítima da lagoa, e atestado a sua morte, por se tratar de um trabalhador indígena, foi contatado o representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, para auxiliar na identificação.

A polícia solicitou a empresa os documentos de contratação do referido funcionário. Os documentos apresentados aos policiais não constavam assinatura do trabalhador. Ele apresentou no ato da contratação os documentos do seu tio. Por conta desse imbróglio a investigação buscou responder que o verdadeiro dono dos documentos – apresentados para a contratação na empresa – estava vivo. Ao que tange a investigação da causa morte, afogamento, e havia esfregaço nas bordas da lagoa, uma evidência de tentativa de sair, contudo, por conter resíduos de gordura, a

borda era escorregadia, impossibilitando a tentativa de saída da vítima. Consta no inquérito:

Segundo exame no local, a lagoa continha resíduo sólidos e líquidos que deixaram as bordas escorregadias, composta dentre outras substâncias, gordura, e considerando o formato das bordas da lagoa, formando taludes inclinados e revestidos por uma manta impermeabilizadora, torna-se muito difícil que uma pessoa ao cair na lagoa consiga sair sem ajuda de terceiros (material da pesquisa, inquérito policial).

Sobre o local, o inquérito policial registrou imagens do local, e não havia proteção alguma envolta da lagoa. O inquérito não avançou na linha de investigação, para saber como o trabalhador estava ausente do seu posto de trabalho, após o retorno do intervalo para a refeição e ninguém tenha percebido. Houve uma falha administrativa ao admitir um trabalhador com documentação de outra pessoa, com diferença de idade de 20 anos aproximadamente e foto do documento de identificação fortemente destoante da feição do trabalhador. Outra falha, não averiguada, foram os documentos de contratação sem nenhuma assinatura. A investigação policial não tem por objetivo, e o mesmo foco, que as investigações de acidentes de trabalho, contudo, por vezes, os casos são congruentes exigindo do corpo técnico uma investigação adequada. Após pesquisa nas bases de dados a morte desse trabalhador não consta na RAIS, no SINAN e não foi realizado a CAT.

Garantir um ambiente seguro perpassa por apreender as causas dos acidentes passados. Sabe-se que o caminho a ser percorrido é longo e árduo. Inclusive no caso brasileiro, onde encontra-se dificuldade de avançar profundamente em casos específicos, e, muitas vezes os casos não possuem visibilidade, inexistindo nas estatísticas oficiais, fator que dificulta as pesquisas e a elaboração de políticas públicas. Outra perspectiva para possibilitar a diminuição dos acidentes de trabalho é a responsabilização criminal dos responsáveis. Como ver-se-á no próximo tópico.

4.6 A LEI CRIMINAL E OS ACIDENTES DE TRABALHO

No que tange aos acidentes de trabalho fora apresentado a conceituação dos acidentes, as pesquisas sobre os acidentes, e, uma breve reflexão sobre a possibilidade da utilização do significante acidentes de trabalho, para atos que são atos criminosos, intencionável, ou, minimamente previsíveis e não foram evitados. Para eventos como estes, há necessidade de enrijecimento da legislação e ações criminais contrárias aos responsáveis. Em específico, aos verdadeiros responsáveis.

De maneira geral, leis específicas para a responsabilização criminal de executivos têm surgindo nos últimos anos e são frutos de longos anos de negociação e insistência governamental. Ainda assim, são legislações que pouco tem sido eficazes, e, põe em descrédito as legislações criminais habituais (BITTLE; LIPPEL, 2013). Como apontado pelos autores

Em geral, a maioria dos Estados ocidentais tem hesitado em conceber as violações de saúde e segurança do trabalho como crime "real". Em vez disso, com poucas exceções, essas ofensas foram consideradas primariamente como mal proibido (errado porque é proibido) ao contrário de mal em si (inerentemente errado ou mau) e, no processo, definidos como acidentes, a maioria inevitável como produto da produção capitalista⁴⁶ (BITTLE; LIPPEL, 2013, p. 2).

Os autores resgatam aos processos dos tribunais ingleses e identificaram que no ano de 1915 a Câmara de Lordes do Reino Unido indicou que as corporações poderiam ser civilmente responsáveis por crimes cometidos sob sua responsabilidade. Tal decisão levou a outros processos que identificaram outras corporações em crimes comuns. No decorrer do século outros debates aconteceram porém, não avançou-se neste tipo de regulamentação (BITTLE; LIPPEL, 2013).

Vários acidentes influenciaram o Canadá a implementar a lei C-45, conhecida comumente como Lei Westray⁴⁷, uma emenda em sua lei criminal que inseriu a regulamentação sobre crimes corporativos (BITTLE, 2016). Contudo, a dificuldade encontra-se em determinar a responsabilidade individual dos executivos em assuntos complexos, como homicídios. As responsabilizações ocorrem, quando ocorrem, em níveis de baixo escalão, permanecendo o mesmo foco no indivíduo, na responsabilização do trabalhador, todavia, transfere-se do lesionado para o primeiro acima em seu grau hierárquico, esta atitude

protege aqueles que estão no topo da hierarquia corporativa - os executivos e os principais acionistas que obtêm as recompensas financeiras enquanto se beneficiam da responsabilidade limitada da corporação - da responsabilidade criminal, ao mesmo tempo em que obscurecem as causas estruturais de acidentes e morte no local de trabalho⁴⁸ (BITTLE; LIPPEL, 2013, p. 3-4).

⁴⁶ In general, most Western states have hesitated to conceptualise health and safety violations as 'real' crime. Instead, with few exceptions, these offences have been deemed primarily as mala prohibita (wrong because prohibited) as opposed to mal a in se (inherently wrong or evil) and, in the process, defined away as accidents, the largely unavoidable by product of capitalist production.

⁴⁷ Em referência à Mina de Carvão Westray que em 1992 teve 26 trabalhadores mortos em uma explosão (BITTLE; STINSON, 2018).

⁴⁸ shields those at the top of the corporate hierarchy – the executives and major shareholders who reap the financial rewards while benefiting from the corporation's limited liability – from criminal responsibility, while at the same time obscuring the structural causes of workplace injury and death.

Outro ponto que dificulta o processo criminal contra as empresas está na atuação do próprio judiciário, que segundo os autores são pouco entusiasmados (BITTLE; LIPPEL, 2013, p. 4). Juntamente com a flexibilização das leis trabalhistas como uma ação governamental objetivando criar uma ambiente amigável aos negócios (BITTLE; LIPPEL, 2013). Desta forma, “as corporações têm sido consideradas um bem inerente e os governos que dependem de corporações para fornecer empregos (embora da variedade cada vez mais precária e mal remunerada) e financiam suas campanhas eleitorais são relutantes em serem tomadas decisões antiempresariais”⁴⁹ (BITTLE; LIPPEL, 2013, p. 4).

Isso se evidencia no caso brasileiro do rompimento da barragem de Mariana, que conforme comenta Lacaz *et al* (2017, p. 4)

o episódio permitiu saber que a Samarco operava com mais de treze empresas terceirizadas por ocasião da tragédia. Essa segmentação, fragmentação dos trabalhadores, impõe limites à ação e ao empoderamento de seus sindicatos. Grandes empresas, sobretudo em pequenos municípios, tendem a exercer forte domínio econômico, social, simbólico e político sobre instâncias de representação, associações e moradores locais, o que enfraquece a mobilização e combatividade.

Essas forças político-econômico das organizações e um desempenho abaixo do esperado do judiciário somado a uma construção falseada sobre os acidentes de trabalho, dificultam o enquadramento destes eventos como um crime (BITTLE; STINSON, 2018). Repensar estas condutas poderiam resultar em um número menor de mortes, amputações e afastamentos em decorrência de acidentes de trabalho. Todavia, merece toda a atenção em sua construção para evitar o acontecido com a Lei Westray que surge como

uma lei que introduz uma nova maneira de falar de negligência corporativa, em si uma realização nascida da luta de classes, mas ao mesmo tempo recria as mesmas condições que constituem a fonte do problema, ou seja, que a busca de lucros pode e tem precedência sobre segurança dos trabalhadores⁵⁰ (BITTLE, 2016, p. 296).

Ainda sobre a Lei Westray “o simples fato de exigir que as corporações prestem contas de ferir e matar trabalhadores produziu um resultado que mexe com os limites, mas não desafia o status quo capitalista, exige que amplifiquemos nossos horizontes

⁴⁹ Corporations have been deemed an inherent good and governments that rely on corporations to provide jobs (albeit of the increasingly precarious and low-paying variety) and fund their election campaigns are loath to be perceived as making anti-business decisions.

⁵⁰ A law that introduces a new way to speak of corporate negligence, itself an accomplishment born of class struggle, but at the same time recreates the very conditions that constitute the source of the problem, namely that the pursuit of profits can and does take precedence over workers' safety.

para abraçar ideais mais transformadores”⁵¹ (BITTLE, 2016, p. 298). Esta inércia é evidente ao analisar as condenações decorrentes da aplicação da lei, como expõe Bittle e Stinson (2018, p. 3)

na maioria dos cenários em que os estados adotam entusiasticamente a oportunidade de aplicar novas leis que tratam de crimes graves, até agora só houve um punhado de condenações / culpas em ambas as jurisdições (no momento em que escrevo, três confissões no Canadá e 22 condenações nos Estados Unidos). Reino). O que é mais, consistente com o histórico de policiamento de ofensas corporativas (Snider 2015), apenas as empresas menores e mais fracas têm enfrentado o escrutínio da justiça criminal (Glasbeek 2013; Tombs 2013) - dificilmente as grandes corporações que os críticos tinham em mente quando exigiam mudanças a lei⁵².

E não se pode esquecer que “a ineficácia da lei nos lembra que o Estado continua sendo um Estado capitalista e, como tal, está mais interessado em (re)assegurar o status quo do que com seriamente abordar crimes dos poderosos”⁵³ (BITTLE; STINSON, 2018, p. 16-17). A simbiose do capitalismo e as práticas escusas das organizações não é novidade. O tópico a seguir, dedica-se a esmiuçar tais práticas.

4.7 O LADO OCULTO (*DARK SIDE*) DAS ORGANIZAÇÕES

Desde o início deste trabalho acadêmico, buscou-se os elementos constituintes da realidade dos frigoríficos, apresentando-os em sua totalidade. A terminologia não é usual em trabalhos materialista-histórico, como esse se propõe, mas há uma convergência dentre seus significados. Observa-se, a priori, que o desvelar do lado oculto da organização, pressupõe que em sua totalidade a organização possui dois lados, o visível, apresentável, a aparência; e, o lado oculto, velado, acobertado. Assim, a análise só pode ser feita em sua totalidade quando observado para além da

⁵¹ The mere fact that demands to hold corporations to account for injuring and killing workers produced an outcome that tinkers with the edges but fails to challenge the capitalist status quo demands that we broaden our horizons to embrace more transformative ideals.

⁵² Most scenarios where states enthusiastically embrace the opportunity to enforce new laws dealing with serious crimes, there has thus far only been a handful of convictions/guilty pleas in both jurisdictions (at time of writing, 3 guilty pleas in Canada and 22 convictions in the United Kingdom). What is more, consistent with the historical record on policing corporate offending (Snider 2015), only the smallest and weakest companies have faced criminal justice scrutiny (Glasbeek 2013; Tombs 2013) – hardly the large corporations that critics had in mind when demanding changes to the law.

⁵³ The law’s ineffectiveness reminds us that the state remains a capitalist state and, as such, is more interested in (re)securing the status quo than with seriously addressing crimes of the powerful.

aparência, dessa forma, os teóricos que analisam o *dark side*, estão fazendo de maneira dialética.

Sobre o *Dark Side*, o termo vem ganhando espaço nas pesquisas de administração e aparece em diversos contextos, desde as pesquisas sobre a história da gestão (SCHWARZ, 2015), motivação de servidores públicos (RAYNER; REIMERS; CHAO, 2018) e até o desempenho da inovação nas indústrias de alta tecnologias (WANG; CHEN, 2018). Não há no termo uma unidade de pesquisa, ele é amplo, dificultando o agrupamento para discussão. Em busca de uma sistematização, o foco da apresentação das pesquisas sobre *dark side* se dá em duas possíveis correntes de análises, a sociológica e a psicopatológica. Os estudos identificados e utilizados neste trabalho não explicitam essa diferenciação de abordagens, apenas assume-as implicitamente em suas análises.

A corrente sociológica baseia-se na teoria de Merton (1970) que apresenta o resultado de um processo como consequências ótimas/manifestas ou sub-ótimas/latentes. “Se, do ponto de vista sistêmico, o funcional é aquilo que aporta estabilidade e ordem ao sistema social, Merton coloca a distinção entre comportamentos sociais que cumprem funções manifestas e aqueles que cumprem funções latentes” (HIGGINS, 2011, p. 276). Esta distinção

foi imaginada para evitar a confusão inadvertida, frequentemente encontrada na literatura sociológica, entre motivações conscientes do comportamento social e suas consequências objetivas. Nosso exame dos vocabulários correntes da análise funcional tem demonstrado quão facilmente, e quão desafortunadamente, o sociólogo pode identificar os motivos com as funções (MERTON, 1970, p. 127-128).

O autor segue e conceitua as funções manifestas e funções latentes “a primeira refere-se àquelas consequências objetivas para uma unidade especificada (pessoa, subgrupo, sistema social ou cultural) a qual contribui para seu ajustamento ou adaptação e assim é intencionada; a segunda se refere às consequências não intencionadas e não reconhecidas da mesma ordem” (MERTON, 1970, p. 130). Tais consequências são tratadas pelos economistas como externalidades, que são “os efeitos não intencionais da ação humana, ou efeitos não antecipados da ação intencional”. (HIGGINS, 2011, p. 259). Destaca-se em Merton o pioneirismo no avanço de explicações científicas em “relação ao problema dos efeitos não antecipados da ação social intencional” (HIGGINS, 2011, p. 275). Na corrente sociológica, nesta dualidade entre consequências manifestas e latentes encontra-se os estudos do *dark side*.

No final da década de 1990 a professora Diane Vaughan publicou um artigo de revisão bibliográfica sobre os estudos organizacionais com foco em estudos do lado sombrio das organizações, com subsídio teórico de Merton. Seu objetivo era pelo estudo desta temática construir um corpo teórico com a centralidade do *dark side* organizacional. A justificativa de seu estudo se dá pois “aprendemos muito sobre como as coisas dão errado, porém, ausentes das ferramentas da teoria organizacional, o conjunto completo de circunstâncias socialmente organizadas que produzem esses resultados prejudiciais permanece obscuro”⁵⁴ (tradução nossa) (VAUGHAN, 1999, p. 272).

Implícito na compreensão da Vaughan (1999) há a perspectiva estoica da moral, na qual distingue “a intenção ou motivos do ator, o ato em si mesmo, e os efeitos da ação sobre um paciente ou objeto” (HIGGINS, 2011, p. 261). Esta perspectiva influenciou autores posteriores que da mesma maneira buscam esta intencionalidade. O exemplo a seguir busca da intencionalidade pautando-se na teoria organizacional.

A própria teoria organizacional motiva os gestores a escolherem condutas que beneficiem os interesses da empresa. As questões normativas do ambiente interno das organizações são previamente produzidas para o alcance das metas dessa mesma organização, - a gestão das corporações, as políticas empresarias que norteiam sempre para as medidas mais eficientes e com maior retorno para as organizações (SARAIVA; FERREIRA, 2018, p. 81).

Contudo, ao apresentar a responsabilidade sobre a teoria organizacional, os autores não explicitam as motivações da gênese dessa teorização. Baseado em Cunha e Guedes (2017, p. 451) tem-se que “o pensamento administrativo é mais expressão teórica dos interesses práticos do capital e instrumento de formação de força de trabalho nas escolas de negócio”, assim sendo, a teoria administrativa é apenas um meio teórico-prático de implementação do capital, este, o verdadeiro responsável. Somado a isso, se deve considerar a afirmação de Motta: “os processos organizacionais reproduzem fortemente as necessidades do sistema social em que a organização se insere, e que seus participantes são levados a agir de acordo com a lógica desta reprodução” (1993, p. 75).

A proposição do conceito de *dark side* em Vaughan (1999) é a possibilidade de nomear os resultados latentes. De forma ampla podem ser entendidos como a “não-

⁵⁴ We learn much about how things go wrong, but absent the tools of organization theory, the full set of socially organized circumstances that produce these harmful outcomes remains obscure.

conformidade de rotina: um produto previsível e recorrente de todos os sistemas socialmente organizados. [...] não-conformidade de rotina e a produção sistemática de desvio organizacional como construtos intercambiáveis, ambos denotando as origens causais de resultados negativos imprevistos”⁵⁵ (tradução nossa) (VAUGHAN, 1999, p. 274). Ao explicitar o conceito a autora cita outros trabalhos que exploraram a consequência latente do sistema organizacional que podem ser o erro, a má-conduta ou os desastres. A diferenciação dos conceitos se dá na materialidade dos atos, ora como resultado adverso, ora com ações diferentes das estabelecidas nas normas e ora, com consequências de grande impacto e custo social.

O erro pode ser conceituado como “atos por incumbência ou omissão de indivíduos ou grupos de indivíduos, agindo em seus papéis de organização, que produzem resultados adversos inesperados que contém um custo social”⁵⁶ (VAUGHAN, 1999, p. 284). A má-conduta é conceituada por “atos de incumbência ou omissão de indivíduos ou grupos de indivíduos que atuam em suas funções organizacionais que violam regras internas, leis ou regulamentos administrativos em nome dos objetivos da organização”⁵⁷ (VAUGHAN, 1999, p. 288). Por fim, os desastres são

falhas de sistemas técnicos-organizacionais que incluem atos de incumbência ou omissão de indivíduos ou grupos de indivíduos que atuam em suas funções na organização, com resultados que, seja de fato, ocorrência ou consequências, inesperados, adversos e de alto impacto e custo social, independentemente do número de vidas e da quantidade de propriedade perdida (tradução nossa) (VAUGHAN, 1999, p. 293).

A partir deste entendimento constrói sua narrativa diferenciando o erro; a má-conduta e os desastres. Além destes elementos o seu texto traz reflexões dos efeitos latentes dos resultados sub-ótimos, a exemplo da passagem que apresenta as consequências e ações sobre os erros: “empregados e organizações dedicam enormes recursos para evitar que incidentes de não-conformidade de rotina sejam publicamente definidos como erros. [...] O trabalho de limpeza também tem custos

⁵⁵ Routine nonconformity: a predictable and recurring product of all socially organized systems. In this essay, I use routine nonconformity and the systematic production of organizational deviance as interchangeable constructs, both denoting the causal origins of unanticipated negative outcomes.

⁵⁶ Acts of omission or commission by individuals or groups of individuals, acting in their organization roles, that produce unexpected adverse outcomes with a contained social cost.

⁵⁷ Acts of omission or commission by individuals or groups of individuals acting in their organizational roles who violate internal rules, laws, or administrative regulations on behalf of organization goals.

sociais que acabam sendo pagos pelo público”⁵⁸ (VAUGHAN, 1999, p. 287). Após um resultado não esperado, e que traz risco a imagem da organização, movesse inúmeros esforços em busca de obscurecer estes resultados. Em conclusão sobre os apanhados dos estudos, a autora traz que

A pesquisa qualitativa sugere a revisão da hipótese mertoniana da seguinte forma: Dada a universalidade das pressões competitivas, todas as organizações podem ser estruturalmente induzidas à violação, independentemente da classificação no sistema de estratificação organizacional. Os poderosos podem competir por recursos escassos para manter a posição social, outros podem competir por mobilidade ascendente e outros ainda para evitar perder terreno ou abandonar completamente a competição⁵⁹ (VAUGHAN, 1999, p. 289).

As pesquisas sobre a temática no Brasil são incipientes. Em 2014 foi publicado um trabalho que relaciona o termo *Dark Side* aos crimes organizacionais (SILVEIRA; MEDEIROS, 2014). Ao apresentar alguns filmes e documentários, exemplifica algumas atitudes organizacionais que devem ser repreendidas e foram apresentadas ao público geral como comportamento das organizações. Destaca-se a consciente constatação que “isso não quer dizer [os fatos trazido à público] que antes desse período o comportamento empresarial era de conduta irrepreensível” (SILVEIRA; MEDEIROS, 2014, p. 218).

Os autores mostram que o interesse sobre a temática está ligado ao movimento antiglobalização e a revolta as grandes corporações, isso fica evidente na passagem

O fato é que os movimentos antiglobalização, que se intensificaram nesse período, estiveram pautados em uma revolta contra as grandes corporações (KLEIN, 2002), despertando a atenção de pesquisadores para a existência de um lado sombrio nas organizações, em contraposição ao que o mainstream das teorias administrativas elege como foco de estudo (SILVEIRA; MEDEIROS, 2014, p. 218)

O movimento justifica-se pelo grande número de acidentes com mortes em todo o mundo. No Brasil, recente o caso que ocorreu na cidade de Brumadinho (SOUZA; FELLET, 2019), em 2015 o caso que ocorreu na cidade de Mariana, ambos os municípios no estado de Minas Gerais, com o rompimento de barragem de rejeito de minério, ambas de responsabilidade da empresa Vale S.A, o caso de Mariana a

⁵⁸ Employees and organizations devote enormous resources to prevent incidents of routine nonconformity from being publicly defined as mistake. (...) Clean-up work also has social costs that eventually are paid by the public.

⁵⁹ Qualitative research suggests revising the Mertonian hypothesis as follows: Given the universality of competitive pressures, all organizations may be structurally induced to violation, regardless of ranking in the organizational stratification system. The powerful may compete for scarce resources to sustain rank, others may compete for upward mobility, and still others to keep from losing ground or dropping out of the competition altogether.

empresa diretamente responsável é a Samarco S. A., uma subsidiária da Vale S.A. (LACAZ; PORTO; PINHEIRO, 2017). Em nível mundial tem-se os acidentes com 170 mortes no mar do Norte na Inglaterra, ou a explosão de vagões de trens transportando petróleo no sul de Québec, que matou mais de 50 moradores do município de Lac-Mégantic (BITTLE; LIPPEL, 2013).

Em um resgate aos estudos weberianos, Silveira e Medeiros, estabelecem uma relação entre o aumento do poder formal das organizações e a diminuição do poder real dos indivíduos. Demonstrando que a junção destes fatores possibilitam e amplificam os males organizacionais: o “lado sombrio das organizações se assenta no modo pelo qual as grandes corporações produzem danos à sociedade em nome de seus interesses” (SILVEIRA; MEDEIROS, 2014, p. 220).

No âmago desta discussão do *dark side* organizacional estão os crimes corporativos que são o real objeto do estudo dos autores supracitados. O conceito de crime organizacional utilizado pelos autores é: “decisões e atos corporativos que resultam em prejuízos para a sociedade, sejam consumidores, empregados, comunidade, investidores, governos e meio ambiente, e que podem ser considerados como crime” (SILVEIRA; MEDEIROS, 2014, p. 220).

Algumas dificuldades são postas ao estudar a temática dos crimes organizacionais: “(1) estabelecer a intenção; (2) determinar a responsabilidade individual; e (3) aplicar a distinção de civil-criminal ao comportamento organizacional” (SILVEIRA; MEDEIROS, 2014, p. 221). Contudo, há processos no judiciário, como o exemplo da Suprema Corte dos EUA que responsabilizou um presidente de uma organização por inadequações na rotulagem de medicamentos. Dentre os focos de estudo do crime organizacional deve ser contemplado os erros e desastres provocados pela organização. A interpretação do erro enquanto crime organizacional não é consenso dentre os autores, como o estudo aponta. Contudo, o erro não é singular e individual, apreendido assim como crime organizacional, resgatando Dwyer, os autores analisam:

o modo como as relações entre os trabalhadores no ambiente de trabalho são gerenciadas em quatro níveis que ampliam as possibilidades de erro: (1) recompensas; (2) controle; (3) organizacional; e (4) autonomia do indivíduo. O erro no trabalho pode ser ocasionado, também, por uma pressão por resultados. Ou, ainda, ser um antecedente para a ocorrência de um acidente que pode se caracterizar como crime organizacional. Se o sistema organizacional é capaz de aumentar a possibilidade de erros no trabalho, e esses se caracterizarem como falha no exercício do cargo e por resultar em prejuízos físicos ou materiais, pela inobservância de conduta técnica, seja em

nome ou não da empresa, entendemos que se iguale a um crime organizacional (SILVEIRA; MEDEIROS, 2014, p. 222).

Somado ao fato de considerar o erro como crime organizacional permite a apreensão do acidente de trabalho em outras dimensões. Na passagem supracitada é mister destacar os quatro níveis de ampliação da possibilidade do erro e ainda a pressão no cumprimento de metas e objetivos pré-estabelecidos que estimulam e intensificam o erro. A busca pelo desempenho organizacional, desde os primórdios dos estudos organizacionais, fora transformado em objeto científico. Contudo a intensificação do trabalho e desgaste do trabalho pode gerar erros. “os crimes cometidos em nome da racionalidade se escondem atrás de uma suposta fatalidade e, ainda, são cometidos por seres humanos, contra seres humanos, em nome de uma corporação, cujo maior privilégio é justamente esse: não ser humano” (SILVEIRA; MEDEIROS, 2014, p. 223).

Na sequência do estudo os autores buscam em Arendt a possibilidade de explicação da banalidade do crime corporativo, que é cometido e apreendido de modo geral como algo rotineiro, comum. E os autores advertem “os crimes corporativos, quando cometidos em busca do cumprimento de objetivos corporativos, não podem ser explicados como fatalidade” (SILVEIRA; MEDEIROS, 2014, p. 224). Para ilustrar esta afirmação apresentam dois casos: a morte de um auxiliar de limpeza de uma multinacional e o suicídio de empregados da Renault.

Como resumo das mortes os autores elucidam que

os objetivos da empresa, no caso Renault, estavam acima de qualquer questionamento por parte dos executivos, dos gerentes e das vítimas, bem como no caso da morte de Cosmo Francisco dos Santos, em que a ausência de questionamentos sobre as consequências de mexer no equipamento de segurança fez com que isso acontecesse (SILVEIRA; MEDEIROS, 2014, p. 229).

Nesse cenário, em que pessoas morrem em busca de cumprir metas e objetivos impostos, os autores indagam sobre a apreensão destes fatos como crimes corporativos:

as ações que se destinam a atingir os objetivos empresariais, e que acarretam na morte de trabalhadores, tornam a noção de crime corporativo banal? Nossa resposta é sim, pois viver e morrer pelo trabalho soa como se isso fosse algo comum. Hannah Arendt analisou a total incapacidade de pensar de Eichmann para tirar do mal contemporâneo o caráter enigmático que sempre o acompanhou e colocá-lo no universo dos problemas humanos como algo que, a despeito de nos constrear, tornou-se banal. É nesse mesmo sentido que analisamos os crimes corporativos: não causam mais espanto; é um fato banal, como se fosse algo comum (SILVEIRA; MEDEIROS, 2014, p. 230).

A aproximação da temática dos crimes corporativos e os estudos organizacionais é tratado pela professora Cintia de Oliveira. O seu artigo visa uma revisão da literatura sobre o tema, buscando integrar o debate de ambas as áreas. Inicialmente apresenta o conceito legalista de crime corporativo “como referência a práticas e condutas que violam as leis criminais envolvendo corporações” (DE OLIVEIRA, 2015, p. 203). Entretanto, esse é apenas uma conceituação inicial, e o desenvolvimento deste conceito abrange o aspecto epistemológico da constituição do campo de pesquisa em administração, são considerados “o crime corporativo, principalmente, e o erro e acidentes, em menor medida, são exclusões ou marginalizações das teorias que buscam prescrições ou descrições sobre o que é a organização e sobre seu funcionamento, não se constituindo em uma problemática central para o campo” (DE OLIVEIRA, 2015, p. 205).

A marginalização desses temas não minimiza sua importância ou necessidade de estudos. Busca-se amparo em estudos adjacentes para apreender as organizações e sua relação com tais crimes corporativos. Em Morgan (1996) as organizações são retratadas como instrumentos de dominação e “o domínio ideológico das corporações que exploram e trabalhadores e nações mais pobres, ameaçam a sociedade e o meio ambiente, causam prejuízos aos consumidores e colocam a sociedade em risco”(DE OLIVEIRA, 2015, p. 205). As organizações detêm o domínio ideológico e disfarça-o como sistemas racionais de metas e objetivos, como já alertava Silveira e Medeiros (2014). O desvelar de ações organizacionais, tidas e disfarçadas como ‘normais’, exige apreender os fenômenos organizacionais como “complexos, ambíguos e multifacetados” (DE OLIVEIRA, 2015, p. 206). Entretanto, “ao sinalizar para a existência de um lado sombrio das organizações, revelam-se apropriadas para a análise da criminalidade corporativa como uma das suas problemáticas centrais” (DE OLIVEIRA, 2015, p. 206).

Diante do exposto, apreende o crime corporativo como

uma ação ou omissão ilegal ou socialmente prejudicial e danosa contra o indivíduo ou a sociedade produzida na interação de atores envolvidos em estruturas organizacionais e interorganizacionais, na busca de objetivos corporativos de uma ou mais corporação de negócios, resultando em prejuízos imateriais ou materiais aos seres vivos e às atividades humanas (MEDEIROS; SILVEIRA., 2017, p. 41).

Tal conceito subsidiou o estudo sobre um caso da Shell em Paulínia, que desde a década de 1970 contaminou água e solo e provocou mais de 60 mortes, somente as conhecidas. No artigo de Medeiros e Silveira (2017) mostra-se como ocorreu este

crime e suas consequências. Buscam aproximação com as teorias pós-colonialistas como sustento teórico. E ao relatar sobre o caso, apresentam

A partir da década de 1970, houve a proibição de produção de uma série de organoclorados em diversos países do mundo, não havendo qualquer possibilidade de que os executivos e pesquisadores da corporação, uma gigante entre as multinacionais do setor químico, desconhecêssem os riscos aos quais ela estava expondo os seus trabalhadores e a população de Paulínia, ao despejar resíduos químicos organoclorados de forma inadequada e criminosa. Não estamos nos referindo aqui a um indivíduo marcado para morrer em particular, mesmo porque não parece interessar, às corporações, a vida dessas pessoas (MEDEIROS; SILVEIRA., 2017, p. 47).

Essa passagem exemplifica a responsabilidade organizacional sobre seus atos, diferentemente da perspectiva individualista do crime organizacional cometido por um *top management*. O descarte inadequado e criminoso dos organoclorados pode ser apreendido por fatores que vão desde a forma da instalação da empresa no Brasil até a morosidade do sistema judiciário. Sobre a instalação da organização os autores relatam

A própria vinda das transnacionais para o país, àquela época, inclusive da Shell Química, ocorreu em um contexto histórico no qual os governantes manifestavam boas-vindas às consequências de suas operações, o que reflete o consentimento obtido. Essa corporação utiliza-se de seu poder econômico para realizar manobras para fugir da responsabilidade do passivo deixado por ela, o que é uma preocupação recorrente de trabalhadores e da população, totalmente procedente, devendo constituir-se em um motivador para que o governo brasileiro tome decisões a respeito do caso (MEDEIROS; SILVEIRA., 2017, p. 47).

O domínio ideológico da organização somada ao poder econômico, por ela exercida, permite a realização de atos ou atitudes com o objetivo de confundir e desmoralizar as pessoas que foram contaminadas e mortas. Os autores relatam que foram realizados exames e diagnósticos nos moradores, contudo, esta avaliação era diferente e contrária da realizada pela vigilância sanitária que apontava para 80% dos moradores. O médico contratado pela Shell, já havia respondido “a processo disciplinar no Conselho Regional de Medicina estadual por ter desrespeitado, no mínimo, 14 itens do Código de Ética Médica” (MEDEIROS; SILVEIRA., 2017, p. 47-8).

“As corporações decidem sobre a morte, sobre matar ou permitir viver, exercendo o poder de determinar quem morre, desobedecendo leis, normas, instituições, e criando formas de retardar o cumprimento da lei até ocorrer a prescrição” (MEDEIROS; SILVEIRA., 2017, p. 48). Essa atitude da organização é construída. Apoiando-se em uma legislação flexível e subsídios de instalação,

constrói, através de discursos e políticas organizacionais, uma ideologia dominante sobre as benesses: da sua instalação no local e da produção de seus produtos

as políticas da corporação presentes tanto no seu discurso quanto nas práticas descritas pelos entrevistados, de fato, tinham um objetivo: obter o consentimento acerca dos riscos para morrer. Como a corporação já tinha conhecimento da produção da morte nas suas operações, para subjugar a vida pelo poder da morte, essa orquestrava o discurso de proteção e segurança à comunidade e ao trabalhador (MEDEIROS; SILVEIRA., 2017, p. 48).

Mesmo com esse grave processo, utilizando-se destes inúmeros subterfúgios, “desenvolvimento, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental constituem o núcleo da retórica corporativa” (MEDEIROS; SILVEIRA., 2017, p. 48). Esse discurso é contrário aos inúmeros depoimentos colhidos na pesquisa e outros que constam no processo. Soma a esta retórica contraditória a luta judicial por não pagar indenizações, como denunciado no trabalho, próximo ao já denunciado por Vaughan(1999).

Como posto anteriormente e reafirmado pelos autores, “as organizações têm um lado sombrio, o qual abriga as práticas corporativas que provocam prejuízos à sociedade de modo geral, incluindo crimes corporativos de diversos tipos” (MEDEIROS; SILVEIRA., 2017, p. 49). Contudo, apreender a organização desta forma, deve-se necessariamente considerar o lado brilhante, ou ações positivas, desta organização. Como considerar esse lado quando

Essa corporação colocou o lucro e suas operações acima da vida, pois tinha conhecimento das consequências de suas práticas. A corporação engendrou diversas articulações, por meio de seus executivos e advogados, com agências reguladoras, especialistas, instituições e mesmo outras corporações, conseguindo atenuar e protelar diversas condenações e penalidades. Além disso, utilizou como armas a produção e o manuseio de substâncias letais, bem como do seu poder econômico e ideológico para obter o consentimento. Vale frisar que isso foi facilitado pela ideologia do desenvolvimento a todo e qualquer custo, o que tornou parte do Estado brasileiro conivente com as ações aqui apresentadas (MEDEIROS; SILVEIRA., 2017, p. 50).

Em diversos outros momentos no estudo os autores tecem críticas a organização, com base em outros estudos, em relato dos moradores, ou, em notícias veiculadas pela mídia. Para Brown e Reavey (2017, p. 5) ao tecer a crítica as instituições formais/legais ignoram as ações gerenciais, deixando-as praticamente intocáveis, e sugere a necessidade de

uma criticidade endoparasitária que é capaz de entrar em práticas de gestão e organização, em vez de apenas se ligar a elas externamente, e buscando os terceiros espaços onde ocorrem reversões nos modos de ordenação. É aqui, nos espaços intersticiais que emergem na alternância entre os modos

de ordenação, que uma ruptura ou desintegração genuína pode não apenas ser localizada, mas também fomentada e encorajada⁶⁰.

Na perspectiva dos autores, a mudança de postura da organização ocorrerá por força de ação individual em momentos propícios. Acredita-se que o indivíduo pode mudar esta ação, isto ocorre somente, pois, igualmente, acredita que as ações obscuras da organização se dão por força do indivíduo. Tal perspectiva da crítica apreende o fenômeno como fato psicológico individual (RODRIGUES, 2009).

4.7.1 Individualização das responsabilidades organizacionais

Esta perspectiva de individualização das responsabilidades se repete em vários estudos, faz-se necessário apreendê-las para encontrar as possíveis formas de mudança. Cohen (2016) apresenta a relação entre os comportamentos contraproducente no trabalho (CCT's) e a tríade de comportamento dos indivíduos nas organizações (Maquiavelismo, Narcisismo e Psicopatia). Os CCT's podem ser apreendidos como ações deliberadas que prejudicam a organização ou seus membros e está atrelado aos traços característicos de personalidade do indivíduo. Verifica-se nas justificativas do trabalho a individualização do erro. Com retórica que apresenta os altos custos das empresas com as fraudes “aproximadamente U\$2,9 trilhões” (COHEN, 2016, p. 70) incorre em mesmo erro e verifica-se que o proposto por Brown e Reavey (2017) tornam-se ineficientes. Assim, expõe o lado sombrio do indivíduo e mascara a organização.

As pesquisas sobre o comportamento individual intensificam e

recentemente, os psicólogos vêm a entender que existe um tipo de psicopata que não é propenso a explosões de comportamento impulsivo, violento e criminoso e que, portanto, vive pouco detectado e com sucesso na sociedade. Eles foram chamados de psicopatas de sucesso, porque conseguiram evitar contato com autoridades legais. Alguns desses psicopatas de sucesso trabalham em corporações e são chamados de psicopatas corporativos, psicopatas organizacionais ou psicopatas executivos. Os psicopatas corporativos abrangem apenas 1% das pessoas que são psicopatas e trabalham em corporações⁶¹ (COHEN, 2016, p. 70).

⁶⁰ Endoparasitic criticality that is capable of entering into management and organization practices, rather than just attaching to them externally, and seeking out the third spaces where reversals in modes of ordering occur. It is here, in interstitial spaces that emerge in the alternation between modes of ordering that a genuine disruption or breaking apart might not only located, but also fostered and encouraged.

⁶¹ Psychologists have quite recently come to understand that a type of psychopath exists who is not prone to outbursts of impulsive, violent, criminal behavior and who therefore lives relatively undetected

De acordo com a pesquisa são estes indivíduos (os psicopatas organizacionais) os responsáveis pelas ações sombrias das organizações pois “sentem-se mais confortáveis em um ambiente de trabalho que tem muito a oferecer em termos de sua necessidade de prestígio e recursos⁶²” (COHEN, 2016, p. 71). E para evitar tais comportamentos sugere que as organizações não utilizem exclusivamente ou com peso excessivo apenas a avaliação de desempenho individual.

Os psicopatas organizacionais “se parecem e se vestem como qualquer outra pessoa de negócios. Eles podem ser muito persuasivos, divertidos e podem se dar bem em entrevistas de recrutamento” ⁶³ (BODDY, 2015, p. 2408). Estas pessoas dificilmente são reconhecidas, por isso a utilização do termo ‘de sucesso’. Como característica do desvio de personalidade os psicopatas “não têm nenhum sentimento de remorso, culpa ou vergonha. Além disso, isso significa que eles são capazes de tomar decisões que colocam vidas em risco em situações em que outros gerentes tomariam decisões diferentes”⁶⁴ (BODDY, 2015, p. 2411). Estas características não permite que se tenha clareza sobre a motivação das ações, por exemplo, o crime organizacional citado por Medeiros e Silveira (2017) ocorreu por motivação individual de um funcionário que buscava o ‘melhor’ para a organização ou motivação coletiva da organização? No exemplo de crime, a motivação importa ou apenas o resultado?

É interessante ver o esforço dos pesquisadores em relacionar fenômenos macroeconômicos, multifatoriais, a reduções simplistas, como ocorre em Boddy (2015, p. 2412) após apresentar alguns casos de psicopatas corporativos que atuaram em banco e seu poder destrutivo para as organizações, sugere “a possibilidade de que a crise financeira global, de 2007 em diante, estivesse ligada à presença de psicopatas corporativos”⁶⁵. Uma crise global com perdas imensuráveis em qualidade de vida, recursos, empregos etc. reduzidos a poucos gerentes psicopatas.

and successfully in society. They have been called successful psychopaths, because they successfully evade contact with legal authorities. Some of these successful psychopaths work in corporations and have been called Corporate Psychopaths, Organizational Psychopaths, or Executive Psychopaths. Corporate psychopaths comprise the mere 1% or so of people who are psychopathic and work in corporations.

⁶² Dark triad personalities feel more comfortable in a work setting that has much to offer them in terms of their need for prestige and resources.

⁶³ Corporate psychopaths look and dress like any other business people. They can be very persuasive, fun to be around and so are able to do well at recruitment interviews.

⁶⁴ Psychopaths lack any sense of remorse, guilt or shame. Further, that this means that they are capable of making decisions that put lives at risk in situations where other managers would make different decisions.

⁶⁵ This lends credibility to the possibility that the global financial crisis, of 2007 onwards, was connected to the presence of corporate psychopaths.

Como exemplo se tem o caso de fraude financeira de Madoff's Ponzi (MANNING; STOKES; VISSER; ROWLAND *et al.*, 2018). O artigo aborda a estratégia utilizada pela empresa de investimentos para a captação e retenção de recursos mesmo havia recomendações contrárias da utilização de seus serviços. Ao relatar o fenômeno explicita a responsabilidade de Bernard, fundador, proprietário e gerente da empresa. Descrito como “um vigarista habilidoso” (MANNING; STOKES; VISSER; ROWLAND *et al.*, 2018, p. 1456), buscava explorar seus investidores pelo envolvimento, ora cultural, ora étnico. Julgado e condenado por fraude, deixou inúmeros investidores desprovidos. Contudo, a fragilidade do serviço financeiro (esse caso de repercussão foi um dos maiores, porém não foi o único) em momento algum é explicitada.

Na tentativa de apreender o comportamento dos gestores das organizações e os malefícios por eles causados, dentro da psicologia organizacional estuda-se o transtorno de personalidade adquirido (*hubris*) nos executivos. Este, está relacionada com o traço de personalidade do narcisismo (BOLLAERT; PETIT, 2010). Não é nosso objetivo discorrer sobre esta síndrome, tampouco sobre os traços de personalidade, apenas demonstrar as várias linhas de pesquisa que buscam encontrar as respostas para os problemas organizacionais nos indivíduos.

Ainda nesta perspectiva de pesquisa a recomendação de Marshall *et al.* (2015) baseia-se na busca e destruição dos psicopatas organizacionais, os indivíduos responsáveis pelo crimes corporativos. De inspiração militar, esta estratégia, pretende fornecer elementos para a identificação destes indivíduos e demissão, pois causam mal para a organização. Os próprios autores questionam sobre a estratégia destes indivíduos para que permaneçam em seus postos nas organizações. Inclusive, esta proposta vai de encontro com a sugestão de Cohen (2016). Isso mostra a dualidade e não convergência das estratégias utilizadas para combater tal comportamento, inclusive corroborando a existência dos crimes corporativos independentemente do combate aos psicopatas organizacionais.

Outra frente de pesquisa em estudos organizacionais são os comportamentos positivos organizacionais, dentre estes comportamentos encontra-se o conceito de comportamento de cidadania organizacional (CCO). Entendidos como “aqueles comportamentos que muitas vezes vão além da descrição do trabalho de um funcionário e incluem atos como ajudar os outros, assumir responsabilidades adicionais, colocar horas extras, defender a organização e falar sobre questões

organizacionais importantes”⁶⁶ (BOLINO; KLOTZ; TURNLEY; HARVEY, 2013, p. 542). Tais comportamentos tendem, quando normatizados, à ganhos para os funcionários, desde o processo de recrutamento até na manutenção dos bons trabalhadores. Isto ocorre porque “os funcionários gostam de trabalhar em um ambiente onde todos se apoiam mutuamente e está disposto a esforçar-se para ajudar a organização a ter sucesso”⁶⁷ (BOLINO; KLOTZ; TURNLEY; HARVEY, 2013, p. 544).

Contudo, os autores advertem que “um local de trabalho onde a cidadania é a norma não é necessariamente uma bênção para todos os funcionários. De fato, vários estudos indicaram que pode haver um lado negativo no trabalho em organizações onde as CCO’s são predominantes”⁶⁸ (BOLINO; KLOTZ; TURNLEY; HARVEY, 2013, p. 544). Visualiza-se que os CCO’s se tornam compulsórios, deixando de lado a ideia inicial de atitudes voluntárias. Tais fatos são consonantes com o poder ideológico das organizações, que disseminam propostas ditas ‘positivas’ de gestão e impõem a seus trabalhadores. Isso se dá basicamente por dois fatores: expectativas dos supervisores ou apreensão que os CCO’s são parte de suas tarefas cotidianas. O envolvimento dos funcionários nestas ações se dá “porque estão preocupados em perder o emprego por causa de condições econômicas precárias, demissões ou outras incertezas, e que o envolvimento em comportamentos de cidadania pode fornecer uma maneira de os trabalhadores se destacarem de seus pares”⁶⁹ (BOLINO; KLOTZ; TURNLEY; HARVEY, 2013, p. 544).

Como implicações da utilização dos CCO’s nas organizações, tem-se a possibilidade de desenvolvimento de comportamento contraproducentes

os funcionários muitas vezes se sentem zangados e ressentidos quando se sentem compelidos a assumir tarefas extras ou trabalhar horas extras por causa de restrições organizacionais (por exemplo, recursos inadequados), planejamento ou comunicação inadequados, ou para compensar o baixo desempenho de seus colegas de trabalho. Esses sentimentos de raiva podem então provocar um comportamento contraproducente. Além disso, a raiva também pode resultar quando os funcionários não recebem o

⁶⁶ citizenship behaviors are those behaviors that often go beyond an employee’s job description and include acts like helping others, taking on additional responsibilities, putting in extra hours, defending the organization, and speaking out about important organizational issues.

⁶⁷ Employees enjoy working in an environment where everyone supports one another and is willing to go the extra mile to help the organization succeed.

⁶⁸ However, a workplace where citizenship is the norm is not necessarily a blessing for all employees. Indeed, a number of studies have indicated there may be a dark side to working in organizations where OCBs are prevalent.

⁶⁹ Because they are worried about losing their job because of poor economic conditions, layoffs, or other uncertainties, and that engaging in citizenship behaviors may provide a way for workers to stand out from their peers.

reconhecimento ou as recompensas que esperam como resultado de sua CCO⁷⁰ (BOLINO; KLOTZ; TURNLEY; HARVEY, 2013, p. 550).

Este ambiente organizacional promove o surgimento de comportamentos repreendidos por toda a sociedade. Assim, a tentativa dos pesquisadores da área em relacionar o comportamento contraproducente à comportamentos individuais maléficos (COHEN, 2016) são artifícios ideológicos de responsabilização dos trabalhadores pelos problemas criados pelas próprias organizações. Com rótulos aparentemente positivos promove nas organizações comportamentos prejudiciais a todos. Nas organizações que promovem CCO's também emprega psicopatas organizacionais, como estas empresas diferenciam estes funcionários? Como os psicopatas bem sucedidos apresentado por Cohen (2016) reagem nestas organizações que possibilitam a promoção com base em atitudes individuais? A empresas que adotam os comportamentos positivos estão possibilitando o desenvolvimento de psicopatas? E, principalmente, são estes indivíduos os responsáveis pelas ações danosas das organizações?

Há tentativa de junção explicativa das duas correntes predominantes na apreensão do *dark side*, e se dá pelo (des)engajamento moral das organizações (MEDEIROS; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2018). Sente sentido, entende-se as corporações enquanto *persona* transplantando o comportamento moral e suas implicações para as organizações. Isso ocorre “quando as corporações se envolvem em condutas transgressoras, tal qual como acontece com a pessoa, elas se tornam suscetíveis para adotar mecanismos de desengajamento moral, uma forma de desligamento seletivo de autorrepreensão moral” (MEDEIROS; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 76). Os autores, baseado em Bandura *et al* (2000 apud MEDEIROS; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 76) apresentam oito mecanismos de desengajamento moral, são eles:

- (a) justificativa moral – justificação da conduta repreensível pela sua retratação, por ter sido adotada com propósitos sociais ou morais valorizados, como, por exemplo, a alegação de que algo foi feito em defesa da honra;
- (b) rotulagem eufemística – mascaramento de atividades reprováveis ou atribuição de um status respeitável a elas, e, através da higienização e de um discurso sedutor, a conduta destrutiva torna-se positiva;
- (c) comparação vantajosa – exploração de comparações das vantagens da conduta

⁷⁰ Employees often feel angry and resentful when they feel compelled to take on extra duties or work extended hours because of organizational constraints (e.g., inadequate resources), poor planning, or communication, or to make up for the poor performance of their coworkers. These feelings of anger may then elicit counterproductive behavior. In addition, anger may also result when employees do not receive the recognition or rewards they expect as a result of their OCB.

transgressora em relação a outras mais graves, fazendo com que esta assuma diferentes qualidades e, dependendo de com o que é contrastada, pode ser vista como benevolente; (d) deslocamento da responsabilidade – atribuição da responsabilidade às pressões sociais ou às imposições de outros, e não à sua conduta; (e) difusão da responsabilidade – atribuição da responsabilidade ao grupo ou ao comportamento dos outros; (f) minimização, ignorância ou distorção das consequências – alegações de que os fins justificam os meios, envolvendo esforços para desacreditar as provas relativas aos danos causados pela conduta transgressora; (g) desumanização – negação das qualidades humanas das pessoas ou atribuição de qualidades bestiais a elas; nesse caso, as pessoas não são vistas como seres com sentimentos, esperanças e preocupações; e (h) atribuição de culpa – fixação da culpa nos outros ou nas circunstâncias, chegando ao ponto de ver suas vítimas como culpadas e merecedoras dos prejuízos.

E tal fenômeno tem como objetivo reduzir os efeitos nocivos das ações executadas, busca construir no público interno e externo a aceitação do fato, ou somente, a não reprovação por completo, evitando ações repressivas, desde denúncias até boicotes (MEDEIROS; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2018). Como resultados “as vítimas das transgressões corporativas são moralmente excluídas e percebidas como não merecedoras de consideração moral, e, portanto, são dispensáveis e elegidas para o dano” (MEDEIROS; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 76).

Como alertado no início por Vaughan (1999) muito se é dispendido para mascarar o erro cometido. No estudo de Medeiros, Silveira e Oliveira (2018, p. 84) é clarificado todo este esforço, e as medidas de construção do discurso palatável sobre o crime organizacional envolvendo a Samarco Mineração S.A.⁷¹. A corporação objetivou:

(a) deslocar a culpa de si para outros, seja a natureza ou outros envolvidos; (b) evidenciar, com laudos de especialistas, que as consequências ao meio ambiente não são tão graves e a população está sendo atendida com as indenizações e as ações para acomodação daqueles que perderam suas casas; e (c) mascara o crime mostrando sua atuação eficiente, responsável e, sobretudo, dizendo que foi um acidente. Ao utilizar o mecanismo de minimização, a empresa desconsidera, nas declarações da empresa, a pior das consequências, que são as vidas perdidas (MEDEIROS; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 84).

⁷¹ No final do ano de 2015, a Samarco Mineração S. A., uma companhia brasileira do ramo de mineração fundada em 1977 e controlada por uma joint venture entre a BHP Billiton Brasil Ltda. e a Vale S.A., protagonizou um crime corporativo ambiental, quando a Barragem de Fundão, de rejeitos de mineração de ferro, sob sua administração, rompeu-se, ocasionando a morte e o desaparecimento de pessoas, destruindo o distrito de Bento Rodrigues-MG, a fauna e a flora, soterrando nascentes e contaminando a região e seu entorno. Ao desaguar no Rio Doce, os rejeitos atingiram mais de 40 cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo, chegando ao Oceano Atlântico. Os esforços das empresas, antes de ressarcir a população atingida pelos danos causados, foram dirigidos à ocupação de espaços publicitários para negar sua responsabilidade do crime corporativo ambiental (MEDEIROS; SILVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 72).

Um estudo desenvolvido por Wahab *et al.* (2014) discute sobre a previsibilidade e acompanhamento das falhas humanas nos acidentes. Na introdução do artigo apresenta o seguinte fato “neste século 20, há uma urgência em aumentar o foco no fator humano (FH), uma vez que até 99% das perdas acidentais (exceto por desastres naturais) começam com erro humano (EH), que é apoiado por dados de mais de 1.500 investigações⁷²” (p. 658). Importante considerar que o vínculo dos pesquisadores é com a universidade tecnológica PETRONAS, da Malásia. Mesmo que o foco da investigação não seja as causas dos acidentes e sim o sistema de prevenção há uma necessidade dos autores em expor e responsabilizar o trabalhador pelas perdas. Tal fato reforça a necessidade das corporações em minimizar ou esconder seus erros, transferindo a responsabilidade apenas para o operador.

Essa pesquisa remete a discussão proposta por Corbett (2015) sobre a Lei Yerkes-Dodson. Uma pesquisa na área de psicologia que estudou a relação entre o estresse e o desempenho em ratos. Observou a relação um gráfico em U, no qual concluíram que aumentando o estresse sobre o indivíduo, até determinado ponto, isso seria transformado em desempenho. Obstante às conclusões propostas tem-se as questões inerentes ao método, e conforme relatado pelo autor, um falseamento na utilização destes dados. Alguns anos depois, uma publicação, ao referenciar a pesquisa de Yerkes e Dodson, o fez em forma de lei. Observa similitudes entre a pesquisa realizada na Universidade Petronas (WAHAB; RUSLI; SHARIFF; BUANG, 2014), pois é há interesse da proprietária da universidade, uma empresa multinacional de extração de petróleo, em subjugar ou mesmo dirimir os acidentes de trabalho e seus impactos.

Resgando o estudo de Gyekye (2010, p. 413) que afirma que “o trabalhador que se considera consciente, responsável e diligente tem maior probabilidade de se comportar dessa maneira. Quando confrontados com fracassos, esses trabalhadores serão mais orientados para o domínio, procurando maneiras de melhorar suas habilidades e desempenho, em vez de se resignarem ao destino⁷³”. Em uma organização que 99% dos acidentes de trabalho possuem origem em erros humanos

⁷² In this 20th century, there is an urgency to increase focus on HF since up to 99% of accidental losses (except for natural disasters) begin with human error (HE) that is supported by data from more than 1500 investigations.

⁷³ The worker who views himself as conscientious, responsible, and diligent is more likely to behave that way. When faced with failures, such workers will be more mastery-oriented, looking for ways to improve their skills and performance rather than resigning themselves to fate.

há uma deficiência mínima da organização de fazer com que o trabalhador sinta-se responsável e diligente pela sua própria e a segurança de terceiros.

Os posicionamentos teóricos sobre *dark side* culminam na apreensão do comportamento das organizações ou dos indivíduos que as compõe. A dissociação destes apenas dificultará o entendimento na totalidade do fenômeno. A construção da história individual, são e estão delimitadas pelas circunstâncias que a compõe, no contexto histórico presente. E estas, são condições moldadas e permitidas por este (o capitalismo) sistema de produção destrutivo (BANERJEE, 2008).

A individualização das responsabilidades já fora apresentada nessa tese quando discutido sobre os acidentes de trabalho, que há uma tentativa de desqualificação do trabalhador, para imputar a culpa do acidente para a vítima. Também pode ser observado no caso do trabalhador adoecido, com discopatia degenerativa avançada cervical e lombo sacra, que impedido de trabalhar não conseguiu comprovar a ligação entre o evento que o tornou enfermo e suas atividades de trabalho, sendo submetido a inúmeras idas e vindas a perícia do INSS. E retomando o idem de crimes organizacionais, recorda-se dos três casos apresentados que resultaram em óbito do trabalhador, de forma unânime os acidentes aconteceram por desleixo da empresa. A ausência de um interruptor; uma tomada sem aterramento eficiente acoplado na base metálica da esteira e a ausência de guarda-corpo em uma lagoa de rejeito.

5 NOTAS FINAIS

Nestas notas finais, preponderou e realizou um fechamento necessário ao trabalho desenvolvido, contudo, sabe-se que tais elementos elencados, são uma fração do todo que merece e precisa ser investigado. O tom de desfecho do trabalho não significa encerramento da pesquisa e sim, fim do produto proposto para a apresentação: é a apreensão do objeto em sua totalidade no instante pesquisado.

Se propôs, nesta tese, comprovar a relação diretamente proporcional entre a intensificação e os afastamentos do trabalho, nos frigoríficos e empresas de processamento de carne e seus subprodutos no estado de Mato Grosso do Sul. A exposição dos dados realizado na tabela 12, p. 135, demonstra o aumento da exploração do trabalho quando mensurado pelo número de trabalhadores do setor e o total da produção. Foi possível constar que o trabalhador equivalente no ano de 2017, produziu 75% mais que em 2007. Acrescenta que no período de 2007 a 2017 foi inserido as pausas de recuperação térmica, assim os trabalhadores tiveram uma redução de 11,36% em seu tempo de trabalho, foram inseridas três pausas de 20 minutos cada na sua jornada de trabalho, assim, o trabalhador que está disponível na empresa por oito horas e quarenta e oito minutos, após 2013, produz durante sete horas e quarenta e oito minutos. A redução do tempo não influenciou na produção, ao contrário, ampliou-a, reduzindo o tempo necessário da força de trabalho. Em números absolutos e relativos a pausa psicofisiológicas inseridas na NR-36 ampliou ainda mais a produção e intensificação do trabalho.

A ampliação do mais-valor produzido, está conexo e amplia-se para fatores externos a fábrica: houve no período estudado aumento no peso da carcaça do bovino abatido. O crescimento no tamanho da peça faz com que o trabalhador tenha que dedicar mais força para puxar, empurrar; há mais carne para refilar; aumentando o esforço necessário para a execução do seu trabalho. Este fator, amplia o processo de intensificação do trabalho que pode ser apontado como principal consequência o adoecimento dos trabalhadores. Atenta-se para o fato de, nas entrevistas e conversa informais com os trabalhadores, gerentes e representantes sindicais, todos apontarem a produção em número de cabeças abatidas. Indica-se aqui que o abate de 100

cabeça de bovino nos dias atuais, exige aplicação de mais trabalho que o abate da mesma quantidade de bovinos a 10 anos.

A intensificação ocorrida no período, levou ao aumento do número de afastamentos de longo período nos anos de 2007 a 2017 (BRASIL, s.d.). Há uma massa de trabalhadores afastados em longos períodos, foram 1387 trabalhadores afastados de suas atividades laborais durante o ano de 2017, por 360 dias ou mais. Esse número representa 5,3% dos trabalhadores do setor. No início do período, em 2007, há registros de apenas 36 afastamentos de longo período. Optou-se por considerar o tempo de afastamento, e por isso, caracterizado por longos período ao invés de buscar os afastamentos por motivos laborais. A não segmentação entre motivos laborais e não laborais, deu-se, pois, há registros de pessoas adoecidas sobre o mesmo CID, desempenhando a mesma função, com seus dados de afastamentos que identificam o adoecimento como externo ao frigorífico, registrados com o código B31, no INSS.

De forma concomitante aos adoecimentos, há os acidentes e as reincidências dos acidentes de trabalho. O fato de o evento ocorrer repetidas vezes indica uma patologia organizacional. Inclusive, a reincidência solapa as considerações de erro humano. Se o erro ocorre variadas vezes, ele está imbricado no processo produtivo. Foi incorporado como algo normal, corriqueiro e que está prestes a ocorrer novamente.

Dentre os objetivos específicos se propôs a examinar as causas contra-arrestantes à lei de queda tendencial da taxa de lucro. Relembra-se que as causas contra-arrestantes apontas em Marx (2017) são: o aumento do grau de exploração do trabalho; compressão do salário abaixo do seu valor; barateamento dos elementos do capital constante; a superpopulação relativa; comércio exterior; e, o aumento do capital acionário.

Das causas elencadas, foram verificáveis no material de pesquisa disponível, o aumento do grau de exploração do trabalho, como exposto acima. A compressão do salário abaixo do seu valor, uma vez que no período houve intensificação do trabalho em 1,75 vezes, e o salário oscilou próximo a estabilidade, em linha tendencial a queda, de 2,08 salários mínimos em média em 2007 para 2,02 salários mínimos em média em 2017. E o aumento do capital acionário, tal medida ocorre pela correlação das alterações da forma jurídica das empresas, presume-se aqui, que as alterações jurídicas expostas na tabela 8, p. 97, ocorreu para a captura de recursos.

Os demais itens, apesar de elementos que suscitam sua ampliação, não se pode concluir, detalha-se: o barateamento dos elementos do capital constante não houve elementos probantes dentre os matérias pesquisados que pudessem afirmar alterações do seu padrão, além do desgaste e depreciação do capital constante; a superpopulação relativa, variável externa ao setor teve sua ampliação pela crescente número de desempregados, contudo, sem ligação exclusiva com os frigoríficos, que pelo contrário no período ampliou a sua oferta de vagas de empregos; por fim, o comércio exterior, mesmo com indicativos de aumento da demanda de exportação, não foi possível isolar, dentre o quantum de produção dos frigoríficos de Mato Grosso do Sul foi exclusivamente destinado à exportação, há um volume de transferência de produtos entre as unidades de uma mesma empresa para depois assumir seu destino final, assim, os registros de transporte da carne, o estado de São Paulo é o principal recebedor da carne sul-mato-grossense, que por sua vez, dá destinação final através do porto de Santos.

Ao apreender as condições de trabalho e os processos de trabalho, verificou-se a utilização da extensão da jornada de trabalho [mais-valor absoluto] com o aumento da produção em período habitual de trabalho [mais-valor relativo]. O agravo dessa situação se dá, pois conforme conta no Anexo V, p. 281, o estado de Mato Grosso do Sul encontra-se em regiões climáticas quente e sub-quente, em tais condições os trabalhadores que desempenham sua função em ambientes com temperaturas inferiores a 15º em clima quente e 12º em clima sub-quente não poderiam ampliar a sua carga horário [fazer hora-extra] contudo, o que se vê na figura 17, p. 125, e figura 19, p. 128, e também, na tabela 10, p. 129 – além dos registros de infrações anotadas pelos fiscais do trabalho – é justamente o contrário.

Constatou-se, também, a centralização das unidades frigoríficas em alguns grupos empresariais, que com perspectivas de ampliação das suas unidades possuem a prática de aquisição de outras unidades. A figura 5, p. 95, demonstra que seguindo a tendência dos últimos 10 anos tende-se ao monopólio. Em 2017, um único grupo empresarial, em suas sete plantas, foram responsáveis pelo abate de aproximadamente 40% dos bovinos do estado de Mato Grosso do Sul.

A relação entre política de segurança e saúde do trabalho e as práticas empresariais no setor de frigoríficos pode ser evidenciada pelos autos de infração nas fiscalizações realizadas. Em um cenário amplo, dos 35 estabelecimentos com registros ativos no SIF, apenas seis, 17%, não possuem infrações trabalhistas

registradas. Conforme descrito no texto, houve inspeção que os fiscais trabalhistas registraram 155 autuações.

A forma de abate ainda nos remete aos primeiros abatedouros do século passado. Houve a inserção de ferramentas mecanizadas, contudo, não se observa a mecanização dos processos produtivos referente ao abate e ao processamento dos produtos. As máquinas inseridas auxiliam em funções onde exigiram muito esforço, com o quebrador de cabeça, ou, no transporte dos produtos, como a mecanização das nóreas e esteiras elétricas. Os casos de automação encontram-se em produtos localizados, como o processo de separação mecanizada da carne – CMS – normalmente utilizada em produtos de aves, e a fabricação de hambúrgueres e outros embutidos.

Alguns casos de acidente de trabalho foram suscitados para exemplificar como eles ocorrem. Se sabe que as causas para os acidentes são variadas, contudo, identifica fatores comuns, como a precariedade das instalações e o descumprimento das exigências técnicas para o funcionamento da empresa. O elemento das repetições dos acidentes clarifica sobre a – não – importância dada pelas empresas para área da saúde e segurança do trabalhador. Os eventos são recorrentes e as ações sempre corretivas. A instalação de um simples interruptor teria salvo a vida do trabalhador, no caso já explicitado. Soma-se a isso, a necessidade de parte das organizações em responsabilizar a vítima do acidente, exaurindo suas responsabilidades. As investigações realizadas pelas empresas demonstram a imputação da responsabilidade no trabalhador. Por vezes, já sem vida para conseguir afirmar o contrário.

É possível observar avanços institucionais a implementação de normas regulamentadoras da jornada de trabalho, contudo, não suficientes para inibir o adoecimento. Verifica-se no estado de Mato Grosso do Sul o contrário. A norma tem agravado a situação de exploração do trabalhador. Faz-se necessário o esforço coletivo por parte dos trabalhadores, em suas organizações sindicais, em apreender as mudanças ocorridas no setor, para que possam dirimir e manter a sua força produtiva saudável. É necessário, também, esforços governamentais no sentido da fiscalização das atividades, pois dentre as limitações de acesso aos dados, foi constatado discrepância entre os dados apresentados em cada um dos órgãos, permitindo inferir que há manipulação e omissão das informações que impactam as

fábricas pesquisas, a exemplo, o número de CAT's informadas possuem impacto no fator de cálculo para o recolhimento do RAT.

Por fim, descreve algumas recomendações aos órgãos e entidades que se mantiveram contado durante o processo de construção dessa tese. A Fundacentro possibilitou diálogo e facilitou a apreensão diferentes esferas de atuação dos órgãos de fiscalização e apoio aos trabalhadores. Se faz necessário uma ampliação do diálogo com os trabalhadores – objeto de suas ações – um enraizamento que facilite a compreensão do trabalhador não só como beneficiário da ação, também como proponente. O trabalhador deve ser central nas discussões e proposituras de agendas.

A Secretaria Estadual de Saúde, por meio da Superintendência de Vigilância em Saúde (SVC), e a Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Trabalhador (CVIST) que tem administrado o SINAN no estado de Mato Grosso do Sul, recomenda-se uma maior interação com os sistemas de Comunicação de Acidente de Trabalho, da Secretaria do Trabalho, do Ministério da Economia, se possível via convênio com o Ministério. Como sabido, algumas áreas econômicas do estado de Mato Grosso do Sul concentram um maior número de acidentes e adoecimentos relativos ao trabalho. No processo de identificação dos adoecimentos, alguns procedimentos médicos são recorrentes, poder-se-ia mapear os pedidos e realizações desses procedimentos. A exemplo, a dorsalgia é um dos principais diagnósticos de adoecimento do trabalho relacionados aos frigoríficos. Para o efetivo diagnóstico são realizados exames de imagens, normalmente tomografias. Conforme consta no DATASUS (2019), o estado de Mato Grosso do Sul, possui em novembro de 2019, 13 aparelhos de tomografia, divididos em quatro cidades do estado: Campo Grande, Corumbá, Dourados, e, Três Lagoas. Outra possibilidade, é a instrução aos médicos, que as emissões de atestado de óbito poderiam ampliar a investigação de ligação do motivo do óbito as condições e ambiente de trabalho. As mortes não ocorreram necessariamente em um acidente de trabalho, mas em decorrência do trabalho. Em 2017, 1014 trabalhadores vieram a óbito, ainda desempenhando suas atividades laborais. As motivações dos óbitos não havia correlação ao trabalho? Responder tal questão, permitiria adensar os esforços na manutenção da vida digna do trabalhador.

O Ministério Público do Trabalho aponta – em suas ações – questões corretivas referente ao ambiente de labor e respeito a legislação trabalhista vigente. Essas ações poderiam ser ampliadas e aproximar-se do trabalhador. Consta-se que nas

inspeções e visitas os trabalhadores buscam relatar suas condições de trabalho. Tal comunicação poderia ser aproximada e de fluxo contínuo.

Ao Tribunal Regional do Trabalho quando relacionado a adoecimento e acidentes de trabalho é importante considerar o ambiente de forma ampliada. O trabalhador reclamante não é o primeiro e, infelizmente, não é o último a requerer e principalmente, relatar tal evento. O adoecimento e acidentes de trabalho não são fatos isolados. Em sua totalidade o ambiente é inóspito e tem levado o trabalhador ao adoecimento.

As investigações de inquéritos da Polícia Civil, poder-se-ia considerar a ampliação do evento, para além da causa última. Faz-se necessário apreender por quanto tempo aquele evento ocorria, se já houve pequenos incidentes que foram ignorados, etc. A ampliação do evento, permite a apreensão geral da causa.

Aos sindicatos e representações trabalhistas faz-se necessário apreender a sua posição na relação dialética capital/trabalho. O trabalhador enquanto objeto central dessa disputa precisa ser defendido e aglutinado. É necessário considerar as causas para além de sua aparência. A exemplo as horas extras – que de maneira imediata possibilita um ganho complementar – tem sugado a saúde do trabalhador e força vital para o trabalho. Ademais, a NR-36 dá alento sobre a força institucional e, também, referenda preocupação de parte do Estado na proteção da vida dos trabalhadores. Porém, não se pode apreender como evento fim. A conquista foi sem precedentes e de dimensões inimagináveis, todavia, a sua efetivação deve ser reafirmada diuturnamente.

Por último, mas não menos importante, aos colegas pesquisadores, apreenda a amplitude de suas pesquisas, e que um grupo social poderá se beneficiar dela. Se possível, opte pelos trabalhadores, muitas vezes invisibilizados. O pesquisar a temática de segurança e saúde do trabalhador permite conhecer a realidade desses indivíduos e, só assim, ela pode ser transformada. Clarifique os problemas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, M. M.; ALTAF, J. G. Análise Crítica do Discurso em Administração e em Gestão: Sistematização de um 'Framework' Metodológico. **Revista ADM.MADE**, v. 22, n. 2, 2018.

ABNT. **NBR 14280**. Cadastro de acidente de trabalho: procedimentos e classificação. ABNT, A. B. D. N. T.-. Rio de Janeiro: ABNT. 14280. 2001.

ACRISSUL, A. D. C. D. M. G. D. S. Institucional. Campo Grande, 2019. Disponível em: < <http://www.acrissul.com.br/institucional> >. Acesso em 08 de set. de 2019.

AGRICULTURA, M. D. **Sistema de Informação do Sistema de Inspeção Federal**. 2018. Disponível em: <http://sigsif.agricultura.gov.br> Acesso em 05 de jun. de 2018.

AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a Síndrome do Avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.

ALMEIDA, I. M. D. et al. Modelo de Análise e Prevenção de Acidentes - MAPA: ferramenta para a vigilância em Saúde do trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4679-4688, 2014.

ALMEIDA, L. T. D. C.; BENEVIDES, T. M.; DUTRA, R. Q. Management and precarious work: an analysis of the influence of Management Performance in the lives of workers in Call Centers
Gestão e precarização do trabalho: Uma Análise da influência da Atuação Gestora na Vida dos Trabalhadores de Call Centers. **RISTI - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, n. 28, p. 72-85, 2018.

ALVES, G. **O duplo negativo do capital: ensaio sobre a crise do capitalismo global**. Bauru: Canal 6, 2018.

ALVES, G. L. MATO GROSSO E A HISTÓRIA: 1870-1929 (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). **Boletim Paulista de Geografia**, n. 61, p. 5-82, 1984. Disponível em: < <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/995/886> >. Acesso em 27 de set. de 2019.

ALVES, J. C. L.; JACKSON FILHO, J. M. TRABALHO, SAÚDE E FORMAÇÃO POLÍTICA NA ENQUETE OPERÁRIA DE MARX. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, p. 13-31, 2017. ISSN 1981-7746. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000100013&nrm=iso>. Acesso em 27 de jun. de 2017.

ALVESSON, M.; KARREMAN, D. Varieties of discourse: On the study of organizations through discourse analysis. **Human Relations**, v. 53, n. 9, p. 1125-1149, 2000. ISSN 0018-7267. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000089347400002 >. Acesso em 27 de jun. de 2017

_____. Decolonializing discourse: Critical reflections on organizational discourse analysis. **Human Relations**, v. 64, n. 9, p. 1121-1146, 2011. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000294449400001 >. Acesso em 27 de jun. de 2017

ANDRADE, D. P. As fissuras do horizonte: utopia, a despeito da nebulosa neoliberal. In: PADILHA, V. (Ed.). **Antimanual de gestão: desconstruindo os discursos do management**. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

ANTAO, P. et al. Identification of Occupational Health, Safety, Security (OHSS) and Environmental Performance Indicators in port areas. **Safety Science**, v. 85, p. 266-275, 2016. ISSN 0925-7535. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000373548700026 >. Acesso em 15 de jan. de 2018

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11^a. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, p. 405-419, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&nrm=iso >. Acesso em 15 de nov. de 2018

ANTUNES, R.; PRAUN, L. The society of illness at work
A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, v. 0, n. 123, p. 407-427, 2015. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0101-66282015000300407 >. Acesso em 15 de nov. de 2018

ANTUNES, R. L. C. **O caracol e a concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletário de serviços na era digital**. São Paulo, SP: Boitempo 2018.

ARAUJO, P. H. F. D. Capitalismo, Estado e política: notas a partir de Chasin e do Gramsci de Carlos Nelson Coutinho. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 1, p. 26-36, 06 2013. ISSN 1982-0259. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S1414-49802013000100004 >. Acesso em 30 de mar. de 2019

AREOSA, J. **Riscos e sinistralidade laboral: um estudo de caso em contexto organizacional**. 2010. 436 (Doutorado). Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

ARIZMENDI, L. The global debate on the Critique of political economy in the 21st century. **Trimestre Economico**, v. 86, n. 343, p. 545-578, 2019. ISSN 0041-3011. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000474369300003 >. Acesso em 30 de nov. de 2019

ARRUDA, Z. J. D.; SUGAI, Y. **Regionalização da pecuária bovina no Brasil**. Campo Grande: Embrapa-CNPGC, 1994. Disponível em: <
<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/316670>>. Acesso em 30 de abr. de 2019

ASHER, R.; DUNN, M. L. Organized Labor and the Origins of the Occupational Safety and Health Act. **NEW SOLUTIONS: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy**, v. 24, n. 3, p. 279-301, 2014. Disponível em: <
<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2190/NS.24.3.d>>. Acesso em 27 de jun. de 2017

AURÉLIO NETO, O. P. **Estratégia espacial no mercado mundial de carne: a internacionalização do setor frigorífico brasileiro**. 2018. (Doutorado). Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO.

B3. Ações. 2019. Disponível em: <www.b3.com.br>. Acesso em 20 de jan. 2019.

BACHELET, V. C. Work-related injuries resulting in death in Chile: a cross-sectional study on 2014 and 2015 registries. **Bmj Open**, v. 8, n. 6, p. 8, 2018. ISSN 2044-6055. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000435567900043 >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC 2006.

BANERJEE, S. B. Necrocapitalism. **Organization Studies**, v. 29, n. 12, p. 1541-1563, 2008. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000262317400003 >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

BARADAN, S.; DIKMEN, S. U.; KALE, O. A. Impact of human development on safety consciousness in construction. **International Journal of Occupational Safety and Ergonomics**, v. 25, n. 1, p. 40-50, 2019. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000453395600006 >. Acesso em 30 de jan. de 2019.

BARROS OLIVEIRA, P. A.; MENDES, J. M. R. Work process and working conditions in poultry processing plants: report of a survey on occupational health surveillance. **Ciencia & Saude Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4627-4635, 2014. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000344965800003 >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

BENDELL, J.; SUTHERLAND, N.; LITTLE, R. Beyond unsustainable leadership: critical social theory for sustainable leadership. **Sustainability Accounting Management and Policy Journal**, v. 8, n. 4, p. 418-444, 2017.

BENINI, E. G. **Política educacional e educação a distância: as contradições engendradas no âmbito do trabalho docente**. 2012. 284 (Doutorado). CCHS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

BENINI, E. G.; BENINI, É. A.; NEMIROVSKY, G. G. Paradigms of governance and legitimacy: democracy as a form of domination
Paradigmas de administração e legitimidade: a democracia como forma de dominação. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 89, p. 200-220, 2019. Disponível

em: < <Go to ISI>://SCIELO:S1984-92302019000200200 >. Acesso em 30 de set. de 2019

BERING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: destruição do Estado e a perda de direitos**. 2ª. São Paulo, SP: 2018, 2018.

BERNARDO, J.; DELGADO, R. Acidente de trabalho - contribuição para uma análise. **Revista de Administração de Empresas**, v. 27, n. 3, p. 39-44, 1987. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/12141/acidente-de-trabalho---contribuicao-para-uma-analise> >. Acesso em 27 de nov. de 2017.

BISPO, D. A.; SIQUEIRA, E. S. Análise Crítica do Discurso: Uma Abordagem Teórico-Metodológica para Debater o Campo da Administração. **Caderno Profissional de Administração da UNIMEP**, v. 8, n. 2, p. 79-94, 2018. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/51404/analise-critica-do-discurso--uma-abordagem-teorico-metodologica-para-debater-o-campo-da-administracao> >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

BITTLE, S. Rational corporation meets disciplined worker: The (re)production of class subjects in corporate crime law reform. **Capital & Class**, v. 40, n. 2, p. 282-303, 2016. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309816815603167> >.

BITTLE, S.; LIPPEL, K. Recent Trends in Corporate Criminal Liability. **Policy and Practice in Health and Safety**, v. 11, n. 2, p. 1-7, 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/14774003.2013.11667786> >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

BITTLE, S.; STINSON, L. Corporate killing law reform: A spatio-temporal fix to a crisis of capitalism? **Capital & Class**, v. 0, n. 0, 2018. Disponível em: < <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309816818780644> >. Acesso em 12 de dez. de 2018.

BODDY, C. R. Organisational psychopaths: a ten year update. **Management Decision**, v. 53, n. 10, p. 2407-2432, 2015.

BOLINO, M. C. et al. Exploring the dark side of organizational citizenship behavior. **Journal of Organizational Behavior**, v. 34, n. 4, p. 542-559, 2013.

BOLLAERT, H.; PETIT, V. Beyond the dark side of executive psychology: Current research and new directions. **European Management Journal**, v. 28, n. 5, p. 362-376, 2010.

BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Memórias, linguagens e construção de sentidos. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L., et al (Ed.). **Análise do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v.2, 2008.

BRAIT, B. et al. Seeking Meanings: Possible Dialogues

Buscando os sentidos: diálogos possíveis. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 13, n. 2, p. 2-5, 2018. Disponível em: <<Go to ISI>://SCIELO:S2176-45732018000200002 >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 24.637, de 10 de Julho de 1934**. Rio de Janeiro: DOU. 24.637 1934.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. 5452**. Brasília: DOU. 5452 1967.

_____. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. 8.213**. Brasília: DOU. 8.213 1991.

_____. **Decreto nº 3.408 de 6 de maio de 1999**. CIVIL, C. Brasília: D.O.U. 1999.

_____. **Lei 10.666 de 8 de maio de 2003. 10666**. Brasília: DOU 2003.

_____. **Resolução nº 1.236 de 28 de abril de 2004. 1236**. SOCIAL, C. N. D. P. Brasília: DOU 2004.

_____. **Resolução 1.269 de 15 de fevereiro de 2006. 1269**. SOCIAL, C. N. D. P. Brasília: DOU 2006.

_____. **Resolução 1.308, de 27 de maio de 2009. 1308**. SOCIAL, C. N. D. P. Brasília: DOU 2009.

_____. **Resolução 1.316 de 31 de maio de 2010. 1316**. SOCIAL, C. N. D. P. Brasília: DOU 2010.

_____. **Portaria nº 226 de 24 de maio de 2011**. EMPREGO, M. D. T. E. e TRABALHO, S. D. I. D. Brasília: DOU 2011.

_____. **Decreto 8.373 de 11 de dezembro de 2014**. CIVIL, C. Brasília: D.O.U. 2014.

_____. **Resolução 1.327 de 24 de setembro de 2015. 1327**. SOCIAL, C. N. D. P. Brasília: DOU 2015.

_____. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017** 2017a.

_____. **RESOLUÇÃO CNP Nº 1.329, DE 25 DE ABRIL DE 2017**. PREVIDÊNCIA, C. N. D. Brasília: D.O.U. 2017b.

_____. **Portaria 409 de 20 de setembro de 2018. 409**. ECONOMIA, M. D. Brasília: DOU 2018a.

_____. **Resolução do Comitê Diretivo do E-Social nº2, de 30 de agosto de 2016**. E-SOCIAL, C. D. D. Brasília: D.O.U 2018b.

_____. **Decreto 9.679, de 02 de janeiro de 2019**. Brasília: D.O.U 2019a.

_____. **Emenda Constitucional nº 103. 103.** NACIONAL, C. Brasília: DOU 2019b.

_____. **LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019. 13.874.** Brasília: D.O.U 2019c.

BRASIL; ECONOMIA, M. D. **Ofício Circular nº 1649/2019/ME.** TRABALHO, S. E. D. P. E.;PREVIDÊNCIA, S. D., *et al.* Brasília 2019.

BRASIL, E. <http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o#afooter>. 2017. Disponível em: < <http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o#afooter> >. Acesso em 05 de maio de 2017.

BRASIL, I. B. D. G. E. E. *Pesquisa Trimestral de Abate de Animais.* 2018. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/21119-primeiros-resultados-2abate.html?=&t=resultados> >. Acesso em 12 de out. de 2018

BRASIL, M. D. S. **DATASUS.** Brasília: DATASUS - Departamento de Informática do SUS 2019.

BRASIL, M. D. T. E. E. **NR 36: Segurança e saúde do trabalhador em empresas de abate e processamento de carnes e derivados.** EMPREGO, M. D. T. E. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

_____. Normas Regulamentadoras. 2018. Disponível em < <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras> >. Acesso em: 06 de out. de 2018.

_____. **Relação Anual de Informações Sociais. anual** s.d.

BRASIL, M. G. D. S. **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul: ano base 2016.** SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, D. E., PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR (SEMAGRO). Campo Grande: Semagro 2017.

BRASIL, P. D. R. **Decreto 7.602, de 07 de Novembro de 2011. 7602.** Brasília: Diário Oficial da União 2011.

BRASIL, S. D. A. E. A. FAP - Fator Acidentário de Prevenção., 2015. Disponível em: < <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/qfip-sefip-guia-do-fgts-e-informacoes-a-previdencia-social-1/fap-fator-acidentario-de-prevencao-legislacao-perguntas-frequentes-dados-da-empresa> >. Acesso em: 03 de maio de 2018.

BRASIL, S. D. P.-M. D. F. **AEPS 2017: Anuário Estatístico da Previdência Social/Ministério da Fazenda, Secretaria de Previdência, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência.** DATAPREV, E. D. T. E. I. D. P. Brasília: MF/DATAPREV/INSS 2018.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1977.

BRAZ, M. Capitalism, crisis and contemporary class struggle: issues and controversies
Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Serviço Social & Sociedade**, v. 0, n. 111, p. 468-492, 2012. Disponível em: <<Go to ISI>://SCIELO:S0101-66282012000300005 >. Acesso em 30 de abr. de 2019.

BROTTO, T. C. D. A.; DALBELLO-ARAUJO, M. É inerente ao trabalho em saúde o adoecimento de seu trabalhador? **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, p. 290-305, 2012. ISSN 0303-7657. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000200011&nrm=iso>. Acesso em 30 de jun. de 2018

BROWN, S. D.; REAVEY, P. Dark organizational theory. **Journal of Cultural Economy**, v. 10, n. 3, p. 280-295, 2017.

CABRAL, L. A. A.; SOLER, Z. A. S. G.; WYSOCKI, A. D. Plurality of the causal nexus in occupational accidents/diseases: a legal basis study in Brazil
Pluralidade do nexo causal em acidente de trabalho/doença ocupacional: estudo de base legal no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, n. 0, p. e1-e1, 2018. Disponível em: <<Go to ISI>://SCIELO:S0303-76572018000100301 >. Acesso em 15 de nov. de 2018

CAMPESTRINI, H. **História de Mato Grosso do Sul**. 6ª. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2009.

CARMO, L. J. O. et al. Paulo Freire, Ergologia e os Discursos do Empreendedorismo. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 12, n. 3, p. 51-64, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/51094/paulo-freire--ergologia-e-os-discursos-do-empreendedorismo->>. Acesso em 21 de dez. de 2018

CARVALHO, A. L. D. **Preço da carne dispara: entenda o que causou o aumento. Estadão**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 29 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,preco-da-carne-dispara-entenda-o-que-causou-o-aumento,70003107541>> Acesso em: 04 de dez. de 2019.

CARVALHO, M. D. C. B. D.; NETTO, J. P. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 7ª. São Paulo: Cortez, 2007.

CARVALHO, T. B. D.; DE ZEN, S. A cadeia de Pecuária de Corte no Brasil: evolução e tendências. **Revista Ipecege**, v. 33, n. 1, p. 85-99, 2017. Disponível em: <<https://revista.ipecege.com/Revista/article/view/109>>. Acesso em: 11 de set. de 2019.

CERIGUELI, M. J. **NR-36: norma regulamentadora de segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados: manual de aplicação**. São Paulo: LTr, 2013.

CHANLAT, J.-F. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2015.

CHASIN, J. **Método Dialético**. s.d.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2014.

COHEN, A. Are they among us? A conceptual framework of the relationship between the dark triad personality and counterproductive work behaviors (CWBs). **Human Resource Management Review**, v. 26, n. 1, p. 69-85, 2016.

CORBETT, M. From law to folklore: work stress and the Yerkes-Dodson Law. **Journal of Managerial Psychology**, v. 30, n. 6, p. 741-752, 2015. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000360577600008 >. Acesso em 27 de jun. de 2017

CORDEIRO, R. et al. O sistema de vigilância de acidentes do trabalho de Piracicaba, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1574-1583, 2005. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0102-311X2005000500031 >. Acesso em: 03 de jul. de 2017

CORRÊA, V. B.; CORRÊA, L. S. Charqueadas: uma alternativa na economia pecuária do sul de Mato Grosso (1880-1930/40). **albuquerque: revista de história**, v. 2, n. 3, 2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/3937> >. Acesso em: 18 de ago. de 2019

COSTA, D. et al. Saúde do Trabalhador no SUS: desafios para uma política pública. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, n. 127, p. 11-21, 2013. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0303-76572013000100003 >. Acesso em: 03 de jul. de 2017.

COSTA, N. B. D. Dialogismo e análise do discurso - alguns efeitos do pensamento Bakhtiniano nos estudos do discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 15, n. 2, p. 321-335, 2015. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S1518-76322015000200321 >. Acesso em 12 de out. de 2018

COSTANTIN, A.; HERRERA, D. **Linha de Desmontagem: pausa para o humano**. Brasil: 22" p. 2011. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=BYHel1oZ62o> >. Acesso em 15 de ago. de 2019

COVOLAN, F. C.; DIAS, C. E. O. História Da Legislação Social Brasileira: Os Acidentes De Trabalho Entre 1919 E 1940. **Prim@ Facie**, v. 17, n. 5, p. 33, 2018. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/primafacie/article/view/37807> >. Acesso em: 10 de abr. de 2019.

CUNHA, E. P.; GUEDES, L. T. Recepções do Ideário Marxista pelo Pensamento Administrativo: da Oposição Indireta à Assimilação Relativa. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 82, p. 432-455, 2017. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45786/recepcoes-do-ideario-marxista-pelo-pensamento-administrativo-da-oposicao-indireta-a-assimilacao-relativa> >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

CUT, C. Ú. D. T. **Foto de divulgação do adoecimento do trabalhador da indústria de abate**. CONTAC-FRANGOS. São Paulo: CUT 2012. Disponível em: <https://www.google.com/imgres?imgurl=https%3A%2F%2Fwww.cut.org.br%2Fimagens%2Fcache%2Fsystemuploadsnewsb2f68907f8ba614d5bd-320x210xfit-3a18b.JPG&imgrefurl=https%3A%2F%2Fwww.cut.org.br%2Fnoticias%2Ftrabalhadores-na-alimentacao-realizam-ato-pela-aprovacao-da-nr-dos-frigorificos-b2f6&tbnid=3TJslHTWHTfZ8M&vet=12ahUKEwil65uco-_nAhVsALKGHey2BSYQMygAegUIARDUAQ..i&docid=bof46wfmv8EvSM&w=320&h=210&itg=1&q=cut%20frango%20cadeira%20de%20rodas&client=firefox-b-e&ved=2ahUKEwil65uco-_nAhVsALKGHey2BSYQMygAegUIARDUAQ>. Acesso em 07 de maio de 2019.

DAL MAGRO, M. L. P.; COUTINHO, M. C.; MORÉ, C. L. O. O. Relações de poder na atenção à saúde do trabalhador formal: o caso da indústria de abate e processamento de carnes. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, n. 0, p. e4, 2016. ISSN 2317-6369. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0303-76572016000100205 >. Acesso em 15 de maio de 2018

DARIO, V. C.; LOURENÇO, M. L. Cultura Organizacional e Vivências de Prazer e Sofrimento no Trabalho: Um Estudo com Professores de Instituições Federais de Ensino Superior. **Revista Organizações em Contexto**, v. 14, n. 27, p. 51, 2018. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/47905/cultura-organizacional-e-vivencias-de-prazer-e-sofrimento-no-trabalho-um-estudo-com-professores-de-instituicoes-federais-de-ensino-superior#> >. Acesso em 22 de mar. de 2019

DAS, S. Occupational fatalities in the construction sector: A medico-legal viewpoint. **Medico-Legal Journal**, v. 83, n. 2, p. 93-97, 2015. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0025817214554869> >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. 9ª. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

DE OLIVEIRA CABRAL, É.; PIRES, V. L. UMA ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DO ESQUETE ENCONTRO. **PERcursos Linguísticos**, v. 8, n. 18, p. 168-184, 2018. ISSN 2236-2592. Acesso em 15 de nov. de 2018.

DE OLIVEIRA, C. R. Corporate crimes and organizational studies: a possible and necessary approach. **Rae-Revista De Administracao De Empresas**, v. 55, n. 2, p. 202-208, 2015. Acesso em 27 de jun. de 2017.

DE PÁDUA BOSI, A. Dos Açougues aos Frigoríficos: Uma História Social do Trabalho na Produção de Carne, 1750 a 1950. **Revista de História Regional**, v. 19, n. 1, p. 21, 2014.

DE SOUZA, L. S.; ROCHA, F. L. R.; MAZZO, L. D. Organizational climate and the occurrence of accidents by sharp objects in a public hospital in the State of Sao Paulo. **Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional-Brazilian Journal of Occupational Therapy**, v. 26, n. 1, p. 85-95, 2018. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000428537400011 >. Acesso em 15 de nov. de 2018

DEJOURS, C. Contributions of the psychodynamic analysis of work situations to the study of organizational crises. **Industrial & Environmental Crisis Quarterly**, v. 7, n. 2, p. 77-89, 1993. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/108602669300700202>>. Acesso em 15 de nov. de 2018

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, E. C.; SILVA, T. L. E. Contribuições da Atenção Primária em Saúde para a implementação da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, p. 31-43, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572013000100007&nrm=iso>. Acesso em 30 de out. de 2017

DIEESE, D. I. D. E. E. S. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. 2019. Disponível em <www.dieese.org> Acesso em: 31 de janeiro de 2019

DRUCK, G. Labor, precarization and resistances: old and new challenges Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <<Go to ISI>://SCIELO:S0103-49792011000400004 >. Acesso em 15 de nov. de 2018

DRUCK, G.; DUTRA, R.; SILVA, S. C. THE LABOR COUNTER-REFORM: outsourcing and precarization as a rule A CONTRARREFORMA NEOLIBERAL E A TERCEIRIZAÇÃO: a precarização como regra. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, p. 289-306, 2019. Disponível em: <<Go to ISI>://SCIELO:S0103-49792019000200289 >. Acesso em 26 de ago. de 2019.

DUAYER, M. Apresentação. In: (Ed.). **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

DUMENIL, G.; LEVY, D. Costs and benefits of neoliberalism. A class analysis. **Review of International Political Economy**, v. 8, n. 4, p. 578-607, 2001. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000173321200002 >. Acesso em 03 de mar. de 2019

_____. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. Technology and Distribution in Managerial Capitalism: The Chain of Historical Trajectories a la Marx and Countertendential Traverses. **Science & Society**, v. 80, n. 4, p. 530-549, 2016. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000384627500008 >. Acesso em 21 de jan de 2019.

DWYER, T. Acidentes do trabalho - em busca de uma nova abordagem. **Revista de Administração de Empresas**, v. 29, n. 2, p. 19-31, 1989. ISSN 0034-7590. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/15825/acidentes-do-trabalho---em-busca-de-uma-nova-abordagem> >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

_____. **Vida e morte no trabalho: acidentes de trabalho e a produção social do erro**. Campinas: MultiAção Editorial, 2006.

EBC, E. B. D. C. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/fusao-entre-bmfbovespa-e-cetip-cria-b3-5a-maior-bolsa-de-valores-do-mundo>. Agência Brasil. Brasília: EBC, Empresa Brasileira de Comunicação. 2017. Acesso em: Acesso em 19 de out. de 2018

EBC, E. B. D. C.-A. B. Supremo valida terceirização da atividade-fim nas empresas. 2018. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-08/supremo-valida-terceirizacao-da-atividade-fim-nas-empresas> >. Acesso em 19 de out. de 2018.

EL PAÍS, B. Demissões na Estácio de Sá expõem temor em torno de reforma trabalhista. 2017. Available at: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/06/politica/1512591440_338894.html >. Acesso em 08 de dez. de 2018.

ESSELIN, P. M. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

EUN, B. Two diverging paths toward a common destination: The dialogism of Vygotsky and Bakhtin. **Culture & Psychology**, v. 25, n. 4, p. 484-502, 2019. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000486287400003 >. Acesso em 05 de dez. de 2019

EVANOFF, B. et al. Is disability underreported following work injury ? **Journal of Occupational Rehabilitation**, v. 12, n. 3, p. 139-150, 2002. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000177380400004 >. Acesso em 27 de jun. de 2017

FARIA, J. H. **Economia Política do Poder: fundamentos**. Curitiba: Editora Juruá, 2011a.

_____. **Economia Política do Poder: uma crítica da teoria geral da administração**. Curitiba: Editora Juruá, 2011b.

_____. **Economia Política do Poder: as práticas de controle nas organizações**. Curitiba: Editora Juruá, 2011c.

_____. **O materialismo histórico e as pesquisas em administração: uma proposição.** XXXV ENANPAD. Rio de Janeiro: 1-16 p. 2011d.

_____. Análise De Discurso Em Estudos Organizacionais: As Concepções De Pêcheux E Bakhtin. **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, n. 2, p. 51-71, 2015. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/39236/analise-de-discurso-em-estudos-organizacionais--as-concepcoes-de-pecheux-e-bakhtin> >. Acesso em 10 de out. de 2018.

FERNANDES, R. D. C. P. Precarization of labor and musculoskeletal disorders
Precarização do trabalho e os distúrbios musculoesqueléticos. **Caderno CRH**, v. 24, n. spe1, p. 155-170, 2011. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0103-49792011000400011 >. Acesso em 24 de set. de 2018.

FERREIRA, E. P. **Estudo ergonômico em uma empresa de abate de aves: o caso do setor de armazenagem e expedição.** 2015. 194 (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

FIEMS, F. D. I. D. E. D. M. G. D. S. **Incentivos fiscais: uma abordagem da situação nacional.** Campo Grande: FIEMS, 1993.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin.** São Paulo: Ática, 2006.

FISCHBORN, A. F.; CADONÁ, M. A. Trabalho e autonomia dos trabalhadores em saúde: considerações sobre pressupostos teórico e metodológicos de análise do trabalho em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 227-237, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0104-12902018000100227 >. Acesso em 29 de mar. de 2018

FU, G. et al. Analysis of an explosion accident at Dangyang Power Plant in Hubei, China: Causes and lessons learned. **Safety Science**, v. 102, p. 134-143, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000418218400013 >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

GALIZZI, M. ON THE RECURRENCE OF OCCUPATIONAL INJURIES AND WORKERS' COMPENSATION CLAIMS. **Health Economics**, v. 22, n. 5, p. 582-599, 2013. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000317285000006 >. Acesso em 27 de jun. de 2017

GEGE, G. D. E. D. G. D. D. **Palavras e contrapalavras: glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin.** São Carlos, SP: Pedro & João editores, 2009.

GONSALES DE OLIVEIRA, M. A. **Resistência e consentimento na empresa pós-fordista: uma etnografia com trabalhadores da Embraer.** 256 (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica - PUC, São Paulo. 2017.

GONÇALVES FILHO, A. P.; RAMOS, M. F. Acidente de trabalho em sistemas de produção: abordagem e prevenção. **Gestão & Produção**, v. 22, p. 431-442, 2015.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2015000200431&nrm=iso >. Acesso em 03 de outubro de 2018.

GOULART, P. M.; LACAZ, F. A. D. C.; LOURENÇO, E. Â. D. S. CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE NO CONTEXTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM SANTA CATARINA. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 3, p. 1237-1259, 2018.

Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S1981-77462018000301237 >. Acesso em 28 de abr. de 2019.

GRILLO, S. V. D. C.; VELOSO, S. R. D. Á. Diálogos entre Maingueneau e o Círculo de Bakhtin. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, p. 229-250, 007. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59782> >. Acesso em 03 de out. de 2018.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. Teorias organizacionais e materialismo histórico. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 73, p. 199-221, 2015. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34876/teorias-organizacionais-e-materialismo-historico> >. Acesso em 15 de nov. de 2018

GUÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Blücher: Fundação Vanzolini, 2001.

GYEKYE, S. A. Occupational safety management: The role of causal attribution. **International Journal of Psychology**, v. 45, n. 6, p. 405-416, 2010. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000284630400001 >. Acesso em 27 de jun. de 2017

HAMPTON, D. R. **Administração contemporânea: teoria, prática e casos**. 3ª. São Paulo: McGraw-Hill, 1992.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 22ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HIGGINS, S. S. O estudo dos efeitos não intencionais da ação intencional na teoria sociológica. **Sociologias**, v. 13, p. 258-282, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300009&nrm=iso >. Acesso em 03 de fev. de 2018.

IBGE. **Mapa de Clima do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE 2002.

IBGE, I. B. D. G. E. E. **Anuário Estatístico do Brasil**. Brasília: IBGE, 1980.

Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1980.pdf >. Acesso em 30 de maio de 2019.

_____. **O Brasil: suas riquezas naturais, suas indústrias**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. 470 Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=217983> >. Acesso em 26 de jul de 2019.

_____. **Pesquisa Trimestral de Abate de Animais**. Brasília: IBGE 2019.

INGVALDSEN, J. A. Organizational Learning: Bringing the Forces of Production Back In. **Organization Studies**, v. 36, n. 4, p. 423-444, 2015. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0170840614561567> >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

INSS, I. N. D. S. S. Pensão por Morte. 2019. Available at: < <https://www.inss.gov.br/beneficios/pensao-por-morte/> >. Acesso em: 17 de out. de 2019.

JACKSON FILHO, J. M. A determinação/produção dos agravos à saúde dos trabalhadores e seu enfrentamento: uma questão estritamente técnica? **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, p. 193-194, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000200001&nrm=iso >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

JACKSON FILHO, J. M. et al. Sobre a "aceitabilidade social" dos acidentes do trabalho e o inaceitável conceito de ato inseguro. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, p. 6-8, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572013000100001&nrm=iso >. Acesso em 25 de jul. de 2018.

JAHANGIRI, M. et al. Occupational Safety and Health Measures in Micro-scale Enterprises (MSEs) in Shiraz, Iran. **Journal of Occupational Health**, v. 58, n. 2, p. 201-208, 2016. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000385911200010 >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

JANINNI, P. Indicação do extrato de fígado no tratamento de anemia. **Revista de Medicina**, v. 30, n. 45, p. 10, 1946. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/47035> >. Acesso em 13 de ago. de 2019.

JOCELYN, S.; OUALI, M. S.; CHINNIAH, Y. Estimation of probability of harm in safety of machinery using an investigation systemic approach and Logical Analysis of Data. **Safety Science**, v. 105, p. 32-45, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000428823800004 >. Acesso em 19 de mar. de 2019.

JOSHI, T. K. Work Security Impacts in Developing Countries: India. **NEW SOLUTIONS: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy**, v. 13, n. 1, p. 107-114, 2003. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2190/TPNQ-U5VW-85XR-UUC4> >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

JU, D. et al. Boundary conditions of the emotional exhaustion-unsafe behavior link: The dark side of group norms and personal control. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 33, n. 1, p. 113-140, 2016. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000372257500005 >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

KEENEY, B. J. et al. Early Predictors of Occupational Back Reinjury Results From a Prospective Study of Workers in Washington State. **Spine**, v. 38, n. 2, p. 178-187, 2013. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000313550900020 >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

KINGDON, J. W. HOW DO ISSUES GET ON PUBLIC-POLICY AGENDAS. **Sociology and the Public Agenda**, p. 40-50, 1993. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:A1993BY56L00003 >. Acesso em 03 de nov. de 2019.

KLIMAN, A. The Great Recession and Marx's Crisis Theory. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 74, n. 2, p. 236-277, 2015. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000351539700003 >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

KLUGMAN, J.; RODRIGUEZ, F.; CHOI, H. J. The HDI 2010: new controversies, old critiques. **Journal of Economic Inequality**, v. 9, n. 2, p. 249-288, 2011. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000292159300007 >. Acesso em 03 de ago. de 2018.

KORANYI, I. et al. Precarious employment and occupational accidents and injuries - a systematic review. **Scandinavian Journal of Work Environment & Health**, v. 44, n. 4, p. 341-350, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000435931800002 >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

KREIN, J. D. O capitalismo contemporâneo e a saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, n. 128, p. 194-196, 2013. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0303-76572013000200007 >. Acesso em 03 de dez. de 2018.

_____. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0103-20702018000100077 >. Acesso em 03 de dez. de 2018.

LACAZ, F. A. D. C.; PORTO, M. F. D. S.; PINHEIRO, T. M. M. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 42, n. 0, p. e9, 2017. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0303-76572017000100302 >. Acesso em 10 de jan. de 2019.

LACERDA, K. M.; FERNANDES, R. D. C. P.; NOBRE, L. C. D. C. Acidentes de trabalho fatais em Salvador, BA: descrevendo o evento subnotificado e sua relação com a violência urbana. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 39, p. 63-74, 2014. ISSN 0303-7657. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572014000100063&nrm=iso >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

LACERDA, K. M. et al. A (in)visibilidade do acidente de trabalho fatal entre as causas externas: estudo qualitativo. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 39, p. 127-135, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572014000200127&nrm=iso >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

LEE, S. J. et al. Psychosocial work factors in new or recurrent injuries among hospital workers: a prospective study. **International Archives of Occupational and Environmental Health**, v. 88, n. 8, p. 1141-1148, 2015. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000363034400014 >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

LEVENSTEIN, C.; SIQUEIRA, C. E.; SLATIN, C. From Neoliberalism to Neofascism. **NEW SOLUTIONS: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy**, v. 27, n. 2, p. 148-153, 2017. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1048291117713503> >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

LLORY, M.; MONTMAYEUL, R. **O acidente e a organização**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192.

LOURENÇO, E. Â. D. S. Outsourcing: the dilapidation of rights and the damage to the laborers' health
Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. **Serviço Social & Sociedade**, v. 0, n. 123, p. 447-475, 2015. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0101-66282015000300447 >. Acesso em 18 de fev. de 2018.

LOURENÇO, E. Â. D. S.; LACAZ, F. A. D. C.; GOULART, P. M. Crisis of the capital and dismantling of Social Security in Brasil
Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 0, n. 130, p. 467-486, 2017. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0101-66282017000300467 >. Acesso em 18 de fev. de 2018.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 2ª edição. São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. Recurso eletrônico. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. Recurso Eletrônico. São Paulo: Boitempo, 2013b.

LÓPEZ-JACOB, M. J. et al. Participation and Influence of Migrant Workers on Working Conditions: A Qualitative Approach. **NEW SOLUTIONS: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy**, v. 20, n. 2, p. 225-238, 2010. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2190/NS.20.2.g> >. Acesso em 14 de set. de 2018.

MACHADO, I. L. As palavras de uma análise de discurso. In: LARA, G. M. P.; MACHADO, I. L., et al (Ed.). **Análise do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v.2, 2008.

MANNING, P. et al. Dark open innovation in a criminal organizational context: the case of Madoff's Ponzi fraud. **Management Decision**, v. 56, n. 6, p. 1445-1462, 2018.

MARSHALL, A. et al. Corporate psychopathy: can ‘search and destroy’ and ‘hearts and minds’ metaphors from military strategy guide practical HRM solutions? , v. 128, n. 3, p. 495-504, 2015. ISSN 0167-4544. Disponível em: < <https://eprints.soton.ac.uk/377476/> >. Acesso em 03 de abr. de 2019.

MARTONI, R. M. Aparência versus Essência nos Espaços Apropriados pelo Turismo: Delineamentos Possíveis a Partir de Distintos Procedimentos Epistemológicos. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 10, n. 1, p. 2-20, 2018. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48401/aparencia-versus-essencia-nos-espacos-apropriados-pelo-turismo--delineamentos-possiveis-a-partir-de-distintos-procedimentos-epistemologicos-> >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

MARX, K. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011. ISBN 978-85-7559-172-7.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo, SP: Boitempo, 2012.

_____. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro II : o processo de circulação o capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

MATURINO, M. M.; FERNANDES, R. D. C. P.; RÊGO, M. A. V. The implementation of work environment surveillance by the Brazilian Unified Health System (SUS): the experience of the State Reference Center for Worker’s Health (Cesat) in Bahia A atuação do SUS na vigilância de ambientes de trabalho: a experiência do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Cesat) na Bahia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, n. 0, p. e10-e10, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0303-76572018000100206 >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

MAYO, E. **The social problems of an industrial civilization: with an appendix on the political problem**. Abingdon: Routledge, 1949. Disponível em: < <https://content.taylorfrancis.com/books/download?dac=C2004-0-08967-4&isbn=9781317834380&format=googlePreviewPdf> >. Acesso em 15 de jan. de 2019.

MEDEIROS, C. R. D. O.; SILVEIRA, R. A. D.; OLIVEIRA, L. B. D. Mitos no Desengajamento Moral: Retóricas da Samarco em um Crime Corporativo. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, p. 70-91, 2018. ISSN 1415-6555. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552018000100070&nrm=iso >. Acesso em 29 de mar. de 2019.

MEDEIROS, C. R. D. O.; SILVEIRA., R. A. D. ORGANIZAÇÕES QUE MATAM: UMA REFLEXÃO A RESPEITO DE CRIMES CORPORATIVOS. **Org. Soc**, v. 24, p. 13, 2017.

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo - SP: Editora Mestre JGU, 1970.

MICHELS, I. L.; SPROESSER, R. L.; MENDONÇA, C. G. **Cadeira produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora Oeste, 2001.

MISOCZKY, M. C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 193-210, 2005. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S1415-65552005000100010 >. Acesso em 17 de set. de 2018.

MOITA, R. M.; GOLON, L. A. Oligopsônio dos Frigoríficos: Uma Análise Empírica de Poder de Mercado. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, p. 772-794, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552014000600772&nrm=iso >. Acesso em 26 de março de 2019.

MOTTA, F. C. P. Controle social nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 33, p. 1-20, 1993. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901993000500005&nrm=iso >. Acesso em 09 de maio de 2019.

_____. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MPT, M. P. D. T. **Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho - Smartlab de Trabalho Decente MPT - OIT**. 2017.

MTE/SRTE/MS, M. D. T. **Comunicação dos Acidentes de Trabalho - Desidentificados**. E-mail; recebido em.04 de dez. de 2018. TRABALHO, Ministério. do. 2018.

MUELLER, C. C. O ciclo do gado e as tentativas governamentais de controle do preço da carne. **Estudos Econômicos**, v. 17, p. 21, 1987. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157404/152764> >. Acesso de 25 de fev. de 2018.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, A.; MESSIAS, I. A. D. Rodízio de postos em abate de bovinos: para além das dimensões físicas do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 10, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0102-311X2018001005008 >. Acesso em 25 de nov. de 2018.

NASCIMENTO, L. M. D. **De Sal e de Sol: introdução ao estudo das charqueadas do antigo estado de Mato Grosso**. Jundiá: Paco Editorial, 2011.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOBRE, L. C. D. C. **Trabalho precário e morte por acidente de trabalho: a outra face da violência e a invisibilidade do trabalho**. 2007. 283 (Doutorado). Instituto de Saúde Coletiva - ISC, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador - BA.

NORTH, D. C. INSTITUTIONS. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:A1991EZ69400006 >. Acesso em 19 de fev. de 2019.

ORANYE, N. O. Nature of Injury and Risk of Multiple Claims Among Workers in Manitoba Health Care. **Workplace Health & Safety**, v. 66, n. 2, p. 70-83, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000423310400003 >. Acesso em 16 de nov. de 2018.

ORTIZ, G. **Friboi - Visita Rodrigo Faro**. Brasil: 4'22" 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ob5Aus8bDGY>>. Acesso em 26 de ago. de 2019.

PACHECO, J. W.; YAMANAKA, H. T. **Guia técnico ambiental de abates (bovino e suíno)**. São Paulo: CETESB, 2006. Disponível em: < <https://cetesb.sp.gov.br/consumosustentavel/wp-content/uploads/sites/20/2013/11/abate.pdf> >. Acesso em 13 de abr. de 2019.

PAIM, P. **Salário Mínimo: uma história de luta**. ESTE, M. D. G. M. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP. 2005.

PAIVA, L. D. S.; ALVES, G. L. As festas dos clubes do laço e o Circuito de Laço Comprido em Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 1127-1138, 2019. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000401127&nrm=iso >. Acesso em 28 de out. de 2019

PAÇO CUNHA, E. Base técnica e organização do trabalho na manufatura e grande indústria: inflexão, desenvolvimento desigual e reciprocidade. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, v. 25, p. 41, 2019. Disponível em: < <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/452> >. Acesso em 04 de abr. de 2019.

PENAFRIA, M. **Análise de Filmes: conceitos e metodologia(s)**. VI Congresso SOPCOM. Lisboa: SOPCOM: 10 p. 2009.

PIETILA, J. et al. Characteristics and determinants of recurrent occupational accidents. **Safety Science**, v. 108, p. 269-277, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000436885000026 >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

PINA, J. A. **Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores na indústria automobilística: estudo de caso na Mercedes Benz do Brasil, São Bernardo do Campo**. (Doutorado) Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro. 2012.

PINA, J. A.; STOTZ, E. N. Work intensification and workers' health: a theoretical Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 39, n. 130, p. 150-160, 2014. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0303-76572014000200150 >. Acesso em 16 de maio de 2019.

PMP, P. M. D. B. Minerva inicia reconstrução de frigorífico de Batayporã nos próximos dias. 2018. Available at: < <http://www.bataypora.ms.gov.br/noticias/geracao-de-emprego/minerva-inicia-reconstrucao-de-frigorifico-de-bataypora-nos-proximos-dias> >. Acesso em 18 de jan. de 2018.

POCHMANN, M. Work destabilization Desestabilização do trabalho. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe3, p. 67-77, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0103-11042018000700067 >. Acesso em 05 de abr. de 2019.

_____. Structural trends in the world of work in Brazil. **Ciencia & Saude Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 89-99, 2020. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000503869100010 >. Acesso em 02 de jan. de 2020.

PÉCLAT, G. T. D. S. C. **Descalvados: a carne de charque em projetos de memória e de identificação de um grupo de trabalhadores (Pantanal, MT, 1945–1990)**. 2011. 199 (Doutorado). Departamento de história, Universidade de Brasília, Brasília - DF.

QUEIROZ CALEMAN, S. M. D.; FRANÇA DA CUNHA, C. ESTRUTURA E CONDUITA DA AGROINDÚSTRIA EXPORTADORA DE CARNE BOVINA NO BRASIL. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 1, p. 93-108, 2011. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87818623008> >. Acesso em 20 de set. de 2019.

QUEIROZ, P. R. C. Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, v. 14, n. 27, 2016.

RAVIV, G.; SHAPIRA, A.; FISHBAIN, B. AHP-based analysis of the risk potential of safety incidents: Case study of cranes in the construction industry. **Safety Science**, v. 91, p. 298-309, 2017. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000386986200027 >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

RAYNER, J.; REIMERS, V.; CHAO, C. W. Testing an International Measure of Public Service Motivation: Is There Really a Bright or Dark Side? **Australian Journal of Public Administration**, v. 77, n. 1, p. 87-101, 2018.

RECH, H. **A formação do setor energético de Mato Grosso do Sul: uma análise à luz da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado**. 2010. 204 (Doutorado).

Escola Politécnica/Faculdade de Economia e Administração/Instituto de Eletrotécnica e Energia e Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo.

REIMBERG, C. O. **Fundacentro: meio século de segurança e saúde no trabalho**. São Paulo: Fundacentro, 2016.

REMIJO, A. P. **A situação da classe trabalhadora nos frigoríficos de Barretos: antagonismo da superexploração**. (Mestrado). Centro Sócio-Econômico - Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2013.

RIBEIRO, J. D. P. **PERCEPÇÃO DO TRABALHADOR DE FRIGORÍFICO SOBRE AS SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, SAÚDE E VIDA**. (Mestrado). Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - UNIFAE, São João da Boa Vista - SP. 2017.

RIBEIRO, M. D. O. **Contributos da NR36 para melhoria das condições de trabalho no frigorífico: o caso do abate e processamento da carne suína**. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis. 2017

RIZZI, A. T. **Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil**. (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1993.

RODRIGUES, M. M. A. Suicídio e sociedade: um estudo comparativo de Durkheim e Marx. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 12, p. 698-713, 2009. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142009000400006&nrm=iso>. Acesso em 23 de ago. de 2018.

RODRIGUES, R. H. Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. **2010**, v. 4, n. 2, p. 26, 2010. Disponível em: <
http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/272>. Acesso em 02 de jan. de 2019.

ROMERO, D. **Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SABADINI, M. D. S. Financial speculation and contemporary capitalism: a theoretical proposition based on Marx
Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 583-608, 2013. Disponível em: <<Go to ISI>://SCIELO:S0104-06182013000300001 >. Acesso em 23 de ago. de 2018.

SAKAMOTO, L. Há 12,2 milhões de razões para rejeição a Temer continuar alta. 2018. Available at: <
<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/12/28/ha-122-milhoes-de-razoes-para-rejeicao-a-temer-seguir-alta/>>. Acesso em 29 de dez. de 2018.

SALDANHA, J. H. S. et al. Facilitating factors and barriers for returning to work in workers affected by Repetitive Strain Injury (RSI)/Work-Related Musculoskeletal Disorders (WMSDs)

Facilitadores e barreiras de retorno ao trabalho de trabalhadores acometidos por LER/DORT. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, n. 127, p. 122-138, 2013. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0303-76572013000100014 >. Acesso em 27 de jun. de 2018.

SALLES, H. K.; DELLAGNELO, E. H. L. A Análise Crítica do Discurso como Alternativa Teórica- Metodológica para os Estudos Organizacionais: Um Exemplo da Análise do Significado Representacional. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 414-434, 2019. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/54336/analise-critica-do-discurso-como-alternativa-teorica--metodologica-para-os-estudos-organizacionais--um-exemplo-da-analise-do-significado-representacional> >. Acesso em 25 de jul. de 2019.

SANTOS, C. A. S.; COSTA, A. S. M. Imprensa, Discurso Ideológico e Golpe de Estado: uma Análise Crítica do Discurso. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 3, p. 371-393, 2019. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/54516/imprensa--discurso-ideologico-e-golpe-de-estado--uma-analise-critica-do-discurso-> >. Acesso em 25 de jul. de 2019.

SANTOS, J. H. P.; MEDEIROS, C. M. Avaliação pericial previdenciária de motoristas de ônibus urbano com dor lombar e ciatalgia. **Saúde, Ética & Justiça**, v. 23, p. 8, 2018.

SANTOS, S. R. T. G. D.; OLIVEIRA, L. H. D. Afastamento do Trabalho: Análise da Percepção de Gestores e Reabilitados Reintegrados à Empresa de Maneira Sustentável. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 8, n. 3, p. 27, 2018.

SARAIVA, C. M.; FERREIRA, P. T. M. A Lama da Samarco e o Crime Corporativo: uma reflexão necessária. **APGS: Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 2, p. 13, 2018.

SATO, G. S. **Estratégia e estrutura organizacional na indústria de alimentos: o caso Sadia**. (Doutorado). Escola de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 1998.

SAUER, L. **Abordagem bipolar no sistema de classificação e escolha**. (Doutorado). Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

SCHIAVINI, J. M.; GARRIDO, I. Análise de Conteúdo, Discurso ou Conversa? Similaridades e Diferenças entre os Métodos de Análise Qualitativa. **Revista ADM.MADE**, v. 22, n. 2, p. 1-12, 2018. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/51509/analise-de-conteudo--discurso-ou-conversa--similaridades-e-diferencas-entre-os-metodos-de-analise-qualitativa> >. Acesso em 25 de jul. de 2019.

SCHWARZ, C. A review of management history from 2010-2014 utilizing a thematic analysis approach. **Journal of Management History**, v. 21, n. 4, 2015.

SENADO, A. Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos. 2016. Available at: <
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em 28 de dez. de 2018.

SGVS, S. G. D. V. E. S. **SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação**. SES, S. D. E. D. S. D. M. G. D. S. Mato Grosso do Sul 2018.

SILVA, E. R. D.; GONÇALVES, C. A. Possibilities of incorporating Norman Fairclough's critical discourse analysis into the study of organizations Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2017. Disponível em: <<Go to ISI>://SCIELO:S1679-39512017000100002 >. Acesso em 13 de nov. de 2018.

SILVA, J. D. M. E. **Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

SILVEIRA, R. A. D.; MEDEIROS, C. R. D. O. Viver e morrer pelo trabalho: uma análise da banalidade do mal nos crimes corporativos. **Organização e Sociedade**, v. 21, p. 20, 2014.

SIMAS, V. F.; PRADO, G. D. V. T.; DOMINGO, J. Dimensões de consciência possíveis na pesquisa e na escrita narrativa sobre si - uma perspectiva bakhtiniana. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 13, n. 1, p. 113-131, 2018. Disponível em: <<Go to ISI>://SCIELO:S2176-45732018000100113 >. Acesso em 14 de nov. de 2018.

SIMONELLI, A. P. et al. Influência da segurança comportamental nas práticas e modelos de prevenção de acidentes do trabalho: revisão sistemática da literatura. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 463-478, 2016. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000200463&nrm=iso>. Acesso em 27 de jun. de 2017.

SIPOA/DDA/SFA-MS, S. D. I. D. P. D. O. A. **Dados de pesquisa 2019**.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SMITH, L. L.; FEDOR, O. H. The Basics of Human Error Analysis-Where to Place the Blame. **Proceedings of the Human Factors Society Annual Meeting**, v. 28, n. 2, p. 188-191, 1984. Disponível em: <
<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/154193128402800222>>. Acesso em 08 de fev. de 2018.

SOBRAL, A. **Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase "parasitária" de uma vertente do gênero de auto-ajuda**. (Doutorado). Programa

de Estudos Pós-Graduados em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2006.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. DAS SIGNIFICAÇÕES NA LÍNGUA AO SENTIDO NA LINGUAGEM: PARÂMETROS PARA UMA ANÁLISE DIALÓGICA. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 18, n. 2, p. 307-322, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S1518-76322018000200307 >. Acesso em 13 de out. de 2018.

SOUZA, F.; FELLET, J. **Brumadinho é maior acidente de trabalho já registrado no Brasil**. **BBC News Brasil**. São Paulo - SP: BBC 2019. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47012091>>. Acesso em 06 de mar. de 2019.

SPRUNG, J. M.; BRITTON, A. R. The dyadic context of safety: An examination of safety motivation, behavior, and life satisfaction among farm couples. **Safety Science**, v. 85, p. 1-8, 2016. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000373548700001 >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

TAKAHASHI, M. A. B. C. et al. Agir articulado entre atenção, reabilitação e prevenção em saúde do trabalho: a experiência do CEREST-Piracicaba. **Estudos do trabalho**, v. 5, n. 9, p. 23, 2011. Disponível em: < <http://www.estudosdotrabalho.org/08revistaRET9.pdf> >. Acesso em 26 de ago. de 2019.

TAKEDA, F.; MORO, A. R. P. Limites de exposição ocupacional das normativas brasileiras de saúde e segurança em trabalhos com baixas temperaturas. **Revista Produção Online**, v. 17, n. 4, p. 1249-1271, 2017.

TAKEDA, F.; MORO, A. R. P.; GUTHS, S. Sistema de monitoramento de temperatura corporal para atividades com exposição ao frio artificial controlado. **Revista Produção Online**, v. 19, n. 1, p. 229-248, 2019.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica** . 8ª. São Paulo: Atlas, 2012.

TONET, I. Pluralismo metodológico: um falso caminho. In: TONET, I. (Ed.). **Democracia ou Liberdade?** Maceio: EDUFAL, 2007.

TRAGTENBERG, M. **Administração, Poder e Ideologia**. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

UNIVERSOAGRO. Sistema do Boi 7.7.7 gera lucro na pecuária. Piracicaba, 2018. Disponível em: < <http://www.esalq.usp.br/cprural/noticias/mostra/6267/sistema-do-boi-777-gera-lucro-na-pecuaria.html> >. Acesso em 21 de dez. de 2019.

VANCEA, M.; UTZET, M. How unemployment and precarious employment affect the health of young people: A scoping study on social determinants. **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 45, n. 1, p. 73-84, 2017. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1403494816679555> >. Acesso em 05 de mar. de 2018.

VARUSSA, R. J. **Eu trabalhava com dor: trabalho e adoecimento nos frigoríficos**. Jundiaí - SP: Paco Editorial, 2016.

VASCONCELLOS, M. D. C.; PIGNATTI, M. G.; PIGNATI, W. A. Emprego e acidentes de trabalho na indústria frigorífica em áreas de expansão do agronegócio, Mato Grosso, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 18, p. 662-672, 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000400010&nrm=iso >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

VAUGHAN, D. The dark side of organizations: Mistake, misconduct, and disaster. **Annual Review of Sociology**, v. 25, p. 271-305, 1999.

VIANA, A. L. D. Á.; SILVA, H. P. D. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, p. 2107-2118, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S1413-81232018000702107 >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

VIDAL, M.; ADLER, P.; DELBRIDGE, R. When Organization Studies Turns to Societal Problems: The Contribution of Marxist Grand Theory. **Organization Studies**, v. 36, n. 4, p. 405-422, 2015. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000352985100001 >. Acesso em 27 de jun. de 2017.

VILELA, R. A. D. G. et al. A expansão do objeto da vigilância em acidente do trabalho: história e desafios de um centro de referência em busca da prevenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 9, p. 3055-3066, 2018. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S1413-81232018000903055 >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

VILELA, R. A. D. G.; MENDES, R. W. B.; GONÇALVES, C. A. H. Acidente do trabalho investigado pelo CEREST Piracicaba: confrontando a abordagem tradicional da segurança do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 32, p. 29-40, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572007000100004&nrm=iso >. Acesso em 19 de out. de 2017.

VILELA, R. A. G.; IGUTI, A. M.; ALMEIDA, I. M. Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 570-579, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000200026&nrm=iso >. Acesso em 19 de out. de 2017.

WAHAB, N. A. et al. Assessment of Human Factor Performance Using Bayesian Inference and Inherent Safety. **Materials, Industrial, and Manufacturing Engineering Research Advances** 1.1, v. 845, p. 658-662, 2014. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000339040500128 >. Acesso em 05 de out. de 2017.

WALDVOGEL, B. C. et al. **Vinculação de bancos de dados de acidentes do trabalho fatais dos Estados de São Paulo e Minas Gerais**. FUNDACENTRO. São Paulo: SEADE 2012.

WANG, C. H.; CHEN, K. L. Do Relationships have a Dark Side for Innovation Performance in the High-Tech Industry? **International Journal of Innovation and Technology Management**, v. 15, n. 2, p. 22, 2018.

WOOLFORD, M. H. et al. Missed Opportunities to Prevent Workplace Injuries and Fatalities. **NEW SOLUTIONS: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy**, v. 27, n. 1, p. 16-27, 2017. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1048291117693389> >. Acesso em 15 de nov. de 2018.

YAGUELLO, M. **Introdução**. Marxismo e filosofia da linguagem. BAKHTIN, M. São Paulo - SP: HUCITEC 2006.

YARDLEY-PODOLSKY, W. J. H. Um perfil da indústria de carnes e de seu futuro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 21, p. 49-58, 1981. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901981000200005&nrm=iso >. Acesso em 16 de maio de 2019.

YONGMING, S. et al. The Occupational Disease Prevention and Control Act of the People's Republic of China: An Awareness Assessment among Workers at Foreign-Invested Enterprises. **NEW SOLUTIONS: A Journal of Environmental and Occupational Health Policy**, v. 21, n. 1, p. 103-116, 2011. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2190/NS.21.1.k> >. Acesso em 08 de jul. de 2018.

ZYLBERSTAJN, D. Administração de sistemas de base agrícola: análise de fatores críticos. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 48, n. 2, p. 203-207, 2013. Disponível em: < <Go to ISI>://SCIELO:S0080-21072013000200002 >. Acesso em 02 de fev. de 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE I

GUIA DE ENTREVISTA - TRABALHADOR

Na propositura das entrevistas não ocorreu com base única e exclusivamente nas perguntas abaixo, as questões aqui elencadas foram norteadoras para o processo.

1 - Sofreu algum acidente de trabalho, ou conheceu algum trabalhador que tenha sofrido acidente de trabalho, que necessitou ser afastado de suas atividades?

2 - Como, quando e onde foi o acidente de trabalho?

3 - Depois do acidente como foi? Foi levado para o hospital? A empresa te auxiliou no pedido de afastamento? Encontrou alguma dificuldade neste processo?

4 - Em algum momento desde o início da sua atividade na empresa em que aconteceu acidente de trabalho recebeu algum treinamento sobre como evitar os acidentes?

5 - Na empresa há equipes de segurança do trabalho? Qual a forma que ela atua durante a rotina da jornada de trabalho?

6 - Há outra forma, mais segura, de desempenhar a sua função laboral? Já foi repassado essa informação para a chefia imediata?

7 - As equipes superiores valorizam os trabalhadores que exercem sua atividade de forma segura?

8 - Há pressão por parte da empresa para que as atividades sejam executadas de uma maneira rápida, mesmo que isso influencie a segurança?

9 - Gostaria de acrescentar alguma informação a esta entrevista?

APÊNDICE II

GUIA DE ENTREVISTA – NR-36 – REPRESENTANTE GOVERNAMENTAL

Na propositura das entrevistas não ocorreu com base única e exclusivamente nas perguntas abaixo, as questões aqui elencadas foram norteadoras para o processo.

1 - Como se deu o processo de construção da NR-36?

2 - A NR-36 congrega vários itens de outras NR, qual o motivo de não ter incluídos os itens específicos (amônia e pausa de recuperação térmica) em uma NR anterior?

3 - Conforme consta na portaria 226 de 2011, eram 15 membros do GET. Havia grupos de trabalho segmentados dentre os participantes?

4 - Dentre os três representados, governo, trabalhadores e industriais, qual o grupo mais coeso? E o menos coeso? Quais elementos evidenciaram a falta de coesão?

5 - Como se deu a negociação para a aprovação dos pontos?

6 - Houve algum ponto que considerava importante e que não incluído na NR?

APÊNDICE III

GUIA DE ENTREVISTA – NR-36 – REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES

Na propositura das entrevistas não ocorreu com base única e exclusivamente nas perguntas abaixo, as questões aqui elencadas foram norteadoras para o processo.

1 - Como se deu o processo de construção da NR-36?

2 - A NR-36 congrega vários itens de outras NR, qual o motivo de não ter incluídos os itens específicos (amônia e pausa de recuperação térmica) em uma NR anterior?

3 - Conforme consta na portaria 226 de 2011, eram 15 membros do GET. Havia grupos de trabalho segmentados dentre os participantes?

4 - Dentre os três representados, governo, trabalhadores e industriais, qual o grupo mais coeso? E o menos coeso? Quais elementos evidenciaram a falta de coesão?

5 - Como se deu a negociação para a aprovação dos pontos?

6 - Houve algum ponto que considerava importante e que não incluído na NR?

APÊNDICE IV

Abatedouros com registro no SIF em 2018

Quadro 6: Abatedouros com registro no SIF em 2018

SIF	Nome Empresarial	UF	Município	CNPJ/CPF	Abate			Situação CNPJ	Registro de infração Trabalhista
					Bovino	Aves	Suíno		
25	FRIGMANN FRIGORIFICO LTDA	MS	AMAMBÁI	17.390.909/0001-04	X			Ativo	Sim
615	JBS S/A	MS	ANASTÁCIO	02.916.265/0239-68	X			Ativo	Sim
320	COMERCIO DE CARNES BOIBOM LTDA	MS	APARECIDA DO TABOADO	07.377.438/0005-66	X			Ativo	Sim
889	FRIGORÍFICO SUL LTDA	MS	APARECIDA DO TABOADO	02.591.772/0001-70	X			Ativo	Sim
3772	BELLO ALIMENTOS LTDA	MS	APARECIDA DO TABOADO	08.201.770/0005-38		X		Ativo	Sim
1878	BURITI COMERCIO DE CARNES LTDA	MS	AQUIDAUNA	06.132.739/0001-33	X			Ativo	Sim
4238	MARFRIG GLOBAL FOODS S. A.	MS	BATAGUASSU	03.853.896/0002-20	X			Ativo	Sim
2265	FRIBRASIL ALIMENTOS LTDA	MS	CAARAPÓ	07.176.130/0002-00	X			Baixado	Sim
3482	JBS AVES LTDA	MS	CAARAPÓ	08.199.996/0044-58		X		Ativo	Sim
1662	JBS S/A	MS	CAMPO GRANDE	02.916.265/0004-02	X			Ativo	Sim
2317	FRIGORIFICO BEEF NOBRE LTDA	MS	CAMPO GRANDE	04.829.553/0001-02	X			Ativo	Sim
4400	JBS S/A	MS	CAMPO GRANDE	02.916.265/0077-68	X			Ativo	Sim
4516	FRIZELO FRIGORÍFICOS LTDA	MS	CAMPO GRANDE	13.837.014/0002-97	X			Ativo	Sim
3112	JBS S/A	MS	CASSILÂNDIA	02.916.265/0230-20	X			Baixado	Sim

Elaboração Própria. Fonte: (AGRICULTURA, 2018)

Quadro 6: Abatedouros com registro no SIF em 2018 (continuação)

SIF	Nome Empresarial	UF	Município	CNPJ/CPF	Abate			Situação CNPJ	Registro de infração Trabalhista
					Bovino	Aves	Suíno		
370	FRIMA FRIGORIFICO ARINHO LTDA	MS	CORUMBÁ	31.432.330/0001-80	X			Ativo	Não
3723	BRAZ FRIG INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	MS	CORUMBÁ	29.970.786/0001-51	X			Ativo	Não
4148	JBS S/A	MS	COXIM	02.916.265.0182-98	X			Ativo	Sim
18	BRF S. A.	MS	DOURADOS	01.838.723/0067-53		X		Ativo	Sim
1897	SEARA ALIMENTOS LTDA	MS	DOURADOS	02.914.460/0061-91			X	Ativo	Sim
2842	BRASIL GLOBAL AGROINDUSTRIAL LTDA	MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	10.853.605/0001-89	X			Ativo	Não
1440	AGROINDUSTRIAL IGUATEMI EIRELI	MS	IGUATEMI	12.593.115/0001-16	X			Ativo	Sim
3409	BELLO ALIMENTOS LTDA	MS	ITAQUIRAÍ	08.201.770/0001-04		X		Ativo	Sim
1634	FRIZELO FRIGORIFICOS LTDA	MS	JUTI	13.837.014/0003-78	X			Ativo	Sim
3181	JBS S/A	MS	NAVIRAÍ	02.916.265/0076-87	X			Ativo	Sim
223	FRIGORÍFICO BXB LTDA	MS	NIOAQUE	09.608.144/0002-80	X			Ativo	Não
49	JBS S/A	MS	NOVA ANDRADINA	02.916.265/0202-76	X			Ativo	Sim
661	NATURAFRIG ALIMENTOS LTDA	MS	NOVA ANDRADINA	18.626.084/0002-10	X			Ativo	Sim
3730	FRIGO - BRAS FRIGORÍFICOS LTDA	MS	NOVA ANDRADINA	09.129.753/0001-76	X			Ativo	Sim
1307	UNIBOI ALIMENTOS LTDA	MS	PARAÍSO DAS ÁGUAS	12.683.049/0002-56	X		X	Ativo	Sim
2863	MARFRIG GLOBAL FOODS S. A.	MS	PARANAÍBA	03.853.896/0060-08	X			Ativo	Sim
3412	JBS S/A	MS	PONTA PORÁ	02.916.265/0191-89	X			Ativo	Sim
3974	NATURAFRIG ALIMENTOS LTDA	MS	ROCHEDO	18.626.084/0001-39	X			Ativo	Sim

Elaboração Própria. Fonte: (AGRICULTURA, 2018)

Quadro 6: (Continuação) Abatedouros com registro no SIF em 2018

SIF	Nome Empresarial	UF	Município	CNPJ/CPF	Abate			Situação CNPJ	Registro de infração Trabalhista
					Bovino	Aves	Suíno		
450	COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS	MS	SÃO GABRIEL DO OESTE	83.310.441/0027-56			X	Ativo	Sim
2782	BOIBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES E SUB PRODUTOS LTDA	MS	SÃO GABRIEL DO OESTE	05.492.166/0001-96	X			Ativo	Não
89	BALBINOS AGROINDUSTRIAL - EIRELI	MS	SIDROLÂNDIA	12.052.144/0001-70	X			Ativo	Não
3595	SEARA ALIMENTOS LTDA	MS	SIDROLÂNDIA	02.914.460/0038-42		X		Ativo	Sim
1646	FRIZELO FRIGORIFICOS LTDA	MS	TERENOS	13.837.014/0001-06	X			Ativo	Sim

Elaboração Própria. Fonte: (AGRICULTURA, 2018)

ANEXOS

ANEXO I

Ofício 434/SGVS/SES



Ofício n. 434/SGVS/SES

Campo Grande/MS, 24 de outubro de 2018.

Senhora Coordenadora,

Cumprimento – o cordialmente e em resposta ao Ofício n. 3/2018-PPGAD/POS/ESAN/UFMS (cópia anexa), emitimos parecer favorável ao solicitado relacionado ao banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), referente ao projeto de pesquisa no âmbito da saúde e segurança do trabalhador, com foco em acidentes de trabalho nas agroindústrias do estado de Mato Grosso do Sul, desenvolvido por Gustavo Henrique Petean sob a orientação do Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini.

Por se tratar de bancos de dados oficiais ligados a Superintendência de Vigilância em Saúde e a Coordenadoria de Vigilância em Saúde do Trabalhador – CVIST/CEREST, adotamos procedimentos padrões no que concerne ao fornecimento de bancos de dados de sistemas de informações sob a responsabilidade para projetos de pesquisa, onde os pesquisadores deverão:

- Informar a CVIST caso a pesquisa seja interrompida;
- Ao utilizar as informações dos sistemas, principalmente quando do fornecimento de bancos de dados nominais, assegurar a confidencialidade e a privacidade destes;
- Destinar os dados somente para a finalidade previamente descrita nos projetos aprovados. Qualquer intenção de uso dos dados para finalidades não previstas no projeto deverá ser comunicada a CVIST para apreciação e devido encaminhamento;
- Respeitar todas as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos;
- Apresentar a CVIST uma cópia do trabalho sobre as pesquisas desenvolvidas;
- Inserir a logomarca da CVIST /CEREST em banners apresentados em eventos científicos;
- Não serão concedidos *login* e senha para acesso direto aos Sistemas de Informação.

Atenciosamente,

LARISSA DOMINGUES CASTILHO DE ARRUDA
Superintendente Geral de Vigilância em Saúde

A Senhora
THELMA LUCCHESI CHEUNG
Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPGAD/UFMS
CAMPO GRANDE - MS

Elaborado por: marlax

Este Ofício possui anexo(s)

Av. do Poeta - Parque dos Poderes - Bloco 7, Jardim Veraneio - CEP 79031902 - Campo Grande/MS - Telefone: (67)3318-1722

Este documento é cópia do original. Para conferir o original, acesse o site www.eforc.ms.gov.br, e informe o código DF0000459

Protocolo:

Data: _____

ANEXO II

Ficha de atendimento do SINAN em caso de acidente de trabalho grave (frente)

República Federativa do Brasil Ministério da Saúde		SINAN SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO FICHA DE INVESTIGAÇÃO ACIDENTE DE TRABALHO GRAVE		Nº
Definição de caso: - São considerados acidentes de trabalho aqueles que ocorram no exercício da atividade laboral, ou no percurso de casa para o trabalho. São considerados acidentes de trabalho graves aqueles que resultam em morte, aqueles que resultam em mutilações e aqueles que acontecem com menores de dezoito anos. - Acidente de trabalho fatal é aquele que leva a óbito imediatamente após sua ocorrência ou que venha a ocorrer posteriormente, a qualquer momento, em ambiente hospitalar ou não, desde que a causa básica, intermediária ou imediata da morte seja decorrente do acidente. - Acidentes de trabalho com mutilações: é quando o acidente ocasiona lesão (poli traumatismos, amputações, esmagamentos, traumatismos crânio-encefálico, fratura de coluna, lesão de medula espinhal, trauma com lesões viscerais, eletrocussão, asfixia, queimaduras, perda de consciência e aborto) que resulte em internação hospitalar, a qual poderá levar à redução temporária ou permanente da capacidade para o trabalho. - Acidentes do trabalho em crianças e adolescentes: é quando o acidente de trabalho acontece com pessoas menores de dezoito anos.				
Dados Gerais	1 Tipo de Notificação	2 - Individual		
	2 Agravado/doença	Código (CID10)	3 Data da Notificação	
	ACIDENTE DE TRABALHO GRAVE		Y 96	
Dados Gerais	4 UF	5 Município de Notificação	Código (IBGE)	
	6 Unidade de Saúde (ou outra fonte notificadora)	Código	7 Data do Acidente	
	8 Nome do Paciente	9 Data de Nascimento		
Notificação Individual	10 (ou) Idade	11 Sexo M - Masculino F - Feminino I - Ignorado	12 Gestante	13 Raça/Cor
	14 Escolaridade		13 Raça/Cor	
	15 Número do Cartão SUS		16 Nome da mãe	
	17 UF		18 Município de Residência	Código (IBGE)
Dados de Residência	20 Bairro	21 Logradouro (rua, avenida,...)		Código
	22 Número	23 Complemento (apto., casa, ...)		24 Geo campo 1
	25 Geo campo 2	26 Ponto de Referência		27 CEP
	28 (DDD) Telefone	29 Zona	30 País (se residente fora do Brasil)	
	1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado			
Dados Complementares do Caso				
Antecedentes Epidemiológicos	31 Ocupação			
	32 Situação no Mercado de Trabalho			
	01- Empregado registrado com carteira assinada 05 - Servidor público celetista 09 - Cooperativado 99 - Ignorado 02 - Empregado não registrado 06- Aposentado 10- Trabalhador avulso 03- Autônomo/ conta própria 07- Desempregado 11- Empregador 04- Servidor público estatutário 08 - Trabalho temporário 12- Outros			
	33 Tempo de Trabalho na Ocupação		34 Local Onde Ocorreu o Acidente	
	1 - Hora 2 - Dia 3 - Mês 4 - Ano		1- Instalações do contratante 3- Instalações de terceiros 9 - Ignorado 2 - Via pública 4- Domicílio próprio	
	Dados da Empresa Contratante			
35 Registro/ CNPJ ou CPF		36 Nome da Empresa ou Empregador		
37 Atividade Econômica (CNAE)		38 UF	39 Município	
40 Distrito		41 Bairro		42 Endereço
43 Número	44 Ponto de Referência		45 (DDD) Telefone	
Acidente de Trabalho Grave		Sinan Net		SVS 08/10/2009

Ficha de atendimento do SINAN em caso de acidente de trabalho grave (verso)

Antecedentes Epidemiológicos	46 O Empregador é Empresa Terceirizada 1 - Sim 2 - Não 3 - Não se aplica 9 - Ignorado				
	47 Se Empresa Terceirizada, Qual o CNAE da Empresa Principal		48 CNPJ da Empresa Principal		
	49 Razão Social (Nome da Empresa)				
Dados do Acidente	50 Hora do Acidente H (hora) M (minutos)		51 Horas Após o Início da Jornada H (hora) M (minutos)		
	52 UF	53 Município de Ocorrência do Acidente	Código (IBGE)	54 Código da Causa do Acidente CID 10 (de V01 a Y98) CID 10	
	55 Tipo de Acidente 1 - Típico 2 - Trajeto 9 - Ignorado		56 Houve Outros Trabalhadores Atingidos 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado		57 Se Sim, Quantos
Dados do Atendimento Médico	58 Ocorreu Atendimento Médico? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado			59 Data do Atendimento	60 UF
	61 Município do Atendimento		Código (IBGE)	62 Nome da U. S de Atendimento	
	63 Partes do Corpo Atingidas 01- Olho 04- Tórax 07- Membro superior 10- Todo o corpo 02- Cabeça 05- Abdome 08-Membro inferior 11- Outro 03- Pescoço 06- Mão 09- Pé 99- Ignorado		64 Diagnóstico da Lesão CID 10		65 Regime de Tratamento 1- Hospitalar 2- Ambulatorial 3- Ambos 9- Ignorado
Conclusão	66 Evolução do Caso 1 - Cura 4- Incapacidade total permanente 7- Outro 2 - Incapacidade temporária 5- Óbito por acidente de trabalho grave 3- Incapacidade parcial 6-Óbito por outras causas 9 - Ignorado				
	67 Se Óbito, Data do Óbito		68 Foi Emitida a Comunicação de Acidente no Trabalho - CAT 1 - Sim 2 - Não 3- Não se aplica 9 - Ignorado		
Informações complementares e observações					
Descrição sumária de como ocorreu o acidente/ atividade/ causas/ condições/ objeto/ agentes que concorreram direta ou indiretamente para a ocorrência do acidente					
Outras informações:					
Investigador	Município/Unidade de Saúde			Cód. da Unid. de Saúde	
	Nome		Função		Assinatura

ANEXO III

Resposta ao ofício 04/2018 - PPGAD/POS/ESAN/UFMS

Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Ofício nº 4/2018 - PPGAD/POS/ESAN/UFMS

Campo Grande, 20 de novembro de 2018.

Ao Senhor Marcelo Vargas Lopes
Delegado Geral da Polícia Civil
Nesta.

- Ao ERJ Steven, para
o Sem. Interonk
C. Grande 21/11/18

Senhor:

O aluno Gustavo Henrique Petean, doutorando em Administração em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini, desenvolve a pesquisa de tese no âmbito da Saúde e Segurança do Trabalhador, com foco em acidentes de trabalho nas agroindústrias do estado de Mato Grosso do Sul. Diante do exposto, solicitamos acesso aos inquéritos desenvolvidos pelos delegados da polícia civil referente as mortes que ocorreram nos locais de trabalho no estado de Mato Grosso do Sul no período de 2012 a 2017 e que tenham sido concretizados. Solicitamos também o quantitativo de inquéritos em aberto, com tais características, no mesmo período. Os dados solicitados são exclusivamente para o desenvolvimento da pesquisa, garantido o sigilo.

Adriano Garcia Geraldo
Delegado Geral Adjunto
Polícia Civil / MS

SOLICITAÇÃO ATENDIDA
GM: 23.11.18, REL. ANEXO

Atenciosamente,

Steven da Silva e Souza
Escrivão de Polícia
POLÍCIA CIVIL

Thelma Lucchese Cheung,

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Administração.



Documento assinado eletronicamente por **Thelma Lucchese Cheung, Coordenador(a) de Curso de Pós-graduação**, em 20/11/2018, às 16:34, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0891251** e o código CRC **0286ED85**.

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.016853/2017-57

CABINETE/DGFC

SEI nº 0891251

Protocolo n.º 13826/18

C. Grande-MS 21/11/18

Deise

GUSTAVO Henrique Beteau

Retorne-se ao
 Requerente, com AUTORIZAÇÃO
 desta DGR para neste
 as unidades policiais cujos
 boletins de ocorrência foram
 acostados ao presente, para
 acesso aos autos, observando-
 se o sigilo necessário e a
 discricionariedade da Autoridade
 Policial competente dos autos.
 C. Grande, 28/11/18

Adriano Garcia Geraldo
 Delegado Geral Adjunto
 Polícia Civil / MS

Nº/Ano: 158/2012 - DP-BATAGUASSU	BATAGUASSU	Nº/Ano: 31 / 2 0 1 2 - DP-BATAGUASSU	01/02/2012	(67) 3541-1286/1261
Nº/Ano: 184/2012 - DP-CASSILÂNDIA	CASSILÂNDIA	nds*	nds*	(67) 3596-1366 / 3477
Nº/Ano: 182/2013 - 1DP-NAVIRAÍ	NAVIRAÍ	Nº/Ano: 26/2013 - 1DP-NAVIRAÍ	30/01/2013	(67) 3461-1215/3903
Nº/Ano: 560/2013 - DP-ITAQUIRAÍ	ITAQUIRAÍ	Nº/Ano: 117/2013 - DP-ITAQUIRAÍ	10/06/2013	(67) 3476-1239
Nº/Ano: 26/2014 - DP-ROCHEDO	ROCHEDO	Nº/Ano: 5/2014 - DP-ROCHEDO	23/01/2014	(67) 3289-1128
Nº/Ano: 7932/2016 - DEPA-CENTRO-CG	AP. DOTABOADO	Nº/Ano: 58/2016 - DP-AP. DOTABOADO	19/09/2016	(67) 3565-1217

Fonte: Polícia Civil

Nota: nds*, não disponível no sistema

Elaborado por Epi Steven Souza
 Chefe de Seção

ANEXO IV

Lista dos 31 peticionamentos deferidos pelo Ministério Público do Trabalho da 24ª Região.

MPTDIGITAL Peticionamento Eletrônico

Número de Procedimento Ação Judicial

Consultar Peticionar

Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região
Usuário conectado: GUSTAVO HENRIQUE PETEAN

Minhas petições Perguntas Frequentes Meus dados Sair

Petições protocolizadas e pedidos de autorização

Pedidos de autorização de acesso: 31

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Data do envio	Procedimento	Protocolo	Status	Anexo(s)	Nova petição
04/03/2019 15:42:09	PAJ.000277.2016.24.000/0	2.24.000.600641/2019-34	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 05/04/2019 15:49:29	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
04/03/2019 15:40:05	PAJ.000443.2014.24.000/8	2.24.000.600640/2019-30	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 12/04/2019 07:36:59	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
04/03/2019 15:37:44	PAJ.000127.2014.24.000/0	2.24.000.600639/2019-65	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 01/05/2019 08:44:23	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
04/03/2019 15:35:18	PAJ.000929.2013.24.000/9	2.24.000.600638/2019-11	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 16/03/2019 09:30:49	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
04/03/2019 15:32:54	IC.000038.2017.24.000/1	2.24.000.600637/2019-78	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 12/04/2019 09:31:39	2 Anexos	<input type="checkbox"/>

(Visualizando linhas de 1 a 5 de um total de 31 linhas)

Petições protocolizadas e pedidos de autorização

Pedidos de autorização de acesso: 31

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Data do envio	Procedimento	Protocolo	Status	Anexo(s)	Nova petição
04/03/2019 15:30:52	IC.000611.2015.24.000/9	2.24.000.600636/2019-21	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 12/04/2019 10:15:24	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
04/03/2019 15:28:15	IC.000542.2013.24.000/3	2.24.000.600635/2019-87	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 12/04/2019 15:22:29	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
04/03/2019 15:25:47	IC.000188.2015.24.001/7	2.24.000.600634/2019-32	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 12/04/2019 15:25:47	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
04/03/2019 15:20:48	IC.000023.2013.24.001/0	2.24.000.600633/2019-98	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 26/03/2019 09:40:27	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
04/03/2019 15:17:03	PAJ.000187.2012.24.001/7	2.24.000.600632/2019-43	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 26/03/2019 09:40:27	2 Anexos	<input type="checkbox"/>

(Visualizando linhas de 6 a 10 de um total de 31 linhas)

exibir dados deste procedimento

Petições protocolizadas e pedidos de autorização

Pedidos de autorização de acesso: 31

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Data do envio	Procedimento	Protocolo	Status	Anexo(s)	Nova petição
04/03/2019 14:51:52	IC.000795.2016.24.000/3	2.24.000.600630/2019-07	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 11/03/2019 09:08:09	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
04/03/2019 14:45:40	IC.000552.2013.24.000/0	2.24.000.600630/2019-54	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 11/05/2019 08:32:11	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
28/02/2019 10:41:43	IC.000033.2016.24.001/2	2.24.000.600629/2019-84	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 14/03/2019 13:05:42	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
28/02/2019 10:22:18	PA-ME.000049.2014.24.000/0	2.24.000.600629/2019-16	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 30/04/2019 14:46:43	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
28/02/2019 10:18:47	IC.000049.2014.24.000/9	2.24.000.600628/2019-71	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 22/03/2019 07:32:29	2 Anexos	<input type="checkbox"/>

(Visualizando linhas de 11 a 15 de um total de 31 linhas)

Petições protocolizadas e pedidos de autorização

Pedidos de autorização de acesso: 31

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Data do envio	Procedimento	Protocolo	Status	Anexo(s)	Nova petição
28/02/2019 10:01:55	PAJ.000270.2015.24.001/7	2.24.000.600626/2019-82	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 29/03/2019 15:00:39	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
28/02/2019 09:57:17	PAJ.000426.2015.24.000/3	2.24.000.600626/2019-38	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 30/03/2019 10:22:40	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
28/02/2019 09:51:07	IC.000419.2017.24.000/1	2.24.000.600624/2019-93	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 30/04/2019 14:46:43	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
28/02/2019 09:45:55	IC.000041.2013.24.000/1	2.24.000.600623/2019-49	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 30/04/2019 15:13:29	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
01/12/2018 15:48:32	IC.000024.2017.24.000/3	2.24.000.604337/2018-89	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 11/12/2018 14:51:15	2 Anexos	<input type="checkbox"/>

(Visualizando linhas de 16 a 20 de um total de 31 linhas)

Petições protocolizadas e pedidos de autorização

Pedidos de autorização de acesso: 31

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Data do envio	Procedimento	Protocolo	Status	Anexo(s)	Nova petição
01/12/2018 15:44:47	IC.000086.2017.24.000/7	2.24.000.604336/2018-31	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 18/03/2019 08:03:17	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
01/12/2018 15:41:22	PAJ.000233.2017.24.000/3	2.24.000.604335/2018-96	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 11/12/2018 14:29:18	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
01/12/2018 15:38:17	ME.000134.2018.24.002/9	2.24.000.604334/2018-41	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 18/03/2019 09:57:40	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
01/12/2018 15:34:47	EP.000064.2012.24.002/8	2.24.000.604333/2018-09	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 18/03/2019 10:09:14	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
01/12/2018 15:31:40	EP.000071.2012.24.002/4	2.24.000.604332/2018-92	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 11/12/2018 14:29:18	2 Anexos	<input type="checkbox"/>

(Visualizando linhas de 21 a 25 de um total de 31 linhas)

Petições protocolizadas e pedidos de autorização

Pedidos de autorização de acesso: 31

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Data do envio	Procedimento	Protocolo	Status	Anexo(s)	Nova petição
01/12/2018 15:28:31	IC.000160.2014.24.000/1	2.24.000.604331/2018-16	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 11/12/2018 11:08:38	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
01/12/2018 15:25:02	PAJ.000076.2018.24.002/9	2.24.000.604330/2018-63	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 25/12/2018 10:16:59	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
01/12/2018 15:20:30	PA-ME.000079.2013.24.002/9	2.24.000.604329/2018-39	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 18/03/2019 10:09:14	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
01/12/2018 15:13:48	EP.000178.2013.24.001/4	2.24.000.604328/2018-94	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 11/12/2018 08:25:57	2 Anexos	<input type="checkbox"/>
01/12/2018 15:09:13	IC.000189.2016.24.000/2	2.24.000.604327/2018-80	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 18/03/2019 10:09:14	2 Anexos	<input type="checkbox"/>

(Visualizando linhas de 26 a 30 de um total de 31 linhas)

Petições protocolizadas e pedidos de autorização

Pedidos de autorização de acesso: 31

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Data do envio	Procedimento	Protocolo	Status	Anexo(s)	Nova petição
26/11/2018 09:21:40	PAJ.000120.2012.24.000/7	2.24.000.604240/2018-79	Autorizado e julgado ao procedimento Autorizado e julgado em 05/12/2018 15:50:18	2 Anexos	<input type="checkbox"/>

(Visualizando linhas de 31 a 31 de um total de 31 linhas)

ANEXO V

Figura 32: Mapa do clima do Brasil



Fonte: (IBGE, 2002)

0800 721 8181

ANEXO VI

Ofício de solicitação de acesso aos processos do TRT



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Ofício nº 4/2019 - PPGAD/POS/ESAN/UFMS

Campo Grande, 12 de março de 2019.

Ao Excelentíssimo Desembargador Nicanor de Araújo Lima
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
Nesta.

Senhor:

O senhor Gustavo Henrique Petean, pós-graduando em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini, desenvolve a pesquisa de tese no âmbito da Saúde e Segurança do Trabalhador, com foco em acidentes de trabalho nas agroindústrias do estado de Mato Grosso do Sul. Diante do exposto, solicitamos acesso aos processos judiciais que tramitam e tramitaram neste tribunal. Caso possível, solicitamos também listagem das 10 empresas com maior número de litígios no tribunal. Lembramos que os dados solicitados são exclusivamente para o desenvolvimento da pesquisa, garantido o sigilo.

Atenciosamente,

Thelma Lucchese Cheung,
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Administração.



Documento assinado eletronicamente por **Thelma Lucchese Cheung, Coordenador(a) de Curso de Pós-graduação**, em 12/03/2019, às 11:56, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1099976** e o código CRC **D99A2335**.

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Tabela 17: Lista de processos disponibilizados pelo TRT

Número	Nº do processo	Ano
1	0024675-16.2013.5.24.0022	2013
2	0024742-81.2013.5.24.0021	2013
3	0024242-78.2014.5.24.0021	2014
4	0024278-74.2014.5.24.0004	2014
5	0024662-80.2014.5.24.0022	2014
6	0024677-52.2014.5.24.0021	2014
7	0024776-82.2014.5.24.0001	2014
8	0025139-09.2014.5.24.0021	2014
9	0024098-15.2015.5.24.0007	2015
10	0024192-60.2015.5.24.0007	2015
11	0024319-13.2015.5.24.0002	2015
12	0024614-38.2015.5.24.0006	2015
13	0024627-89.2015.5.24.0021	2015
14	0024642-58.2015.5.24.0021	2015
15	0024690-39.2015.5.24.0046	2015
16	0024772-18.2015.5.24.0031	2015
17	0025041-84.2015.5.24.0022	2015
18	0025298-07.2015.5.24.0056	2015
19	0025383-98.2015.5.24.0021	2015
20	0025589-69.2015.5.24.0003	2015
21	0025653-76.2015.5.24.0004	2015
22	0026023-64.2015.5.24.0001	2015
23	0024034-03.2016.5.24.0061	2016
24	0024215-94.2016.5.24.0031	2016
25	0024233-90.2016.5.24.0007	2016
26	0024408-49.2016.5.24.0051	2016
27	0024593-77.2016.5.24.0022	2016
28	0024714-10.2016.5.24.0086	2016
29	0025581-93.2016.5.24.0056	2016
30	0024523-95.2017.5.24.0096	2017
31	0024649-71.2017.5.24.0056	2017

ANEXO VII

Ofício encaminhado ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal -
Ministério da Agricultura



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Ofício Externo nº 2/2019 - GAB/ESAN/UFMS

Campo Grande, 02 de julho de 2019.

À Sr.ª RÉGIA PAULA VILAÇA QUEIROZ

Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA/DDA/SFA-MS.

O senhor Gustavo Henrique Petean, pós-graduando em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini, desenvolve a pesquisa de tese no âmbito da Saúde e Segurança do Trabalhador, com foco em adoecimento e acidentes de trabalho nas agroindústrias do estado de Mato Grosso do Sul.

Diante do exposto, solicitamos dados referentes ao histórico do período de 2007 à 2017 dos frigoríficos com habilitação para exportação; dados referentes a exportação e comércio interestadual para o mesmo período; entre outros dados disponíveis e que avaliar como relevante para a pesquisa. Lembramos que os dados solicitados são exclusivamente para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica.

Atenciosamente,

Marcelo Ribeiro Silva
Diretor Substituto da ESAN.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ribeiro Silva, Diretor(a), Substituto(a)**, em 02/07/2019, às 08:42, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1327921** e o código CRC **B4C92EA2**.

GABINETE DA DIREÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67)3345-3646

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

ANEXO VIII

Comprovante de projeto de pesquisa submetido e aprovado no Comitê de Ética

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA		
<p>Título da Pesquisa: Acidente de trabalho nas agroindústrias de Mato Grosso do Sul Pesquisador Responsável: GUSTAVO HENRIQUE PETEAN Área Temática: Versão: 2 CAAE: 03904818.7.0000.0021 Submetido em: 29/11/2018 Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS Situação da Versão do Projeto: Aprovado Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável Patrocinador Principal: Financiamento Próprio</p>		
Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1267487		
	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL - UFMS</p>	

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**Título da Pesquisa:** Acidente de trabalho nas agroindústrias de Mato Grosso do Sul**Pesquisador:** GUSTAVO HENRIQUE PETEAN**Área Temática:****Versão:** 2**CAAE:** 03904818.7.0000.0021**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio**DADOS DO PARECER****Número do Parecer:** 3.177.220